

Niminon Suzel Pinheiro

VANUÍRE

CONQUISTA, COLONIZAÇÃO E INDIGENISMO: OESTE PAULISTA, 1912 - 1967

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História, como
exigência parcial para obtenção do título de
Doutor em História.**

Orientadora: Dra. Zélia Lopes da Silva

**Área de Concentração - História e Sociedade
Linha de Pesquisa: História e Movimentos
Sociais**

**Universidade Estadual Paulista
1999**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P654v Pinheiro, Niminon Suzel
Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: Oeste paulista, 1912-1967/Niminon Suzel Pinheiro, Assis, 1999. 292 p.: il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista

1. Índios na América do Sul – Brasil 2. Colonização – Terras – Oeste Paulista 3. Índios Kaingang.

CDD 980.41
572.898

Dados Curriculares

NIMINON SUZEL PINHEIRO

NASCIMENTO 20.01.61 - Borborema/SP

FILIAÇÃO Euclides Pinheiro
Laudelina Gomes Pinheiro

1989-1983 Bacharel em Ciências Econômicas
Faculdades Integradas de Marília

1983-1986 Licenciatura em História
Universidade Estadual Paulista

1991 Especialização em Didática Geral. Pós-Graduação “Latu-Sensu”
Faculdade de Educação de Assis

1987-1992 Mestre em História com a tese “Os Nômades - Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912”, UNESP/ASSIS

1988-1994 Docente, CLT, Fundação Regional de Avaré

1991-afastada Docente, CLT, Instituto Educacional de Assis

1995-1996 Docente, CLT, Universidade Estadual de Londrina

Para os indígenas, especialmente os da TI Vanuíre,

Para Profa. Zélia Lopes da Silva e meus alunos

Para meus pais Euclydes e Laudelina, e, avós

Para meus filhos, Xaman, Andrew

Para minhas irmãs, Rossy, Simone e Camila

Para meus sobrinhos Mariela, Vinicius, Arthur,

Heloísa e cunhado Glauco

Para Prof. John Manuel Monteiro

Com respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

Aos meus pais Euclides e Laudelina, filhos Xaman e Andrew, irmãs, cunhados e sobrinhos pela eterna alegria, pelo exemplo de perseverança e disciplina e pelas pescarias inesquecíveis.

À Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva, minha orientadora, por ter me recebido sob sua orientação, faltando apenas dois anos para terminar o meu prazo. Meus eternos agradecimentos! Obrigada pelas leituras, sugestões e pelos constantes comentários que, delicadamente, me fizeram chegar até onde estou.

Aos Professores Drs. Laura Antunes Maciel e Paulo Santilli que demonstraram infinita paciência, persistência e profissionalismo ao ler e comentar este trabalho para o exame de Qualificação. Agradeço também pela bibliografia sugerida e pelos livros e teses que deixaram ao meu dispor. Obrigada!

Aos Professores Drs. John Manuel Monteiro, Leon Pomer e Silvia M. Schmuziger de Carvalho pelas aulas, palestras, sugestões e conversas sobre o tema “História Indígena”, tão pouco presente em nossos currículos e programas de história.

À Professora Silvia M.S.Carvalho e ao Sergio B. de Mello, ao casal, Dr. Leon da Silveira Lobo e Anna Izabel B. de Mello da S. Lobo - agradeço o belo e raro livro de memórias de Darcy S. Bandeira de Mello e as visitas e entrevistas. Obrigada!

Aos funcionários do Centro de Documentação do Museu do Índio (RJ), da Biblioteca do IBILCE (UNESP/Rio Preto) – Maria do Carmo, Elza e Gislaine, dos Cartórios de Registro de Imóveis de Bauru e Assis – especialmente ao Sr. Sigmar, e, um especial agradecimento aos meus velhos amigos e companheiros da Biblioteca da UNESP de Assis, do CEDAP, da Pós- Graduação e do Departamento de História pelo auxílio e estímulo, que me proporcionaram o prazer de estudar e pesquisar durante dezesseis anos de convívio.

Ao meu amigo Cesário, agradeço os documentos que me instigaram a ir novamente ao Museu do Índio e também os livros que foram tão úteis.

Aos alunos e colegas do Instituto de Educação de Assis, especialmente à Profa. Maria Cândida, Prof. Tácito e Sr. Ernani, pelo exemplo, confiança e apoio.

Ao Dr. Josinel B. Carmona e ao grupo de Tai-Chi-Chuan, pelo equilíbrio holístico do meu ser. Obrigada!

A Adelma T. de Lima Camargo pela amizade, disponibilidade e boa vontade.

Ao Peter, agradeço todas as descobertas que temos compartilhado.

A Mrs.Harris pelas centenas xícaras de chá e histórias: sofridas e alegres.

A CAPES, pelo apoio financeiro dos últimos 20 meses que me proporcionaram trabalhar nos arquivos, bibliotecas, locais e distantes, e escrever este trabalho. Obrigada!

Agradeço ao povo de Vanuíre que me recebeu com carinho e incentivou através de seu exemplo. Obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil – Trajetória dos Índios Kaingang	22
Figura 2 – Sepultura Kaingang	45
Figura 3 – O Povoamento do Planalto Ocidental Paulista	58
Figura 4 – Cartão Postal comercializado em 1918	65
Figura 5 – Capitão Muin	70
Figura 6 – Jonkyon	77
Figura 7 - Mapa “Oeste Indígena”	133
Figura 8 – Mapa “Oeste Paulista”	134
Figura 9 – Aldeia Vanuíre – Planta e Localização	135
Figura 10 - Palhoça Kaingang no Ribeirão dos Patos	156
Figura 11 – Kaingang e SPI	157

Resumo

Este trabalho discute a natureza do processo de ocupação e colonização do Oeste paulista, ocorrido em período relativamente recente, e seu desdobramento em relação às comunidades indígenas.

Considerando-se que os territórios foram habitados por milhares de indígenas antes de terem sido submetidos pela guerra de conquista e colonização, a análise centra-se na avaliação do papel desempenhado pelo Serviço de Proteção aos Índios na execução do projeto do governo relativo à liberação de terras para a colonização e no controle das comunidades indígenas. As estratégias, nesse sentido, foram a disciplina militar e o regime tutelar, a fim de incorporá-los à civilização e à sociedade nacional, mediante a imposição de hábitos, costumes e trabalho civilizado.

O resultado da pesquisa demonstra que a aliança entre setores do governo e particulares (“bugreiros”, “grileiros” e imigrantes) favoreceu os civilizados. Os indígenas afastaram-se das terras por eles habitadas, concentrando-se em pequenas áreas reservadas, e parte deles não se incorporou ao projeto do governo. A presença até a atualidade e o crescimento populacional dos indígenas no Oeste paulista, e o estudo de sua trajetória histórica, evidenciam a existência de caminhos que sinalizam para o reforço de sua identidade étnica, que resistiu e ainda resiste a sua diluição na sociedade nacional.

Palavras Chaves:

- Bugreiros
- Colonização
- Grileiros
- Indígenas
- Kaingang
- Oeste paulista
- Serviço de Proteção aos Índios
- Terras Indígenas
- Vanuïre

Abstract

This thesis discusses the nature of the process of occupying and colonising the West of the State of São Paulo, which occurred relatively recently, and its development in relation to the indigenous communities.

Bearing in mind that the territory was inhabited by thousands of indians before being subjected to the war of conquest and colonisation, the analysis concentrates on the role developed by the Indian Protection Service in its execution of the government's project aimed at liberating the land for colonisation and at controlling the indigenous communities.

In this sense, the strategies were military discipline and a protective regime, with the objective of incorporating the indians into civilisation and national society, by means of the imposition of civilised habits, customs and work.

The result of the research demonstrates that the alliance between sectors of the government and private individuals (trackers/persecutors of indians, squatters and immigrants) favoured the civilised population. The indians left the land they inhabited, becoming concentrated on small reservations, and some of them did not become incorporated into the government's project. The continuing presence and the recent population growth of the indigenous peoples in the West of the state of São Paulo, and the study of their history, reveal the existence of paths which indicate the strengthening of their ethnic identity, which has resisted and still resists their dilution in national society.

Key Words:

- 1) - trackers/persecutors of indians
- 2) - colonisation
- 3) - squatters
- 4) - indigenous people
- 5) - Kaingang
- 6) - the West of the state of São Paulo
- 7) - Indian Protection Service
- 8) - indigenous lands
- 9) - Vanuïre

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	06
Resumo.....	07
Abstract	08
Introdução.....	10

Capítulo 1

O Oeste Indígena.....	40
-----------------------	----

Capítulo 2

Bugreiros e Militares na conquista dos territórios indígenas.....	79
---	----

Capítulo 3

Atração e pacificação dos Kaingang	115
--	-----

Capítulo 4

A criação e destruição da “Vila Kaingang”	155
---	-----

Capítulo 5

Os “encarregados” e a administração dos indígenas	196
---	-----

Considerações finais	236
----------------------------	-----

Fontes e bibliografia	250
-----------------------------	-----

Anexo 1 remédios e doenças.....	269
---------------------------------	-----

Anexo 2 gastos do governo.....	280
--------------------------------	-----

Anexo 3 vocabulário	282
---------------------------	-----

Anexo compra de terra indígena por funcionário SPI.....	284
---	-----

Anexo normas do contato.....	286
------------------------------	-----

Anexo contrato de arrendamento de terras indígenas.....	290
---	-----

Anexo represa.....	293
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

*"A TERRA é nossa mãe! A TERRA é nossa mãe.
Ela mesmo cria nós. Ela mesmo come nós.
Ela mesmo cria nós com a Divina Misericórdia, amor.
Aí pranta legume. Vai aumentando.
E ela vai dando com a chuva e com o sol. Chuva e sol.
Quem souber que ela é nossa Mãe, reza um Padre Nosso para ela.
Para quando nós morrer, ela ser advogada nossa!
Eu tenho essa esperança de ter a TERRA de volta.
Tenho sim ... Uma roça é uma mãe.
E toda hora que eu for, se eu ir bem cedo, ela já tá lá com os bracinhos
abertos.
Tá recebendo aquele fi de Deus, que vai na rocinha.
A roça não vai dizer: Não venha não! Mas, ... Vem cá meu fi!
Um sacão de feijão. Um saco de milho. Uma sementinha! Tudo!
Aí ele ... arruma aquele sacão de feijão, um saco de milho, bota nas
costas e ...vai-se embora com a barriguinha cheia!"*

Sr. Antônio Pankararu

*Geralda Chaves SOARES. Os Borun do Watu - Os índios do
Rio Doce. Cotagem, CEDEFES, 1992 p.165*

Este trabalho tem como objeto a análise da conquista e ocupação, pela guerra e suas diferentes modalidades estratégicas e táticas, dos territórios que foram habitados pelos índios Kaingang, Guarani e Otí e que são hoje denominados por Oeste paulista. O “desaparecimento” dos indígenas desses territórios deu-se excetuando-se três pequenas “ilhas” nas quais eles foram acantonados: Araribá, Icatu e Vanuíre.

Vanuíre se constitui portanto, em um espaço delimitado, controlado e administrado por agenciadores e mediadores indigenistas, vinculados, no período estudado, ao Serviço de Proteção aos Índios.

O estudo apresentado foi demarcado cronologicamente pela pacificação dos Kaingang, em 1912, e pela extinção do SPI, em 1967.

No entanto, para melhor precisar a importância, as conseqüências e a própria ação estrategicamente planejada pelo Serviço de Proteção aos Índios para a execução dos seus três interesses fundamentais – a incorporação do indígena à sociedade nacional, sua proteção e tutela e a liberação de terras para a colonização – bem como

das estratégias indígenas diante das investidas das agências e agentes civilizados, foi necessário recuar e avançar alguns anos. Recuamos, para compreender a passagem da violência explícita inerente às táticas de conquista pela via dos “bugreiros”, a criação da intenção “civilizadora” e o projeto de administração dos índios que, através do SPI, reordenou estrategicamente a ação do Estado. Avançamos até o presente, nas “Considerações Finais”, para compreender o significado do desmoronamento da cultura tradicional indígena e compreender em que consiste a atual resistência e etnicidade indígena, a despeito dessa destruição.

Em todos os capítulos, buscamos perceber as formas pelas quais os indígenas encaravam as mudanças nas estruturas sociais e cosmológicas tribais. No entanto, acredita-se que, nesse sentido, o trabalho apenas pode demonstrar quão longo é ainda o caminho a ser percorrido nessa direção.

Vanuíre, tem sua origem na própria ação de “atração” e “pacificação” dos Kaingang. Em 1911, durante a expedição de reconhecimento da região de conflito, primeira etapa do plano de pacificação, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais localizou, na fazenda de um genro do grileiro e bugreiro Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, Cel Sancho, em Campos Novos do Paranapanema, cinco Kaingang que haviam sido aprisionados em “batidas” e estavam agora sendo escravizados pelos grileiros. Retirados do cativeiro, tornaram-se importantes mediadores na “atração” dos Kaingang. A velha índia Vanuíre destacou-se na intermediação pelo seu entusiasmo e cantoria constantes.

A Aldeia Vanuíre dista da cidade de Tupã 23 km, sentido aeroporto. Abrange uma área de 604 ha. banhada pelos córregos Pirã, Koiós e Iakri. A área indígena é cortada três vezes pela estrada municipal, em sentidos diferentes. Sua população atual está por volta de 175 habitantes.

Hoje a Aldeia possui um veículo, Fiat, para auxiliar no transporte de enfermos para a cidade de Tupã e também um caminhão Mercedes 608. Ambos estão quebrados e abandonados. O transporte de pessoas é feito através do trator. Possui uma beneficiadora de arroz desativada, uma pocilga onde estavam sendo criados dois porcos, mas, que agora tornou-se moradia. A escola é de 1ª a 4ª série. Nela leciona uma única professora, civilizada. Antes de ir trabalhar na Aldeia, ela não sabia nada dos indígenas ou de Vanuíre. Ela não reside na aldeia e a cada ano é substituída por outra professora. Há alguns anos atrás, Zéquinha, neto da velha Kaingang Candire, filho de Ena, começou a ministrar aulas na língua Kaingang. Mas, devido à falta de

apoio pedagógico, de material e de um salário para o professor, tendo ele que sustentar a família, foi obrigado a abandonar o magistério e voltar para a roça.

Os moradores reclamam das contas mensais, energia elétrica e gás, pois eles não possuem rendimento monetário fixo. A única renda na Aldeia vem do trabalho nas roças dos fazendeiros vizinhos ou da pensão dos aposentados. O arrendamento das terras aos agricultores da região não tem compensado. Eram quatro os arrendatários. Em julho de 1997 conseguiram reduzir para um. Para os indígenas, este fato representa uma vitória pois as terras retornarão aos índios, para eles mesmos plantarem. Individualmente, as famílias possuem suas próprias roças mas trabalham também como bóia fria para os civilizados. Esporadicamente, algumas mulheres trabalham como empregadas domésticas para fazendeiras da região. Apenas duas famílias fazem artesanato com fins comerciais.

No Dia do Índio eles apresentam as danças e vendem aos visitantes o artesanato, preparado especialmente para esta comemoração. Os visitantes não se importam em saber a qual etnia pertencem os indígenas. Nesse dia, a identidade genérica de "índio" sobrepõe-se. No entanto, entre eles, as diferenças internas estão sempre presentes e são respeitadas. Por exemplo, pode-se observar que alguns Krenak evitam participar do velho e tradicional churrasco comemorativo do Dia do Índio muito do gosto dos Kaingang ¹. Por outro lado, alguns Kaingang não se importam muito em participar das danças, organizadas pelos Krenak e Kaingang.

Assim, a Aldeia Vanuíre constitui-se numa pequena reserva remanescente dos territórios tribais atualmente administrada pela FUNAI. Faz parte de um sistema econômico e administrativo que impede o acesso dos indígenas às terras e matas da região, destrói a autonomia do grupo controlando e direcionando os seus interesses. O vínculo externo entre indígenas e a sociedade complexa, consumista e capitalista, direciona-os para a produção de artigos de comércio de baixa lucratividade ou o assalariamento desqualificado. Isto é reforçado pela ausência de alguns dos meios "indígenas" essenciais de obtenção do necessário à sobrevivência física e cultural, como por exemplo as matas e os rios piscosos.

A venda de artesanato está começando na Aldeia. Os compradores não são constantes e os produtores são ainda poucos.

¹ Em 1948, encontramos nos **Diários** do encarregado Itamar Z. Simões, registros dos churrascos dos Kaingang precedidos pelo hasteamento da bandeira nacional e pelos discursos das autoridades. Cf. SIMÕES, Itamar Z. **Diários**. Arquivo da Aldeia Vanuíre: 1948, 1949, 1951 e 1953.

Em relação às oportunidades que os sistemas sócio-econômico e cultural civilizados oferecem à participação dos indígenas, nosso estudo do Oeste paulista confirma reflexões de Darcy Ribeiro,

*"(...) Suas oportunidades de gozar os benefícios da civilização são praticamente nulas. (...) O fundamental não é pois, o atraso do índio em face do progresso do branco, ou seja, a disparidade objetiva do equipamento civilizador, mas as oportunidades que o sistema econômico nacional realmente lhe oferece de participar das vantagens da civilização. Para a compreensão do destino dos grupos alcançados pela expansão da sociedade brasileira, o que importa não é a diferença de nível tecnológico, mas o sistema de estratificação em que serão engajados."*²

A Aldeia tem dois caciques, o Sr. Gerson Damaceno, Krenak de 36 anos, que criou cinco filhos tendo sido abandonado pela esposa que o trocou por civilizado e vive na cidade de Arco Íris, e, o Sr. Irineu Cotuí, Kaingang, vive com a família.

Durante a pesquisa, visitas à Aldeia e entrevistas com moradores, observou-se que a comunidade indígena sofreu e sofre violência, perseguição, preconceito e racismo constantes, em várias instâncias da sociedade. Além disso, é muito comum a impunidade dos crimes cometidos contra eles. Este fato talvez contribua para o alto grau de solidariedade observado na vida comunitária em Vanuíre e para a resistência dos indígenas à incorporação ou dissolução na sociedade nacional.

Essa situação indica pistas sobre o difícil processo de relações entre a comunidade indígena e os “civilizados”. E, de antemão a necessidade de saber como ocorreu esse processo.

Nos mapas do início do século, excetuando-se o mapa de Curt Nimuendajú, os lugares habitados pelos indígenas aparecem sob a denominação de “terrenos

²RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986, p.340. Diferentemente da legislação brasileira, nesse aspecto, nos Estados Unidos, de maneira geral, os índios têm poder de decidir como e quando seus recursos naturais serão explorados criando uma renda extra para a comunidade. Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da CUNHA, " (...) desde o fim da década de 70, tribos que possuem reservas minerais (como os Navajo) têm cobrado taxas das companhias mineradoras que operam em seus territórios ... Com o fortalecimento do movimento indígena na década de 70, começou a aumentar, nas cortes norte-americanas, o número de ações movidas pelas tribos para recuperar territórios perdidos devido às políticas de privatização e assimilação, à negligência do governo federal, ou das atitudes do próprio governo, exercendo o seu direito de anular as garantias dos tratados". CUNHA, Manuela C. da. et. alli. “Sinopse de Direito Comparado” IN: **Os Direitos dos Índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.144.

desconhecidos” ou “desabitados”. Delimitado o espaço nomeado por “terrenos desconhecidos” e detectados os focos de conflito é possível delinear a proporção do território indígena conquistado. Confinados, pela guerra, à uma pequena área, os indígenas deixaram marcas dos conflitos com os civilizados, tornando possível mapear, histórica e geograficamente, os antigos domínios e o processo de conquista.

Analisando comunidades indígenas que mantêm contato com civilizados – tal qual faria um eficiente funcionário do Serviço de Proteção aos Índios - procurando identificar possíveis caminhos para a integração ou assimilação dos indígenas pela sociedade nacional, Darcy Ribeiro observa a obstinada resistência da identidade étnica indígena entre as comunidades já contactadas. Ele sugere um lugar para ela num meio social, que ele denomina, “transfigurado” ao qual se insere um “índio-civilizado”:

“Estes remanescentes indígenas, embora integrados no sistema econômico local, aculturados linguisticamente e quanto a quase todo o seu patrimônio cultural, não se dissolvem na população circunvizinha, mas ao contrário, permanecem diferenciados dela em alguma coisa fundamental que não se pode encontrar em seus traços raciais, em seu sistema social ou em sua cultura, senão em certas lealdades étnicas e no poder isolador do preconceito, racial e social. Este se cristalizou, provavelmente, como uma técnica de competição ecológica, sustentada e mantida como requisito de dominação sobre grupos étnicos minoritários. Mas, uma vez plasmada, tende a permanecer como uma barreira infranqueável.”³

A integração e assimilação do indígena constituiu-se em parte significativa do projeto e do programa inicial apresentado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) mas o problema do contínuo vigor de sua identidade, percebido já na década de 1940, permanece ao longo dos anos e coloca outras questões não programadas inicialmente pela instituição, como é a da criação de reservas indígenas.

Recentemente, apesar das dificuldades referentes às fontes, os historiadores têm buscado ferramentas que reavaliem as interpretações históricas correntes e possibilitem, através de novas fontes ou de reapreciação das já estudadas, legitimar outros povos e interpretações até então ocultadas ou dissimuladas. Para isso tem-se diversificado as fontes e utilizado métodos auxiliares interdisciplinares como a

³ Cf. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986, p.428.

história oral, por exemplo. São recursos mais próximos às manifestações do indivíduo ou de grupos sociais.

A preocupação em compreender os vários “outros” que compõem o tecido social impõe à História caminhos que afastem-se da estrita interpretação linear.

Acredita-se que alguns aspectos da relação interdisciplinar entre História, Antropologia e Economia, contribuiu para essa pesquisa, permitindo acompanhar o processo vivido pelos indígenas desde a perseguição pelos bugreiros, “pacificação”, epidemias de gripe e sarampo, invasões dos civilizados com seus artefatos e idéias, disciplina do trabalho, esbulho das terras até seu não desaparecimento na sociedade nacional, interpretado pela classe dominante através do preconceito e da contravenção.

A primeira metade deste século, principalmente os anos 30 e 40, conforme analisados na fala dos constituintes de 1933 e 1934, por Zélia Lopes da Silva e pelos historiadores Silvia H. Z. Martins e Janete Leiko Tanno⁴ apresentam várias estratégias utilizadas pela classe dominante para controlar a população pobre e reordená-la sob regras e planos racionalizantes.

Criminalizando os movimentos sociais populares, a classe dominante investiu na criação de uma memória popular oficial para auto sustentar-se. Desqualificou os diferentes segmentos sociais pobres, responsabilizando-os pela penúria em que viviam e, desta forma, livrando-se de responsabilidades e encargos sociais de sua gestão mas criando um terreno fértil para a constituição do poder tutelar.

O estudo de Silva mostra também os espaços pelos quais os interesses desses empobrecidos se manifestam, suas próprias estratégias para garantir esse espaço na formulação da carta magna do país em 1933.

Segundo a autora,

“Admitir o estado de miséria em que vive o homem do campo e que se manifesta na sua aparência física, na falta de instrução e no desconhecimento dos preceitos de higiene não

⁴ Cf. SILVA, Zélia Lopes da. **O Arcaico e o Moderno na Constituinte de 1933/1934**. 1991, Tese doutorado, História, USP; TANNO, Janete Leiko. **Repressão e controle social no Governo Vargas (1930-1945)**. 1995, Dissertação de Mestrado, História, UNESP; MARTINS, Silvia Helena Zanirato. **Artífices do Ócio: Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)**. 1996, Tese de Doutorado, História, UNESP.

significa, para a burguesia, o reconhecimento dos problemas sociais, tratando-os como constitutivos da contravenção.”⁵

O alcoolismo, a preguiça, a desesperança e os acidentes no trabalho são formas de resistência com sua correspondência política no autoritarismo e seu projeto de remodelamento da sociedade. Há também disputa no plano simbólico que, sendo naturalmente portador de ideologias e veiculador de poder, garante temporariamente aos dominantes a efetivação dos seus planos e projetos.

Durante os primeiros anos de contato entre índios e civilizados, o universo simbólico, cultural e tradicional indígena, ainda não havia desaparecido enquanto seu suporte material, homens, instituições, estruturas e território viviam processo de trágica e irreversível transformação.

Ao analisar as articulações internas na Aldeia Vanuíre, seu distinto contexto histórico, busca-se demonstrar vínculos com mudanças na conjuntura mais geral arquitetadas no período precedente à criação do SPI e pacificação dos Kaingang, e também no processo de atuação do SPI. As mudanças de ministério pelas quais passa o SPI e as inserções das questões indígenas na constituinte de 1933 e 34, apontando num sentido de lapidar a Nação em moldes homogeneizantes, e valores sociais de base capitalista. O plano de construção da nacionalidade brasileira implementado durante toda a Primeira República aperfeiçoou-se nas décadas posteriores. Representações e discursos oficiais justificavam a administração exercida sobre povos diferenciados. Através de idéias e práticas alheias aos padrões e interesses de grande parte da população, propunha-se uma integração nacional, visando a execução do projeto da classe dominante. No entanto, a presença de indígenas no Oeste paulista até a atualidade denota os limites desse projeto da elite do Brasil.

Formas de representação simbólica do poder homogeneizante tais como o hasteamento da bandeira nacional pelos indígenas, paradas militares e datas comemorativas de eventos cívicos foram bastante utilizados pelo SPI entre os indígenas. Mesmo o discurso histórico, enquanto atividade crítica, apresenta-se, nesse contexto, comprometido pois tende a transformar-se em lugar da memória da classe dominante.

Nesse sentido, o historiador Norberto Guarinello, ao analisar a relação entre história científica e memória coletiva, afirma:

⁵ SILVA, Zélia Lopes da. **O Arcaico e o Moderno na Constituinte de 1933/1934**. 1991, Tese

*“A história, portanto, como conhecimento científico, seria uma forma de poder e uma forma espúria, um instrumento de dominação e de legitimação das estruturas existentes, um modo de fazer calar as memórias espontaneamente produzidas pela sociedade. Trata-se de um ataque sério e influente. Um ataque ao lugar mesmo em que a história é produzida, à legitimidade desse lugar em produzir verdades, ditar normas, propor explicações e sentidos. Um ataque, em suma, à sua posição diante dos outros lugares de memória, não para igualá-los a todos, mas para mostrar que sob sua legitimidade escondem-se relações de poder e de opressão.”*⁶

Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), respondendo a uma estratégia para se apossar dos territórios e renomeá-los, sistematizando o pensamento histórico brasileiro no sentido de exaltar os interesses da classe dominante. Depois da fundação do IHGB, outros projetos caminharam nesse mesmo sentido, dentre eles o projeto dos positivistas. Tentava-se instituir uma nacionalidade apoiada por uma memória cientificamente comprovada que facultasse à classe dominante controlar, em escala nacional, as diferentes memórias da sociedade, submetendo-as à clandestinidade, à obscuridade e ao silêncio e reservando-se o monopólio do espaço público⁷. Nesse contexto se insere a história de Vanuíre.

Houve e ainda há guerra entre índios e brancos pela posse e uso da terra, mas há também uma “guerra simbólica” em constante movimento.

Tanto a Constituição de 1934⁸ como a Carta Outorgada de 1937⁹, garantiram o direito dos indígenas à “posse da terra em caráter permanente”. No entanto, interesses particulares e do governo nas riquezas dos solos e subsolos dos territórios indígenas, aliados às táticas protecionistas de “pacificação”, expulsaram os indígenas de seus próprios territórios. Na década de 1940, várias Aldeias no interior do Brasil foram

doutorado, História, USP

⁶ GUARINELLO, Norberto Luiz. “Memória coletiva e história científica”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/CNPq/M.Zero, 14, n. 28, 1994 p186

⁷ Sobre essa discussão conferir GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: n. 1, 1988 p5-27 e também, mais especificamente sobre as estratégias da construção da “Nação” e do fortalecimento do segmento social positivista que se incumbiu dessa tarefa “altruísta” ver MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’**. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 1997

⁸ **Constituição de 1934**. Art. 129 IN: **CONSTITUIÇÕES DO BRASIL - 1824, Ato Adicional, 1891, Reforma de 1926, 1934, 1937, Leis Constitucionais Posteriores**. São Paulo: Livraria Cristo-Rei, 1944, 292p.

extintas e outras transformadas em “colônias disciplinares” para onde eram enviados, pelos inspetores do SPI, indígenas de diferentes etnias para “correção” do comportamento e adaptação à disciplina do trabalho. Centenas de indígenas migraram, obrigados ou fugidos. Desta forma, diferentes etnias vivenciaram juntas os percalços das perseguições dos civilizados. O indígena era obrigado a submeter-se à disciplina e à administração do chefe do Posto. Voltar para as matas significava ser caçado como animais e viver, se não fosse morto, como “escravo” nas fazendas de grilagem. Durante esse período da história indígena muitos elementos de sua cultura desapareceram.

Em junho de 1910, cinco meses antes de terminar seu mandato, Nilo Peçanha, então presidente do Brasil, criou, através do Decreto nº 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), vinculado ao Ministério da Agricultura, que também havia sido instituído nesse governo.

O “protecionismo” como forma de civilização dos índios, propunha-se, inicialmente, a tarefa de incorporação do indígena à nacionalidade como trabalhadores rurais e a transformação das florestas em campos cultivados. O projeto constituía-se em fazer roça e produzir excedente comercializável, criar animais, usar roupas e sapatos e evitar as “andanças” indígenas para não prejudicar a colonização que avançava. Durante os anos 30 houve uma preocupação maior em inserir o indígena no projeto de “guarda de fronteira”. Após 1939, retoma-se o trabalho no campo como elemento de incorporação.

Os indígenas, povos “holísticos”, que sobreviveram aos primeiros contatos com a cultura “civilizada”, tiveram que aprender ou inventar formas de convívio e de integração e adaptação resistente ao processo histórico. Tiveram que conviver com manufaturados, instrumentos de ferro, doenças contagiosas, alcoolismo, mercados mundiais em expansão, cidades relâmpago, estradas, trilhos de ferro, miséria, fome, deterioração da qualidade de vida e desesperança.

A história de Vanuíre como processo de construção de uma convivência com os civilizados é também a história de seu antagonico: a sociedade paulista “civilizada”, assim como também é parte da história vivenciada por outros povos indígenas do Brasil no passado e no presente.

⁹ **Constituição Outorgada**. Art. 154, 1937 IN: **CONSTITUIÇÕES DO BRASIL - 1824, Ato Adicional, 1891, Reforma de 1926, 1934, 1937, Leis Constitucionais Posteriores**. São Paulo: Livraria Cristo-Rei, 1944, 292p.

Na história dos diferentes povos indígenas no Brasil, observa-se certas situações que foram vivenciadas por todos eles: o esbulho das terras comunais legalmente garantidas nas várias Constituição, Leis e Decretos, e a impunidade dos crimes praticados contra indígenas ou contra civilizados que denunciaram o esbulho e a corrupção. Curt Nimuendaju, conhecido etnólogo e funcionário do SPI, alemão “naturalizado” Guarani, autor do primeiro Mapa Etnográfico brasileiro e de vários artigos sobre os indígenas do Brasil, estimado por várias nações indígenas, dentre elas os Guarani, foi envenenado por interessados na destruição da Aldeia Ticuna. Nos prefácios de seus livros e coletâneas, não há nenhuma menção às causas e detalhes de seu assassinato. O próprio Serviço de Proteção aos Índios não demonstrou interesse em denunciar publicamente o envenenamento e punir os culpados que, segundo os índios, eram fazendeiros latifundiários interessados nas terras Ticuns. A colonização das terras indígenas não poupou nem índios nem, em alguns casos, os próprios “encarregados” dos Postos Indígenas.

A análise do projeto do SPI sugere o comprometimento desta instituição com o destino de miséria e exploração das camadas indígenas.

A institucionalização da “proteção” aos indígenas através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), orientou as relações no sentido da dependência e do servilismo das sociedades indígenas para com os civilizados. Nesse contexto, a persistente sobrevivência de índios em estados modernos como São Paulo criou laços de solidariedade e alianças entre as diferentes e às vezes inimigas Nações indígenas e também entre eles e segmentos da sociedade civilizada, com o fito de amenizar, em parte, os efeitos nefastos do contato em favor das comunidades indígenas.

Quando analisado, o contato entre índios e brancos, fica claro, até mesmo para agentes da Fundação Nacional do Índio¹⁰ e de outros órgãos do governo, o lugar das falhas do sistema de preservação da cultura e dos povos indígenas. Segundo relatório da FUNAI, se apenas dois elementos tivessem sido levados em conta, era possível a coexistência pacífica entre índios e brancos e o fim da miséria, injustiça e segregação do indígena. São eles: a demarcação das terras indígenas e recursos humanos de qualidade, e não quantidade, para atuarem como mediadores. Na Disposição Constitucional Transitória de 1988, Art. no 67, está escrito que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da

¹⁰ Cf. VIII Congresso Indigenista Interamericano - **Informe da Ação Indigenista Brasileira**. Funai, Ministério do Interior, out-1980, p. 39.

Constituição”¹¹. Nesse sentido, em 1993 estaria resolvida as questões relativas à posse das terras indígenas. Mas, não estão resolvidas até o momento presente, apesar de vários setores da sociedade concordarem nesse assunto.

Na Aldeia Vanuíre, vivem hoje indivíduos provenientes de vários grupos indígenas diferenciados. É um povoado multiétnico, isto é, formado pela junção de pessoas de diferentes etnias. Muitos dos habitantes são indivíduos isolados, dificultando manter vivas as línguas e tradições. Eles reclamam que, para conversar “na língua”, não dá. Para se relacionarem na comunidade são obrigados a falar o português, língua comum ¹².

Atualmente, predominam na Aldeia indivíduos de ascendência Kaingang (grupo Jê) e Krenak (grupo Borun ¹³). Os Kaingang são antigos moradores da região. São os descendentes da civilização que existiu nos Vales dos rios do Peixe, Feio-Aguapeí e de seus afluentes, antes de serem apropriados pelos civilizados e nomeado “Oeste paulista”. Os Krenak, segundo grupo forte dentro da Aldeia, foram transferidos para Vanuíre, principalmente a partir da década de 1940, do Vale do rio Doce e do São Mateus, região mineira bastante disputada por fazendeiros. Sofreram perseguição acirrada na mesma época, fim do século 19 e início do 20, que os Kaingang em São Paulo. Além dos Kaingang e Krenak, encontram-se em Vanuíre solitários representantes Aticum, Pankararu, Guarani-Caiuá e Terena (Aruak).

Estuda-se neste trabalho as relações entre os diversos segmentos sociais “civilizados” e “indígenas”, relacionando-os através da apropriação do espaço, criação de cidades, abertura de estradas, arrendamento de terras, extração de minério e a administração e controle do povo indígena pela mediação do SPI; agentes dos sistemas econômico, social, político e jurídico capitalistas. Nesse sentido, estuda-se também os “civilizados” e a rede de relações entre os diferentes segmentos da sociedade, o espaço da intermediação, da negociação, de compromissos e alianças,

¹¹ **Constituição-República Federativa do Brasil-1988.** Brasília: Ministério da Educação out. de 1988.

¹² Mesmo assim, a maioria deles faz questão de enfatizar a sua filiação étnica: “Sou Kaingang! Sou Kaingang pura! Não tenho nenhuma mistura. Meu pai vivia na mata.” E, depois disse baixinho “Sou Votôro Kaingrú, mais bravo!”. Assim falou-me em 30/04/98 Dona Maria Rita Campos em uma visita que fiz ao Posto Indígena de Icatú. Ela é irmã mais nova de Catarina Campos e prima de Ena Campos, que vive em Vanuíre, onde é considerada uma das poucas famílias “Kaingang pura”.

¹³ Segundo Darcy RIBEIRO os Krenak são Botocudos e estão incluídos na categoria “outros”, isto é, que não se enquadram em nenhum dos quatro grandes grupos linguísticos Tupi, Aruak, Karib e Jê. Segundo os próprios indígenas e segundo também o etnólogo Curt NIMUENDAJU, os Krenak integram o grande grupo indígena denominado Borun. Uma parte deles é denominada Krenak (Kren-nak=cabeça na terra), aqueles que ao nascer bateram com a cabeça na terra, habitantes imemoriais do Vale do rio Doce. Borun do Watu traduzido seria Os índios do Rio Doce. Cf. RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes,

que cria interesses recíprocos que acentuam ou radicalizam similaridades e diferenças, fortalecendo ou destruindo o poder dos chefes locais. Também estuda-se as especificidades que, ao longo do processo, vão se constituindo na história de luta de um povo guerreiro para sobreviver numa terra cobiçada e disputada por grupos sociais que têm o monopólio do poder político, econômico, das forças de violência e dos parâmetros da justiça.

O mundo mais amplo, o mundo do homem civilizado, da “macroetnia” como diria Darcy Ribeiro ¹⁴, apresenta-se aos povos indígenas de forma ambígua mas também com temporalidades e espacialidades próprias, exteriores às indígenas.

A partir de 1860 a proximidade entre civilizados da região de Bauru e Botucatu e os indígenas aumenta. Vai se delineando uma política pública de colonização de terras, em São Paulo, ligada à oligarquia do café, no sentido de devassar o interior do Estado e de outros territórios até então predominantemente indígenas e poupados das investidas dos interesses dos exploradores. Esta expansão aproxima as histórias Kaingang e Krenak antes mesmo de aproximá-los fisicamente no cotidiano da Aldeia Vanuîre, originando o que chamamos de comunidade indígena multiétnica, caracteristicamente solidária e de alianças¹⁵.

Segundo Greg Urban¹⁶, estudando as migrações Kaingang, este grupo apresenta uma preferência por habitar as regiões altas. Utilizando seus dados, na página seguinte, apresentamos um mapa que indica o possível deslocamento do grupo ao longo de três mil anos.

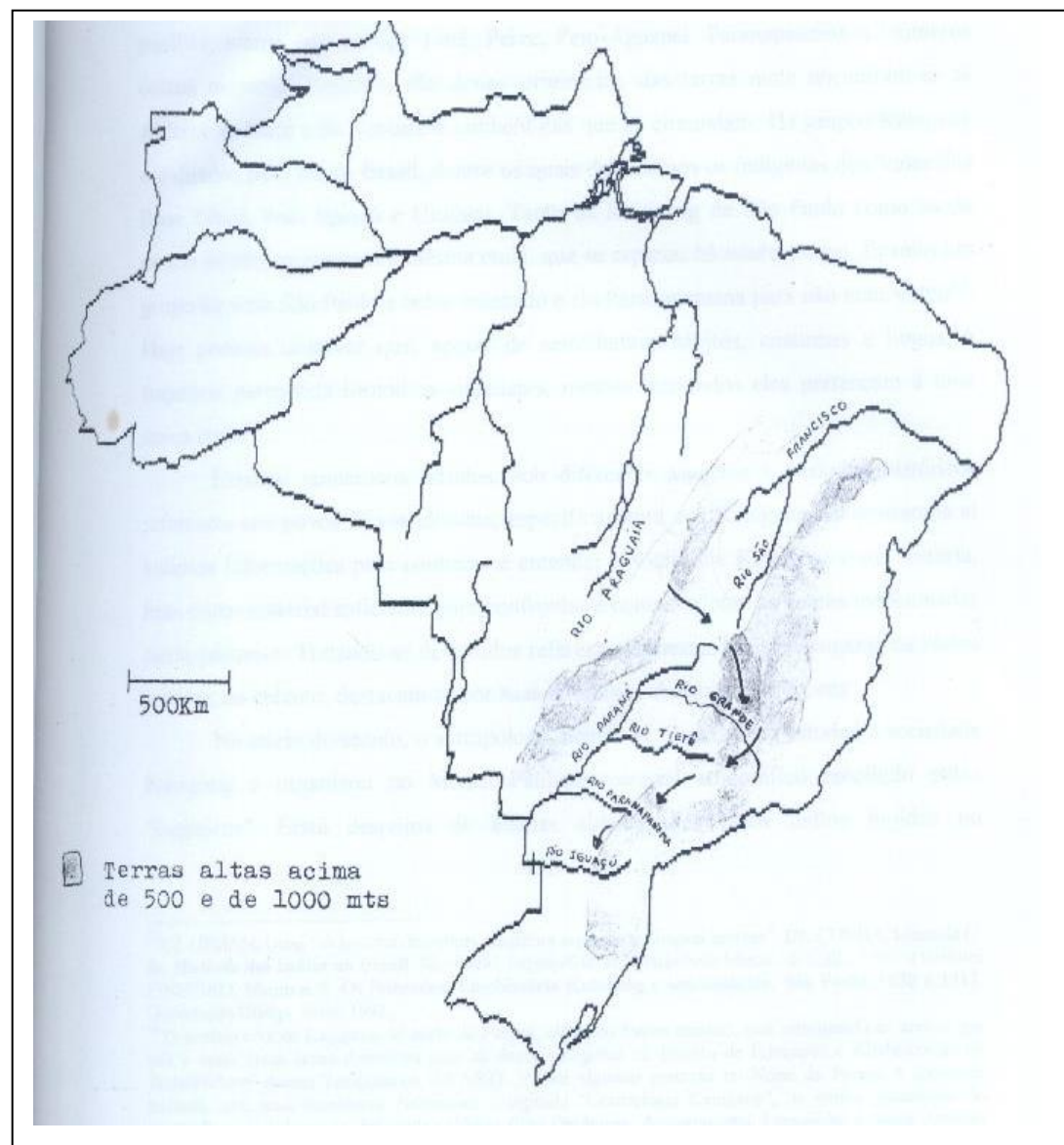
1986 p.236; SOARES, Geralda C. **Os Borun do Watu - Os Índios do Rio Doce**. Contagem: CEDEFES, 1992; NIMUENDAJU, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil**, IBGE, 2ª impressão, 1987.

¹⁴RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995 p. 168.

¹⁵Sobre a solidariedade indígena, Airton Krenak, destacado líder indígena no Brasil, então coordenador regional da União das Nações Indígenas (UNI-SP) fez, em 1987, em depoimento a José Domingos Bragheto, o seguinte comentário: “A solidariedade indígena está fundada em princípios que não são os do confronto, da perspectiva da revolução burguesa, da revolução moderna; são povos tribais. Eu costumo dizer que as sociedades indígenas são sociedades de alianças. Essas alianças se estabelecem pelo casamento, pela comunhão do mesmo espaço de caça, de colheita, de pesca; por terem cantos, expressões e ritos que se assemelham. Essa solidariedade está marcada profundamente por uma expectativa em relação à vida e com relação ao entendimento do mundo, mas não supõe isso que modernamente chamam de solidariedade política. É diferente, é uma solidariedade que está vinculada muito mais a uma origem, a uma memória da origem do povo.” Cf. KRENAK, Airton. “A solidariedade dos povos indígenas”. **Tempo e Presença**. São Paulo: CEDI, n.219, maio/1997. Seção “Solidariedade Latino-Americana”.

¹⁶ URBAN, Greg. “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”. **IN: CUNHA, Manuela C. da. História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras/Secr.Munic. de Cult., 1992

Figura 1 – Brasil – Trajetória dos Índios Kaingang iniciada há 3 mil anos atrás em algum lugar entre as nascentes dos Rios São Francisco e Araguaia. O rumo das migrações reforçam a hipótese de que os Kaingang preferiam as terras altas para viverem “O hábitat das populações Jê era o planalto brasileiro...” (URBAN, 1992:90). Mapa Base: PC Globe, Inc, AZ, USA. Worldwide. Confecção e adaptação: Niminon S. Pinheiro.



Os Kaingang paulistas, juntamente com os Kaingang do Estado do Paraná, constituem-se no maior grupo Jê meridional. Atualmente, estão em torno de 20.000 pessoas. Em São Paulo, eram habitantes imemoriais dos vales e espigões do interior paulista, margeando os rios Tietê, Peixe, Feio-Aguapeí, Paranapanema e inúmeros outros menores. Portanto, são donos originários das terras onde encontram-se as Aldeias de Icatú e de Vanuíre e também das que as circundam. Há grupos Kaingang espalhados pelo sul do Brasil, dentre os quais destacamos os indígenas dos Vales dos Rios Tibaji, Ivaí, Iguaçu e Uruguai. Tanto os Kaingang de São Paulo como os de outros estados pertencem à mesma etnia, que se separou há muito tempo, ficando um grupo aqui em São Paulo e outro cruzando o rio Paranapanema para não mais voltar¹⁷. Hoje pode-se observar que, apesar de semelhantes hábitos, costumes e língua, a trajetória percorrida tornou-os singulares, mesmo que todos eles pertençam à uma única etnia¹⁸.

Existem numerosos estudos, sob diferentes aspectos e períodos históricos referentes aos povos Jê meridionais, especificamente aos Kaingang. Encontramos aí valiosas informações para conhecer e entender a sociedade Kaingang e sua história, bem como material suficiente para confrontar e comparar com as fontes mencionadas nessa pesquisa. Tratando-se de estudos referentes à mesma etnia, Kaingang, os vários autores, no entanto, destacam-se por suas diferentes abordagens e épocas.

No início do século, o antropólogo alemão H. Von Ihering estudou a sociedade Kaingang e organizou no Museu Paulista material etnográfico recolhido pelos

¹⁷ Cf. URBAN, Greg. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". IN: CUNHA, Manuela C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras/Secr.Munic. de Cult., 1992 e também PINHEIRO, Niminon S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850 a 1912**. Dissertação.Unesp, Assis, 1992.

¹⁸ O contato com os Kaingang do norte do Paraná, além das fontes escritas, está relacionado ao acesso que tive à essas áreas como Assessora para as Áreas Indígenas no Projeto de Educação e Alfabetização de Trabalhadores Rurais Temporários (PEART). Visitei algumas reservas no Norte do Paraná e conversei bastante com seus moradores. Selecionei o capítulo "Cosmologia Kaingang", de minha dissertação de mestrado, e as lideranças das quatro aldeias (São Gerônimo, Apucarantina, Laranjinha e Santa Amélia) estão, atualmente, utilizando o texto na alfabetização e no ensino de história nas aldeias. Havia um projeto para a tradução para o Kaingang que não sei se teve continuidade.

Observei que, na Reserva Apucarantina, existe uma comunidade praticamente homogênea, formada por Kaingang que falam "a língua" no cotidiano. Outras comunidades do Norte do Paraná são formadas por Kaingang e Guaraní. Mas, nenhuma apresenta particularidades comparáveis às de São Paulo. A própria história da constituição das Reservas as diferenciam umas das outras. Existem pontos em comum, mas, para serem pensados é necessário que se tenha em mãos vários estudos específicos produzidos sobre cada uma delas.

"bugreiros". Eram despojos de aldeias abandonadas pelos índios fugidos ou massacrados¹⁹. Influenciado pelas teorias evolucionistas de sua época, o autor descreve, analisa e classifica a sociedade Kaingang, mesmo acreditando em e divulgando o seu inexorável desaparecimento²⁰. Para ele, o isolamento nas matas, a "fragilidade" de sua estrutura social diante da eficiente sociedade capitalista transformam os Kaingang em obstáculo ao progresso da civilização e, portanto, fadados ao extermínio. Nas famosas palavras do próprio autor, os Kaingang são "um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio"²¹. Através dessa lógica de pensamento, aspectos importantes da cultura indígena foram analisados unilateralmente pelo autor e desconsideradas as próprias razões (indígenas) que engendraram o material por ele estudado. Desta forma, a luta e resistência dos indígenas não aparecem em suas análises.

Na historiografia referente aos indígenas, a estrutura de análise que sustenta o pensamento de Ihering, idéias de superioridade e progresso da civilização e de atraso e obstáculo dos indígenas, ainda é observada em trabalhos posteriores²².

Autores mais recentes, abordam a história indígena de forma diferente de Ihering. Menos etnólogos e mais antropólogos e historiadores dedicam-se ao estudo do contexto histórico específico de cada caso. Entretanto, resvalam para a idéia tentadora, na década de 1970, de dissolução das comunidades indígenas específicas num cadinho de fusão étnica que resultaria na nacionalidade brasileira e na assimilação do índio à sociedade nacional. Sem negar a existência de uma característica brasileira oriunda de misturas e miscigenações, é importante perceber que a identificação de uma nacionalidade nessas bases é falsa, pois oculta a diferenciação e as múltiplas culturas, as particularidades e principalmente as formas de resistência dessas comunidades.

Em Darcy Ribeiro (1986), Laraia e Matta (1967), Melatti (1976), por exemplo, resguardando seus méritos indiscutíveis para a história indígena que procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho, observa-se que, durante suas análises, destaca-se uma preocupação em definir um momento no processo de contato através do qual os

¹⁹IHERING, Hermann von. "A Antropologia do Estado de São Paulo". **Revista do Museu Paulista**. Tomo VII, São Paulo: 1905, p. 202-215.

²⁰ **Idem Ibidem** p. 215.

²¹ **Idem Ibidem** p. 211 e 215.

²² Conferir, por exemplo, CHAIM, Marivone M. **Os Aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás. Sua importância na política de povoamento (1749-1811)**. Goiânia: Oriente, 1974, p. 27.

grupos indígenas seriam integrados ou assimilados pelo contexto maior, que é a sociedade nacional. Acredita-se que a idéia de formar uma “Nação Brasileira”, tão cara aos fundadores do Brasil República, dos positivistas e do período Vargas, encontra eco nesses autores, às vezes dissimuladamente. O mesmo ocorre quando se denomina genericamente de “índios” todos os diferentes grupos indígenas indistintamente. Perde-se desta forma a pista para a compreensão do caso particular, das alianças, a partir de suas próprias necessidades e justificativas.

Acredita-se que a superação dos obstáculos apresentados pelos trabalhos acima mencionados deve muito aos próprios autores que, pela pesquisa séria que empreenderam e pelas sugestões e questões nelas colocadas, abriram caminho ao entendimento dos indígenas a partir de sua própria dinâmica.

Outra importante via aberta para a saída do fosso teórico que é a idéia de assimilação dos indígenas, creio, foi a aproximação da História e da Antropologia.

Bartomeu Meliá, descrevendo o processo histórico dos índios Guarani, define “etno-história” e o papel de ambas as disciplinas nessa construção:

“A etno-história que, pelo menos intencionalmente, visa à compreensão do processo vivido por um povo indígena desde as categorias e modos de ser do índio, pressupõe uma antropologia prévia. Nisto consistiria a especificidade da etno-história contraposta à história de uma etnia a partir das categorias culturais de outra sociedade. Não é de se estranhar, pois, que a etno-história guarani tenha se desenvolvido contemporaneamente à sua antropologia.”²³.

No sentido indicado por Meliá caminham as pesquisas de Tommasino e Motta para os Kaingang do Paraná.

Em relação aos estudos recentes dos Kaingang no Paraná e em Santa Catarina, a contribuição de D’Angelis, Helm, Motta e Tommasino é fundamental. Estudando os indígenas no norte do Paraná, Cecília Helm²⁴ descreve as condições econômicas e sociais e a inserção dos Kaingang na sociedade regional como camponeses assalariados, destacando as relações de dominação e subordinação sob uma

²³ MELIÁ, Bartomeu; SAUL, Marcos V. de A; MURARO, Valmir F. **O Guarani. Uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: Fudames, 1987. Nessa perspectiva historiográfica conferir a história dos indígenas de São Paulo colonial escrita por MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994 e também, do mesmo autor "Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séc.XVI-XVII" in: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras/FAPESP/SMC p.475 a 498.

perspectiva teórica marxista. Diferente de Helm, buscando uma linha de interpretação mais ligada à étnohistória, vinculando história e antropologia no estudo dos Kaingang, encontramos os trabalhos de D'Angelis ²⁵; Motta ²⁶ e Tommasino ²⁷. Os autores resgatam as estratégias indígenas e a historicidade e etnicidade dos Kaingang e de suas reivindicações. Para eles, a história indígena é um longo período de resistência e adaptação resistente aos processos de contato através dos quais os indígenas procuram sempre manter intacta sua identidade de índios Kaingang, e recuperar ou preservar as terras que habitam.

Quanto ao relacionamento dos Kaingang paulistas com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a legislação, é imprescindível a pesquisa realizada por Maria Júlia Pourchet ²⁸ e Manuela Carneiro da Cunha ²⁹. Membro do extinto CNPI, Pourchet faz um balanço de suas atividades e analisa três Postos Indígenas Kaingáng no século atual, concluindo que este órgão, oficialmente criado para auxiliar o índio "integrado" a superar sua condição de dependente e marginalizado, não atinge esta finalidade por preconceito dos funcionários, que não receberam treinamento específico para trabalhar no setor, carência de recursos financeiros, materiais, assessoria técnica e de treinamento básico em nível educacional e de saúde. Manuela C. da Cunha estuda e demonstra que, na legislação brasileira, os direitos dos indígenas foram e ainda são tratados de forma a possibilitar ambigüidades e distorções. A escravização, as mortes e o esbulho das terras indígenas "não existem" oficialmente. Há todo um jogo de idéias, teorias, argumentos, leis, decretos e artigos que confundem a interpretação e favorecem o conquistador. Estes trabalhos são significativos para esta pesquisa porque trata-se de um período no qual os Kaingang encontram-se diretamente em contato com a sociedade nacional, mediados por leis e órgãos de proteção que foram criados a partir da interação entre eles.

²⁴ HELM, Cecília M. V. **O índio camponês assalariado em Londrina. Relações de trabalho e identidade étnica.** Mimeografado, Curitiba, UFPr, 1977.

²⁵ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbanguê. História e Luta Kaingang em Santa Catarina.** Xanxerê, CIMI/SUL, 1984.

²⁶ MOTA, Lúcio Tadeu. **Presença e resistência Kaingáng no Paraná.** São Paulo: 1992.(Dissertação de Mestrado apresentada à. PUC/SP).

²⁷ TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade Jê Meridional em Movimento.** Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1995, 348p.

²⁸ POURCHET, Maria Júlia. **Ensaio e pesquisas Kaingáng.** São Paulo: Ática, 1983, 128p.

²⁹ CUNHA, Manuela C.da. **Os Direitos do Índio. Ensaio e documentos.** São Paulo: Brasiliense, 1987, 230p.

Além dos autores já citados, são também relevantes para compreender os Kaingang e a relação entre eles e os “civilizados”, o etnólogo e antropólogo Herbert Baldus³⁰ e os vários autores que publicaram estudos sobre os Kaingang nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo³¹, nos Anais e Revistas do Museu Paulista³², nas Revistas Trimensais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro bem como os relatórios de exploração dos rios do Oeste paulista, principalmente dos rios Feio Aguapey e do Peixe. São publicações indispensáveis para a compreensão histórica dos sentidos e dos significados dos Kaingang e de seu território para a formação da sociedade do Oeste do Estado. A maioria de seus autores pertenciam à elite política, intelectual e técnica do país e acreditavam também nas idéias de progresso técnico e civilização do indígena. Além do que, muitos deles tinham interesses particulares nas terras dos índios como é, por exemplo, a família do senador Luíz Piza.

Há na historiografia paulista, recente estudo que redefini de forma brilhante e bem documentada o papel do indígena bem como de sua contribuição para a formação da sociedade. Utilizando fontes inéditas e também fontes já trabalhadas por outros autores mas através de abordagem diferente, *Negros da Terra - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de John Manuel Monteiro, refere-se à presença dos indígenas, como sujeitos, na formação da sociedade paulista no período colonial. Nesse estudo, os indígenas e seus movimentos populacionais aparecem como uma força social imprescindível. Escravizados pelos bandeirantes em suas fazendas, eles produzem e transportam as mercadorias da Província. A sua maior ou menor presença nas fazendas, bem como a competência na sua “administração”, demonstra a riqueza e habilidade de seus “proprietários”. Além dos indígenas, esse trabalho reconstitui também a participação dos bandeirantes na história paulista. Monteiro também discute o papel de herói dos bandeirantes quando resgata dos inventários paroquiais a trama

³⁰ BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira** Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª Brasileira, v. 1, São Paulo: 1937, 346p; “A necessidade do trabalho indianista no Brasil”, **Revista do Arquivo Municipal**. LVII, São Paulo: 1939, p. 139-150; “Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil”. In: **Homem, Cultura e Sociedade no Brasil**. Coletânea, Petrópolis: Vozes, 1972, p. 209-230.

³¹ Tais como FREITAS, Afonso de. “Os Caingangs de São Paulo”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. v. 8, s/d, p.361-395; KRUG, E. “Os índios das margens do Paranapanema”. **Revista do IHeG de São Paulo**. São Paulo, v. 11, 1924; PIZA, Marcelo. “Notas sobre os Caingangs”. **Revista do IHeG de São Paulo**. v. 35, São Paulo: 1938, p. 199-209; WHITAKER, Francisco. “Recordações”. **Revista do IHeG de São Paulo**. v. 44 (1ª parte), 1948, p.189-203; CARVALHO, J. Ribeiro Sá. “O desbravamento dos Sertões de Araçatuba”. **Revista do IHeG de São Paulo**. v. XLIV, 1948

³²SOUZA, Geraldo H. de Paulo. “Notas sobre uma visita a um acampamento de índios Caingangs”. **Revista do Museu Paulista**. Tomo X, São Paulo: 1918, p. 739-768; TESCHAUER, S.J.P. Carlos. “Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul”. **Boletim do Museu Nacional**. v. 3, n.3, Rio de Janeiro: 1927, p. 37-56.

da sociedade, na qual aparece como principal interesse o vínculo dos bandeirantes com a captura e escravização dos indígenas Guarani. A escassez de mão de obra indígena devido aos maus tratos, às epidemias e às dificuldades de apressamento, vai pouco a pouco provocando o declínio da economia paulista. O mérito maior, ao meu ver, inerente ao trabalho de Monteiro é o fato de discutir a importância e a própria existência da escravidão indígena na economia paulista, derrubando desta forma uma cortina criada pela historiografia brasileira³³, em acordo com a classe dominante, sobre a exploração do trabalho indígena.

Warren Dean, na obra *A Ferro e Fogo - História e a Devastação da Mata Atlântica*, estudando em particular a destruição das Florestas que compõem a Mata Atlântica, demonstra a dependência da sociedade em relação à ela e as perdas e desperdícios que se processaram ao longo dos anos. O autor atribui parte destas perdas à forma como as florestas foram sendo utilizadas pela sociedade brasileira e acrescenta que junto com a perda das florestas muito se perdeu em conhecimentos indígenas sobre elas e através delas acumulados.

“Os invasores portugueses imprevidentemente destruíram uma considerável realização cultural, da qual tinham apenas pálida consciência e à qual não conseguiram dar nenhum valor: a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior. Os homens da Mata Atlântica, como todas as suas outras criaturas, haviam armazenado, durante 12 mil anos, seus próprios estoques de informação. Cada grupo havia atribuído nomes a centenas de espécies para as quais encontraram algum uso e sobre as quais conheceram os habitats, estações, hábitos e, ainda, relações com outras espécies. Uma vez que os recursos e experiências de cada aldeia diferiam dos de seus vizinhos, milhares de espécies da Mata Atlântica tinham sido

³³ Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ver também John HEMMING, **Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians**. London: Papermac, 1995, citado na bibliografia de Monteiro (edição de 1978), que também discute a participação indígena na economia pelo via da escravização. No entanto, esta análise da participação indígena é bastante incomum. Lembro-me de uma palestra da Professora Claude Lépine (Unesp/Marília), sobre escravidão negra, em 1987, no curso de metodologia da pós-graduação, à quem perguntei sobre a existência de escravidão entre os indígenas e ela me respondeu, com quem acordaram outras pessoas da sala, que a a condição dos indígenas não era discutível nos termos de escravidão. Notei também no trabalho de PETRONE, Pasquale. **Os Aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da região paulista**. Tese de Livre Docência . USP: 1964 que o conceito utilizado pelo autor para estudar a exploração indígena na colônia não foi o de escravidão mas o termo oficialmente utilizado para tanto: administrado.

catalogadas na memória de seus habitantes humanos. Apenas a tradição oral preservava essa cultura. Uma vez retirados os indígenas de seus habitats, toda essa informação começou a se deteriorar, e a floresta se tornou estranha e carente de propósito humano.” ³⁴

Fato esse que poderia ter sido evitado, isto é, seu caráter predatório, caso houvesse troca de conhecimentos. O autor vincula a dinâmica da sociedade e sua cultura específica ao processo de transformação e destruição da natureza. Seu trabalho aponta caminho para pensar a sociedade Oeste paulista especificando duas formas de pensamento e de utilização do meio ambiente radicalmente diferentes: a das comunidades indígenas “holísticas”, abertas ao outro, coletivistas, de controle e preservação do meio natural no qual se insere e as frentes e agentes colonizadores, etnocêntrica, individualista, racionalizada em bases científicas de exploração predatória.

Em sentido semelhante e apontando para uma solução política, Eduardo V. de Castro e Anthony Seeger discutem a questão do contato e da territorialidade indígena. As transformações ecológicas afetam outros níveis da sociedade. Os autores perguntam “até que ponto as alterações causadas pela economia capitalista sobre os meios ambientes indígenas irão repercutir sobre outros aspectos das sociedades tribais” ? Segundo os autores, a dominação nacional sobre os grupos indígenas e a ineficiência dos mediadores até agora existentes – padrões regionais, SPI e FUNAI, missões religiosas – não têm resultado em situações favoráveis aos indígenas. Para eles a questão fundamental que começou afetando a esfera econômica só poderá ser resolvida pela esfera política, isto é, a mediação de lideranças indígenas que não compactuem com o esbulho das terras indígenas ou a exploração de sua mão de obra, que não desemboquem naquilo que Darcy Ribeiro chama de “consciência espúria do índio civilizado” , isto é, “consciência (...) que vai deixando de servir aos desígnios do próprio grupo e às condições de sua preservação como tal, para incorporar conteúdos que facilitam sua dominação e a justificam.”³⁵.

Vanuíre sofre pressões e, na primeira metade deste século, foi também marcada pelos custos sociais da construção de uma sociedade brasileira inserida nos

³⁴ Cf. DEAN, Warren. **A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 p.83

³⁵ Cf. CASTRO, Eduardo V. de e SEEGER, Anthony “Terras e Territórios Indígenas no Brasil”. IN: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 108-109 (Coleção Encontros com a Civilização Brasileira; v.12) e RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** p. 419.

parâmetros da modernidade. Há um crescente autoritarismo da classe dominante em busca de “legalidade” para a “nova sociedade”. Segundo Zélia Lopes da Silva, este processo configura-se em um sistema social classificatório e excludente, ordenador da sociedade racionalizada. Direcionada para a disciplina do trabalho, ela desenvolve mecanismos para educar, nesse sentido, o “novo-homem”. Àqueles que não se “ajustam” à nova ordem, resta-lhes um mundo paralelo, dos desajustados socialmente, os indesejáveis ao convívio social: os doentes, os pobres, os negros, os curandeiros e os indígenas. Criam-se prisões, colônias correccionais, escolas, ambulatórios, clínicas, dispensários e hospícios³⁶. Nessa esteira segue o projeto do SPILTN, criado com o fim de incorporar o índio à civilização, pelo trabalho.

Para moralizar a classe trabalhadora, um dos primeiros atos do governo provisório de Getúlio Vargas, em 24/12/1930, foi a criação do Departamento de Assistência Geral aos Psicopatas. Este ato fazia parte de uma série de outros no intuito de estirpar da sociedade modernizada os agentes transmissores das moléstias, os “perigos sociais”, as “classes perigosas”, “sub-produtos do operariado urbano, filhas espúrias do ‘progresso’, do ‘industrialismo’ e do ‘urbanismo’”³⁷.

De que forma a relação acima vincula-se a questão indígena? Segundo Bourdieu, conhecer as tendências gerais e as consequências delas sobre o objeto estudado e sua elaboração apresenta algumas vantagens.

"O proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo interior se isolou o objecto estudado (...) consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se abstraiu um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado ..." ³⁸

Assim, acredita-se que, tanto para C. Geertz³⁹ quanto para P. Bourdieu, há uma reflexão sobre linhas de força que atuam de dentro para fora, do interior das formações sociais para fora delas (a ordem cultural, as estruturas, as relações pessoais e simbólicas), mas também forças que atuam de fora para dentro. Estas últimas se

³⁶ Cf. SILVA, Zélia Lopes da. “O Homem Novo: projeções imaginárias / realidade social”. IN: **O Arcaico e o Moderno na Constituinte de 1933/1934**. Tese Doutorado, USP, 1991, p 154-216; Ver também ROCHA, Luiz Carlos. “Há algo de degenerado no reino da sociedade industrial moderna”. IN: MERISSE, Antonio (et.al.) **Lugares da infância - reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 11-24

³⁷ **Idem Ibidem** p. 173-174.

³⁸ **Idem, Ibidem** p 31 e 32.

³⁹ GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

constituem em forças que fogem do controle direto dos componentes sociais mas que atuam sobre sua formação e continuidade.

Marshall Sahlins introduz outra variável, seguindo na mesma direção que Geertz. Para ele, não existe distinção rígida entre a História e a Antropologia. No início de seu livro *Ilhas de História*, ele faz uma menção ao significado de evento e de suas ligações com a cultura e a história e cita Geertz .

*“Mais adiante, cito uma observação de Clifford Geertz, para quem um evento é uma atualização única de um fenômeno geral, uma realização contingente do padrão cultural - o que poderia ser uma boa caracterização “tout court” da própria história. Por outro lado, entretanto, como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação. Poderíamos até falar de ‘transformação estrutural’, pois a alteração de alguns sentidos muda a relação de posição entre as categorias culturais, havendo assim uma ‘mudança sistêmica’ ”.*⁴⁰

Dessas reflexões compreende-se que os processos que envolvem as formações sociais são dinâmicos tanto na sua historicidade quanto na sua estrutura. Há movimento, troca, fluxo entre ocorrências locais e de amplitudes maiores, em níveis conjunturais e estruturais, transformando as sociedades e criando novas situações e significados que se manifestam nas leituras que cada segmento social faz do mundo.

Ao demarcarmos como momento inicial dessa pesquisa o momento no qual o Governo do Estado de São Paulo, sob vários tipos de pressões, passa a investir em outras formas de contato com os índios, que não se restringem à catequese católica ou às batidas mas a um tipo de “guerra sublimada” entre o próprio Estado e as comunidades indígenas, denominado de “pacificação”, estamos elegendo um evento, um acontecimento, ao mesmo tempo geral e específico, de amplitude conjuntural e estrutural, posto que é resultado de polêmicas e de trocas simbólicas e materiais entre os diversos segmentos humanos que compõem formações sociais mais amplas.

Não foi uma mudança natural, houve resistência à mudança de direcionamento no contato com os indígenas e na criação do SPI, principalmente de parte dos religiosos e seus aliados, os bugreiros. Houve ferrenha polêmica nos jornais da época

entre os favoráveis à continuidade da catequese e os contrários a ela, positivistas, partidários de uma atuação leiga respaldada pelo governo federal republicano ⁴¹. A criação do SPILTN pelo governo foi altamente valorizada por críticas favoráveis de jornais ingleses da época, que elogiaram o êxito dos procedimentos de “brandura” utilizados na “pacificação” dos indígenas, que teve como consequência a mais rápida liberação de terras para colonização capitalista.

Nesse momento, a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) muda a imagem do governo. Confunde as críticas à sua atuação e propicia o aparecimento e a heroicização de Rondon dentro da nova ordem social. Contribui, portanto, para criar, fortalecer e instituir a memória de um governo bom, protetor e defensor dos pobres e miseráveis, principalmente dos indígenas, a despeito de uma outra versão dos fatos mais ligada à violência das práticas sociais cotidianas, à continuidade da corrupção, da impunidade, da injustiça, do esbulho da terras dos índios e dos posseiros pobres, do etnocídio. Estes são todos elementos que integram a sociedade Oeste paulista, preservando nuances típicas de “sistema coronelista” ao identificar suas bases no latifúndio, no privilégio e no paternalismo. Apontamos para a existência de convivência entre os funcionários do governo, do SPI, com esse sistema, conforme veremos ao longo desse trabalho.

Ao criar o SPI, isto é, ao transferir as responsabilidades do contato com os indígenas para a esfera oficial, o que está ocorrendo, na realidade, é uma mudança tática e estratégica nas formas de ocupação dos territórios ainda dominados pelo sistema tribal. É nesse contexto de transformação de um sistema de apropriação do espaço para outro sistema que aparece, como agentes e fontes significativas deste trabalho, Luíz Bueno Horta Barbosa, inspetor do SPILTN, e Manoel Silvino Bandeira de Mello, encarregado do Posto.

Alguns desses intermediários (figura, aliás, também ambígua tal qual tem sido toda a legislação e atuação do Brasil em relação aos indígenas) vão se identificar com o indígena – com o inimigo, conforme análise de Lima⁴² - e trabalhar no sentido de

⁴⁰ SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 7.

⁴¹ Cf. “Algumas impressões do nosso Far-West - A tribu dos Kaingangs está inteiramente pacificada - Veigmon - o Ruy Barbosa das florestas” e “Coisas da semana” In: **Correio da Manhã**. 9/9/1912. “Berlim, 28” e “Visita do Conselho Director da Camara do Commercio” In: **Jornal do Commercio**. 29/09/1912. “Serviço de Proteção aos Índios - Uma notável consagração - Honrosas referencias ao sentimento brasileiro - Justo conceito” In: **O Paiz**. 22/07/1912. **Museu do Índio**, Rio de Janeiro, Setor de Documentação, Filme 382.

⁴² Cf. LIMA, Antonio Carlos de S. **Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

denunciar e amenizar as perdas que os índios (os inimigos) estão tendo. No entanto, outros funcionários do SPI, favorecidos pela estrutura da sociedade e das leis fundiárias, pela falta de condições dignas de trabalho e de salário, e, a contingente facilidade propícia para a corrupção, afrouxam os seus princípios de honestidade e altruísmo e atuam em acordo com grileiros, exploradores e poderosos locais, angariando vantagens econômicas e autoridade pessoal.

Manuel S. Bandeira de Mello destacou-se na pacificação dos Kaingang e foi, durante décadas, o encarregado de Vanuíre. Apesar de sua importância, sua figura não obteve o destaque que o SPILTN costumava atribuir aos seus funcionários. Isto devido à vários fatores dentre os quais as crises financeiras e políticas, da instituição e sociedade, e conflitos entre ele e a inspetoria prefigurada no inspetor Luís Bueno Horta Barbosa e nos seus dois sucessores.

Fontes e metodologia

Em relação às fontes utilizadas nesse trabalho sobre a história de Vanuíre, utilizamos os seguintes documentos: várias correspondências, relatórios, diários do chefe do Posto, diários da enfermaria, conferências⁴³ e outros documentos diversos trocados entre os inspetores e encarregados do SPI ou publicados por seus inspetores; artigos de jornais da época, relatórios da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, dossiê da Mica referente à extração desse mineral da Aldeia de Guido Marlière de onde vieram os Krenak e o dossiê Domingos Zoner sobre a invasão das terras de Vanuie depois da demarcação e o seu arrendamento. Por último, foram utilizadas as entrevistas e depoimentos orais dos indígenas e da filha de Bandeira de Mello, a Senhora Anna Izabel B. de Mello (82 anos), que revelam fatos cotidianos do período e da pacificação, não mencionados por Horta Barbosa ou até dando uma outra versão dos episódios.

Foi realizada pesquisa nos Cartórios de Registro de Imóveis de Bauru e Assis.

Além das legislações indigenistas do período e as Constituições da República, foram também consultadas análises relativas à essa legislação. Destacamos os

⁴³ Duas conferências realizadas pela inspetoria de São Paulo na figura de seu inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa. A primeira conferência intitula-se "A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas - Hábitos, Costumes e Instituições Desses Índios" datada de 19/11/1913, publicada em 1947; a segunda "O Problema Indígena do Brasil" de 01/04/1925, publicada em 1947. Acrescente-se ainda a "Exposição sobre o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio relativo ao anno de 1911" publicada em 1913.

trabalhos dos antropólogos e historiadores Darcy Ribeiro (1986), Manuela C. da Cunha (1987) e de José Mauro Gagliardi (1989) ⁴⁴.

A pesquisa foi desenvolvida em várias instituições. Dentre elas destacam-se o arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa da Unesp/Assis (CEDAP), o arquivo microfilmado e a biblioteca do Museu do Índio no Rio de Janeiro, onde está a maior parte do material; o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Centro de Memória Regional de Bauru e a documentação da própria Aldeia Vanuíre (material em estado avançado de deterioração). Os documentos que ainda não haviam sido queimados pelos indígenas foram retirados pela pesquisadora do forro de uma das residências dos mesmos. Os documentos mencionados vão de 1939 à atualidade com grandes lacunas. No Museu do Índio está a documentação resgatada por Moreira Neto⁴⁵ e microfilmada por sua equipe. Nesta documentação, produzida pelo Serviço de Proteção aos Índios, os limites de datas vão do início do século ao início da década de 1960.

Além dos documentos citados, destaca-se também o livro de memória de Darcy Bandeira de Mello, filho de Bandeira de Mello.

Em relação às entrevistas, destacamos que esta metodologia não se constitui em uma técnica, apenas, ou em uma teoria. Conforme Ferreira e Amado:

"...a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho (...) funcionando como ponte entre teoria e prática." ⁴⁶

A documentação escrita proveniente das pesquisas nos arquivos públicos e da Aldeia também tem aspectos semelhantes e funciona na mesma direção da história oral. Isto é, procura-se particularizar os eventos através dos documentos sem perder sua historicidade. No caso da documentação oral, observou-se uma série de nuances: emocionais, cotidianas e caracterizadoras dessa sociedade indígena.

⁴⁴RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.**; CUNHA, Manuela C. **Op. Cit.**; GAGLIARDI, José M. **Op. Cit.**

⁴⁵ Segundo a arquivista do Museu, Rosely Curi Rondinelli, essa documentação foi recolhida por Carlos de Araújo Moreira Neto e sua equipe nos postos indígenas. São as segundas, terceiras ou quartas vias dos documentos. As primeiras vias, enviadas para as Delegacias regionais do SPI, perderam-se no incêndio que se alastrou na documentação do SPI em Brasília logo após o arquivo ter sido transferido do Rio para lá. Segundo informou, é possível que o incêndio tenha sido provocado por interessados em destruir provas de que os índios eram os legítimos donos e habitantes de terras no país. Os documentos incendiados seriam provas e facilitariam aos índios a vitória em conflitos de terra.

⁴⁶AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996 [p.XVI]

Na entrevista com Dona Antonia de Paula Barbosa, por exemplo, esposa do cacique Antonio Barbosa, já falecido, ficou evidente que ela, ou talvez os indígenas em geral, não falam dos mortos ou não gostam de falar deles. O assassinato de sua neta Rosana, aos sete anos de idade, acabou não sendo por ela comentado, apesar de ter ocorrido de forma violentíssima e na sua presença. Durante a entrevista houve momentos de incerteza em relação à sua continuidade ou não. A entrevista parecia não fluir espontaneamente. Era como se soubéssemos de algo que deveria ser falado mas que não o era. Melatti comentou no seu trabalho sobre os Kaingang paulistas ⁴⁷ que os mesmos não gostam de falar de mortes nem de mortos. A Dona Antonia não quis ou não pode falar no assunto da neta Rosana durante a entrevista.

Outra questão técnica, percebida durante o trabalho com as entrevistas, é a importância do registro das informações preliminares como data, local de nascimento, nome completo, data e local da entrevista. Estes dados são importantes na hora da transcrição e de trabalhar a entrevista e confrontar com documentos escritos.

Na transcrição das entrevistas foi respeitada a fala indígena. Assim, foram registrados os erros de português dos entrevistados e suas construções gramaticais. Percebeu-se que, caso isso fosse alterado, o som, o sentido e mesmo o significado da fala do entrevistado ficaria distante da realidade. Respeitando-se os erros e criações gramaticais expressas pelo entrevistado é como estar diante dele, ouvindo de sua própria pessoa as palavras que na realidade se está lendo, com "seus jeitos", seu tempo, seu silêncio ... seu encadeamento de idéias... Manter esses "erros" é uma forma de aproximar-se um pouco mais do ritmo da pessoa entrevistada.

Durante as primeiras entrevistas realizadas na Aldeia de Vanuíre, como esta de Dona Antonia, houve também algumas dificuldades relacionadas à correspondência entre personagens mencionadas pela entrevistada com as devidas pessoas reais e a correta e rápida intervenção da pesquisadora de forma adequada o suficiente para gerar questões. Esse problema diminui com a continuidade do trabalho.

Já a entrevista com Carlos Jorge, então presidente da Associação Comunitária Índia Vanuíre (ACIV), transcorreu tranquilamente no escritório da ACIV, que é a Sede do Posto. Carlos Jorge é o único na Aldeia que tem o curso de segundo grau completo. Ele falou do Projeto da Represa que é de interesse geral na comunidade, dos arrendamentos e das lavouras comunitárias e individuais (familiares).

⁴⁷ MELATTI, Delvair M. **Aspectos da Organização Social dos Kaingáng Paulistas**. Brasília: Funai, 1976

Na fala de Carlos Jorge nota-se, pela repetição constante, que alguns conceitos adquiriram um significado especial na sua vida, definindo lugares e posições estratégicas. É o caso dos termos "lá fora" e "aqui dentro". Ele estudou três anos em uma escola agrícola no município de Garça (SP). Lá ele sofreu muito. Foi perseguido e ameaçado pelos colegas de classe pelo fato de ser índio. Apesar das pressões dos colegas não desistiu do curso. Entretanto, ficou chocado com o preconceito e fechou-se ainda mais no mundo indígena, como num refúgio. "Aqui dentro", falado na sua voz, soa aconchegante e amigável, dá a noção e o sentido de um grupo que se protege, preservando-se uns aos outros. Sente-se a solidariedade e a lealdade entre todos diante de uma possível e certa ameaça "lá de fora", pronunciado com apreensão, uma mistura de medo e desconhecimento, "do branco", "do civilizado", como ele disse na entrevista.

No decorrer da pesquisa, mais precisamente na forma como os arquivos vão sendo organizados e seu material registrado, fonte para os pesquisadores, constatou-se maior facilidade em trabalhar documentos produzidos pela classe dominante. Muitas vezes, essa era a única memória preservada no arquivo. Mesmo quando o "fundo" ou os "fundos" dos arquivos tenham a pretensão de abarcar todas as determinações do presente, constata-se, na prática, que as memórias não oficiais têm difícil acesso à perenidade. É o caso dos indígenas.

Paul Thompson, conhecido historiador inglês que trabalha com documentos escritos e orais, disse, a respeito, em *A Voz do Passado. História Oral*:

*"Quanto mais um documento fosse pessoal, local ou não oficial, menor a probabilidade de que continuasse a existir."*⁴⁸

Alertado sobre este ponto, o trabalho do historiador torna-se bastante delicado. Nesta infinidade de materiais, tenta-se reordenar o material já organizado ou criar o próprio arquivo a partir de uma perspectiva que busca uma memória diferente daquela já instituída, esperando com isso contribuir para torná-la conhecida⁴⁹.

Nesse sentido, a pesquisa histórica adquire, diante das fontes, o status de uma minuciosa investigação. O historiador italiano Carlo Ginzburg⁵⁰ utiliza nesse trabalho

⁴⁸THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁴⁹ Nesse sentido, um bom exemplo é a obra de MONTEIRO, John M. **Os negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵⁰GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário" IN: **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.143-179.

um método por ele denominado de “método indiciante”, inspirado nos procedimentos médicos de diagnosticar os pacientes. Suas análises preocupam-se em desvendar as diferenças e singularidades dos povos, dos indivíduos e não têm regras a serem seguidas racionalmente. O pesquisador deve utilizar suas qualidades que mais o aproximam do detetive e dos animais como por exemplo: o faro, o golpe de vista e a intuição⁵¹. Desta forma, a qualidade da análise ganha em relação à quantidade.

Julie Cruikshank⁵², antropólogo e historiador, é otimista sobre a questão de pesquisar-se em fontes escritas a fim de compreender processos históricos de povos sem escrita. Pesquisando em sociedades ágrafas, isto é, trabalhando com populações inseridas em sociedades letradas, mas para as quais a escrita não é a principal forma de transmissão de conhecimentos, ele afirma ser importante a utilização de ambas as fontes: documentos escritos e orais, pois o pesquisador poderá perceber perplexo que “a tradição oral nem sempre é apenas oral ” Há vestígios dela também nos documentos escritos. ⁵³ .

Sinopse dos Capítulos

O tema investigado foi estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, “O Oeste Indígena”, procurou-se demonstrar a dimensão do que denominamos como “Oeste indígena” ou “espaço indígena”. Elementos políticos, econômicos, geográficos e de representações simbólicas são analisados como integradores do sistema social e definidores da especificidade de sua territorialidade. Refere-se também aos aspectos tradicionais da cultura indígena e de suas forças mentais de interpretação do universo - os mitos, a relação com a natureza - seus valores e a disputa entre essas formas simbólicas, indígenas, e as memórias colocadas e valorizadas pelos civilizados no plano da representação da territorialidade.

No segundo capítulo, “Bugreiros e Militares na conquista dos territórios indígenas”, buscamos avaliar o contexto da sociedade no período anterior à pacificação, os conflitos entre os Kaingang e os bugreiros, e analisar o momento de transformação dessas táticas de apropriação do espaço indígena, redefinidas pelo

⁵¹ **Idem Ibidem** p. 179.

⁵² CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. IN: AMADO, Janaína e M. de M. FERREIRA (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996 p149-164.

⁵³ **Idem Ibidem** p.163.

governo na mediação dos militares através da criação Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

O processo desenvolvido no capítulo anterior é demonstrado no terceiro capítulo pela ação tática de utilização de instrumentos civilizados e da mediação dos indígenas pelo SPILTN para conseguir “atrair” e “pacificar” os Kaingang, possibilitando a aplicação da segunda parte do plano: controlar e administrar os índios favorecendo a colonização do seu território.

No quarto capítulo, “A criação e destruição da ‘Vila Kaingang’”, vinculamos os interesses do SPILTN aos de particulares, fazendeiros e grileiros, ambos direcionados para a apropriação das terras indígenas e controle do povo que as habitava. Destacando-se nesse processo as estratégias protecionistas e paternalistas utilizadas pelo SPILTN para legitimar seu papel de mediador e justificar-se perante os indígenas e a sociedade civilizada na posição de administrador dos índios e de seu patrimônio.

Através da criação e destruição de “Vila Kaingang”, analisamos os conflitos e as relações de aliança criadas entre os indígenas e o SPILTN – via Bandeira de Mello e sua família - e entre o SPILTN e os fazendeiros locais – via inspetoria e grileiros - provocando, em 1916, o deslocamento dos indígenas para onde são hoje as Aldeias de Icatú e Vanuíre.

Observamos que, através do processo de “pacificação” dos Kaingang em 1912, houve uma rápida valorização econômica de suas terras e conseqüente demarcação e comercialização, constituindo-se numa “invasão legalizada” de seus territórios pelos fazendeiros. São responsáveis por isso companhias de colonização ligadas aos políticos e ao próprio Serviço de Proteção aos Índios. Essa situação, além de demonstrar a corrupção e a valorização dos interesses econômicos de uma elite brasileira, também indicou o perfil da formação da sociedade do Oeste paulista. O SPI era então o órgão do governo responsável pelo funcionamento e pela administração do sistema que mantinha os índios em reservas, sob controle e vigilância e suas terras disponíveis para as Cias de Colonização. Em decorrência, os Kaingang foram transferidos de “Vila Kaingang” para Vanuíre.

No quinto capítulo, analisamos o projeto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na administração e controle dos indígenas através das diferentes táticas de seus encarregados para Vanuíre e dos conflitos e alianças que houveram entre eles e a inspetoria regional do SPI para São Paulo. A violência contra os indígenas daí decorrente fica demonstrada pelas migrações, prisões e internação em hospícios.

Nesse período alguns Terena (Aruak) do Sul de Mato Grosso e Krenak (Borun) do Vale do rio Doce iniciaram suas migrações forçadas (caso dos Krenak) ou direcionadas (caso dos Terena) e muitos deles passaram a viver em Vanuíre, constituindo o que chamo de sociedade multiétnica.

Para concluir, em “Considerações Finais”, enfocamos um aspecto evidenciado pelo estudo empreendido: apesar da transformação dos territórios tribais em “Oeste paulista” e de terem os indígenas sido cercados pela civilização, eles não deixaram de se verem como índios e de serem considerados como tal pela sociedade envolvente. Este fato possibilitou a existência de um projeto indígena. Além disso, pode-se perceber nesse projeto, as diferenciações étnicas entre eles também são relevadas, o que não foi observado pelo projeto do SPI.

Desta forma, para efeito de conclusão e continuidade, discutimos o projeto dos índios de Vanuíre, *Aldeia localizada no Oeste paulista*, denominado por eles de “resgate da cultura”, e suas estratégias e táticas criadas para implementar a execução e alcançar os objetivos.

O OESTE INDÍGENA

“...eu sabia que a crença na sacralidade da terra não faz parte da minha herança cultural. Era mais do que geográfica a distância que eu sentia.”

- Frederick Turner. O Espírito Ocidental contra a Natureza. Rio de Janeiro: Campus, 1990 p.15

Ocidente paulista ou Planalto Ocidental é como tem se designado a região escolhida pela nação indígena Kaingang para consagrar como seu território, desde milhares de anos atrás. Vieram de terras localizadas ao Norte, provavelmente entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia há mais de três mil anos. As migrações seguiram em direção Sul e Sudeste do país ⁵⁴ e os Kaingang se desenvolveram como uma das maiores nações indígenas do Brasil. Suas fronteiras, anteriores à existência da “nação” Brasil, iam além dos limites da nação e eles habitavam também o norte da Argentina. Um grande grupo se fixou no Oeste paulista enquanto outros seguiram rumo Sul.

Definindo geograficamente o que denominamos Oeste paulista, pode-se dizer que os Kaingang habitavam uma fração do Planalto Meridional Brasileiro, com características particulares, que se encontra a oeste do Planalto Atlântico, a leste do Rio Paraná, ao sul do Rio Grande e tem como limite meridional o norte do Paraná. Apesar de sua vastidão, o território indígena encontra-se inserido em um contexto geograficamente harmonioso no que se refere aos elementos: clima, solo, formação geológica, altitude, vegetação e povoamento.

Até o terceiro quartel do século 19 a penetração de frentes pioneiras agrícolas e criadoras não havia ultrapassado as regiões do centro leste compreendendo a chamada "depressão periférica". Esse imenso "vale" corta São Paulo de Norte a Sul, tendo uma larga ondulação mais para leste entre o Planalto Atlântico e a "cuesta" formada pelas escarpas do Planalto Ocidental ⁵⁵. Nessa faixa povoada, abrangendo as cidades de Limeira, Campinas, Sorocaba, Itu, Piracicaba, Araras e Rio Claro, concentravam-se, juntamente com a população do vale do Paraíba e do litoral os 837.354 habitantes “civilizados” paulistas recenseados em 1872 ⁵⁶. Daí para os lados

⁵⁴ Sobre a direção do povoamento Kaingang vêr: PINHEIRO, Niminon S. “Cap.II Os Kaingang paulistas e os Guaianá Coloniais”. IN: **Os Nômades. Étnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912**. Mestrado, Assis, Unesp, 1992, p. 110-133 ; URBAN, Greg. “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas” IN: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Secret. Cultura, Fapesp, 1992, p. 87-102.

⁵⁵ MONBEIG, Op. Cit. p24-28. Ver também SANCHES, A. e SALES, Geraldo F. **Geografia do Brasil**. 2º Grau IBEP, s\data. Em ambas as obras seus autores entendem por "cuestas" as "escarpas de planalto perpendiculares à declividade normal do relevo" e definem a Depressão Periférica pela formação de sedimentos paleozóicos, de altitudes modestas em relação às do Planalto Atlântico e do Planalto Arenito-basáltico. O Planalto Arenito-basáltico originou-se na era mesozóica sendo constituído por rochas sedimentares (os arenitos) e vulcânicas (o basalto). "As escarpas de 'cuestas', popularmente conhecidas como serras, singularizam essa porção do Planalto Brasileiro" SANCHES, A. Op.Cit p. 21; MONBEIG, P. Op. Cit. p.199 . Ver também SILVA, Zelia Lopes da. et alli. **Atlas Escolar de Botânica**. Rio de Janeiro: MEC, 1986.

⁵⁶ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary F. e R. de A. e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984, p. 24-28

da "cuesta", e, além dela para os vales dos Rios Paranapanema, do Peixe, Feio Aguapeí, Dourados, Grande, Tietê, e no Estado do Paraná nos vales dos rios Ivai e Tibagi, o povoamento era de indígenas, e predominantemente Kaingang. Era raro povoado de "sertanejos". Quando apareciam, seguiam paralelo ao longo caminho indígena, o Peabiru, percorrido pelos conquistadores desde o século 18, em direção a Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. A transformação dos povoados de colonos dá-se a partir desses pequenos grupos dispersos inicialmente. No último quartel do século 19, novas vilas são implantadas próximas à esses grupos ou através de aglomerados satélites inaugurando novas e inúmeras estradas e cidades. Inicia-se um tipo de urbanização planejada e estimulada pela política econômica do governo⁵⁷. Após 1870 os municípios, recém criados, de Botucatu, Lençóis, Jaú, Brotas, Jaboticabal, São Carlos e Araraquara eram os "postos" de avanço da conquista e colonização para o "sertão" de florestas, campos e ilhas de savanas que cobriam originalmente os territórios indígenas, os quais eram denominados pelos conquistadores por "terrenos desconhecidos" ou "desabitados" ⁵⁸.

O objeto desse capítulo é delimitar e definir o "espaço indígena" através de elementos integradores do sistema social. Dentre esses elementos consideramos relevantes as representações simbólicas, o perfil geográfico e ecológico que se apresentava em variadas formas. Na forma de florestas, rios, cachoeiras, campos de caça e lagoas para nadar e pescar e mapear. Na presença de Aldeias indígenas com residências ("in") fixas para abrigar dezenas de pessoas (até 100) ou nos paraventos, residências provisórias no meio do mato construídas para o pernoite do caçador ou de bandos em freqüentes caminhadas. Este território foi adaptado para a coletividade indígena e seu sistema social vinculado pelas representações míticas, de solidariedade, de ajuda mútua e de lealdades em uma geografia, humana e física, estruturada por filosofia e projeto social ligados à idéia de "reposição da vida em toda a sua extensão e qualidade (...) "⁵⁹. Cristalização que chamo de "espaço indígena" ou "território". É o mesmo lugar que, em oposição ao espaço/pensamento indígena, já começava a ser

⁵⁷Sobre a formação das cidades latino-americanas vêr MORSE, Richard. **A evolução das cidades latino americanas**. São Paulo: Brasiliense, 1975, 45 p (Cadernos CEBRAP, 22)

⁵⁸ Sobre "terrenos desconhecidos" ver o Mapa de Cornélio Schmidt no início deste trabalho e também os Relatórios da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo criada em março de 1886 e extinta em 1931. Para uma discussão do conceito vêr MOTA, Lúcio T. "Parte I- A construção do vazio demográfico". IN: **A guerra dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá, UEM, 1994, p7-59.

⁵⁹ Cf. CARVALHO, Silvia M. Schmuziger de. "O Trickster como personificação de uma práxis". São Paulo: **Perspectivas**, n. 8, 1985, p. 186.

reapropriado e reestruturado em outras bases filosóficas e estratégicas. As idéias racionais de exploração da natureza e as estratégias do progresso tecnológico utilizadas e representadas pela figura do conquistador e colonizador avançavam as suas trincheiras Oeste adentro.

Considerando-se que o espaço analisado foi descrito pelos estudiosos “civilizados”, antes de que fosse por eles transformado, vamos procurar, através de suas próprias descrições e das descrições indígenas, compreender a importância do território e do pensamento do povo que ali viveu tantos milênios e conseguiu, nesse tempo, não alterar de forma destrutiva os seus contornos.

O relevo, na forma de montanhas, serras e planaltos, tinha a preferência dos Kaingang. Observe-se que esta formação geográfica tinha também um importante papel na mitologia dessa nação e na explicação de sua sociologia. O significado da mítica serra *Crinijimbé* fica evidente na descrição da criação dos homens e de sua divisão em grupos e subgrupos, em dominantes e fugitivos, por isso escravizados, como acontece com os *Curutons*. Também o papel dos animais para os Kaingang era mediado pela serra mítica, conforme registrado por Telêmaco Morosines Borba, quando viveu entre os Kaingang, nas últimas décadas do séc. 19.

A serra mítica, *Crinijimbé*, aparece assim representada na mitologia Kaingang:

“Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Crinijimbé emergia das agoas. Os Caingangues, Cayurucrês e Camés nadavam em direção à ella levando na bocca achas de lenha incendidas. Os Cayurucrês e Camés cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros nos galhos das arvores; e alli passaram muitos dias sem que as agoas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a á agoa que se retirava lentamente. Gritaram elles ás saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando tambem o canto e convidando os patos a auxiliar-as; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde sahiram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das arvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seo trabalho, do lado donde o sol

nasce; por isso nossas agoas correm todas ao Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as agoas seccaram, os Caingangues se estabeleceram nas immediações de Crinijimbé. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por Cayurucrê, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abrio sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seos, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou agoa e, pela sêde, tiveram que pedil-a a Cayurucrê que consentio que a bebessem quanto necessitassem. Quando sahiram da serra mandaram os Curutons para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado em baixo; estes, porem, por preguiça de tornar a subir, ficaram alli e nunca mais se reuniram aos Caingangues: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. (...)”⁶⁰ (grifos meus)

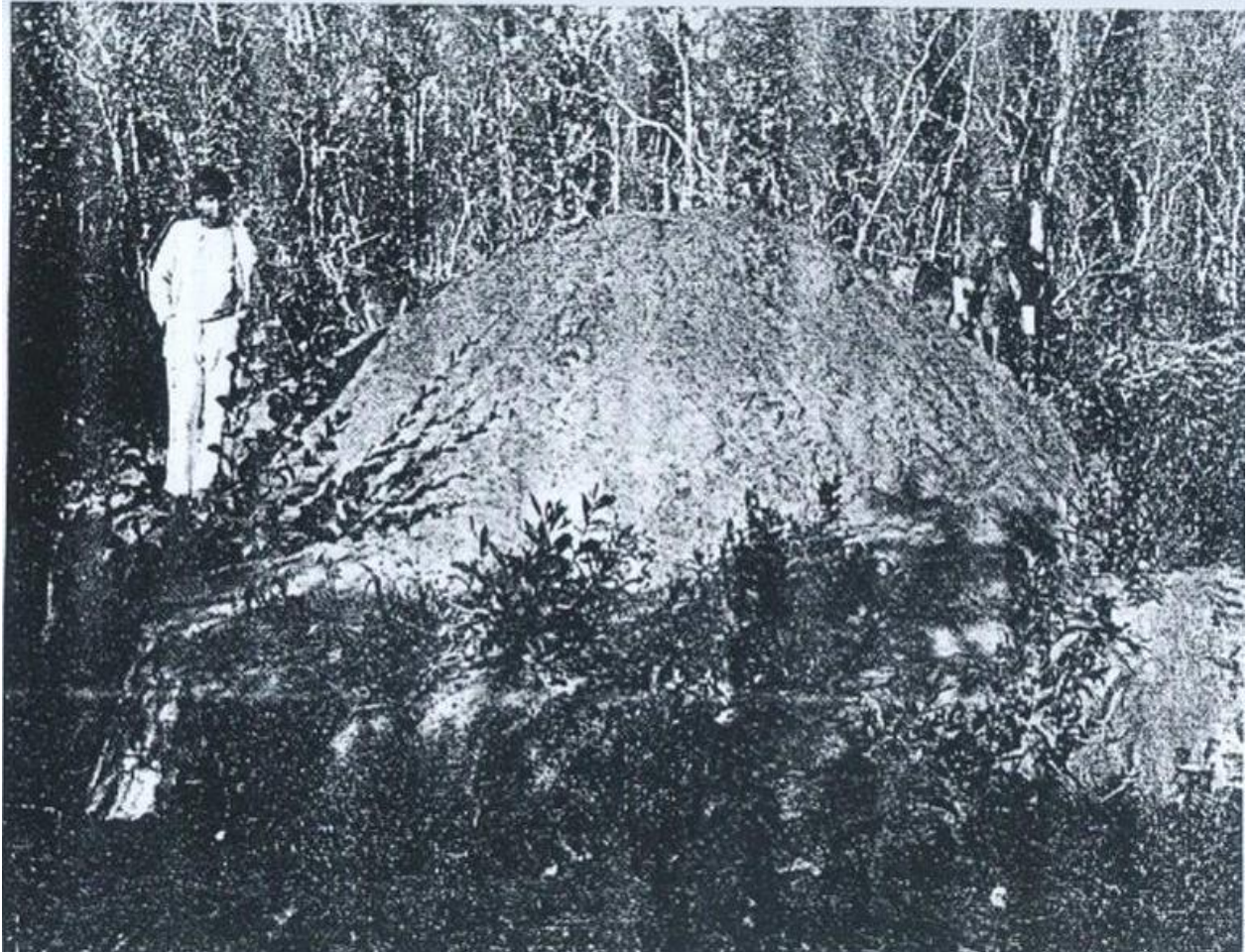
Dividida a terra entre os grupos, foram destinadas aos Kaingang, Kamé e Caiurucrés as partes altas. Aos Curutons, preguiçosos e fugitivos, restaram as terras baixas. Os Curutons eram possivelmente os Guarani, vizinhos dos Kaingang e às vezes feito prisioneiros e escravizados por estes.

Note-se que as almas dos dois grupos, Camé e Caiurucrê, se encontravam no “centro da serra”. Tal qual as formigas moravam no centro da pequena “serra” por elas construídas. Há uma identificação social e simbólica entre esse inseto, a formiga, e o homem Kaingang que pode ser observada pelos seus mitos mas também por outros aspectos de sua sociedade e cultura como por exemplo na forma de sua sepultura:

⁶⁰BORBA, Telemaco. **Actualidade Indígena** Curitiba, Typ. Lytog. a vapor Imp. Paranaense, 1908, p20-21.

Figura 2 – Sepultura Kaingang sendo mostrada por um indígena Kaingang à um fotógrafo anônimo.

Assim a descreve o inspetor Horta Barboza: “monte de terra cobrindo a sepultura de índio caingangue.” In: BARBOZA, “Pelo índio e...” Rio de Janeiro, 1923. (arquivo da biblioteca do Museu do Índio – RJ)



Os Kaingang, depois de mortos, se transformam em espíritos perigosos aos vivos, principalmente aos parentes próximos: os *Veincupri*. Mas também transformam-se em certos animais e insetos. Um dos mais importantes eram as formigas. Esse mito da montanha e do indígena abrindo caminhos diferentes no seu interior e encontrando-se com outros que também abriam caminhos no interior da montanha lembra um imenso formigueiro. Dessa montanha brotava uma fonte e se iniciava um pequeno lago e dele um rio que inundou a morada das formigas e forçou-as a buscarem abrigo em lugares mais altos. O mito do dilúvio descreve, utilizando-se dessa mesma imagem, a origem dos Kaingang, e justifica sua superioridade em relação aos Curutons.

Desta forma, a explicação para a origem do homem, de seus hábitos, de sua organização social e de sua interpretação da morte e da vida relaciona-se com a observação da natureza e a busca de adequação e junção dos dois mundos pelo pensamento, pela reflexão intelectual e filosófica. Daí origina-se o estilo dos mitos com suas raízes vinculadas à natureza.

Uma interpretação dada por Schaden, desse mito Kaingang relaciona-o às divisões internas à sociedade Kaingang, estipulando uma seqüência hierárquica para as classificações:

“A divisão da sociedade kaingang em metades exógamas e a posição recíproca dessas facções constitui, por assim dizer, o problema básico do mito. Já na ocasião em que as duas hordas abrem caminho através da serra de Krinjijiné se define uma certa inferioridade dos Kamé em face dos Kayurukré. (...)

A desigualdade de consideração relativa dos grupos de parentesco no seio da comunidade transfere-se assim para o mito tribal. Segundo uma interpretação, informa Baldus, a seqüência Votôro, Kadnyerú, Aniky e Kamé corresponde uma ordem decrescente de prestígio.”⁶¹

Egon Schaden também registra, em 1947, alguns mitos Kaingang, os quais são precedidos pela seguinte observação, dando-nos a idéia da grandiosidade e organização econômica, política e social de nação que teve tão vasto domínio territorial:

⁶¹ SCHADEN, Egon. *Apud* TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.** USP, 1995, p.48, Doutorado.

“Os Kaingang ou Coroados, que há poucos decênios dominavam ainda nas terras do oeste paulista, também foram outrora senhores temidos das matas e dos campos imensos que se estendem na zona ocidental dos três estados sulinos.”⁶²

Os mitos anotados por Schaden foram a ele narrados pelo chefe Xê (João Coelho), neto do “afamado Krim-Tã, um dos principais chefes tribais, cuja memória se perpetuou na ‘Campina do Cretã’, entre o Chopim e o Iguaçu”. O mito da origem de sua gente Kaingang também apresentava o mesmo motivo da vivência dentro da terra até que algo externo os fizesse sair para fora dela.

“Os primeiros Kaingáng foram Filtón e o ‘iambrê’ dele. Viveram muito, muito tempo antes da grande chuva que provocou a inundação de todo o mundo. Filtón era o chefe dos Kanherú e o outro o dos Kamé. Vieram do interior da terra. O chão tremeu e houve um estouro. Enxergaram a claridade e saíram de dentro da terra. A princípio eram dois grupos sómente, mas ao chegarem à superfície da terra fizeram também a subdivisão em Votôro e venhiký, por causa das festas que iam realizar.”⁶³

As festas que iam realizar eram as mesmas que determinavam o equilíbrio numérico dos grupos e também os casamentos e nomeações. Para esse evento era necessário saber com clareza a que grupo e subgrupo cada um pertencia para que, desta forma, fosse possível determinar os casais adequados.

Mais adiante, Xê narra para Schaden o dilúvio mítico, no qual também observamos o mesmo significado da serra e a preocupação em separar em dois grupos a comunidade Kaingang a fim de realizar os casamentos:

“Muitos índios morreram na grande enchente que houve por estes sertões. Escapou sómente um casal de irmãos, pequenos ainda. Eram do grupo dos Kamé. O casalzinho foi nadando, foi nadando até a uma serra muito alta, que se chama Krim-Takré. Os dois subiram ao alto da serra e agarraram-se às folhas das árvores. Quando baixou a água da enchente, desceram ao chão. Casaram-se então os dois, o irmão com a irmã, e os índios tornaram a aumentar. Fizeram fogo, pois já conheciam o cipó que dá fogo. Depois de aumentar o número dos filhos, o casal, antes de morrer, restabeleceu a divisão em

⁶²SCHADEN, Egon. “A Origem dos Homens, o Dilúvio e outros Mitos Kaingáng”. **Pequenas Comunicações**. p. 139.

⁶³ **Idem** *ibidem* p.140.

dois grupos: os Kamé, que são mais fortes, e os Kanherú, que são menos fortes. Dividiram-se para arranjar os casamentos entre eles. Depois de aumentarem mais, os índios restauraram também a divisão em Votôro e Venhiký. Os Votôro têm a força dos Kanherú e os Venhiký a dos Kamé.”⁶⁴

Dos mitos Kaingang emanam um significado e um sentido de afinidade essencial com a terra e os seus elementos. Os eventos, ou laços, sociais eram vinculados aos elementos da terra e aos animais e insetos locais. O tamanduá ensinou-lhes as danças e cantos. As formigas, possibilitavam uma importante transformação na qual os mortos reapareciam. Nas roças após as colheitas, era deixado um excedente da produção destinado a alimentar as formigas.

Acredita-se que a prática de preservação e proteção da natureza pelos indígenas não foi decorrência do acaso ou de um suposto “atraso mental” de seus habitantes, como manifestaram o Governo, setores do SPI e da sociedade “civilizada”. Elas referem-se a crenças, simbologias e práticas indígenas informadas pela participação no ritmo cíclico da vida como receptor e doador. Uma representação cultural, caracterizada por Carvalho, nas bases da “punção e reposição”⁶⁵ ou, segundo definição de Nathan Wachtel para os povos antigos do Perú, de “reciprocidade e redistribuição”⁶⁶.

O etnocentrismo, o racionalismo e o progresso tecnológico das frentes pioneiras produziram uma memória oficial que esteriotipou e denegou o conhecimento e a sabedoria dos povos indígenas, e, portanto, sua relação com a natureza. Percebe-se esta idéia em várias e diferentes publicações, a maioria delas financiadas e ou apoiadas pelo Governo Provincial e depois Estadual ⁶⁷. Pelo trecho abaixo, que representa apenas uma gota de um oceano de páginas escritas num “tom” semelhante, pode-se notar a lógica do raciocínio do autor. O texto é ainda significativo pela sua origem. Ele é publicação do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, ao qual o Serviço de Proteção aos Índios foi vinculado desde a

⁶⁴ SCHADEN, Egon. **Op. Cit.** p.140.

⁶⁵ Cf. CARVALHO, Silvia M. Schmuziger de. “O Trickster como personificação de uma práxis”. São Paulo: **Perspectivas**, n. 8, 1985.

⁶⁶ Cf. WACHTEL, Nathan. **Los vencidos. Los indios del Peru frente a la conquista Española 1530-70**. Spain: Alianza Editorial, Madrid (Ed. Galimard, 1971) 1976, 408 p.

⁶⁷ Cf. Todos os artigos do Diretor Geral dos Índios José Joaquim Machado de OLIVEIRA já mencionados na **Revista Trimensal de História e Geografia**. ; vêr também artigos relacionados aos indígenas publicados nas **Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** e os **Relatórios de Exploração dos Rios Feio-Aguapeí, do Peixe e Paranapanema** produzidos pelo mesmo Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo no início do século.

sua fundação até a década de 1930. No entanto, convém notar que nem sempre os textos são iniciados da forma elogiosa e simpática como o exemplificado abaixo:

“Os da 2ª classe (os selvagens que já receberam violências do civilizado) teem fama de ferozes; mas, de facto, são apenas defensores da sua liberdade e da honra de suas famílias. São também trabalhadores e tão moralizados quanto lhes permite sel-o o atrazo mental em que vivem.”⁶⁸

Em oposição a esse discurso oficial sobre os indígenas, o qual foi inspirado pelas idéias de seu tempo e posição na sociedade, veiculando que os indígenas pertenciam a etapas inferiores de evolução da humanidade, Carvalho afirma que os povos caçadores-coletores eram perfeitamente adaptados ao seu meio, revelando conhecimento e destreza. Através de seus conhecimentos, era possível viver nas florestas e da floresta sem destruí-la devido a um acúmulo de saberes milenares que informava os indígenas em suas ações. Analisando o pensamento indígena das sociedades cinegéticas, ela afirma:

“(...) entendo esta ‘práxis’ dos grupos nômades (...) como constituindo realmente uma reflexão muito lúcida destes sobre as condições objetivas em que se dá a prática da caça e coleta, levando a uma ‘teoria nativa’, sobre a reprodução, não só do grupo humano mas também de outro tipo de ‘forças produtivas’ constituído pela própria Natureza. Numa sociedade de tradição oral, evidentemente as artes técnicas são apreendidas diretamente através da observação e pela participação. Todo o corpo de conhecimentos necessários à prática da caça e coleta é transmitido de forma empírica, todo o ciclo de trabalho (apropriação, distribuição e consumo) é de domínio de todos, assim que seria inconcebível que um povo caçador/coletor não se representasse também muito claramente o processo de reprodução do seu sistema adaptativo: e ele tem para tanto um conhecimento perfeito dos ciclos de reprodução dos animais e das plantas, dos sistemas adaptativos das espécies, das relações simbióticas entre elas, possibilitando um controle perfeito das formas e dos momentos de intervenção do homem nestas relações. (...)”⁶⁹

⁶⁸ Cf. **Exposição - sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio relativo ao ano de 1911.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Imprensa Nacional, 1913 p. 14/15 (grifos meus).

⁶⁹ CARVALHO, S.M.S. **Op. Cit.** p. 185

São conhecimentos acumulados no relacionamento milenar com a natureza, no uso do espaço e na construção do território. Entretanto, essa sabedoria foi rejeitada ou sub-utilizada pelos invasores “civilizados”. Eles implantaram valores diferentes, ligados às leis da produção excedente, para o mercado consumidor. Uma nova ordem, de progresso tecnológico, para o desenvolvimento de um sistema simbólico e prático, oposto ao “holismo” que é fundamento de várias religiões e formações sociais não cristãs.

Ainda nesse sentido, procurando definir a roupagem brasileira com que se veste o racionalismo europeu nos trópicos e, para isso, analisando as expedições científicas européias que visitaram o Brasil no século passado e a postura mantida pelo Brasil diante das expedições, de um lado, e, de outro lado, os conhecimentos indígenas, o historiador Warren Dean observa:

“A ciência brasileira se caracterizou por não beber da fonte de conhecimento sobre o mundo natural dos indígenas ou povos mestiços da fronteira. Isso pode parecer uma impressionante e obtusa falta de curiosidade, mas é facilmente compreensível, dado o abismo cultural existente entre eles. (...) Dificilmente se poderia imaginar que tais pessoas pudessem ser uma fonte de conhecimento útil.”⁷⁰

Quanto ao comportamento dos europeus que visitaram o Brasil - principalmente a equipe do botânico Karl F. Philipp von Martius, excetuando-se o francês Auguste de Saint-Hilaire, Warren Dean faz a seguinte observação sobre o modo como eles viam e tratavam os habitantes da terra, a fim de melhor explicar o “abismo” entre eles :

“(...) um casal botocudo foi despachado para a Europa como suvenires científicos vivos. Teria sido difícil para eles conceber os povos nativos como guardiões de conhecimento mais elevado ou buscar obter deles informações empíricas. (...) Apenas o conhecimento europeu era válido, não só aos olhos dos europeus autoconfiantes mas também aos dos cientistas brasileiros ainda psiquicamente colonizados ...”⁷¹

⁷⁰ DEAN, Warren. **A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 1997, p 241 e 242.

⁷¹ **Idem Ibidem** p. 242.

As conseqüências desse “abismo cultural” foram o engendramento do preconceito e o etnocídio. Tal preconceito está bem caracterizado pela transformação em postal da foto de uma índia Kaingang a qual analizaremos mais adiante.

Retomando a descrição geográfica das terras Kaingang da qual nos afastamos um pouco a fim de vincular aspectos da cultura e do pensamento indígena a respeito de sua geografia, verificamos que, determinando a fronteira Oeste do território, está o rio Paraná, que separa em termos de vegetação e economia, as áreas denominadas como sendo os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, mas que foram também limites entre nações indígenas. Nesse caso, se constituíam em fronteiras dos povos Guarani, Otí e Kaingang⁷². Nas terras mato-grossenses, domínio Guarani, predominam os campos e cerrados propícios à criação de gado bovino e eqüino. No Leste do rio, domínio dos Kaingang, encontravam-se as Florestas Tropicais semi-úmidas, dispostas em galeria ao longo dos afluentes do Paraná deste lado. As florestas eram a vegetação nativa de São Paulo e, economicamente, elas atraíam os agricultores plantadores de café, principalmente nas terras altas, pois nas proximidades dos rios, isto é, nos vales, as geadas destruíam os cafezais.

Sobre o interesse e desinteresse que despertavam para conquista e colonização os vales dos rios do Oeste indígena e seus espigões, Dean observa:

"O pé de café nessa área de cultivo corria riscos de temperaturas congelantes que ocorriam a intervalos de dezesseis a dezenove anos. Meia hora a 0°C é suficiente para matar a planta, se o ar ambiental estiver parado e úmido. Receando tais desastres, os fazendeiros sempre localizavam seus cafezais à distância das terras baixas, que conseqüentemente eram vendidas a preços muito inferiores aos das dos cumes e encostas. A prática repetia a experiência do vale do Paraíba, onde a principal preocupação fora evitar solos encharcados, inimigos do desenvolvimento da raiz da planta. Felizmente para os fazendeiros, a topografia mais achatada do oeste paulista adequava-se melhor ao cultivo em elevações e permitia a sobrevivência dos cafezais por períodos mais longos. O efeito sobre a floresta primária, contudo, era o mesmo: formações de encostas eram as

⁷² Cf. sobre as fronteiras nessa localização: NIMUENDAJU UNKEL, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/USP, 1987 ; Cf. sobre a classificação dos rios através de seu tamanho e em relação ao seu significado na “demarcação” e divisão indígena dos territórios entre as diferentes nações ver TOMMAZINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese de doutorado em Antropologia, USP, 1995 p. 63-65. Segundo a autora, os rios maiores como o Paraná dividem as nações (p.63) e os menores são pontos de encontro e reunião das grupos e subgrupos dispersos (p.65).

primeiras a ser destruídas. As terras baixas (...) logo eram utilizadas para plantar arroz e outras culturas de subsistência."⁷³

Entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema, o planalto é cortado de Leste à Oeste por terras altas onde foi construída a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. As terras altas deste planalto contínuo, separando os vales dos dois grandes rios, são denominadas espigões ⁷⁴. Eram esses espigões os últimos territórios Kaingang no Oeste paulista, a sua serra "*Crinijimbé*".

No Norte do Paraná, para além do vale do Rio Paranapanema, encontra-se outro importante espigão. Aí, várias comunidades Kaingang fizeram abrigo após terem cruzado o rio Paranapanema a milhares de anos atrás. Hoje, estão aí localizadas as Aldeias de São Jerônimo da Serra e Aldeia do Apucarantina, ambas em terras altas.

Apesar da continuidade geográfica do território, pequenas modificações locais acentuam a sua própria definição. Conforme observa Pinheiro,

*"Pequenas variações na vegetação, na altitude, na geologia e no clima vão pouco a pouco caracterizando cada espaço mínimo desse grande território."*⁷⁵

Essas diferenças determinam a velocidade da conquista, pois podem favorecer ou não certos tipos de cultura ou de criação de animais. As áreas denominadas "terra roxa", de cor vermelho amarronzado, são rapidamente invadidas. São de formação geológica predominantemente basáltica e excelentes para o plantio, principalmente do café.

Apesar da invasão dos conquistadores, no início, grande parte dos grupos Kaingang permaneceu ainda vivendo em suas terras, mesmo que elas tenham sido, pouco a pouco, reduzidas ao mínimo possível. Alguns grupos se conservaram

⁷³ DEAN, Warren. **A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.233.

⁷⁴Para o geógrafo Pierre Monbeig a palavra espigão designa, originalmente, a linha de cumeeira dos telhados e "aplica-se, com muita propriedade, a uma elevação que é também linha de separação das águas". Segundo o autor, até o século 18 os vales dos rios foram os lugares percorridos pelos colonizadores que viajavam de barcos e canoas. Após este século, com o avanço das técnicas de transporte do cavalo passando para o carro de bois até a introdução dos trens modernos e dos carros e caminhões, os espigões tornaram-se os lugares preferidos das ondas colonizadoras. Londrina e Marília são favorecidas por esta tendência econômica de utilização dos espigões. MONBEIG, Pierre. **Op. Cit.** p.40-42.

⁷⁵ PINHEIRO, **Op. Cit.** p. 89.

próximo aos rios, nas áreas de difícil navegação, menos procuradas pelos conquistadores. Mas, após a “pacificação”, todos os grupos acabaram sendo rapidamente cercados, no início, por estradas e fazendas de gado ou café. Hoje as aldeias são cercadas também por cidades e até mesmo pelo “turismo ecológico”.

Baseando-se em análises dos Relatórios das Comissões Geográficas e Geológicas do Estado de São Paulo, Pinheiro nos dá um perfil dos rios que cortavam o território dos Kaingang paulistas. Note-se que, antes do cerco final, as regiões altas foram os locais onde mais se concentraram as populações indígenas:

*"Os rios principais são de difícil navegação. Os seus leitos apresentam cachoeiras, quedas e corredeiras intercaladas por pântanos e regiões de calmaria. As partes mais difíceis para a navegação são as áreas de foz dos Rios Paranapanema, do Peixe e Feio-Aguapeí. Elas se localizam nas partes altas da Província, serra do Paranapiacaba, e, serra dos Agudos, respectivamente"*⁷⁶.

A Serra dos Agudos foi palco de uma das mais sangrentas batalhas havidas entre Kaingang e bugreiros da região de Bauru encabeçados por Felicissimo⁷⁷, Cruz e outros “especialistas”.

O perfil dos rios é delineado pela formação geológica predominantemente arenito-basáltica dos solos. Onde existe maior quantidade de arenito aparecem os desbarrancamentos e os alagados, locais favoráveis à caça de animais que vêm beber água, bem como à concentração dos cardumes. Nas suas proximidades foram encontrados, pelas expedições da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, vários acampamentos provisórios, os paraventos dos Kaingang. O solo basáltico, de constituição mais dura, aparece através de terrenos endurecidos, encostas e paredões, sendo assim uma região propícia às construções maiores e mais duradouras, as Aldeias. Conforme Monbeig e Sanches,

"...o arenito predomina na maior parte do Estado. Ele diferencia-se entre si criando micro regiões diferenciadas. Os arenitos de pior qualidade podem originar regiões desérticas como aquele pequeno deserto entre Lençóis e Botucatu (arenito Botucatu). Por outro lado, há também o arenito Bauru superior que se confunde com a "terra roxa" na cor e

⁷⁶ **Idem Ibidem** p. 89.

⁷⁷ PINHEIRO, **Op. Cit.**

*também na produtividade, que é razoável. O arenito Bauru superior predomina nos espigões, favorecendo, portanto, a colonização nessas regiões tanto topograficamente como na expectativa de produtividade. O arenito Bauru inferior aparece nas encostas e nos vales dos rios, é muito árido e carente de elementos caucários”*⁷⁸.

Essa configuração geológica, conhecida pelo civilizado através das expedições Geográficas e Geológicas do início do século, explica o grande interesse em conquistar e colonizar as terras indígenas. Explica também a transferência dos Kaingang para o Posto Indígena de Vanuíre, localizado em terras arenosas, e, em parte, o abandono em que se encontram hoje as cidades de Conceição de Monte Alegre, Platina, Frutal do Campo, Gardênia e, num grau menor, Assis. São cidades localizadas nos Vales dos Rios que tiveram um crescimento economicamente imperceptível, tendo-se como parâmetro suas vizinhas cidades de Marília e Londrina, que rapidamente transformaram-se em centros e potências econômicas, educacionais, de saúde, da região. Observe-se, ainda, que as florestas que margeavam, em galeria, os seus rios, ocultavam terras não tão férteis como as terras dos espigões. Deixadas intactas, as florestas talvez teriam sido de melhor valia.

Enquanto a conquista se restringiu às entradas e reconhecimento pelas vias fluviais, os índios Kaingang que habitavam esses territórios (e utilizaram as margens dos rios, caracterizadas pela irregularidade do relevo e pela dificuldade de navegação) eram “vistos” com frequência. Eles fixavam flechas de guerra, os “avisos” inequívocos, alertando os exploradores para não continuarem as expedições. Era dos paredões de basalto que mais comumente os Kaingang atiravam flechas nos inimigos. Eram, na maioria, flechas de advertência fincadas nas barrancas ou atiradas em direção às expedições invasoras⁷⁹.

No início do século, as terras paulistas encontravam-se numa faixa de transição. Em linhas gerais, o clima situava-se entre tropical e temperado, mas com tendência a assemelhar-se cada vez mais aos cerrados e savanas do quente clima de Mato Grosso do Sul, como pode ser observado hoje. Isso acontecia porque as antigas florestas, desmatadas, que cobriam todo o ocidente paulista nem sempre se refaziam ou eram refeitas. Em muitos lugares elas desapareceram. Após o uso e abandono do

⁷⁸MONBEIG, P. **Op. Cit.** p. 75-83; SANCHES, A **Op. Cit.** s/d p. 18-22.

⁷⁹**Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo**, 1904.

solo pelo homem, apareceram no local, pequenas árvores e formações vegetais menores, os cerrados e savanas.

Entre os vegetais que medravam após o desmatamento, predominava uma planta espinhosa chamada "quiçaça". A "quiçaça" foi encontrada pelo "caboclo" nas proximidades dos cursos d'água e por ele reconhecida como uma vegetação secundária. Essa planta foi também caracterizada, da mesma forma, por Pierre Monbeig, ao observar o tipo de vegetação que nascia nos terrenos de floresta tropical após terem sido desmatados e cultivados pelo homem branco. O autor atenta para o fato de que, além de uma tendência dessas ilhas de savanas e cerrados generalizarem-se por toda a área, a incidência da "quiçaça" próxima aos cursos d'água demonstrava que este solo já havia sido economicamente utilizado pelas tribos indígenas que faziam suas roças, de preferência, nas proximidades dos rios ⁸⁰.

São Paulo era o ponto de encontro dos cerrados e matas do Brasil central e do triângulo mineiro com a "grande floresta sombria dos maciços atlânticos e com a floresta de araucárias do Brasil Meridional" ⁸¹, fronteiras antigamente administradas e pertencentes ao "país" dos Kaingang, dos Guarani e dos Otí.

São Paulo é uma área geograficamente caracterizada de transição também no que concerne ao clima. Aqui se encontram três diferentes massas de ar: Tropical Atlântica, Equatorial Continental e a Polar Atlântica. O predomínio da Tropical Atlântica garante certa estabilidade climática. Dias claros e calmos eram bastante constantes no Planalto Ocidental ⁸².

O ano era dividido em períodos de tempo estáveis. Do outono à primavera os ventos predominantes eram os do norte, nordeste e por vezes noroeste. No interior do Estado, conforme vai se adentrando, nota-se certa instabilidade. Ela era devida a influência maior que aí exercia a Massa Equatorial Continental, em relação às áreas de Leste.

As chuvas de verão eram pancadas rápidas e violentas, mas não chegavam a ser comum aquela chuva fina e constante das áreas equatoriais.

Dias relativamente quentes e noites frias se alternavam, criando uma situação incômoda para o homem e para as culturas agrícolas.

⁸⁰ MONBEIG, P. **Op. Cit.** p. 88.

⁸¹ **Idem Ibidem** p. 75.

⁸² **Idem Ibidem** p. 44.

Periodicamente, correntes frias da massa polar penetravam do sudoeste no continente deslocando-se ao longo de corredores formados pela Serra do Mar, no litoral, e, no interior, pelos vales dos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes ⁸³.

Os períodos de semeadura, colheita e queimada variavam em conformidade com a umidade do ar. Na primavera - setembro, outubro e novembro - observava-se uma variação do semi-árido para o úmido. A primavera favorecia a semeadura e o florescimento dos cafezais. As florestas eram derrubadas nos tempos secos e áridos do outono e início de inverno. Em agosto e setembro queimavam-se as árvores que foram derrubadas de abril a julho.

Conforme relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, os ataques indígenas eram mais freqüentes, ou mesmo só ocorriam durante as derrubadas de florestas, portanto, de abril a julho ⁸⁴.

Existia nessa homogeneidade de transição, característica da geografia paulista, pequenas variações regionais que se deviam a posição mais a Leste ou a Oeste que se estivesse. Segundo Pierre Monbeig,

"o oeste é mais baixo, mais continental e mais quente, e o leste, mais elevado e melhor exposto aos ventos de sul e sudeste" ⁸⁵.

Conforme já dito, as geadas e neblinas apareciam com maior freqüência nos fundos dos vales e nas vertentes expostas aos frios ventos do sul e sudeste. O café era uma cultura que perdia muito de sua produtividade devido às geadas. Uma geada acarretava, por vários anos seguidos, perda na produção. Portanto, regiões de geadas freqüentes foram, inicialmente, evitadas pelos conquistadores e provavelmente procuradas pelos indígenas fugitivos como um refúgio.

O caráter de região de contato, de transição de um clima tropical para um temperado, de encontro de diferentes massas de ar e de diferentes formações vegetais dava aos antigos territórios indígenas singularidade telúrica.

Desde meados do século passado, a conquista e colonização tomou cada vez mais porções das terras localizadas no Ocidente paulista, não se preocupando com a preservação da mata natural ou em fixar-se. Enquanto houve terra fértil, propícia para

⁸³Idem Ibidem p. 46.

⁸⁴Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro: Museu do Índio. Filme 379, fot. 1854-1892, 20/11/1910.

o plantio do café, a colonização se caracterizou por um tipo de “exploração nômade” da natureza. Foi precedida pelos “caboclos”, moradores intermediários das terras indígenas e que ficavam entre o índio e o homem urbano, sendo seus descendentes. Este procedimento favoreceu uma colonização organizada para a devastação das florestas e o abandono da terra exaurida. O Oeste paulista figurava-se como a “nova” terra “desconhecida” a ser conquistada. Os plantadores de café estavam abandonando as, já exauridas, terras do Vale do Rio Paraíba.

Segundo o historiador Warren Dean,

*“O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas.”*⁸⁶

Em 1946, o geógrafo europeu, Pierre Monbeig alertava para as consequências da devastação das florestas e do solo. Ele dizia que já era hora “do pioneiro ceder lugar ao agricultor”, sugerindo uma prática de exploração que incluísse também a preservação e conservação da paisagem natural, uma exploração ecológica⁸⁷. Cinquenta e dois anos depois, esse alerta ainda está na ordem do dia, pois a conservação e recuperação do ecossistema ainda não é preocupação comum entre a maioria dos paulistas, mesmo considerando-se a precária atuação controladora do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). O desmatamento, a construção de estradas e de metrópoles é ainda prioridade na região. Entretanto, para grande parte dos moradores de Vanuíre, a recuperação das florestas perdidas através de reflorestamento e recuperação dos animais nativos é tema atual.

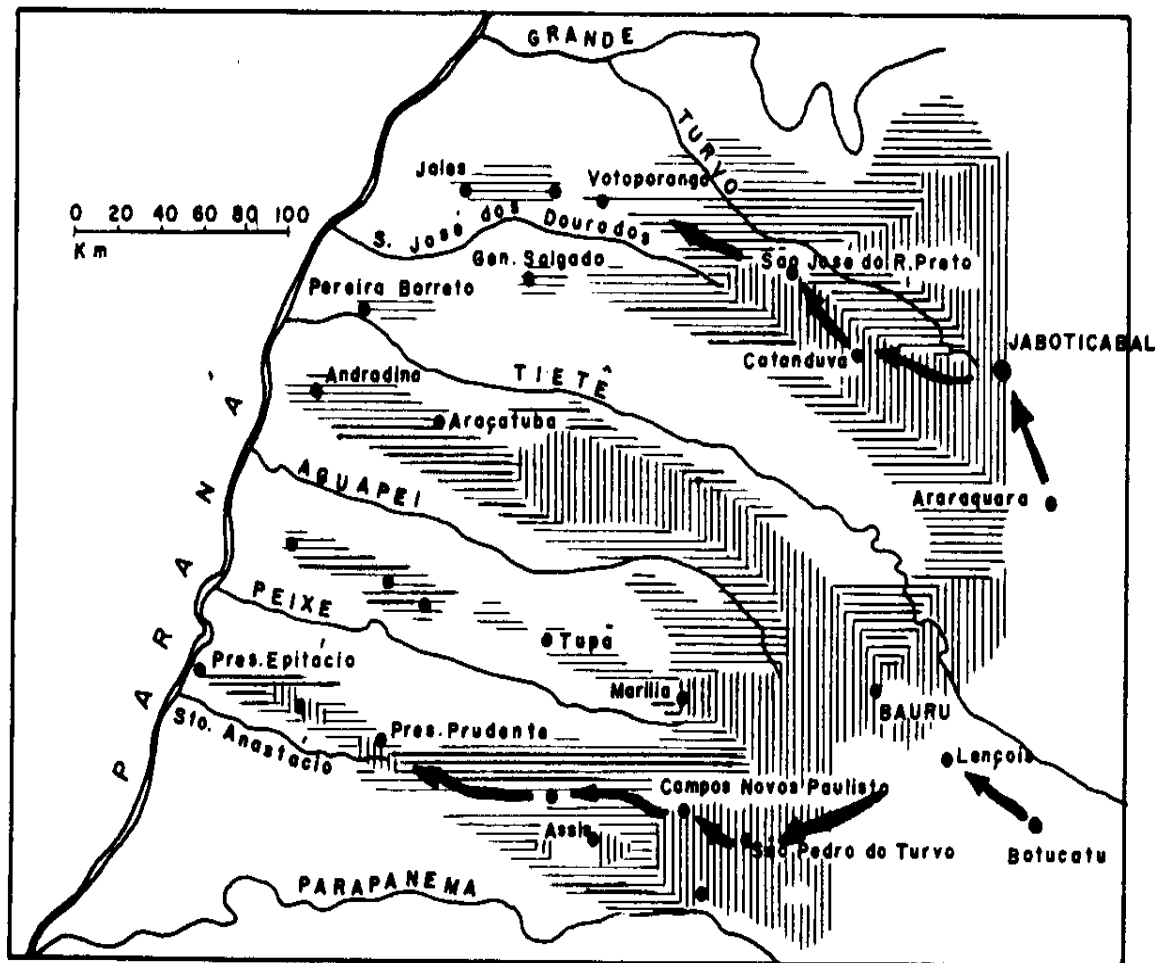
Observe-se o mapa “O povoamento do Planalto Ocidental Paulista”, ao lado. Através desse mapa pode-se perceber que até 1929 as regiões onde se localizam as Aldeias indígenas do Oeste paulista, hoje, ainda não estavam efetivamente apropriadas pela colonização. Elas serão conquistadas após 1930, quando vai se diversificando a produção e são inseridas as fazendas de gado.

⁸⁵ MONBEIG, P. **Op. Cit.** p. 65

⁸⁶ Cf. DEAN, W. **Op. Cit.** p.196.

⁸⁷ MONBEIG, P. **Op. Cit.** p. 92.

Figura 3 – Povoamento do Planalto Ocidental Paulista – As setas pretas indicam as penetrações mineiras (séc XIX); os traços verticais a colonização efetuada sobre o signo do café (até 1929); os traços horizontais colonização efetuada sobre o signo do café, algodão e pecuária (até 1946). Fonte: FRANÇA, 1956:167 *apud* MELATTI, 1976:11)



Assim, a colonização do Oeste indígena contrapõe e revela, sob o signo da guerra de conquista e de exploração do “butim”⁸⁸, duas representações distintas nos seus diferentes níveis – econômico, social, cultural: a dos conquistadores, de linhagem européia, e a dos indígenas de linhagem pré-colombiana, ameríndia.

Frederick Turner, em *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*, reconhece essa alteridade. Ele contrapõe o pensamento ocidental, do europeu moderno, com o pensamento selvagem, indígena. Segundo ele, há uma diferença profunda entre ambos que se expressa muito bem na importância e significado que se dá à natureza vegetal, animal e mineral circundante revelada nos mitos (sociedades indígenas) ou na história (sociedades ocidentais). O autor também reconhece nas práticas indígenas um saber que equilibra homem e natureza. Diz ele,

*"De fato, o conhecimento harmonioso e exato que os primitivos tinham sobre seus habitats veio a ser, dentro do processo de europeização do planeta, a própria marca registrada do que era ser primitivo: sentimentos e expressões de parentesco com os animais e até com árvores, pedras e água."*⁸⁹

Para o autor, a essência da diferença entre o pensamento ocidental e o indígena reside no fato de o pensamento indígena demonstrar uma interconexão e interdependência entre todas as formas de vida.

Entretanto, para os conquistadores, as formas indígenas de manter com a natureza um "vínculo filial" e uma natureza cíclica significavam que os indígenas pertenciam à um nível inferior aos europeus no conjunto da sociedade humana, assemelhando-se mais aos animais que aos humanos. Nas palavras de Turner,

⁸⁸ No sentido descrito por Antonio C. de Souza LIMA “composto pelo povo propriamente conquistado, transformado em cativo, junto com seus bens, terras e recursos naturais – os quais, no caso da *conquista*, vão sendo transformados em mercadoria, e lançados em circuitos comerciais de grande amplitude, por meio da guerra em seu primeiro momento. Depois o butim vem a se compor, através de formas de exercício de poder e dominação (o que implica em haver um corpo administrativo) em matéria para variadas e estáveis formas de tráfico e comércio. A dimensão econômica da *conquista* deve ser destacada, diferenciando-a nos planos político, social e imaginário de seu momento seguinte: a *guerra de conquista* dá lucros a seus participantes, quer na qualidade de integrantes da organização militar realizadora da conquista enquanto tarefa guerreira, quer na de parte da administração que a empreende de modo mais lato, inclusive sob as suas diversas formas de delegação a grupos privados.” Cf. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 p. 49-50.

⁸⁹TURNER, Frederick. **O Espírito Ocidental Contra a Natureza. Mito, História e as Terras Selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.12.

*"Parecia especialmente óbvio para os europeus que assistiam as danças primitivas imitando os movimentos dos animais que esses povos não tinham alcançado uma percepção sequer rudimentar da superioridade humana sobre as formas subalternas de vida."*⁹⁰

Enquanto europeu, o próprio Turner desabafa numa autocrítica:

*"Nossa capacidade de discriminar e separar, hipertrofiada como o bíceps de um alterofilista, permite que apreciemos a arte mas não a visão de mundo que a engendrou."*⁹¹

Penetrar no outro, dispor-se a conhecer a sua produção, seu pensamento, figurá-lo e respeitá-lo na sua diferença não é fato comumente observado entre herdeiros da cultura cristã. Reconhecer e acatar a alteridade, o outro manifesto numa outra cultura e seu povo correspondente, enquanto legítimo em suas explicações, eliminaria a guerra e, por que não, a necessidade de museus.

Herman von Hering, etnólogo alemão, diretor do Museu Paulista construído em 1895, era grande colecionador e apreciador dos artefatos Kaingang. Tal qual quase toda a sociedade paulista da época, achava natural o extermínio dos indígenas como uma consequência lógica do processo geral de “civilização” da sociedade. Era inevitável e mesmo aconselhável que os “civilizados” se apossassem das terras indígenas a fim de explorá-las produtivamente, integrando-as nas forças produtivas da nação. Paralelamente, estava-se, supostamente, prestando um serviço à humanidade ao se integrar os miseráveis indígenas à sociedade civilizada sob a “proteção” e a tutela do Estado.

Warren Dean contextualizou a vinda de von Ihering para o Brasil em um momento quando vieram vários outros técnicos e cientistas estrangeiros, todos eles formados nas melhores escolas, a fim de estudar, pesquisar e tornar conhecida a Mata Atlântica e outros aspectos da sociedade brasileira e de São Paulo, principalmente. Foram fundadas várias instituições, dentre as quais a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo sob a direção do americano Orville Derby.

Albert Loefgren, botânico sueco, dirigia as seções de meteorologia e botânica da Comissão Geográfica e Geológica, e von Ihering o Museu Nacional, no Ipiranga.

⁹⁰**Idem Ibidem** p.12.

⁹¹**Idem Ibidem** p.15.

Dean analisa as trajetórias de outros estrangeiros, então radicados no Brasil. Dentre eles, muitos haviam se destacado também na conservação de reservas florestais. Dean faz interessante análise das acusações direcionadas à von Ihering. Ela aponta para os verdadeiros responsáveis pelos massacres indígenas que as acusações a von Ihering só atingiam indiretamente: os fazendeiros do Oeste paulista. Acusando-se um estrangeiro pelos massacres possibilitava-se a redenção dos bugreiros.

“Navarro foi o único conservacionista bem-sucedido de sua geração. Quase todas as outras personalidades destacadas desse grupo foram eclipsadas ou destruídas por suas experiências. (...) Ihering escreveu um artigo para a Exposição de Saint Louis de 1903 no qual justificava, inequivocamente, o extermínio dos indígenas. Membros da sociedade científica de Campinas, para os quais Ihering era um alvo menos perigoso que os proprietários de terra que estavam por trás dos massacres, escoraçaram-no de sua direção. Ihering, sentindo-se desprestigiado, abandonou sua cidadania brasileira e se retirou para o exílio na Europa. O incidente ao menos ajudou a suscitar a formação do Serviço de Proteção aos Índios, uma incumbência que a república havia ignorado por mais de vinte anos.”⁹²

O inspetor do Serviço de Proteção aos Índios responsável pela IR 5, a de São Paulo e Sul de Mato Grosso, Luís Bueno Horta Barbosa pertencia à sociedade científica de Campinas.

Darcy Ribeiro, no seu último livro, definiu os “civilizados” como uma “macroetnia arrogante”:

“Armados de chuços de ferro e de arcabuzes tonitroantes, eles se sabiam e se sentiam a flor da criação.”⁹³

Quando Herman Von Hering recebia os artefatos Kaingang deixados nas Aldeias, após os massacres dos bugreiros, ele pensava estar preservando a cultura material de um povo que em breve não existiria mais. Era-lhe claro o fim dos indígenas com o advento da civilização. No entanto, outros setores da sociedade também viam, de formas às vezes diferentes, o mesmo desfecho. Além dos fazendeiros, os cientistas, geógrafos e botânicos da Comissão Histórica e Geográfica

⁹² DEAN, Warren. **Op. Cit.** p. 252

⁹³ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.48.

do Estado de São Paulo tinham a mesma percepção e, pior, desejavam que isso ocorresse.

Gustavo Edwall, botânico dessa Comissão, procurando expressar as mesmas idéias que circulavam nos ambientes acadêmicos da época sobre os povoadores do Oeste indígena e seus territórios, diz o seguinte:

*"O inimigo perfidioso, sanguinário e vingatório, o corôado selvagem, finalmente terá de aceitar a civilização, emigrar ou sucumbir e o sertão, o admirável sertão, abrir-se-há, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade."*⁹⁴

Acredito que se deve incluir também dentre os que apostavam no desaparecimento dos indígenas, o grupo de positivistas da Sociedade Científica de Campinas e o próprio Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Ambos tiveram como base de suas ações a “incorporação dos indígenas à sociedade civilizada”.

Contemporâneo dos rekakês Vauvin, Clenclá e Charin, o botânico Gustavo Edwall pertencia à conceituada instituição financiada pelo governo para subsidiar cientificamente a colonização das denominadas “terras desconhecidas” dos indígenas. Os rekakês, caciques Kaingang, vinham sendo perseguidos por bugreiros. Era evidente a disparidade nos parâmetros que ambos tinham para atribuir valor à terra e para habitá-la. Para o botânico e também para a forte corrente positivista/científica da época, à qual ele fazia parte, o estudo da região, as medições de terra e a intermediação do SPI romperiam com qualquer resistência possível da parte dos indígenas à invasão e ao povoamento da região. Através da Comissão, o “sertão, o admirável sertão, abrir-se-há sem condições”. Nem a resistência indígena, nem os mosquitos, nada seria capaz de impedir o avanço tecnológico sobre aqueles territórios arenito-basálticos ainda cobertos por florestas, na sua maioria primitivas e, ideal, para o sistema agrícola “nômade” que acompanhava o plantio do café: derrubada da floresta, plantio do café, esgotamento e abandono do solo.

Para os indígenas, a natureza e a pessoa formavam uma unidade na qual um dependia e, de certa forma, pertencia ao outro. A natureza era um prolongamento do homem, seu sustento econômico e seu suporte psíquico, religioso e social.

⁹⁴ Gustavo EDWALL. **Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo**: Relatório, 1906.

As técnicas modernas e seus elementos e agentes coadjuvantes, dentre os quais destacamos a violência da guerra tanto na conquista do território como durante a colonização, estavam realmente transformando o mundo indígena por onde passavam. Rios mudavam seus cursos, florestas eram devassadas e epidemias graçavam entre a população indígena. Como os indígenas, holisticamente ligado à natureza poderiam sobreviver a tamanho impacto destrutivo? Caso sobrevivessem, haveria condições de manter a língua, os ritos, as danças, a cultura e as formas econômicas de vida num sistema controlado de fora e constantemente modificado pela ação imposta dos agentes do SPI? Nas condições degenerativas do território e diante das inúmeras mortes que assolavam as aldeias indígenas, seria possível rejeitar a civilização invasora e conservar a etnicidade? Como adaptar os conselhos dos anciões, dos antepassados, em lógicas que os contradizem? Sem florestas, com rios poluídos, exíguos espaços para se movimentar, haveria condições de se preservar ensinamentos como os desse fragmento?

“Seja inteligente e aprenda os meus segredos, como as doenças se curam, como homem e animal e planta podem conversar e aprender as missões um do outro. Vá e viva com as árvores e os pássaros e os animais e os peixes, e aprenda a honrá-los como a seus próprios irmãos.”⁹⁵

Para responder essas questões é necessário entender a relação homem e natureza que aparece no pensamento indígena, o “holismo” nele inerente. Pode-se mesmo dizer que é um tipo de pensamento mais próximo do orgânico que do racional. Quais suas metamorfoses e as formas encontradas pela comunidade para continuá-lo?

Darcy Ribeiro, depois de descrever as difíceis e dolorosas fases pelas quais os índios passaram no processo de contato com os civilizados, por ele denominadas de aculturação, conclui surpreso que os índios continuam índios, que apesar de ter restado pouco das antigas tradições, o que ficou foi suficiente para manter os liames étnicos: “as representações recíprocas e as lealdades morais”.

“Apesar disso, permanecem índios, porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas no estabelecimento de um modus vivendi ou de uma forma de acomodação. Isto

⁹⁵ Palavras do último dos Gigantes de Pedra a um caçador Iroquês perdido nas matas. Frederick TURNER. **O espírito ocidental contra a natureza. Mito, história e terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990 s/n de página (seleções)

significa que o gradient da transfiguração étnica vai do índio-tribal ao índio-genérico e não do indígena ao brasileiro. (...) que as entidades étnicas são muito mais resistentes do que se supõe geralmente, porque só exigem condições mínimas para perpetuar-se; e porque sobrevivem à total transformação do seu patrimônio cultural e racial. Significa, ainda, que a língua, os costumes, as crenças, são atributos externos à etnia, suscetíveis de profundas alterações, sem que esta sofra colapso ou mutação. Significa, por fim, que as etnias são categorias relacionais entre agrupamentos humanos, compostas antes de representações recíprocas e de lealdades morais do que de especificidades culturais e raciais.”⁹⁶

Atitude e pensamento unificam os homens e a natureza, de dentro para fora, a partir de uma similaridade orgânica de pensamento. Várias reflexões e definições foram escritas a fim de entender o sistema indígena de explicação do mundo. No entanto, não é o caso, neste trabalho, de adentrar esse campo. Restringimo-nos ao sistema explicativo de punção e reposição descrito por Carvalho e a explicação sociológica da reciprocidade e distribuição de Wachtel⁹⁷. Desta forma acredita-se poder compreender e dimensionar os fatos relacionados ao contato, principalmente aqueles decorrentes da instituição de uma suposta necessidade de alterar as formas de gerenciamento indígena da natureza, principalmente da terra, dos animais e das plantas e de seu próprio comportamento cotidiano.

No início do século 20, o indígena foi “incorporado” pela nação brasileira enquanto parcela a ser “civilizada”. Nas suas singularidades foi observado pelo viés do preconceito, ridicularizado, alcoolizado, delinqüente e indisciplinado. O “problema indígena” não foi mais solucionado apenas pela via da violência aberta, da “limpeza”, levada a cabo pelos bugreiros a mando de forças políticas e de fazendeiros, mas também, e, prioritariamente agora, pela “paz imposta” do Serviço de Proteção aos Índios.

Observe-se a fotografia abaixo:

⁹⁶ Cf. RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** p.446

Figura 4 – Cartão Postal comercializado em 1918, com o intuito de infamar os Kaingang (confira o texto e a análise do texto que acompanha a imagem, a seguir).



⁹⁷ WACHTEL, Nathan. **Los Vencidos. Los indios del Peru frente a la conquista Espanhola 1530-**

Ela, a foto, foi transformada num postal criado em 1918, seis anos após a “pacificação” dos Kaingang. A legenda ao pé do postal demonstra a intenção do fotógrafo e legendador: “Índia Kaingangue Guia mamando o filho e seu porquinho de matto. Julho de 1918”.

Observando-se mais de perto, pode-se verificar que não estão mamando ambos. A criança está observando o porquinho mamar. A intenção do autor parece ser a de demonstrar quão os indígenas podem ser semelhantes aos animais. Se mamam juntos, o filho e o animal, qual a diferença que poderia existir entre ambos? Era preciso educar os indígenas “na maneira civilizada” e, ao mesmo tempo, mostrar ao mundo essa necessidade pois foi, supostamente, dela que se criou o Serviço de Proteção aos Índios. Para os bugreiros, aproximar o mais possível os indígenas dos animais das florestas constituía-se em importante argumento para livrá-los de qualquer eventual sentimento de culpa pelos massacres dos Kaingang. Para os funcionários do SPI era uma justificativa plausível para a sua existência e autoridade no papel de integrador, “educador” e “protetor” dos indígenas, esses “quase” animais do mundo moderno.

Entre os indígenas e, não apenas da nação Kaingang mas também de outros grupos, essa cena já foi verificada.

Segundo Pierre Clastres, os indígenas são concorrentes na floresta. É preciso seguir certas regras de “polidez” e “respeito” para com os animais a fim de continuar tendo boas caçadas. Ele define o sentido da relação entre o animal e o caçador, no contexto da tribo dos caçadores Guayaki, no Paraguai, como de respeito mútuo e reciprocidade das ações.

Veja-se sua análise do significado da relação caçador e caça:

“Assim, o animal não é somente uma comida neutra; ser reduzido a isso irritaria talvez os de sua espécie, não se poderia mais flechá-los. Caçar não é simplesmente matar animais, é contrair uma dívida a seu respeito, dívida de que se libera refazendo a existência, na palavra, dos bichos que se matou. Agradecendo-lhes por se terem deixado matar mas sem dizer seu nome corrente. (...) O canto do caçador sela o acordo secreto dos homens e dos animais. Isso também é ensinado ao Kybuchu (meninos): viver da floresta evitando a

desmedida, respeitar o mundo que é um para conservá-lo generoso.”⁹⁸

Clastres também observa a importância da percepção do universo como unidade para compreender a lógica do pensamento e idéias dos Guayaki que sustentam uma ação. Baseando-nos nas análises dos autores anteriormente discutidos e de Clastres, podemos sugerir que a idéia que sustenta o ato de amamentar um cateto filhote (quando adulto alimento preferido dos Kaingang e também dos Guayaki) é o de impedir que o animal, órfão encontrado na mata, seja morto por outro animal ou pereça pela ausência dos cuidados da mãe cuja morte possivelmente tenha saciado a fome dos homens. Reposição da vida em toda a sua extensão e qualidade, punção e reposição. Dar em retorno o que foi tirado ou ainda o será.⁹⁹

O fato da fotografia ter sido transformada em cartão postal sugere a intencionalidade de divulgar, tornar público e enviar para todos os lugares possíveis a ação retratada. Talvez, procurando demonstrar um certo “parentesco” dos Kaingang com os animais, ou talvez para despertar certo nojo e desprezo em relação à ação representada pela cena fotografada ou ainda valorizar a intermediação “pacificadora” e “civilizadora” do Serviço (SPI) .

Os indígenas, para viver, necessitavam da caça dos porcos e, como esse era órfão nada mais natural do que ser adotado pela mamãe Kaingang até o momento em que ele pudesse sobreviver por si mesmo. Era costume entre as famílias Kaingang, principalmente entre mulheres e crianças, criar os animais e pássaros da floresta capturados vivos ou os encontrados órfãos. O fato de estarem todos os seres vivos ligados por um tempo cíclico - nascimento, crescimento e morte - e dependerem um do outro para manter o equilíbrio da unidade do universo indígena, legítima relações de reciprocidade e solidariedade entre todas as partes envolvidas. Os homens eram responsáveis pela saúde da terra e de seus habitantes, e a terra, e os espíritos que a habitavam, pelo cuidado dos homens, dos animais e das plantas.

⁹⁸ CLASTRES, Pierre. **Crônica dos Índios Guayaki. O que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995 p. 100-101 Em obra anterior, o autor informa que no mesmo território dos Guayaki, na vizinhança deles, encontravam-se grupos Kaingang e Guarani. Cf. CLASTRES, Pierre. “IV-Elementos da Demografia Ameríndia” p.64. IN: **A sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política**. Rio de Janeiro: 2ª edição, Francisco Alves, 1982, p. 152.

⁹⁹Cf. CARVALHO, Silvia M. Schmuiziger de. “O Trickster como personificação de uma práxis”. São Paulo: **Perspectivas**, n. 8, 1985 e CLASTRES, Pierre. **Crônica dos índios Guayaki. O que sabem os aché, caçadores nômades do Paraguai**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

“Os Maret cuidaram... Os Maret cuidaram”¹⁰⁰

Os Kaingang, “gente do mato”, constituem-se de povos de tradição oral e portanto toda a sua história era passada diretamente de geração à geração. A forma mais comum de transmissão desse saber era através dos mitos, expressão do pensamento indígena.

Em Vanuíre, a explicação que se apresenta hoje para os mitos e a sua importância, de certa forma funcional, para a comunidade, pode ser percebida por esse trecho da fala de Maria Helena:

“Nas Aldeias indígenas há costumes muito bonitos. Entre eles está o costume de contar os mitos que são histórias que trazem ensinamento para o povo. Não são histórias pra fazer tempo passar ... e... contar história que ajudam a guardar. Quem é esse povo? De onde veio? Quem são seus antepassados? Sua vida, suas alegrias, suas lutas? Como surgiu o povo e a água? Os mitos também trazem muitos outros ensinamentos para o povo para que possa defender sua identidade.”¹⁰¹

A relativa perda pelos indígenas em contato com os civilizados do saber baseado nos mitos é acompanhada por outras perdas. Segundo Ribeiro¹⁰², etnólogo do SPI, os índios em contato freqüente com os civilizados diferenciam-se daqueles que se conservaram afastados desses contatos pelos seus elementos estéticos. Observa o autor que, aqueles em contato com o branco perdiam o senso estético, a beleza natural das aldeias indígenas. O distanciamento em relação ao branco preservava esses elementos: a harmonia entre os homens e a natureza, conservando a poesia e a força dos mitos. Em Vanuíre, pude observar recentemente o esforço de um grupo de indígenas para resgatar essa dimensão apontada por Ribeiro. Lia descreve às crianças, durante as aulas de “cultura”, o tempo da velha Aldeia, agora mítica, quando vivia ainda o “velho”, Capitão Muin, “possuidor da sabedoria do povo e grande guerreiro” :

¹⁰⁰ Expressão muito comum na fala de Mário Tepó C. Damasceno e João Burun de Vanuíre para expressar que as coisas andam bem. “Os Maret cuidaram” refere-se aos cuidados que os espíritos que habitam a terra dirigem às plantações, aos animais, às crianças que têm saúde e aos velhos.

¹⁰¹ História do povo indígena contada por Lia e gravada para ser utilizada na educação das crianças que freqüentam “a dança” na Aldeia Vanuíre.

“Antes de ... antes de 1913, os Krenak, pequeno povo que vivia às margens do Rio Doce já defendia seu território. Na década de 20 começam a negociar com o governo de Minas, Artur. A Aldeia principal onde viviam o velho capitão Krenak com seus guerreiros era chamada pelos índios de Kiem Brek ou, Aldeia bonita. Amanhece o dia do Córrego do (?). O Kiem Brek acorda. Entre os ruídos da manhã, as crianças pequenas exigindo leite, sugam o leite gostoso das mães e o juvenzinho acolhem água fresca nas cabaças e cozinham enormes panelões de batatas e mandioca para a refeição da manhã. Como é gostosa a batata com mel ...

Nas macias peles de jaguatirica está sentado o velho sábio Krenak. Aquecido pelo fogo sempre aceso...

Por toda parte um mexe-mexe, um anda-anda, daqui para lá, numa agitação de começo de dia. Mas, adiante ... no Kiem do capitão Muim, filho do Krenak, as crianças se cocora se abeira do fogo e espera a mandioca cozida. Os guerreiros se preparam para a caça e os grupos maiores treinam pontaria com os arcos enormes e trazem pequenas aves que agilmente depenam e assam. Como é bonita essa manhã molhada e brilhante no Kiem Brek. Os homens atizando as crianças e as flechas saem sumindo em direção certa. A caça vai caindo ... caindo ... caindo ... Em algazarra, os futuros guerreiros correm para apanhar. Erehe ... erehe ... ”¹⁰³

Na reprodução de uma foto do Capitão Muim, ao lado, pode-se observar o guerreiro, ainda jovem, quando manteve os primeiros contatos com o SPI, em 1913.

¹⁰² RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986.

Figura 5 – Capitão Muin – Lendário Capitão, líder do Povo Borun, os Krenak do Vale do Rio Doce, Rio Watu, em krenak. Suas histórias de resistência passam de geração a geração. Foto de 1911, sem identificação do fotógrafo que acredita-se seja o inspetor Silveira Lobo. Fonte: Exposição apresentada ao sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. In: BARBOZA, LBH. Pelo índio e pela sua proteção oficial. Rio de Janeiro, 1923.



Para os indígenas, os fatos sociais têm uma perceptível dimensão ecológica e esta uma dimensão social. Não diria para todos os indígenas da Aldeia porque esse elo entre o homem e a natureza foi total ou parcialmente perdido para alguns deles, colaborando para isso a morte dos seus mais velhos que guardavam a memória e a

¹⁰³ Maria Helena Cecílio DAMACENO. Fala gravada em fita para ser utilizada nas aulas de cultura para as crianças da Aldeia Vanuíre. Ouvida na Aldeia e copiada pela pesquisadora em 4 de janeiro de 1996. Transcrita em maio de 1996. Aldeia Vanuíre (SP)

sabedoria da tribo. Morreram de doenças, de tristeza ou assassinados e hoje muitos dos seus descendentes navegam sem rumo num mar de memórias estranhas e alheias. Outros se tornaram alcoólatras ¹⁰⁴, e alguns foram adotados ou adotaram outra etnia também indígena.

A memória indígena evidenciando a relação entre o fato social e o ecológico tinha seu suporte mais poderoso nas histórias mitológicas que eram narradas de geração em geração por seus integrantes mais capazes nesse mister: os mais antigos freqüentemente.

No início deste capítulo foi visto e analisada a importância do território Kaingang, de sua “sacralização”, através dos mitos de criação. Destacou-se a importância da serra, das terras altas de planalto na memória indígena, de *Crinijimbé*.

Nesse momento, procurar-se-á enfatizar, também relacionando com os mitos, o vínculo do homem com a terra e a valorização do ancião para a continuidade e perpetuação da memória e territorialidade indígenas. Tentar-se-á relacionar essa noção de territorialidade indígena aos conceitos discutidos acima: reciprocidade, a redistribuição, a punção e reposição.

No mito da origem da agricultura, o homem com a terra torna-se a própria a fim de gerar os frutos. A terra deixou-se ser trabalhada mediante a entrega de um dos mais preciosos integrantes do grupo: o ancião. Esse foi o retorno dos indígenas pela aprendizagem da agricultura. O mito também sugere a idéia de que os Kaingang eram antigos agricultores. Esse mito dos Kaingang foi registrado em duas versões. Uma tem o nome de “NHARA”. Nhara era o velho e ele deu seu nome ao milho, o vegetal básico da alimentação do seu povo. Essa primeira versão foi registrada por Telêmaco Morosines Borba, no estado do Paraná:

“Meos antepassados alimentavam-se de fructos e mel; quando estes faltavam, soffriam fome. Um velho de cabelos brancos, de nome Nhara, ficou com dó delles; um dia disse a seus filhos e genros que, com cacetes, fizessem uma roçada nos taquaraes e a queimassem. Feito isto, disse aos filhos que o conduzissem ao meio da roçada; alli conduzido, sentou-se e disse aos filhos e genros: - Tragam cipós grossos. - E tendo estes lh’os trazido, disse o velho: - Agora vocês amarrem os cipós a meo pescoço, arrastem-me pela roça em todas as direcções; quando eu estiver morto, enterrem-me no centro della e vão para os mattos por espaço de tres luas. Quando

¹⁰⁴ Sobre o alcoolismo em Vanuáre ver RIBEIRO, Rodrigo Barbosa. **O uso do álcool nas sociedades tribais: do prazer à dor**. Dissertação Bacharelado em Ciências Sociais. Marília: FFCL/UNESP, 1997.

vocês voltarem, passado esse tempo, acharão a roça coberta de fructos que, plantados todos os annos, livrarão vocês da fome. - Elles principiaram a chorar, dizendo que tal não fariam; mas, o velho lhes disse: - O que ordeno é para bem de vocês; se não fizerem o que mando, viverão soffrendo e muitos morrerão de fome. 'E, de mais, eu já estou velho e cansado de viver.' Então, com muito choro e grita, fizeram o que o velho mandou e foram para o matto comer fructas. Passadas as tres luas, voltaram e encontraram a roça coberta de uma planta com espigas, que é o milho, feijão grande e moranga. Quando a roça esteve madura, chamaram todos os parentes e repartiram com elles as sementes. É por esta razão que temos o costume de plantar nossas roças e irmos comer fructas e caçar por tres ou quatro luas. O milho é nosso, aqui da nossa terra; não foram os brancos que o trouxeram da terra delles. Demos ao milho o nome de Nhara em lembrança do velho que tinha este nome, e que, com o seo sacrificio, o produzio."¹⁰⁵

Na outra versão, registrada por Egon Schaden, também refere-se ao milho, à “origem das plantas úteis” tal como ele escreve. Em ambas as versões o corpo humano exerce o mesmo papel da terra, é o veículo germinador.

Assim Schaden registrou a narrativa do velho Kaingang Xê:

“Foi com a ‘rainha da baitaca’ que os primeiros índios descobriram o milho cateto, a moranga e a abóbora. Não descobriram o feijão. A ‘rainha’ era um velho. Mandou aos filhos que o matassem e jogassem no canto da roça, do lado em que o sol nasce. Recomendou-lhes que abandonassem o corpo na queimada e prometeu voltar. Os filhos ficaram muito sentidos e não quiseram matar o pai; mas ele lhes garantiu que voltaria. Pediu que fossem ver depois de muito tempo. Decorridos uns cinco ou seis meses, foram à roça. Estava o milho verde, mas eles não sabiam o que era, e também não conheciam a moranga, que estava no meio do milho. Ao pôr do sol ouviram um grito. Vinha do lado em que haviam jogado o velho. Tinham-no jogado aí de qualquer jeito, sem enterrá-lo. Aí os três - eram dois filhos e uma filha - foram ver de onde é que viera aquele grito. Encontraram o velho, conheceram que era o pai e abraçaram-se com ele. Depois levaram-no ao acampamento deles. E a certa altura perguntaram-lhe o que vinham a ser as plantas que haviam nascido na queimada. Ele então disse ao filho mais velho que aquilo se chamava ‘nhara’ (milho) e que as plantas que haviam nascido no meio se chamavam ‘pê-hô’ (moranga) e ‘pê-hô kuxô’ (abóbora). Explicou-lhes que o milho era milho

¹⁰⁵ BORBA, Telemaco. **Actualidade Indigena**. Coritiba: Typ. Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908 p. 23.

cateto. E, mais, que o milho, a moranga e a abóbora se deviam comer assados ao fogo. Depois de explicar tudo, ensinou-lhes também de que jeito deviam assar e cozinhar. O velho viveu ainda três meses com os filhos, depois morreu e não voltou mais.”¹⁰⁶

Essa última versão Kaingang da domesticação das plantas foi registrada quase um século depois daquela registrada por Telêmaco M. Borba. Acredita-se que pequenas diferenças ocorreram devido ao próprio “passar dos tempos”, processo que foi muito bem incorporado pelos mitos indígenas e talvez mesmo pelos mitos em geral, como uma característica própria deles.

Considerando-se a importância dos mitos para os indígenas, suporte de toda a sua história, como eles eram guardados na memória? Havia alguma técnica conhecida para a sua memorização?

O que pudemos ver sobre essa questão relaciona-se às práticas de discursar, muito comum entre os líderes indígenas. Segundo Clastres, nos discursos dos Xamãs se redescobre o gosto do índio pela palavra, oratória, e, também por ouvi-las. Os temas dos discursos, segundo o autor, relacionavam-se “ao seu destino sobre a terra, a necessidade de respeitar as normas fixadas pelos deuses, a esperança de conquistar o estado de perfeição (...) que é o único que permite aos que o atingem ter o caminho da Terra sem Mal, aberto pelos habitantes do céu”¹⁰⁷.

Ao analisar os mitos indígenas do Chaco argentino, Eduardo Rosenzvaig¹⁰⁸ menciona a utilização e a grande importância para os indígenas dessa região de uma planta denominada “llica” (*Phrygilautus flagellaris*). Seu efeito era inibidor da arteriosclerosis.

Nas palavras do autor:

*“(era)un fármaco contra la esfumación de la memoria (pois) de una acumulación de sabiduría oral dependía la vida del clan. Hombre, mundo y verdad.”*¹⁰⁹

¹⁰⁶ SCHADEN, Egon. **Op. Cit.** p. 141.

¹⁰⁷ CLASTRES, Pierre. “VIII-Profetas da Selva” p.113. IN: **A Sociedade contra o Estado. Pesquisa de Antropologia Política.** Rio de Janeiro: 2ª Edição, Francisco Alves, 1982, p.152.

¹⁰⁸ ROSENZVAIG, Eduardo. “Oralidad, etnicidad y naturaleza” **Revista Invenciones y Ensayos.** s/d.

¹⁰⁹ ROSENZVAIG, Eduardo. “Oralidad, etnicidad y naturaleza” **Revista Invenciones y Ensayos.** s/d p.11.

A sabedoria e generosidade do velho índio Nhara foi demonstrada pela ação através do mito. Nela o homem, a terra e seus frutos comungavam uma mesma energia, cíclica, doadora e transformadora.

Para saber o que se passava com a terra e os remédios que curavam através das fórmulas indígenas, era exigido do curador, o pajé, sensibilidade especial. A terra sabia do homem e de seus desejos, sentimentos e necessidades. Os homens, por seu turno, sabiam os da terra, do céu, dos animais e das plantas. No imaginário e na memória indígenas, a natureza protegia os homens e era protegida por eles. Caso estes esquecessem suas tarefas ou falhassem, defendia-se por seus próprios meios, lembrando-lhes a proteção esquecida através das catástrofes, epidemias.

Os indígenas que se aproximaram mais do mundo civilizado, de seus hábitos e costumes, acabaram ocultando esse vínculo com a natureza. Isso ocorria, em parte, porque a maioria dos civilizados não queria compreender, ou, não podia fazê-lo, causando constrangimentos e preconceitos. Para evitar isso, muitos indígenas não mencionavam suas crenças publicamente. Alguns chegavam ao esquecimento e seu desaparecimento.

Esse ocultamento pode ser percebido, na atualidade, em muitas das práticas dos indígenas. Como por exemplo, em conversa com João Borun, habitante de Vanuíre, indaguei se ele tomava banho no rio. Ele disse que não porque para tomar banho tinha que ser em água limpa. Perguntei-lhe sobre uma pequena cachoeira que desagua num laguinho no meio da pequena “mata dos índios”. Este riachinho nasce ali mesmo, a água é limpa. Porque não nadar? Ele disse:

“-Lá tem uma cobra agora. Uma cobra grande.”

Daí, ele esperou um tempo. Olhando para o chão. Levantou a cabeça e falou lentamente:

“-Tem mal que vem prá bem!”

Ele estava dando indícios de que lá não era lugar para ir. Era um tipo de lugar sagrado. Era próximo à cabana da religião. Era o único lugar onde ainda existe uma pequena mata fechada na Aldeia, mata natural. O lugar, portanto, devia ser protegido, e o era: pela cobra grande.

Mais tarde, ele acabou indo tomar banho no rio. Não soube em qual rio mas tenho a impressão que foi lá onde estava a cobra, num tipo de auto desafio, pois ele tinha seus próprios poderes, de pajé.

Percebe-se que, mesmo transformada, essa sociedade mantém relações com esse mundo anterior. Este fato estava de acordo com a crença e a lógica do pensamento indígena.

A casa da religião fica no meio da única mata restante. Na casa da religião eles têm um deus que teve sua primeira versão totêmica roubada pelos civilizados no início deste século. Para essa cabana eles se dirigiam para agradecer, para aconselhar-se, para se acalmar, para pedir e para meditar e cantar. Segundo eles, quando se está longe do Deus, uma madeira verde ou uma água corrente exercem as mesmas funções. É um tipo de troca energética.

Outro espírito, protetor da natureza e dos homens, mencionado por eles são os “Maret”. “Os Maret cuidaram”, eles costumam dizer depois de ver que a natureza caminhou por seus próprios caminhos, sem catástrofes.

Atualmente na Aldeia Vanuíre, uma moradora, Maria Helena (Lia), conta às crianças, durante as aulas de dança, várias histórias e mitos do “povo antigo”, “contados pelos mais velhos”. Separamos um fragmento das histórias no qual acreditamos demonstrar parte da atuação do SPI entre os indígenas. Esse trecho enfatiza menos o seu “heroísmo” e “protecionismo” do que seu lado controlador e autoritário. Para os indígenas as histórias passadas de luta e resistência “ajudam a resistir no presente”.

Nesse relato mescla-se religião e perseguições:

“Na década de 40 o Posto Indígena recebe um grupo de visitantes ... Martins Barros que impedem (?) os Krenak de fazer o seu ritual principal. Querem obrigá-lo a fazer os rituais num lugar fixo e que contrariava o costume ancestral desse povo e assim facilitava o roubo do totem Ynhom Quinhom feito pelo velho Krenak na década de 40. Os Krenak, profundamente traumatizados, param de realizar seus rituais religiosos. Então, quando era para dançar, tirava aquele pau. Era igual um homem levado lá num canto onde fazia lugar de botar o Ynhom Quinhom. Fazia lugar dele ficar, aí dançava. Quando eles fizeram a última dança veio um povo de Rio de Janeiro e assim que meus tios falavam. Não era minha mãe não, era meus tios... Quando veio a dança eles colocou o Ynhom Quinhom lá dentro. Dentro dele, perto do curral. Ali era um currauzão, perto, fizeram um lugar para colocar Ynhom Quinhom: “Vocês bota dentro de um lugar aí e não tira mais não”. Disse ele, “Deixa esse Deus de vocês no lugar certo.” Eles pegaram e colocaram perto do curral onde eles fizeram uma porta. E o chefe mandou pintar ele. Não era

pintado ... E, eles colocaram num lugarzinho. Pegou Ynhom Quinhom e levou lá. Ele falou aos índios “amanhã nós vai vê onde é que vai ficá o Ynhom Quinhom ou não.” Largou ele e foram para a casa para saber a orientação de onde que era para ficar a cerimônia religiosa. Era para ficar no lugar mandado pelo branco ou se era no terreiro do Guaimã, lá na dança deles? Eles foram fumar cachimbo! Ele disse que o pajé falou assim: “Eu falei procêis não deixarem o Ynhom Quinhom lá. Já não está lá.”

Quando eles foram, acabaram o ritual, nem esperou acabar se era pra ficar lá, era prá deixar lá. Mandou o cacique lá olhar. Chegou lá e disse: “Roubaram o Deus”. Os índios começaram a dançar. O espírito vieram falando que foi branco que roubou. Procurou quem era esse homem na religião. Mas ele tinha ido embora. Religião acabou porisso. Meu tio, quando ele bebia cachaça, quando ele cantar pro Ynhom Quinhom, ficava com o olho cheio de lágrima. Eu queria conhecer o índio Krenak véio que fez ... Eu queria conhecer o Deus ... o índio Krenak véio que fez acabou ... acabou ... Pensava assim os craí ¹¹⁰. Mas nós, em nossas Aldeias, vivemos em paz. A terra pertencia a todos nós e não havia briga para cada um ser dono. Tínhamos nossa linguagem, nossa religião, nossas festas, nossas crianças nasciam e recebiam seus nomes. E dias e noites vivíamos na ilha do Watu. Pescando, brincando, festejando a vida. E nós, para eles, eram os maus. Exilados várias vezes ... declarados extintos, transferidos à força, dispersos, clandestinos, discriminados, mortos, assassinados, despejados da terra, que força é essa que faz um povo se levantar das cinzas e gritar abertamente seu direito de viver?”¹¹¹

A figura do “Jonkyon”, na página ao lado foi encontrada no livro de Soares. Segundo indicação no canto direito do desenho, é uma reprodução da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ela não dá maiores indicações. Procuramos em vários exemplares mas não foi possível encontrar o artigo. Reproduzimos o desenho de Soares supondo que ele tenha sido inspirado pelo original roubado em 1930.

¹¹⁰ “Craí” significa branco na língua Krenak tal como “Fog” ou “Fok” (encontrei as duas escritas) tem o mesmo sentido na língua Kaingang.

¹¹¹ Maria Helena Cecílio DAMACENO. Fala gravada em fita para ser utilizada nas aulas de cultura para as crianças da Aldeia Vanuíre. Ouvida na Aldeia e copiada pela pesquisadora em 4 de janeiro de 1996. Transcrita em maio de 1996. Aldeia Vanuíre (SP).

Figura 6 – Jonkyon – Entidade Sobrenatural dos Borun, Povo Krenak que vive na TI Aldeia Vanuíre junto dos Kaingang (SP). Feita pelo velho Krenak e roubada na década de 1930. Diz Laurita Krenak (1989) “Eu queria conhecer ... O índio krenak véio é que fez. Eu queria conhecer o Deus!”

Fonte: SOARES, G. C. Os Borun do Watu – Os índios do Rio Doce. Contagem, CEDEFES, 1992.



Essas são questões que aparecem nas inúmeras histórias que os indígenas da Aldeia sempre lembram e que permeiam as ações e relações de contato com os civilizados.

O segundo capítulo demarca o momento de criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, enfocando o aspecto estratégico dessa criação enquanto modernizador das táticas de apropriação dos territórios indígenas, inibindo a violência explícita dos bugreiros e planejando uma sofisticada idéia de “proteção” aos índios e sua “incorporação à sociedade nacional” com a mediação do SPILTN.

Capítulo 2

BUGREIROS E MILITARES NA CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

“É preciso, em uma palavra, apaziguar os sertões ...”

-Luiz Bueno Horta BARBOSA, inspetor do SPI em São Paulo

Neste capítulo procuramos demonstrar que, apesar das transformações históricas ocorridas na legislação indigenista brasileira, ela se apresenta, desde os tempos coloniais até a atualidade, com um perfil de continuidade. Esta continuidade está presente na interpretação ambígua das leis, decretos, artigos e projetos relacionados com os indígenas, tornando viável e até legitimando a sua exploração, o esbulho dos seus territórios e os mais variados tipos de violência e de injustiça cometidos contra eles. Para conservar esse sistema, no entanto, as administrações colonial, imperial e republicana assumiram estratégias diferentes ao longo do tempo: “guerras justas” acompanhadas pela escravidão na colônia, catequese acompanhada de “bugreirismo” no século 19, e Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) com a conquista e colonização dos índios e de suas terras neste século 20.

Considerando-se as práticas dos agentes bugreiros, num momento exatamente anterior à criação SPILTN, como se formulou o projeto de “atração” e “pacificação” dos indígenas através das novas estratégias que descartavam os padres e bugreiros e introduziam os militares oriundos da Comissão Rondon e instituídos no Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais?

Desde os tempos coloniais, a legislação portuguesa, em textos de doações e leis que proibiam o cativo dos índios, colocava a regulamentação da mão de obra indígena e a criação de aldeias como metas para “proteger” os índios que estavam desaparecendo sob o jugo da escravidão. Apesar disso, o período caracterizou-se pela escravização do indígena, principalmente a etnia Guaraní e Tupi. Eles constituíram-se na mão de obra indispensável à lavoura, aos trabalhos domésticos e como carregadores. Compunham uma herança valiosa passada de pai para filho¹¹².

As “Guerras Justas”, então declaradas contra os povos indígenas aconteciam sob o argumento de que eles não aceitavam o domínio do colonizador e, portanto, estavam “justamente” sujeitos à guerra e ao cativo. Eram então perseguidos, aprisionados, presos por correntes e “coleiras” de ferro e transportados para o cativo das fazendas de bandeirantes ou vendidos em praça pública, como escravos¹¹³.

¹¹² Cf. sobre a relação entre escravidão indígena em São Paulo e a formação da sociedade paulista colonial MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹¹³ **Idem, Ibidem.**

Entretanto, segundo Monteiro, devido aos maus tratos e às epidemias, uma vertiginosa queda da população indígena punha em risco o próprio sistema econômico dos colonos paulistas, baseado nessa mão-de-obra.

Na tentativa de regularizar a relação índios e colonizadores, os interesses coloniais na escravização do índio e também os interesses mais modernos, na apropriação de suas terras, criou-se para a colônia as bulas coloniais e, para a República, os órgãos protecionistas (SPI e FUNAI). Em ambos os casos, nota-se ter havido, uma tentativa, no nível do discurso e da representação simbólica, de justamente garantir o contrário daquilo que se queria: não escravizar o índio e garantir a sua sobrevivência e demarcação de suas terras. Eis aí o caráter ambíguo e contraditório¹¹⁴. Este fato suscitou longas e difíceis polêmicas ao longo da história dos indígenas¹¹⁵. Além disso, ocultou a dominação e aliviou tensões do cotidiano do contato entre índios e frentes de expansão, liberando áreas indígenas para extração mineral e vegetal ou para a agricultura e criação de gado. Expandiu o poder e a influência do sistema econômico e social baseado no capital e em seus agentes, em nome de uma suposta “proteção” e “assistência” às quais os indígenas foram submetidos.

Diante dos elementos apontados, qual foi a trajetória vivenciada pelos Kaingang de São Paulo, alguns anos antes da "pacificação"? Esse levantamento é significativo porque fornece elementos para entendermos a guerra entre Kaingang e civilizados do fim do século passado, a intermediação do SPILT com a ajuda dos Kaingang Vanuîre e outros prisioneiros da fazenda do bugreiro Sanches de Figueiredo, e a resistência dos indígenas aos “chamamentos amistosos” do Serviço de

¹¹⁴ Sobre a importância e o papel do indígena no processo de formação da sociedade paulista colonial e da produção agrícola, doméstica e no transporte ver MONTEIRO, John M. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Sobre a ambigüidade da legislação indigenista na história do Brasil ver também CUNHA, Manuela C. da, **Os Direitos do Índio. Ensaio e Documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987. “Desde o século XVI, a legislação indigenista tem se caracterizado por sua hipocrisia. Nas leis que declaravam a liberdade irrestrita dos índios, havia exceções que justificavam toda sorte de abusos. Foi, na realidade, a legislação do lobo sobre o cordeiro. Em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, inspirado por uma doutrina positivista, o Brasil se colocou na vanguarda do direito indigenista. No entanto, perdurou a distância considerável que separa a lei da prática real.” p. 21.

¹¹⁵ Sobre as discussões do direito à escravização ou não dos indígenas e da igualdade ou desigualdade em relação aos europeus para o período colonial, bem como as idéias de uma certa continuidade na legislação indigenista, ver MONTEIRO, John M. **Op. Cit.**; Conferir também TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.143-164; LAS CASAS, Frei B. de. **O Paraíso Destruido**. Porto Alegre: LPM, 1984. Conferir tanto para o período colonial como para o período mais recente CUNHA, Manuela C. "Terra indígena: história da doutrina e da legislação" In: **Os Direitos do Índio. Ensaio e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 53-102.

Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Ajuda também entender as divisões internas à sociedade indígena, que influíram no relacionamento com os agentes positivistas e os motivos da fundação de dois Postos Indígenas e não um único para os Kaingang: Vanuíre e Icatú.

Os Kaingang foram perseguidos durante cerca de cinquenta anos, no decorrer dos quais observamos a passagem do sistema político da monarquia à república, o declínio da política de aldeamentos e o crescente desenvolvimento das "batidas" com a liberação, pela via da violência explícita, de terras para a colonização e "terras devolutas".

Em 1874, o Presidente da Província João Theodoro Xavier advertia em relatório anual sobre a presença de indígenas na Serra de Agudos e no "sertão de Botucatu". O documento destaca o descontrole que o governo tem sobre esse povo e a solução sugerida pelo governo.

*"Por diversas vezes tenho chamado a atenção de V. Exe. Para os índios da margem esquerda do Tieté e da Serra dos Agudos que infestão os sertões de Botucatú. Perdida a esperança de se constituir uma catechese regular, pois não há missionario, nem estabelecimento de instrução e de agricultura, nem fabricas, confio que só o desenvolvimento da viação e colonisação civilizará essas regiões."*¹¹⁶

Iniciava-se um período de acirrados conflitos e violência nas relações que até então vinham ocorrendo entre os indígenas e os esparsos mas em crescente número de moradores do Ocidente paulista ¹¹⁷.

A Lei de Terras de 1850, foi criada para regularizar a posse das terras nas quais os indígenas circulavam. Essa situação favorecia a legalização e apropriação das terras devolutas, valorizando sobretudo as terras "roxas", que com a ajuda do SPILTN, foram requisitadas, medidas e demarcadas por engenheiros e técnicos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGGESP), da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB) ou particulares, sendo por eles comercializados.

Por volta de 1870, o corte no envio de recursos materiais, financeiros e de pessoal para os Aldeamentos era justificado pelo governo pela ausência de indígenas nas áreas por eles ocupadas, sendo transformados legalmente em terras devolutas

¹¹⁶ Cf. **Relatório do Pres. De Província**. Dr. João Theodoro Xavier. Relatório no 12, Anexo no 27, 05/02/1874 IN: Microfilme Relatórios de Presidentes de Província, CEDAP/UNESP/Assis.

aquelas terras que sobraram depois da regularização da partilha que se deu entre políticos influentes e mandatários locais. Redistribuiu-se terras entre os próprios políticos, seus parentes, os bugreiros, os grileiros, os imigrantes, os plantadores de café e criadores de gado. Sobre essas terras, menciona o mesmo relatório no anexo 27:

“taes aldeas são nominaes, pois que os terrenos forão occupados por particulares e a população indigena confundiu-se com a civilizada.”¹¹⁷

Nessas fazendas e sítios recém demarcados utilizava-se a mão de obra de escravos negros e de imigrantes europeus e asiáticos. Alguns desses imigrantes tornam-se pouco a pouco sitiantes com suas famílias extensas. É o caso de Domingos Zoner, imigrante italiano, e seus descendentes. Foram, e ainda são, vizinhos da Aldeia de Vanuire desde 1916. Na época tentaram ampliar suas posses apropriando-se de parte da “reserva” dos indígenas causando celeuma. Desde a década de 1970 são arrendatários de parte das terras da Aldeia.

Em relação aos indígenas do Ocidente paulista, as novas medidas vão pressioná-los ainda mais para o Oeste. De agentes do desenvolvimento econômico, que foram em anos anteriores, passavam agora a ser entraves à ele. Os Otí, pressionados por ambos os lados, civilizados e Kaingang, desapareceram em menos de duas décadas. Em 1910, quando o SPILTIN foi criado eles já não existiam mais. Os Kaingang, obstáculos e entraves ao processo de desenvolvimento econômico, segundo sua própria dinâmica sócio-econômica, diferem do sistema de apropriação capitalista, tanto na utilização da terra como da mão de obra, conforme estudado no capítulo anterior, são representados pelos civilizados do período como pertencentes a níveis inferiores na escala de evolução sociológica. Isto significava um “atraso” dos índios em relação aos civilizados e o dever e direito destes últimos de exercerem um poder tutelar e protecionista sobre aqueles até o momento em que se emancipassem pela

¹¹⁷ Cf. PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo, 1850-1912.** Dissertação de Mestrado, Assis, Unesp, 1992, p. 56-76

¹¹⁸ Os aldeamentos referidos são os de Pinheiros, Baruary, Carapicuhya, São Miguel, Itaquaquecetuba, Escada e Mboy. Sobre o aldeamento de Itarery (Iguape) o relatório diz ter alguma vitalidade, necessita auxílio do governo, há índios ocupados na agricultura, mas, não há capelão, não há direção nos trabalhos, não há instrumentos agrícolas e “solicita missionário, verbas e instrução pública”. Sobre os do Oeste indígena, São João Baptista, São Sebastião do Piraju e Tijuco Preto, o relatório adverte estar em “completa decadência” , “Decahe esta aldeia, apesar de possuir terras superiores de cultura.” O Diretor Geral dos Índios solicita “missionário, verba e instrução pública” para os aldeamentos. Cf. **Relatório do Presidente de Província.** Dr. João Theodoro Xavier. Relatório no 12, Anexo no 27, 05/02/1874 IN: Microfilme Relatórios de Presidentes de Província, CEDAP/UNESP/Assis.

transfiguração étnica ¹¹⁹, incorporando o modo típico de viver das populações rurais regionais.

Nesse contexto, observa-se que algumas mudanças ocorreram para que o SPILTN fosse criado. O extermínio dos indígenas foi, através de debate público, denunciado e qualificado como crime. Em resultado disso, as “batidas” foram sendo eliminadas.

Essa transformação pode ser percebida, simbolicamente, através de duas frases populares na época. Para os bugreiros e alguns padres capuchinhos citados por Cornélio Schmidt¹²⁰, a presença dos indígenas na região podia ser sintetizada na frase “para os índios o único remédio é a carabina”. As “novas” idéias, influenciadas pelo apostolado positivista, popularizavam uma outra frase: “morrer se preciso for, matar nunca”. As raízes das “novas” idéias encontram-se nas táticas militares de conquista desenvolvidas sob o comando militar de Cândido Rondon, quando dirigia a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA), e nos “Apontamentos para a civilização dos Índios” de José Bonifácio. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI e LTN) sob essa bandeira e disciplina militar foi o encarregado da tarefa: “pacificação” e “civilização” do indígena e sua incorporação, pelo trabalho, à nacionalidade.

As “batidas” eram expedições formadas por bugreiros, homens especialistas no extermínio de aldeias indígenas inteiras. Eram apoiadas pelas populações pioneiras e pelo Governo Provincial. Alguns de seus líderes ou mandatários, fazendeiros grileiros, de maior destaque no Oeste paulista, foram o Cel Sancho de Figueiredo - na região do Paranapanema; Felicíssimo Antonio de Souza Pereira, Senador Lélío Piza e Cel Manoel Bento Cruz - na região de Bauru e dos Rios do Peixe e Feio Aguapeí. Entretanto, muitos outros tiveram oportunidade de se destacar nesses episódios de violência que marcam a história dos indígenas em São Paulo.

Nos meados do século 19, os indígenas conviviam, relativamente sem conflito, com os poucos moradores rurais do oeste paulista. Eram os “caipiras”, “caboclos” e “ribeirinhos”, mestiços de civilizados, índios e negros, que coabitavam os territórios indígenas ou margeava-os. Os hábitos desses moradores guardavam ainda

¹¹⁹ Conceito utilizado por Darcy RIBEIRO, funcionário do SPI, para explicar as várias instâncias de transformação que os indígenas sofrem ao longo de sua história de contato com os civilizados até se tornarem “índios genéricos”. Cf. capítulo “Parte Três: A Transfiguração Étnica” IN: **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1983 p. 217-446.

semelhanças com o comportamento e as formas de sobrevivência econômica dos indígenas¹²¹, contudo, pressionados pela incessante e crescente invasão de bugreiros e grileiros, os conflitos se tornaram mais freqüentes. Escasseada a caça, reduzido o território indígena disponível, e seduzidos pelos utensílios de ferro dos civilizados, os indígenas aproximavam-se cada vez mais das lavouras e residências dos civilizados para obter alimentos e os tais utensílios. De vez em quando matavam uma cabeça de gado ou assaltavam a fazenda para suprir sua economia que ia se debilitando. Esse procedimento causava grande alarde entre os colonos. Algumas vezes, quando se tratava de morador conhecido dos indígenas, por tê-los perseguido ou assassinado parentes, e, havendo oportunidade, os indígenas vingavam-se e assassinavam membros da família. Os colonos reagiam com violência armando uma expedição de extermínio. Nessas ocasiões, Aldeias inteiras eram destruídas. Não raro, os bugreiros recebiam, para este fim, apoio técnico e prêmios do Governo Provincial e da construtora da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB). Juntos, Governo, EFNB e moradores das vilas de Botucatu, Bauru, Campos Novos e Platina, mas, também outras localidades, criaram este especialista singular: o bugreiro, caçador e conhecedor dos hábitos indígenas no "sertão", ambicioso de poder e de propriedade de terras. O bugreiro constituía-se no civilizado que, por três décadas, figurou como representante deste segmento social no imaginário do indígena, levando-o a acreditar que os civilizados eram todos assassinos sanguinários e que precisavam ser pacificados¹²².

Como esses conflitos aparecem na política indigenista do fim do século passado?

Até meados do século 19, os aldeamentos haviam sido estimulados pelo Governo Provincial, e periodicamente recebiam auxílio monetário e em espécie. Eram apoiados também pela Monarquia e administrados pela estratégia da catequese católica. No final desse século entraram em processo de decadência, dispersando os indígenas até à sua total extinção. As terras dos aldeamentos (terras indígenas,

¹²⁰ SCHMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo realizada em 1904". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: v.15, 1961, p. 337-438.

¹²¹ Sobre o modo de vida da população rural do "sertão" de São Paulo ver FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: IEB/USP, 1969.

¹²² Para os indígenas, os "brancos", bugreiros que eram os que eles conheciam, compunham uma tribo muito estranha. Eram violentos, tinham estranhos instrumentos e não tinham mulheres nem crianças mas nunca acabavam. Sobre os bugreiros dessa região ver PINHEIRO, Niminon S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912**. Dissertação de Mestrado. Assis, Unesp, 1992.

principalmente habitados pelos Guarani), paulatinamente desativadas, foram apropriadas por particulares. Em uma das últimas tentativas de concentrar os indígenas, foi constituído o Aldeamento de Salto Grande do Paranapanema, formado por indígenas dispersos, fugitivos e por aqueles que abandonaram os Aldeamentos oficiais como o de São João Batista da Faxina e São Sebastião do Piraju, no interior de São Paulo. Suas terras passaram ao domínio do Estado como terras devolutas - terras sem dono. Os Guarani foram para o litoral ou se dispersaram em pequenas Aldeia no Oeste paulista, conforme pode-se verificar no mapa de Curt Nimuendajú Unkel. Sob essa configuração, não se investia mais nos aldeamentos e na "catequização" do índio através dos padres capuchinhos. Além disso, não se observava mais, como ocorrera durante os três primeiros séculos de colonização, o interesse e a necessidade de se utilizar a mão de obra indígena.

Quando o governo cessou o envio de auxílio aos padres capuchinhos, alguns padres tiveram que improvisar ou usar seus recursos particulares, outros abandonaram os Aldeamentos. Depois de curto período de 12 a 15 anos, todos os padres haviam abandonado os Aldeamentos, e a situação violenta de contato entre os Kaingang e os civilizados estava formada.

Sobre tal situação de violência no contato, Pinheiro afirma:

"A formação de 'bandeiras' (batidas) se intensificou, e, a partir de 1890, quando já se havia exterminado quase todos os Oti-Xavante, elas obtiveram definitivamente a aceitação popular e foram, até a pacificação, as formas quase exclusivas de relacionamento entre Kaingang e civilizados"¹²³

Dos assassinatos imputados aos indígenas, poucos tiveram na verdade a prova de terem sido efetivamente realizados por eles. Devido à violência existente entre os próprios colonos nas cidades pioneiras do Oeste paulista- veja-se a história de Platina e também Palmital ¹²⁴, por exemplo - era comum a possibilidade dos colonos assassinarem-se uns aos outros ¹²⁵. Em alguns casos, utilizavam-se de métodos semelhantes aos utilizados pelos indígenas (cortar a cabeça, retirar os olhos) afim de que os crimes fossem a eles atribuídos. Este procedimento afastava a possibilidade de

¹²³ Idem, *Ibidem* p. 246

¹²⁴ Sobre Palmital ver CORRÊA, Anna Maria Martinêz. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema: 1920-1930**. Assis, ILHP/UNESP, 1988 359 p. Tese de Livre Docência.

haver um julgamento público dos verdadeiros culpados, acobertava-os, e favorecia a formação de "batidas" contra os indígenas. Tais consequências eram bastante oportunas pois, em ambos os casos, favoreciam conquistadores e a colonização, bem como o governo, pela liberação dos territórios tribais e pela realização da almejada colonização das terras então, convenientemente chamadas, "desconhecidas".

Nesse trecho de um ofício do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, enviado ao "encarregado da catequese" e "chamamento" dos índios do Oeste paulista, que também era fazendeiro e organizador de "batidas", Felicíssimo Antonio de Souza Pereira, pode-se perceber a "legalidade" e legitimidade das ações vinculadas aos massacres dos indígenas e a violência das pressões sobre suas comunidades que precederam a formação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Diz o trecho:

*"garantir a segurança do território povoado do sertão, ... só se pode conseguir actualmente afastando os indios a maior distancia, quanto possivel seja, desse território, quando não for praticavel a admitti-los em Aldeamento afim de domestica-los ... deve V.Me ... chamar os indios a vida pacifica e sedentaria em aldeamentos entre nós ... desenganado, porem, de que haja bom resultado desta medida; fica livre a V. Me o proceder de modo que se consiga ... a retirada dos indios para logares longinquos, quando não possa ser além do Parana, e neste caso destruindo seus alojamentos para que não possam regressar para elles."*¹²⁶

A atuação do governo, através de seu Diretor Geral dos Índios e do denominado "encarregado da catequese" na região, com o objetivo de afastar ou exterminar os indígenas, contrasta com as normas e práticas de "atração" e "pacificação", estratégias e táticas do SPILTN. Através do documento acima e de outros do mesmo período, é possível também compreender a violenta pressão sobre as tribos Kaingang provenientes de diferentes agentes da conquista. Eles fugiam, se exilavam nos recantos de florestas, procurando, enquanto ainda houvesse, lugares para onde ir, desaparecer das regiões mais cobiçadas do território, pois, os Aldeamentos oficiais já eram povoados indígenas falidos, devido a vários fatores, dentre os quais a

¹²⁵ Cf. FRANCO, M. S. de Carvalho. "O Código do Sertão". IN: **Homens livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: IEB/USP, 1969, p.19-60.

¹²⁶ Observe-se que são as mesmas idéias de von Ihering expressas por um alto funcionário do Governo Provincial alguns anos antes. Cf. OLIVEIRA, José Joaquim M. de "Ofício do Diretor Geral dos Índios

ausência dos recursos básicos para seu funcionamento, isto é, de investimento do setor público estadual e interesse da sociedade paulista.

Observe-se que, tanto o Diretor Geral dos Índios quanto o “encarregado da catequese”, eram funcionários do governo, recebiam salários por este “trabalho” e seguiam planos preestabelecidos pelo próprio governo. Acredita-se que, também por este motivo, foi polêmica a criação do SPILT, e o próprio governo demorou para se decidir sobre as “novas” estratégias. Financiado pelo mesmo governo que, até o momento anterior, mandava massacrar os índios, inspirado pelos preceitos de “proteção” e “assistência” aos indígenas atraídos, pode-se questionar: até onde, como e para quem a criação do SPILT seria conveniente? Receberia o apoio da sociedade paulista, que até esse momento achava muito natural massacrar os “sanguinários” indígenas?

Acossados, os Kaingang concentravam-se cada vez mais na região dos rios do Peixe e Feio-Aguapeí, revidando os ataques dos bugreiros. O território denominado hoje Serra do Agudos e suas imediações já haviam sido perdidos. Instaurava-se uma verdadeira guerra. O exercício da política indigenista passou a ser, no final do século 19 e início do 20, a prática de “limpar o terreno”. Procedimento que não passava de sistemático, organizado e eficiente extermínio das comunidades indígenas dispersas pelo Oeste de São Paulo. Esse conflito agravou-se ainda mais com a vinda dos trabalhadores e engenheiros da Cia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, que investiram nas “batidas”. A política indigenista executada pela elite dos latifundiários aliados aos próprios políticos nas primeiras décadas do século 20 é, portanto, uma tentativa de excluir os indígenas, as matas primitivas e tudo aquilo que simbolizasse atraso ou se configurasse em oposição à conquista e instauração da nova ordem econômica e social justificada em idéias de progresso e de ordem.

Os indígenas, junto com os miseráveis, vadios, pobres, órfãos e trabalhadores rurais são ordenados e classificados dentre aqueles que deveriam ser incorporados à “nação”, engrossando o “caldeamento das raças” e dissolvendo a alteridade, inerente à sociedade brasileira, num campo homogêneo intitulado Estado Nacional.

Em contrapartida, a ideologia predominante na sociedade deste período traduzia-se explicitamente no extermínio dos indígenas, elementos ferozes,

preguiçosos, inúteis e rebeldes, e na conseqüente comercialização de suas terras a fim de serem produtivamente exploradas¹²⁷.

Paradoxalmente, o momento que denominamos de “bugreirismo” foi um período do relacionamento entre agentes da conquista e indígenas, através do qual pode-se observar uma posição política clara e, portanto, o abandono temporário do caráter ambíguo que havia predominado até então e que ia continuar através do SPILT. Tendo sido a “catequese” dos padres praticamente abandonada e os antigos aldeamentos extintos, a abertura de estradas, pelos bugreiros - viação e colonização - direcionava o relacionamento com os indígenas¹²⁸.

Alguns destacados bugreiros tornaram-se famosos e foram designados, oficialmente pelo governo estadual, como os “encarregados da catequese” e “chamamento” dos índios. Eles e seus auxiliares eram premiados com títulos honoríficos e com a posse de parte das terras recém apropriadas.

Conforme carta/ofício do Diretor Geral dos Índios ao bugreiro na função de “encarregado da catequese”, é possível compreender com bastante clareza como as terras devolutas, pertencentes ao Estado, até então, antigos territórios indígenas ou provenientes de antigos aldeamentos desativados, foram sendo apropriadas pelos fazendeiros. Posteriormente, eles mesmos iam vendê-las ou passá-las às mãos de políticos influentes que as venderiam aos colonos. Dessa forma, pode-se entender como pessoas do tipo de Felicíssimo Antonio de Souza Pereira, Cel. Sanches de Figueiredo e Cel. Manoel Bento Cruz e outros, iam tornando-se proprietários latifundiários, políticos poderosos e temidos corretores de terras.

Assim escreve o Diretor Geral dos Índios ao “encarregado da catequese” Felicíssimo Antonio de S. Pereira:

"Importa que V. Me saiba que, por instancias minhas perante a Presidencia da Provincia, a Assembleia Provincial Decretou pela Lei do Orçamento vigente que as seis legoas em quadra de terras devolutas, que pela Assembleia Geral forão concedidas à Provincia para Colonização Nacional, podem ser marcadas nesse Municipio, em que, contamos com as benevolas intenções de S. Exa o actual Sr. Presidente e com o vivo interesse que temos para preservar esse municipio dos accommetimentos dos selvagens que tanto o tem flagellado, não será difficil conseguir de S. Exa que na partilha, que se fizer dessas terras depois de medidas, sejam aquinhoados os

¹²⁷ PINHEIRO, Niminon S. **Op. Cit.** p. 189-198 e 247-260.

¹²⁸ **Idem, Ibidem** p.228, 234 e 243.

*que bem servirem na expedição a que se destina a bandeira mandada organizar por S. Exa."*¹²⁹

As terras eram, muitas vezes, passadas para outros fazendeiros, depois de "feita a limpa" por Felicíssimo e seus capangas. O Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, citado acima, era importante colaborador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e expressava claramente como eram então, na prática do dia a dia, aplicados os preceitos da nova ordem racional e do progresso evolucionista em relação aos indígenas¹³⁰. Oficialmente e também no meio dos civilizados que habitavam as "novas" terras, progresso significava construir estradas, exterminar os indígenas, devastar florestas e fundar cidades.

Desta forma, pode-se considerar as observações de von Ihering, feitas no início do século 20 sobre a inevitabilidade do extermínio dos indígenas, nada originais, pelo contrário, perfeitamente contextualizadas nas formas de conquista através dos bugreiros e da guerra de extermínio mas também na atração, pacificação e civilização idealizadas pelo SPILTIN, que pretendia transformar o indígena em trabalhador rural localizado nos Centros Agrícolas.

Do estudo das relações entre os Kaingang e os colonos no período de 1850 a 1912 desenvolvido por Pinheiro¹³¹, tem-se duas constatações. A primeira é de que os índios não atacavam sem antes terem sido perseguidos, "caçados" ou ameaçados, eles próprios ou seu ambiente ecológico. A Segunda é de que os Kaingang conheciam seus inimigos. Estes eram famosos nas cidades recém criadas de Botucatu, Bauru, Campos Novos Paulista, Platina e outras como os "conhecedores do sertão". Simbolicamente comparados, pelas populações das cidades locais, com os "bandeirantes" do período colonial dos quais fazia-se crer serem eles seus "descendentes" heróicos, uma descendência ritualizada socialmente pela prática do extermínio dos indígenas. Eram úteis para o "progresso" das cidades pela "limpeza" eficiente que faziam, sumindo com os índios do lugar. Para os indígenas, eles eram criminosos e loucos, homens sem mulheres e sem filhos, violentos, traiçoeiros e perigosos que necessitavam ser "pacificados". Constatou-se que muitos moradores do "sertão" e alguns trabalhadores de EFNB que saíam só para pescar ou caçar, não foram agredidos pelos Kaingang.

¹²⁹ OLIVEIRA, José Joaquim M.de *apud* PINHEIRO, **Op. Cit.** p. 243-244 (grifos nossos)

¹³⁰ O autor foi analisado por PINHEIRO no capítulo 1.1. A Mentalidade do século XIX. Cf. PINHEIRO, N. S. **Op. Cit.** p. 31-51.

¹³¹ PINHEIRO, N. S. **Op. Cit.**

Quanto aos bugreiros, agrimensores e desmatadores, os indígenas aguardavam um momento de descuido dos sentinelas para massacra-los.

Na segunda metade do século passado e início do século 20, a guerra contra os indígenas teve como estratégia o extermínio - roupas infectadas por vírus, envenenamentos de águas e aguadas, carabinas, expedições de “batidas” e uma potente propaganda desenvolvimentista para eficientemente justificar a violência – e, como consequência, a abertura de créditos milionários para a construção de estradas sofisticadas e cidades “relâmpago” em lugares onde só haviam rios piscosos e florestas. Entretanto, no período anterior, a relação de dominação foi caracterizada pela escravidão. Os indígenas, principalmente da etnia Guarani, haviam sido caçados pelos bandeirantes para trabalhar, como escravos, a terra, no transporte de mercadorias e no labor doméstico. Como e porque dá-se esta passagem da escravização dos indígenas ao seu extermínio sistemático?

Segundo John Manuel Monteiro¹³², a mão de obra indígena tornara-se escassa. A população diminuiu em decorrência de cativo ou do extermínio. Daí a necessidade de contactar indígenas de outra etnia. Com a depopulação das Aldeias Guarani, as tribos próximas que poderiam fornecer mão de obra eram os caçadores-coletores do grupo Jê, Guaianá principalmente, ancestrais dos Kaingang, e mais resistentes à captura. Conhecidos no período colonial como Tapuias, não se constituíam em grupos numerosos como os Guarani. Sua menor densidade populacional e sua resistência à captura iam encarecer uma opção econômica estruturada na mão de obra indígena. Este fato acabou dificultando a continuidade da escravidão indígena, enquanto um sistema economicamente viável. Conforme escreve o historiador, referindo-se a sociedade paulista colonial:

“(...) Como a densidade demográfica dos Guaianá, basicamente caçadores-coletores, era bem menor que a dos Guarani, os paulistas raramente aprisionavam muitos de uma só vez. A falta de descrições de aldeias guaianá igualmente leva a crer que os paulistas não freqüentavam muito os “alojamentos” dessas sociedades jê, capturando sobretudo expedições de caça ou de guerra, fora do âmbito doméstico. Em qualquer caso, as dificuldades apresentadas pela captura dos Guaianá pelos paulistas - ora a baixa densidade populacional, ora a resistência à captura - efetivamente

¹³² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo.** São Paulo: Cia das Letras, 1994

elevaram os custos do abastecimento de mão-de-obra indígena.”¹³³

Dessa forma, com a exploração da mão de obra Guaianá, a escravidão indígena tornou-se, paulatinamente, um empreendimento de alto custo e, enquanto força de trabalho, os indígenas foram deixando de ser prioridade na economia paulista. Chega-se ao fim do século 19 e início do século 20 com os grupos Jê e Guarani dominando os territórios do Oeste e do Noroeste paulista. Portanto, no momento estudado, o interesse das frentes de colonização, que avançavam sobre eles, não recaiam mais na sua apropriação como mão de obra. Era preferível o escravo negro, num primeiro momento, ou os imigrantes europeus e asiáticos - já nas primeiras décadas do século 20. Nesse momento, os interesses econômicos da “macroetnia expansionista” direcionavam-se para a conquista e colonização das terras onde viviam os indígenas. Isso foi também decorrência da própria reformulação das prioridades econômicas: terras virgens para ampliar a produtividade da cultura do café para exportação e “localização dos trabalhadores nacionais”. No entanto, alguns casos de escravidão ainda puderam ser registrados entre fazendeiros da região, como o caso de Vanuíre.

No início do século 20, segundo relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, e pareceres dos próprios fazendeiros locais, citados por Curt Nimuendaju, os indígenas de fácil convívio no Oeste paulista eram os Oti-Chavante e os Guarani. Em 1909 estavam extintos os pacíficos Otí-Chavante ¹³⁴.

Otí era o grupo indígena que vivia na região banhada pelos rios Capivara, Jaguaretê e Laranja Doce, próximos ao povoado de Campos Novos do Paranapanema, em pleno domínio do bugreiro Sancho de Figueiredo. Ambos estavam nos limites dos territórios Kaingang. O desfecho do contato dos Otí com os civilizados foi, para os Otí, o seu dramático extermínio.

Segundo Curt Nimuendajú¹³⁵, em 1870, os Otí, denominados “chavante” pelos colonos, eram em torno de 500, quando foram dizimados por um grupo de 57 homens no Córrego da Lagoa, afluente do rio Sapé. Os Otí haviam comido parte das éguas de

¹³³ MONTEIRO, John Manuel. **Op. Cit.** p.83-84.

¹³⁴ Cf. **Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo**. Relatórios de Exploração do Rio do Peixe. 2ª ed. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1913 p.10 e Cf. também NIMUENDAJU, Curt **Textos Indígenas**. São Paulo: Loyola, 1982, p.33-40.

¹³⁵ NIMUENDAJÚ, Curt. “O fim da tribo Otí (1910)”. IN: **Textos Indigenistas**. São Paulo, Loyola, 1982 p. 33-40.

João da Silva, genro de José Theodoro, e esse resolveu vingar-se dizimando em torno de 200 indígenas que, segundo o autor, inocentemente continuavam na vizinhança do João da Silva por não suporem que houvessem cometido crime algum. O método utilizado por João da Silva para exterminar o grupo foi a “batida”, o massacre pela madrugada, método dos bugreiros¹³⁶.

Os Otí estavam entre dois fogos, de um lado os Kaingang, com os quais guerreavam, e do outro os colonos, que agora já sabiam serem também perigosos.

Em 1890, eram apenas 50 pessoas. Treze anos depois, em 1903, o seu total era de um homem, quatro mulheres e quatro crianças. Em 1909, morria o último deles, José Chavante, “último homem da tribo Otí”.

Em relação aos Kaingang, isto não ocorreu, em grande parte porque eles permaneceram em guerra com os colonos. Isso evidencia-se no fracasso da catequese dos capuchinhos, que antecede a criação do SPI, e é contemporâneo à crescente violência dos bugreiros. Os Kaingang, apesar dos massacres de ambos os lados, permaneceram em seu território e isolados, mas, ainda “donos” desse território.

Segundo os relatos, os Otí e Guarani eram antigos inimigos dos Kaingang e, portanto, perseguidos por eles. Desta forma, enquanto eles estiveram entre os Kaingang e civilizados, os conflitos mantiveram-se relativamente estáveis. Mas, com a morte de todos os Otí do Oeste de São Paulo, a redução da população dos Guarani devido à doenças, transferências para o litoral e o apoio do governo às “batidas”, agrava-se a violência na relação Kaingang e agentes da civilização.

Em 1902, num famoso episódio, narrado por diversos autores, dentre eles o inspetor do SPILTN, Luís Bueno Horta Barbosa, e o encarregado da Povoação Indígena do Araribá Curt Nimuendaju, fica evidente as divergências entre Guarani e Kaingang. No contexto mais geral da relação indígenas e civilizados, o desfecho dos acontecimentos indica também a condição de alteridade e oposição.

Um filho de abastada família da capital paulista, Padre Claro Monteiro do Amaral, ouvindo dizer da selvageria dos índios dos “sertões” de Bauru, decidiu-se a “pacificá-los”. Caso conseguisse o seu intento, o padre estaria revalorizando a catequese como forma de pacificação dos indígenas, no momento bastante desgastada sob o comando dos capuchinhos. A opinião pública, influenciada pelo positivismo,

¹³⁶ Talvez por isso seja polêmico denominar de “guerra” os embates entre Kaingang e colonos. Nas guerras é comum destacar-se heroísmos e fazer condecorações, enquanto que nas “guerras” contra os indígenas, detecta-se atos covardes acompanhados de comprometedoras e criminosas doações de terras.

estava mais favorável à transferência, das responsabilidades no contato com os indígenas, para administração leiga, através do Estado¹³⁷.

O padre seguiu para a fazenda do Cel. Sancho de Figueiredo. Lá chegando, reuniu sob seu comando, e com a orientação do famoso bugreiro, um grupo de “conhecedores do sertão”, dentre eles quatro Guarani Apapocúva, liderados pelo seu principal Araguayraá, e incluindo entre eles também o genro deste, Avajoguyroá.

Desde 1896, o grupo de Guarani mencionado já residia na região do rio Batalha, no ribeirão das Lontras, afluente da margem direita do rio Feio¹³⁸.

Desceram o rio Feio, reduto Kaingang, em três canoas. O padre, apesar das advertências dos Guarani, ignorou o perigo. Talvez não lhes tenham dito aonde residia o maior risco: que Sancho de Figueiredo era procurado pelos Kaingang a fim de vingarem-se dos massacres que ele organizara contra os indígenas, e que os Guarani também eram inimigos históricos dos Kaingang. Eles representavam os antigos senhores das terras limítrofes às dos Kaingang. Eram exímios guerreiros, segundo informou-nos Nimuendaju, que com eles conviveu durante anos¹³⁹.

Segundo Horta Barbosa, a “expedição de catequização” de Padre Claro ia descendo o rio das Águas Pretas (Feio-Aguapeí) e deixando nas suas barrancas alimentos, roupas, ferramentas e outros presentes. Os Kaingang, que já vinham há tempo espreitando a expedição das margens e barrancas do rio, desconfiam das intenções dos expedicionários, principalmente porque haviam reconhecido bugreiros e Guarani entre eles. A expedição seguiu rio abaixo, acompanhada pelos espiões Kaingang. Naquela época pensava-se que o rio Feio, ou das Águas Pretas, para os Kaingang, fosse um braço do Tietê. Percebendo que não era, e constatando a escassez de víveres, Padre Claro resolveu voltar. Acontece que, durante as paradas, no percurso de ida, eles também haviam depositado, entre os presentes deixados para cortejar os Kaingang, uma carabina, a fim de demonstrar o seu intuito amistoso.

Os Kaingang, desconfiados e não conhecendo as intenções da expedição, interpretaram o fato como mais uma armadilha para atraí-los com presentes aos locais

¹³⁷ Para uma apreciação detalhada do “debate” que se deu na imprensa sobre o assunto ver STAUFFER, David Hall. “The Reaction Against Indian Extermination” e “The Spread Of The Indian Debate” IN: **The Origin And Establishment Of Brazil Indian Service: 1889-1910**. Ph. D. : Austin, Texas, 1955

¹³⁸ Cf. NIMUENDAJU UNKEL, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/USP, 1987 p.13

¹³⁹ **Idem Ibidem**

e daí serem todos assassinados pela carabina ali deixada. Segundo eles acreditavam, ela disparava sozinha¹⁴⁰.

Os Kaingang não deixaram a expedição voltar incólume. Os dois Guarani, Araguayraá e Avajoguyroá, sogro e genro (cuja esposa esperava o primeiro bebê do casal para breve), bem como o jovem Padre, foram flechados e mortos; outros ficaram feridos¹⁴¹.

O desconhecimento que o padre tinha a respeito da territorialidade indígena, das relações entre os diferentes povos que o habitavam e da identidade dos intermediadores - os “conhecedores do sertão” – por ele contratados, precipitaram a sua própria morte e a morte dos dois Guarani.

Em consequência, desinformada, ou melhor, informada para defender os interesses da classe dominante, a sociedade paulista imediatamente revoltou-se contra os Kaingang. As vozes que se levantavam proclamando o extermínio, as batidas e chacinas dos Kaingang, que eram muitos na época, adquiriram, com a morte do padre, respaldo inédito.

Em 1906, quatro anos após a morte de Padre Claro e dos Guarani, a tendência da opinião pública estava mudando lentamente para a defesa dos indígenas. Isso se dava devido principalmente à exacerbação dos massacres, às denúncias e às discussões publicadas na grande imprensa incitando o governo para que resolvesse o que se denominava por “problema indígena”.

Vários grupos de defesa dos Kaingang se manifestaram, alguns vinculados aos positivistas e outros independentes¹⁴². O intuito era o de controlar a ascensão da violência contra os indígenas, regularizar a apropriação de seus territórios e controlar a sua população. Propunha-se novas formas que pudessem articular os vários interesses em jogo.

Os massacres aos indígenas foram também denunciados fora do Brasil, com ênfase naqueles realizados pelos colonos alemães e pelos bugreiros paulistas.

¹⁴⁰ BARBOZA, Luís Bueno Horta. **A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas - Hábitos, Costumes e Instituições desses Índios**. São Paulo: 1913, p. 43.

¹⁴¹ Cf. NIMUENDAJÚ, Curt. **Op. Cit.** p. 13.

¹⁴² Cf. LIMA, Antonio C. de Souza. **Um grande cerco de paz**. Petrópolis: Vozes, 1995 p. 59, 62, 114, 115; STAUFFER, David H. **Op. Cit.** ; CORRÊA, Marisa. “Os Índios do Brasil Elegante e a Professora Leolinda Daltro”. **Revista Bras. de História**. São Paulo: v. 9 n.18, ago.89/set.89, p. 43-65. Segundo CORRÊA, trabalhando de forma “civil e laica”, como etnóloga, indigenista e depois feminista, a professora Leolinda Daltro, trouxe à público um terceiro elemento que pressionou o governo para criar o SPI: os próprios índios, ver p.64.

No Brasil, o movimento pela intervenção do Estado na “defesa” dos indígenas foi encabeçado pelos positivistas e pela igreja, no início juntos. A cisão entre positivistas e igreja apareceu quando se discutiu a questão de saber quem levaria adiante o projeto do governo.

O Estado republicano designou à Comissão Rondon (Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMGA), na figura de seu diretor presidente Cândido Rondon, a incumbência de formar trabalhadores nacionais e cidadãos, isto é, aglutinar populações marginais e povos diferenciados, transformando-os em pilares da nacionalidade. Rondon, bem sucedido “diplomata” brasileiro no contato com os indígenas, já havia negociado com algumas tribos a construção das linhas telegráficas nos seus territórios e também a preservação dessas linhas. Alguns indígenas, da nação dos Pareci, já haviam sido treinados como operadores de telégrafo. Através da Comissão Rondon e posteriormente do SPILTN, foi posto em prática um sistema aparelhado e militarizado no contato, aproximação e civilização dos índios ¹⁴³.

Em junho de 1910, precedido por ferrenha polêmica na imprensa e nas instâncias políticas, Rondon assumiu a incumbência de dirigir o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A “defesa” e “proteção” dos Kaingang do Oeste de São Paulo ganhava crescente espaço na grande imprensa e legitimidade enquanto representação ideológica.

No comando do SPILTN, os “apóstolos” do positivismo e suas propostas em relação aos indígenas apareceram sob uma aura de modernidade e ruptura. A popularização dos preceitos de progresso, modernidade e cientificidade tornava-se meta a ser atingida também pelos indígenas. Por outro lado, era exatamente o momento de auge das “batidas” e da violenta conquista das terras Kaingang.

¹⁴³ Sobre as propostas de relacionamento com os indígenas e da importância dos mesmos para a constituição da Nação no período monárquico ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27. Sobre a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) e sua importância na representação da idéia de nação brasileira bem como na influência que a CLTEMGA teve na formação das táticas e estratégias de atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Cf. MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’**. São Paulo: PUC, 1997. Tese de doutorado. Ver especialmente p129-130 e sobre os Pareci telegrafistas ver p. 177.

As idéias norteadoras do SPILTN estavam, no entanto, enraizadas em discussões muito anteriores. Havia tempo, os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, pela monarquia, vinham discutindo entre si as formas brandas de contactar os indígenas a fim de concretizar o projeto de formação da “nação brasileira”, processo de consolidação de um Estado Nacional, controlador de um território unificado e de sua população homogeneizada¹⁴⁴.

Pode-se afirmar que o sentido da proteção aos indígenas proposto pelo SPILTN era integrá-los ao sistema social do conquistador sobre bases de uma administração vigiada até o momento no qual fossem incorporados e assimilados pelo sistema como trabalhadores rurais. Desta forma, a sociedade paulista, auxiliada pelas companhias de estrada de ferro e estradas de rodagem, pelos fazendeiros e também pelos positivistas, fechavam o cerco em torno dos indígenas. Criava-se os inimigos e também os amigos dos índios. Todos eles, à sua maneira, colaboravam para o fim da “grande nação guerreira” dos Kaingang e a liberação de suas terras para a colonização.

Funcionários do SPI, personagens desse período que conheceram e conviveram com os Kaingang, utilizaram-se dos conhecimentos e da confiança obtida a partir desse contato contra interesses dos indígenas. Facilitaram e viabilizaram o “grilo”, as medições das terras e a abertura de estradas. Contratados pelo SPILTN para “proteger” os indígenas e seus interesses, atuavam de forma a facilitar a ação dos fazendeiros, demonstrando o verdadeiro significado da “proteção” preconizada.

Os funcionários que procuraram evitar o extermínio dos índios e o esbulho de suas terras ¹⁴⁵, independente da transitoriedade com a qual se investiam as ações do SPILTN, foram vistos pela cúpula do Serviço como aqueles que “passaram para o inimigo”, obstruindo a realização dos interesses “maiores” da instituição: incorporação do índio no meio civilizado e colonização de seu território.

O sentido da análise que se faz no parágrafo anterior só tem verdadeiro significado se for compreendida a relação índios e civilizados no contexto de uma guerra, justificada nas estratégias utilizadas pelo SPI, formulando e executando planos

¹⁴⁴ Cf. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. IN: **Estudos Históricos 1 Caminhos da Historiografia**. Rio de Janeiro: n.1, 1988, p. 5-27.

¹⁴⁵ Dentre eles refiro-me a alguns funcionários do SPI como Bandeira de Mello e Nimuendaju, por exemplo, e também a Professora Leolinda Daltro. Sobre ela, Cf. CORRÊA, Marisa. “Os Índios do Brasil Elegante e a Professora Leolinda Daltro.” IN: **Revista Brasileira de História - A Mulher e o Espaço Público**. São Paulo: v. 9, n.18, ago./ set./89, p. 43-65.

e projetos, cuidadosamente elaborados, para alcançar o objetivo de cercamento dos indígenas, forçando-os ao convívio com a civilização na condição de “pacificados”, de submetidos.

Em 5 de fevereiro de 1952 a Primeira Inspetoria Regional do Amazonas e Território do Acre publicou documento intitulado “Normas para atração e pacificação”, redigido por Dorval de Magalhães, inspetor especializado do SPI. O documento, minuciosamente pesquisado, é composto de 37 tópicos estudados e extraídos dos “casos” resolvidos pelo SPI até o momento de elaboração das “Normas”. Sua função era orientar os atuais e futuros “indigenistas” numa ação conjunta de atração e de pacificação dos grupos ainda aguerridos. Logo abaixo das “Normas”, com o fim de “podermos nos guiar referencialmente aos índios assistidos pelo PIN”, o autor reproduz as “Normas Sociológicas para o Aproveitamento do Índio”, escritas por Gal. Rondon ¹⁴⁶. Ambas as “Normas” foram elaboradas como táticas para facilitar a ação dos funcionários, de forma coerente ao projeto da instituição, e sua estratégia de conquista (conferir o anexo).

O redator das “Normas”, Dorval de Magalhães, apresenta-se na função de “Inspetor Especializado do SPI”. Estudando os casos já realizados, ele lapida suas táticas de campo de forma estrategicamente planejada para derrotar o inimigo, subjugar-lo e mantê-lo sob vigilância. No entanto, a maior preocupação das “Normas” é com a ação dos próprios encarregados.

Em relação à importância de manter sob controle e vigilância a ação dos encarregados, para as Inspetorias Regionais, bem como a institucionalização do “poder tutelar” como forma de controlar e vigiar os indígenas, isto é, de lidar com o “inimigo”, destacamos a pesquisa do antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima. O autor analisa a formação do Estado no Brasil, de forma original e diligentemente, a partir da implantação de um sistema nacional de controle e de administração dos povos indígenas estruturado por uma rede específica de poder: o “poder tutelar”. O autor concentra sua pesquisa nas transformações pelas quais passou a instituição SPI tendo como referência suas mudanças de ministério (Agricultura, Indústria e Comércio; Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Guerra), as estratégias de conquista (atração, pacificação e civilização) e as táticas de dominação (o poder tutelar). Lima sugere que se faça a análise da implantação do “poder tutelar” em

¹⁴⁶ Cf. MAGALHÃES, Dorval. “Normas para atração e pacificação” e “Normas para o aproveitamento do Índio”. **Serviço de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Microfilme 379.

processos locais e específicos, através dos encarregados dos Postos mas não chega a abordar tal aspecto.

No que se refere às preocupações da cúpula do SPI em relação aos encarregados, Lima observa:

“Outra dificuldade residia nas dificuldades de recrutamento dos encarregados de unidades locais. Já naquele momento os encarregados de postos eram representados como pouco confiáveis, atores que podiam se passar para o ‘inimigo’ com facilidade. Isto explicava a necessidade e a prática de inspeções, preconizadas como uma das medidas a serem tomadas para a solução dos problemas e acusações que pesavam sobre o Serviço.”¹⁴⁷

Durante a leitura e análise dos documentos, principalmente as cartas, avisos mensais e boletins que durante 35 anos foram trocados entre os Inspetores Luís Bueno Horta Barbosa e Nicolau Bueno Horta Barbosa – irmão e sucessor do primeiro no cargo - com os encarregados Bandeira de Mello e Érico Sampaio da Aldeia Vanuíre, ficou evidente a preocupação das inspetorias com a atuação administrativa dos encarregados locais, conforme afirma Lima. Observa-se este fato pelos favorecimentos, elogios e destaques da inspetoria do SPI ao encarregado que direcionava sua prática de incorporação das terras indígenas ao sistema de produção da sociedade civilizada eliminando a figura do indígena e de seus interesses do processo de administração, caso do auxiliar de Bandeira de Mello, Cândido Teixeira, e do encarregado Érico Sampaio. Por outro lado, observa-se certo descaso e até mesmo ironia à política administrativa de Bandeira de Mello que direcionava suas prioridades de encarregado para interesses mais voltados para os indígenas.

Desta forma, podemos concluir que o projeto elaborado pela cúpula do SPI, tanto pelas suas estratégias de incorporação do índio como de domínio de seu território, mantinha relações de alianças com os interessados particulares na apropriação das terras indígenas.

O assassinato, por envenenamento, do funcionário do SPI Curt Nimuendajú, também pode demonstrar vínculos da instituição com os interesses dos colonizadores civilizados e descaso na solução de problemas que envolvam interesses indígenas, bem como a punição de indivíduos civilizados. Não foram apurados e portanto

¹⁴⁷ Cf. LIMA, Antonio C. de S. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995 p.262

também não foram punidos os culpados pelo assassinato. Segundo depoimento dos índios Ticuna os assassinos eram moradores civilizados vizinhos da Aldeia dos Ticuna. Esses moradores, que paulatinamente vinham cercando a região, estavam incomodados pela concentração crescente de indígenas Ticuna, em processo naquela área. Nas cartas e relatórios do SPI sobre “a morte do professor”, observe-se que o termo assassinato foi evitado no relatório, a opinião dos índios sobre a morte é mencionada rapidamente e sem a preocupação de considera-la como depoimento válido. Em dezenas de páginas do relatório, contendo vários ofícios e cartas, a única menção à opinião dos indígenas sobre a morte ficou entre a “criação” e a “verdade”.

“Na opinião do índio, e de outros seus parentes, é que o inditoso foi vítima de um envenenamento, pois segundo ele contou, quasi todos os civilizados que moravam naquele lugar, não gostavam do professor porque ele era um grande defensor do direito dos índios. Talvez que isto seja criação do índio ... mas, não é bom duvidar-se que seja também verdade.”¹⁴⁸

Os casos mencionados evidenciam a necessidade de vigilância constante do SPI, não apenas sobre os indígenas mas principalmente sobre seus próprios agentes no sentido de promover o conhecimento e a ocupação do país pela civilização.

As estratégias de atração e pacificação dos Kaingang paulistas iniciaram-se com a fundação de um “posto de atração”, no Rio dos Patos. Os resultados só se concretizaram pela mediação do trabalho disciplinado dos funcionários e dos intérpretes, destacando-se, no caso dos Kaingang, a família do encarregado Manuel Sylvino Bandeira de Mello, os ajudantes, e os Kaingang escravizados das fazendas dos bugreiros ou os que vieram do Paraná.

No espaço de quatro anos, foi construído no “posto de atração” uma verdadeira fazenda modelo. Foram erguidas casas, forno de barro, pomar, mangueira, hortas, enfim, criava-se a “Vila Kaingang”, ao redor da qual os vários grupos Kaingang iam lentamente acampando, a fim de conhecer a bizarra família de “fok” (era como os Kaingang denominavam os civilizados) e aprender, pelo exemplo deles,

¹⁴⁸ **Serviço de Proteção aos Índios** – Inspetoria do Amazonas e Território do Acre. Ofício do encarregado do Posto Ticunas dirigido ao Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da IR 1 (Manaus) comunicando “o falecimento do professor Curt, verificado no igarapé da Rita no município de São Paulo de Olivença, nos dias do mês de dezembro do ano passado.” Posto Ticunas, 18/01/46 p. 3. Sobre as investigações do assassinato desse funcionário verificar o ofício do Chefe da IR 1, no qual ele relata

os usos e costumes do civilizado, conforme os planos do SPILTN. Quatro anos depois de iniciada a construção de “Vila Kaingang”, o SPILTN transferiu os Kaingang para outra área, “menos fértil”. Manuel Sylvino, o Bandeira, como ainda hoje é denominado pelos Kaingang, foi transferido para a Povoação Indígena do Araribá. As terras de “Vila Kaingang” tornaram-se propriedade privada, ou seja, já eram propriedade privada de uma tal família Arantes, que provavelmente adquiriu-as do Senador Lélío de Toledo Pizza, antes mesmo de serem os Kaingang contactados. Segundo argumentava o SPI, os Arantes estavam reivindicando suas terras. Fundou-se o atual Posto Indígena de Icatú e, posteriormente o de Vanuíre, em terras arenosas, com certeza as piores terras dos 94.000 alqueires já registradas em nome dos latifundiários irmãos Pizza, da **Fazenda Goaporanga**.

Segundo registros do SPILTN, as terras dos PIN (Postos Indígenas) de Icatú e Vanuíre foram “doadas” por Pizza aos Kaingang. O grande latifúndio gerado pela “pacificação” dos Kaingang foi se dividindo entre os colonos e aqueles que se destacavam na “pacificação”, não escapando nem mesmo funcionários do Serviço ¹⁴⁹.

Em Icatú, o primeiro dos dois Postos Indígenas recém fundados, as divergências políticas entre as facções indígenas, que haviam sido amenizadas na “Vila Kaingang”, reacenderam-se, provocando a cisão entre eles. Para evitar o retorno à mata, foi criada a Aldeia Vanuíre. Bandeira de Mello, que havia sido transferido de “Vila Kaingang” e não concordara com a transferência dos indígenas para área diferente daquela onde haviam sido “atraídos”, foi novamente chamado para “apaziguar os índios” em Icatú e Vanuíre, a fim de “resolver os conflitos”. Passando então a viver em Icatú e depois Vanuíre ¹⁵⁰.

A partir daí, houve um aumento consideravelmente rápido e intenso na ocupação dos territórios Kaingang pelas fazendas de café, pelas estradas e pela

os procedimentos do SPI no caso. Ofício de Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da IR 1ao Dr. José Maria de Paula, Diretor do SPI (Rio de Janeiro). Manaus, 21/02/46, p. 15.

¹⁴⁹ No “Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru”, na cidade de Bauru, encontrei em nome de José Cândido Teixeira “55 alqueires de terra adquiridos pelo preço de Rs 1:650:000 da Fazenda Goaporanga de propriedade do Dr. Luis de Toledo Piza Almeida e sua mulher D. Julia Failes de Toledo Piza, proprietários, residentes na capital de São Paulo”. José Cândido Teixeira é conhecido integrante da equipe do SPI que “pacificou” os Kaingang. Segundo depoimento de Anna Izabel Bandeira de Mello, ele “era laranja” dos Horta Barbosa, para os quais eram transferidas grande parte das terras adquiridas em nome de José Cândido Teixeira. Esse é um caminho que pretendo seguir investigando, pois, nos cartórios de Penápolis, devem constar outras informações. Chequei vários outros nomes em Bauru sem resultado. A senhorita Margarete, que me auxiliou, sugeriu continuar as pesquisas em Penápolis. Cf. doc. De 15/set/1916 anexo.

¹⁵⁰ Cf. BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Entre Índios e Revoluções - Pelos Sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1011 a 1941**. São Paulo: Ed. Soma Ltda., 1982.

urbanização. A “franja do sertão” já havia agora caminhado para além dos limites de Bauru, Campos Novos, Botucatu. As cidades de Lins, Cafelândia, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Birigüi, e outras, foram fundadas durante essa “entrada”, sobre as exóticas pirâmides tumulares dos cemitérios dos Kaingang, finalmente pacificados.

Conta-nos Anna Izabel, filha de Bandeira de Mello, que, após o primeiro contato pacífico, quando os Kaingang começaram a trocar visitas com os funcionários do SPI, o governo do Estado ofereceu ao seu pai e camaradas, dos quais fazia parte José Cândido Teixeira, a oportunidade de escolherem para si, em primeiro lugar, lotes das terras conquistadas. Foi um oferecimento àqueles funcionários que desejassem, pois, segundo o ofertante, o perigo de assalto de índios havia cessado, graças a eles, ao Serviço. O oferecimento foi feito num escritório na cidade de Penápolis, provavelmente na pessoa do Cel Bento da Cruz, que residia em Rio Preto¹⁵¹, tinha negócios em Penápolis e possuía 30.000 alqueires das terras indígenas registradas em seu nome. Segundo Anna Izabel, seu pai recusou, estupefato, o oferecimento, mas os outros companheiros dividiram entre si grande parte das terras liberadas pela criação dos Postos Indígenas Icatú e Vanuíre¹⁵². Quem mais lucrou foi o Senador Luís Pizza e família, com o latifúndio denominado por **Fazenda Goaporanga**, que se transformaria no eixo da colonização do Noroeste e Oeste paulista.

Antes da criação do SPILTN, em 1910, haviam grupos ou indivíduos isolados, indígenas, que eram perseguidos pelos bugreiros e outros que conviviam com eles em relacionamentos temporários ou como “escravos” nas suas fazendas. Dentre estes, a situação de escravidão nem sempre era disfarçada, conforme informa a própria inspetoria do SPILTN ao relatar as origens dos mediadores Kaingang que auxiliaram na pacificação:

“No plano estabelecido, o Coronel Rondon aproveitava com admirável habilidade e circunstância de se poder contar com os serviços de alguns Cainganges tirados do grupo já

¹⁵¹ Em 1909 Manuel Bento Cruz, procurador e sócio do Dr. Elisio de Castro, proprietário da Fazenda Bagaçu e residente em Rio Preto, e seu amigo Manuel Gonçalves da Foz, fixaram residência em Penápolis e daí se tornaram os cabeças da política local. Em 17/11/1909 foi criado o Distrito de Paz de Penápolis. Mas os ataques indígenas continuavam e “o desbravamento e desdobramento dos latifúndios dependiam (...) da pacificação dos índios Caingangs.” Cf. CARVALHO, José Ribeiro Sá. “O Desbravamento dos Sertões de Araçatuba”. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: Irmãos Canton, v.XLIV, 1ª parte, 1948, p.303.

¹⁵² Anna Izabel B. de MELLO, entrevistas gravadas em 24/04/97 e 22/05/97, transcritas e assinadas e BANDEIRA DE MELLO, Darcy. **Entre Índios e Revoluções**. São Paulo: Soma, 1982.

civilizado do Estado do Paraná, por meio dos quais podíamos comunicar aos selvagens as nossas intenções pacíficas (...) Êstes elementos, que deviam representar na campanha que se ia iniciar uma ação decisiva, foram logo depois acrescidos dos índios escravos de uma fazenda de Campos-Novos do Paranapanema, cujo proprietário, famoso bugreiro, os havia aprisionado por ocasião de devastadores assaltos que costumava dar às aldeias do rio do Peixe. Com eles vinha a velha Vanuïre, que entre todos se destacou depois pelo inextinguível zelo e verdadeiro amor com que se devotou àquela obra, que ela compreendia ser a salvação das últimas relíquias de seu povo.”¹⁵³

Conforme já citada obra pioneira do historiador John Manuel Monteiro, nos séculos anteriores da história de São Paulo, principalmente o século 17, a escravidão indígena foi essencial para manter o sistema econômico e definir a sociedade paulista.

“Ao longo do século XVII, as atividades econômicas dos colonos da região de São Paulo assentaram-se numa ampla e sólida base de escravos índios, aprisionados nas freqüentes expedições dos paulistas ao sertão. Um fluxo constante de novos índios, que atingiu o seu auge no meio do século, abasteceu as fazendas e sítios da região planáltica, ao mesmo tempo proporcionando mão-de-obra excedente, que se empregava sobretudo no transporte de produtos locais destinados ao mercado litorâneo. Essa relação essencial entre mão-de-obra abundante e agricultura comercial definiu os contornos da sociedade paulista no século XVII e, concomitantemente, integrou São Paulo aos quadros da economia colonial.”¹⁵⁴

Apesar da evidente e contínua escravidão dos indígenas que na colônia disfarçava-se sob a denominação de "administração", o índio entregava ao fazendeiro todo o produto do seu trabalho¹⁵⁵.

Em 1913, através do relatório e comentários do inspetor do SPILTN sobre a situação dos indígenas em São Paulo, nota-se que, resguardando-se as diferenças numéricas proporcionais e de grau de importância econômica para a formação da sociedade paulista, muita coisa permaneceu, no sentido da exploração e

¹⁵³ BARBOSA, Luís B. H. **A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas. Hábitos, Costumes e Instituições desses Índios.** SPI, 1913 p.45

¹⁵⁴ Cf. MONTEIRO, John M. “7 – Os anos finais da escravidão indígena”. IN: **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo, Cia das Letras, 1994, p. 209.

¹⁵⁵ Cf. MONTEIRO, John M. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo, Cia das Letras, 1994 e PETRONE, Pasquale. **Os Aldeamentos Paulistas e sua função na**

empobrecimento aos quais foram submetidos os indígenas que escaparam do extermínio. Sob o regime tutelar do SPILT, os indígenas continuaram, durante décadas, produzindo para uma administração alienada de seus interesses. Segundo Horta Barbosa,

*"Conquanto trabalhadores extenuados, estes índios civilizados, sempre arrastaram uma vida de misérias."*¹⁵⁶.

Segundo relatório do SPILT, inspetoria de São Paulo, o resultado do trabalho indígena era consumido entre os próprios civilizados e não pelos indígenas.

*"...não se tira um real sequer para melhoria dos métodos de exploração, das vias de comunicação, das habitações e nem mesmo dos meios de garantir a subsistência dos pobres trabalhadores."*¹⁵⁷

Esta situação, significava que, mesmo trabalhando para o SPI, os indígenas adquiriam débitos eternos para com os patrões e o SPILT, além da escravidão, prostituição, miséria, doenças e alcoolismo. Muitos fugiam e internavam-se novamente nas matas. Entretanto, sem terras demarcadas e com uma população minguada, sujeitos à perseguições e epidemias, como retomar o sistema indígena de sobrevivência? A fuga para as matas, no contexto de estarem sendo invadidas por milhares de colonos que chegavam todos os anos de diferentes partes do mundo para trabalhar e se apossar da terra e das matas, era apenas uma solução paliativa.

O trecho do inspetor, citado acima, menciona também a ausência de aperfeiçoamento das vias de comunicação como argumento para requerer e assegurar ao SPI maior parcela dos recursos financeiros do governo. Apesar de não pertencer às atribuições do SPI, esta questão era de grande importância em relação ao desenvolvimento do Estado de São Paulo. São Paulo já vinha, desde meados do século 19, investindo grandes somas nas construções de estradas. Em estradas, São Paulo investia a maior parte de seus recursos. Construir estradas era, para os paulistas, sinônimo de progresso, civilidade e também um dos “caminhos” para a pacificação dos indígenas.

valorização da região paulistana. Estudo de Geografia Histórica.. São Paulo: 1964, Tese de Livre-Docência em Geografia Humana da FFCL da USP.

¹⁵⁶ BARBOSA, **Op. Cit.** p.37.

¹⁵⁷ BARBOSA, Luís B. H. **A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas. Hábitos, Costumes e Instituições desses Índios.** SPI, 1913 p.37

Segundo Relatório do Presidente da Província datado de 2/2/1870, no ano anterior, 1869, os gastos totais do governo Provincial haviam sido de 70:288,646 (réis), dos quais 49:195,973 foram destinados à abertura e conservação de estradas, 1:300,000 em instrumentos para engenheiros e 12:000,000 em vencimentos para engenheiros. Somados, daria 62:495,973 (89%) gastos com abertura de estradas, pontes, e engenheiros, sobrando 7:792,673 (11%) para o expediente de “repartição de obras públicas”, “caixa d’água”, “jardim”, “expediente da secretaria do governo” (conferir **Quadro A** anexo). Observe-se que eram todos gastos estruturalmente relacionados à formação das cidades na região conquistada.

Em 1875, seis anos depois, de um total de gastos quase seis vezes maior, 481:125,253 (réis), foram investidos em estradas e pontes 318:820,400 (66%) , o restante, 162:304,85 (34%), foi destinado a cinco itens mais diretamente relacionados com “utilidade pública” e criação de cidades: hospitais, cadeias, igreja matriz, chafariz e diversos (conferir **Quadro C** anexo).

Os juros pagos às Cias de Construção de Estradas de Ferro na Província eram exorbitantes. Pagou-se em um ano a importância de 2.364:218,858 (réis). Dessas companhias as maiores beneficiadas, recebendo maiores recursos do governo, foram aquelas que construíam estradas em direção ao interior do Estado.

Observa-se, no quadro abaixo, o montante de juros pagos, no ano, às respectivas companhias:

Cia São Paulo - Rio de Janeiro	182:612,862
Cia Mogiana	283:128,218
Cia Paulista	340:634,884
Cia Ituana	567:454,563
Cia Sorocabana	990:388,331
Total	2.364:218,858

Esses investimentos possibilitaram um aumento da área territorial colonizável e a efetividade da conquista. As cidades proliferavam e, através delas e das fazendas de café, algodão e criação de gado, diminuía-se rapidamente as terras disponíveis às populações indígenas e aos civilizados de baixa renda, os posseiros.

De 1862 a 1870, em 8 anos, a produção de algodão cresceu 513%, aproximadamente. O café cresceu, em quatro anos, 45%.

Veja-se as arrobas produzidas nos dois períodos citados ¹⁵⁸:

ALGODÃO	1862	87.000 arrobas
	1870	446.177 arrobas
CAFÉ	1866	2.304.000 arrobas
	1870	3.342.251 arrobas

O investimento em estradas era prioritário e fazia parte do programa do SPILTN, justamente pela sua função de base, estruturante de outros setores da economia e da sociedade, representando a possibilidade do crescimento e desenvolvimento econômicos e garantindo a colonização. No entanto, a maior parte desses recursos concentrava-se no Ministério da Viação e Obras Públicas e não no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual o SPI era vinculado. O dinheiro gasto na contratação de bugreiros e constituição de "batidas" estava contido nos orçamentos para abertura de estradas. Grande parte das "batidas" foram financiadas pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ou pela "população" das cidades através de doações. Com a vinda da Cia Construtora da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a cidade de Bauru, verificou-se um grande aumento das "batidas". Os seus executores eram moradores locais, mas os organizadores e financiadores eram ligados à Estrada ou "conhecedores dos índios" contratados por ela.

O governo, portanto, investia muito em estradas e, ao mesmo tempo, colaborava com a situação de violência deliberada do Oeste paulista, simbolizada na figura dos bugreiros, quando viabilizava financeiramente as "batidas" ou mesmo omitia-se em favor dos poderes locais.

A criação do SPILTN, inicialmente, abalou a "instituição" do "bugreirismo" local.

A primeira atuação do SPILTN no Oeste paulista foi organizar uma expedição de sindicância e reconhecimento dos "problemas indígenas" na região.

Em 1910, dois anos antes da pacificação dos Kaingang, uma expedição com o propósito acima foi enviada para o Oeste paulista. Era encabeçada pelo 1º Tenente

¹⁵⁸Cf. sobre os juros pagos às Cias de Construção de Estradas de Ferro e também sobre a produção de café e algodão PINHEIRO, Niminon S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912**. Dissertação de Mestrado, Assis, Unesp, 1992, p. 285, 286 respectivamente.

Pedro Ribeiro Dantas. Conforme relatório¹⁵⁹, entrevistando bugreiros e investigando a ocorrência de "batidas" nos locais de conflito, o SPILTN provocou tumulto e temor entre os moradores do sertão, que estavam acomodados à situação de impunidade e de convivência de um governo que, "de repente", mudou as regras do jogo, as táticas da conquista, apesar do jogo continuar sendo o mesmo.

Polêmico no processo de sua fundação, o SPILTN também o foi durante a sua trajetória. Houve vários momentos de crise por ausência de verbas, principalmente durante os anos 30. Houve corrupção e críticas, desde o seu início, podemos afirmar. Mas sua criação foi imprescindível para diminuir a incidência das "batidas" e dar substância às representações ideais de convivência pacífica entre índios e colonos, mesmo considerando-se que isto, na verdade, só se concretizou no plano representativo. O SPILTN recebeu a tarefa de ser o mediador entre a realidade de violência da conquista e a representação de uma unidade nacional "harmônica".

Em 22 de novembro de 1910, João Preto, bugreiro de profissão no Oeste paulista, integrante de "batidas", ao ser entrevistado por Paes Leme e Pedro Ribeiro Dantas, funcionários do SPILTN, relata-lhes como eram preparadas as "batidas" e a impressão que tivera sobre os Kaingang enquanto esperava, escondido na mata junto com seus companheiros, observando, silenciosamente, a Aldeia e o seu movimento festivo, a espera da hora propícia para o massacre. Ele e seus companheiros cercavam a Aldeia indígena em festa e, pacientemente, escolhiam as suas vítimas à dedo, aguardando a hora propícia para o massacre. Tenente Pedro Ribeiro Dantas e D. Paes Leme, funcionários do SPI, descrevem e comentam o seu depoimento no trecho que se segue.

"dizia o preto que os surpreendera a elle e seus companheiros, a limpeza e boa ordem que em tudo apreciarão no aldeamento; que os ranchos e o terreiro erão bem varridos, o chão bem destocado, limpo e batido; tudo emfim, tão direito, sinão mais do que os nossos, dizia. Muito os surpreendera igualmente a inalteravel cordialidade mantida durante todo tempo da festa, as risadas francas e as brincadeiras que se permittião uns com os outros; e até puderão a esse respeito notar, dos seus esconderijos, a diversidade de caracteres, em uns alegres, mais retraidos em outros. Aquelles em geral mettão estes a bulha e não era raro que entre os primeiros, se fizessem notar os anciãos. Mas de

¹⁵⁹ Cf. Anexo "Relatório enviado a Rondon sobre o histórico da construção da EFNB, em terras dos Índios Kaingang"(22/11/1910). In: PINHEIRO, N.S. **Op. Cit.**

tudo isso, nenhuma desavença surgia. E rematava por fim o Preto: 'Até parecia gente Snr Tenente.' ” ¹⁶⁰

João Preto ficou muito perturbado com o seu próprio relato e já se preparava para seguir o Tenente, esperando ser preso. O Tenente Dantas “tranquilizou-o dizendo que não seria o caso”.

Não encontramos nenhum registro de que houve algum integrante de “batida” que tenha sido punido por assassinar índios nesse período ¹⁶¹. Mesmo dentre os entrevistados citados nos relatórios do SPILT, não há nenhum que tenha sido líder ou mandante de “batida” ou algum dos poderosos locais envolvidos nos massacres. Estes últimos não foram entrevistados ou denunciados. As populações das cidades temiam estes homens e o poder local lhes pertenciam com a anuência do poder central.

Politicamente, o final do século 19 constituiu-se em um momento onde o poder central se definiu enquanto delegador de poderes. As populações nas localidades de expansão de fronteiras e portanto de contatos interétnicos eram relativamente autônomas. A Assembléia e o Governo Provincial legislaram **juntamente** com as Comarcas regionais, as vilas e as cidades locais. Dentre as consequências desta política, nas regiões por nós analisadas, notou-se uma crescente violência entre índios e brancos. Cada localidade tinha livre arbítrio para legislar em

¹⁶⁰ **Idem, Ibidem** p. 322, 323.

¹⁶¹ Talvez este fato auxilie na compreensão do sentido de continuidade e não de ruptura que o SPILT manteve com os procedimentos do governo e da sociedade civil em relação aos indígenas. Além disso, sirva como ilustrador da legislação brasileira no tocante à impunidade dos crimes praticados contra índios e sem terra por grandes proprietários, latifundiários e seus agentes: parentes e amigos servidores do Poder Judiciário, guarda armada pessoal, capangas e jagunços, etc. Pois, mesmo constatando que houve assassinato, os crimes são legalmente desqualificados e os responsáveis acabam impunes. Cf. o recente desfecho do assassinato do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, 44, na Capital do país. Galdino estava em Brasília como representante de sua comunidade na luta para recuperar as terras que lhes foram tomadas por fazendeiros de cacau no sul da Bahia. Após comemorar o “dia do índio”, em 20 de abril de 1997, de madrugada, ele foi barbaramente assassinado por três jovens membros da classe média e elite da cidade. Um dos indígenas de Vanuêre, comentando tristemente o episódio, disse: “Eu sempre falei que o ‘dia do índio’ é o dia que o ‘branco’ inventou para matar o índio”. Sobre o desenrolar do processo que em 6/3/98 deu na impunidade dos assassinos Cf. artigos da **Folha de S. Paulo**: “Índio é queimado por estudantes no DF” 21/4/97, manchete e p3-8; “Morre índio queimado em Brasília” 22/4/97, manchete e 3-1 a 3-3; “Ataque a índio foi premeditado, diz menor” 23/4/97, pp.3-1,2,3,4; “Menor diz que grupo planejou o ataque a índio” 23/4/97, manchete; “Pataxós fazem refêns e ocupam 5 fazendas”, “Juiz diz que filho não será privilegiado”, 24/4/97, 3-1 a 3-3; “Fogo em índio não foi homicídio, diz TJ”, “Parentes da vítima choram ao ouvir decisão”, “Garotos confessaram crime quando foram presos”, “Órgão da CNBB entra com recurso”, 6/3/98, manchete e 3-1. Em contra partida, recentemente, o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rainha, foi condenado por assassinato **sem que houvesse provas claras de seu envolvimento no crime**.

seu próprio benefício e, conseqüentemente, em detrimento dos grupos locais indígenas e posseiros ¹⁶².

Os moradores das vilas e cidades do interior, nas áreas recém povoadas ou em vias de povoamento, procuravam excluir o indígena de seu próprio universo social e simbólico, reservando-lhe nenhum lugar ou, um lugar secundário e marginal no contexto histórico e social. Era comum atribuir aos indígenas um comportamento que mais se aproximava ao dos animais do que da humanidade civilizada¹⁶³. No pensamento de José Joaquim Machado de Oliveira, então designado oficialmente Diretor Geral dos Índios em São Paulo, sociabilidade, inteligência e capacidade para amar eram características atribuídas, exclusivamente, aos brancos ¹⁶⁴. Esta mentalidade contribuiu para disseminar idéias que sustentavam e justificavam injustiças e violências que eram diariamente cometidas contra os indígenas. Conseqüentemente, criou-se uma certa tolerância, e até, cumplicidade, das populações civilizadas do Planalto Paulista com os atos de discriminação, de massacre dos indígenas e esbulho de suas terras.

A importância dos fatos mencionados acima está menos numa possível interpretação, enquanto denúncia, do que na tentativa de delinear um perfil da própria política, do segmento da sociedade brasileira que ela representa, bem como o sentido da “proteção” aos indígenas.

Forçados a deixar seus territórios ancestrais, fugindo e se embrenhando nas florestas restantes, muitos indígenas desapareceram. Mulheres praticavam abortos consecutivos como uma forma de conservarem a agilidade na fuga. Nesse contexto de guerra, os territórios indígenas e sua capitalização se constituíram em foco de interesse no processo de conquista pela via militar.

Da perseguição aos povos indígenas do Oeste paulista, Kaingang, Oti-Chavante e Guarani, as conseqüências imediatas foram que os Oti rapidamente foram exterminados e os Kaingang diminuíram sensivelmente a sua população. O Serviço de Proteção aos Índios foi então criado para instituir um novo lugar para os indígenas, demarcar o espaço de sua atuação, confinando-os para administrá-los.

¹⁶²CUNHA, M. C. da. “Pensar os Índios: Apontamentos sobre José Bonifácio”. IN: **Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 165-173 e PINHEIRO, **Op. Cit.**

¹⁶³ Tal qual procederam os espanhóis na América quinhentista. Cf. TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

¹⁶⁴ PINHEIRO, **Op. Cit.** pp. 187-260.

O papel assistencialista e integracionista do SPILTN foi facilitado pelas condições de depopulação e miséria dos indígenas mas também pela sua diferenciação étnica em relação aos civilizados invasores. Enquanto representação simbólica e prática, influenciaram análises conjunturais, políticas e intelectuais da época que, considerando esse papel do SPILTN, valorizaram a sua transitoriedade. Esta transitoriedade marcava também a própria caracterização de ser índio. Aculturação constituía-se no processo vivenciado pelos indígenas que ia da fase inicial de atração, nos Postos Indígenas (PIs), à fase final de incorporados pela sociedade nacional, como pequenos trabalhadores rurais, localizados nos Centros Agrícolas. Enquanto inspiração teórica, as análises integracionistas e assimilacionistas refletiam-se nas perspectivas de trabalho de sociólogos e historiadores que trabalharam com populações indígenas. O enfoque, ao se escrever a história da conquista e colonização dos territórios tribais, aborda a perspectiva do avanço do sistema capitalista e os níveis de aculturação ou de integração das nações ou tribos indígenas no âmbito da sociedade envolvente. Nessas análises, o papel e lugar do indígena na sociedade aponta para um inevitável extermínio ou desaparecimento gradual e reforça a memória da classe dominante no tocante à uma homogeneidade nacional.

Numa outra abordagem histórica, a formação da sociedade capitalista é polarizada pelos parâmetros da dominação, os poderosos, e, da submissão, os indígenas; o indígena torna-se empecilho e obstáculo à expansão da conquista ¹⁶⁵. Consequentemente, vítimas do processo, ou entraves a ele, os indígenas, com suas

¹⁶⁵ Entre os trabalhos que, pelas suas análises e interpretações, podem ser considerados ligados às teorias de desaparecimento e integração dos indígenas, citamos os de CHAIM, Marivone M. **Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1974 e TIDEI LIMA, **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação de Mestrado, USP, 1978. Outros enfoques mais recentes, no entanto, procuraram valorizar o indígena, construir sua identidade no processo histórico e resgatar, da obscuridade decorrente de uma história construída sobre parâmetros da classe dominante, a sua particularidade, territorialidade, identidade e contribuição positiva para a formação das sociedades nas quais estão inseridos. Caminhando para essa segunda perspectiva, mas, ainda presa às análises integracionistas, mais como um processo do que como uma meta, entendo pertencer, como exemplos, os trabalhos de RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986; BORELLI, S. **Os Kaingang no Estado de S. Paulo; transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1983 e MELATTI, D. **Aspectos da organização social dos Kaingang paulistas**. Brasília: FNI, 1976. Na linha de construção da história indígena, demarcando sua identidade nesse processo, vejo como exemplo as obras de D'ANGELIS, Gilmar **Toldo Chimbanguê-História e Luta Kaingang em Santa Catarina**. Xanxerê: CIMI, 1984; SOARES, Geralda **Os Borun do Watu - Os índios do Rio Doce**. Cotagem: CEDEFES, 1992; MOTA, Lúcio T. **Presença e Resistência Kaingáng no Paraná**. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1992; MONTEIRO, John M. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994; SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da república**. São Paulo: USP/Fapesp, 1994; TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê**

nuanças peculiares, pouco apareceram, pois foram vinculados às necessidades das frentes de expansão capitalista, necessidades da elite dirigente do país, isto é, de famílias e grupos responsáveis pela alocação e controle dos recursos públicos. O humanismo do SPILTIN aliava-se de certa forma à essas interpretações, resolvia o “problema indígena”, removia o obstáculo à invasão e conquista, facilitando a recomposição do espaço sob o domínio do estado, mascarando a violência.

Analisando a historiografia sobre os Kaingang escritas nas décadas de 60 e 70, a antropóloga Kimiye Tommasino observa:

“(...)tanto os estudos que centraram atenção sobre a cultura (teoria da aculturação) quanto os que privilegiaram a estrutura social e as relações sociais de dominação-subordinação (teoria da fricção interétnica) enfatizaram a dinâmica unificadora e homogeneizante do processo, porque todos tinham como referência a história dominante. Assim, os grupos indígenas eram apresentados, independente das especificidades culturais, sofrendo as mesmas compulsões externas e produzindo efeitos semelhantes. Isso resultou numa imagem genérica do índio, caminhando em direção à ‘integração’ e à ‘assimilação’.”¹⁶⁶

Esta imagem genérica do índio foi criada e divulgada pelo Serviço, planejada minuciosamente por ele, e útil aos propósitos de colonização e de fortalecimento do poder centralizado sobre os poderes locais.

Segundo Lima,

“O Serviço deveria operar, na qualidade de forma objetivada da vontade política do estrato índio. Concebido enquanto um rótulo passageiro, sujeito a futuro desaparecimento em meio à classe de trabalhadores nacionais, não considerados enquanto povos ou populações historicamente diferenciadas, os índios demandavam, em nome de sua defesa específica frente aos ‘poderes locais’, um outro poder.”¹⁶⁷

Nessas análises observa-se que, mesmo reconhecendo, indiretamente, a existência de indígenas em São Paulo, a ênfase dada ao desaparecimento dos mesmos elimina a garantia de um espaço onde se discuta claramente a sua existência anterior

meridional em movimento. Tese doutorado. USP, 1995 e CUNHA, Manuela C. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Fapesp/CMC/Cia das Letras, 1992.

¹⁶⁶ TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.** Tese doutorado. USP: 1995, p.32 e 33.

¹⁶⁷ LIMA, Antonio C. de S. **Um grande cerco de paz.** Petrópolis: Vozes, 1995 p.216

ao contato, portanto, o seu domínio sobre o território, seus problemas e questões vivenciadas hoje e na época a qual se refere a pesquisa. Observa-se atualmente que alguns indígenas ou algumas nações indígenas tem evitado o ineficiente paternalismo da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) e buscado alternativas onde eles exerçam certo controle da situação e conheçam os possíveis desfechos. Estão sendo feitos contatos de indígenas com Universidades, Museus e Prefeituras afim de negociar econômica, política e culturalmente os seus interesses específicos e recíprocos.

No processo de intolerância e de violência desencadeado contra os povos indígenas, sua história aparece na historiografia oficial como obstáculo à expansão do progresso técnico, da cafeicultura, como uma saga de expulsão, assassinato, genocídio e etnocídio pois referenciada pelo eixo da sociedade civilizada. Por outro lado, observa-se que a história contada pelos indígenas é repleta de luta, entremeada de poesia, sofrimento, humilhações e ensinamentos direcionados para as gerações futuras e para todos os povos. É centralizante, lógica, guerreira e ecológica. É a busca constante de meios para ajustar-se e conservar a identidade indígena diante das imposições da sociedade civilizada, que procura utilizá-los de todas as maneiras possíveis em favor de seu próprio engrandecimento.

Em Vanuíre, explicando como é “a história dos índios contada pelos índios e não por branco”, Maria Helena C. Damaceno narra às crianças como era “duro o tempo das perseguições dos craí e como era bonito o tempo dos antigos, nas florestas”.

Os dois trechos seguintes são fragmentos da história dela:

“Os civilizados pensavam que nós éramos um povo muito maior pois parecemos em muito lugares e eles se assustavam. O nosso povo já estava acostumado à guerra durante muitas e muitas luas. Vimos desaparecer nossos parentes. Chorando enterramos seus corpos no chão do Kieme. Ao redor, plantamos mandioca, batata, cará e ao seu lado colocamos seus arcos e flechas. Assim, ao se libertarem do corpo cada um de sua alma teria alimento. Muitos dos parentes foram covardemente envenenados ... e enquanto morriam os craí faziam festa e bebiam. Outros estavam morrendo de tuberculose, sarampo, gripe e bexiga que pegavam quando os craí davam roupas de doentes para eles. Vimos o cerco apertar. Nossos muitos olhos viam surgir por toda a parte os quartéis ... depois grupos saíam para nos atacar... vimos que a guerra ia ser muito violenta, mesmo assim nós organizamos e resistimos (silêncio). Então criaram muitos quartéis e toda

uma raça ruim de Craí Crenton chegou para ficar rica, para ganhar a terra dos Burun. Diz ...o Craí, que seu governo chamou para aí muita gente ruim, para ser soldado e nos combater. Presos de cadeia, ladrões de toda espécie decretados recebiam fardas e, em bandos, nos caçavam. Queriam a terra limpa ...”¹⁶⁸

“Os guerreiros se submetem ao ritual de sempre. São pintados pelas suas mulheres. E assim... e sai negros... negros... negros... luzindo ao sol. Levando seus arcos de mais de dois metros de comprimento. Que caça escapará de suas flechas? Que craí escapará de suas pontarias? Eles se internam nas matas certos de que ali os Maret providenciarão sempre o viado, o tatú, o quati, a queixada, o nhambú. Carregam potes de taquara cheios de mel e os pulsos estão amarrados firmes com os cordões para que a flecha saia certa em direção do alvo. Quando chegarão os homens não se sabe. Mas, é certo que chegarão com muitas caças e se sentarão para repartir a caça com a comunidade toda. ... contarão as suas façanhas e que os jovens certamente, um dia também realizarão. E vem o sol ... e as novas luas ... e cada vez chega o tempo da colheita.

As roças já estão plantadas. A Aldeia amanheceu na mesma agitação sem fim. Preparam os cacaio e sobre eles as crianças. De uma hora para outra vêm as matas. O kieme fica atrás no silêncio denunciador das fogueiras apagadas. A mata providencial aguarda a todos com palmito, sapucaia, araca, jaboticabas, ingás, pitomba, jatobá, abacaxi, umbú, cará, mamão, mel. Do alto das árvores os homens atiram colmeias. De novo se enchem os tubos de bambu com o mel. E se mistura com água para fazer bebidas dos rituais. Erguem-se a aldeia provisória no meio da mata. Ali, nada impede a vida. E se falta água, os bromeliades ou as taquaras oferecem o líquido. E se partilham fartamente o alimento, o canto, a música e o cansaço.”¹⁶⁹

Este capítulo possibilitou avaliar o contexto histórico no qual se daria a pacificação dos Kaingang, bem como, o significado das mudanças estratégicas na aproximação e no contato com os indígenas que estavam acontecendo. Isto influenciou tanto os indígenas quanto os civilizados.

No capítulo terceiro, “Atração e Pacificação dos Kaingang”, estuda-se como deu-se o contato entre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos

¹⁶⁸Depoimento de DAMACENO, Maria Helena C. gravada pela própria para que as crianças ouvissem durante as “aulas de cultura” de Segunda-feira e Quinta-feira das 20 às 21:30hs na Aldeia Indígena Vanuíre. Transcrita por Niminon Pinheiro em 17/04/96.

¹⁶⁹ Idem Ibidem

Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e os Kaingang, procura-se destacar essas novas estratégias de pacificação utilizadas pelo SPILTN.

Capítulo 3

ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS KAINGANG

“As conquistas espanholas foram mais rápidas e firmaram-se mais facilmente, pois nos países mais avançados em civilização a derrota de um exército decide a sorte de um reino; as terras, já cultivadas, e as minas, já conhecidas e exploradas, passaram imediatamente ao poder dos conquistadores.

No Brasil as terras, que foram concedidas às léguas, tiveram de ser conquistadas às polegadas às hordas de selvagens que se sucediam ...” (grifos de Maria Graham)

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1956 , p.4

Nesse capítulo, pretende-se analisar a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), e as formas por este órgão utilizadas para atrair e pacificar as tribos Kaingang que habitavam as terras banhadas pelos rios Feio-Aguapeí e do Peixe. Conforme análise anterior, pretende-se dar continuidade à discussão do processo de colonização do Oeste indígena, sua incorporação como “terrenos desconhecidos”, “desabitados” e colonizáveis, e o desaparecimento dos indígenas da região. Conforme termos utilizados pelo SPILTN: “a pacificação das tribos hostis”, e a liberação das terras para a capitalização pela sociedade civilizada.

Nesse sentido, seria importante indagar qual seria a dinâmica desse processo? Considerando-se que, através dessa dinâmica, os territórios indígenas transformaram-se em terras negociáveis, e os povos que o habitavam - reduzidos em número, submetidos e restritos à uma área vigiada sob lei de “proteção” e tutela do Estado nacional administradas pelo SPILTN - tiveram que encontrar meios para sobreviver e formas de integrar-se e adaptação sob a nova conjuntura.

Segundo Seeger e Castro, para a sobrevivência dos indígenas, “o acesso à terra é a condição essencial desta sobrevivência, em termos físicos e étnico-culturais”¹⁷⁰. Desta forma, pretende-se analisar as estratégias e as táticas utilizadas pelo SPILTN, que modificaram, colaboraram ou impediram esse acesso a terra pelos indígenas. No que se constituiu a atração e pacificação enquanto tática utilizada com esse fim? Como o SPILTN concretizou os planos governamentais de incorporação da população e do território? Qual a força das estratégias militares e representações nacionalistas investidas pela sociedade civilizada nesse processo? Nesse contexto, quais os elementos utilizados, as alianças, os conflitos do SPILTN no Oeste indígena paulista? Esses problemas configuraram-se nos pressupostos que orientaram a investigação e análise dos documentos na tentativa de entender e explicar a formação de Vanuíre e da própria sociedade Oeste paulista.

As atuais Aldeias do interior de São Paulo são partes dos antigos territórios indígenas, doados pelo Estado ou por particulares ao SPILTN, para atrair e localizar os indígenas remanescentes do período das guerras com os bugreiros, que foram “pacificados” pelo SPILTN.

¹⁷⁰ SEEGER, A. e CASTRO, E. V. de. “Terras e territórios indígenas no Brasil” IN: SILVEIRA, Ênio Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p. 101-114 (Coleção Encontros com a Civilização brasileira; v.12).

O estudo da documentação produzida pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, a partir de 1918, passou a ser somente Serviço de Proteção aos Índios - SPI, bem como a forma como ele concretiza no cotidiano do Posto Indígena (PI) os seus dois objetivos, de certa forma antagônicos: 1) “proteger” os grupos indígenas e suas terras da extinção e do esbulho e, ao mesmo tempo, 2) liberar terras para a colonização e agricultura cafeeira e formar trabalhadores rurais, atuando como instituição mediadora no conflito; demonstra que, na verdade, o SPILTN sempre trabalhou contra os indígenas. A intermediação do SPILTN possibilitou a transformação de quase todas as terras indígenas em propriedades privadas. A Aldeia Vanuíre foi transferida para uma região de terra arenosa, e transformada numa pequena fazenda de criação de gado, administrada pelos funcionários do governo e com indígenas sob trabalho compulsório. As terras férteis, ao redor da Aldeia, foram transformadas em latifúndios, ficando, a maior parte das terras, nas mãos do Senador Lélío Piza. Registradas em cartório como Fazenda Goaporanga. Aos indígenas cabia o papel de objetos ou executores de projetos do governo, que nada tinham a ver com os interesses dos indígenas.

A estratégia do SPI para pacificar os indígenas e que norteava suas ações era a de fixá-los em terras doadas e introduzir entre eles a noção de trabalho que produz excedente, a utilização e manuseio do dinheiro, o crescente consumo de produtos manufaturados e o controle mais eficiente possível sobre os indígenas até o ponto onde eles estivessem completamente integrados à imaginária “nação” brasileira como trabalhadores nacionais. O SPI não alcançou plenamente esse intento. Pode-se mesmo afirmar que a FUNAI também falhou nesse intento. A existência da “Aldeia Vanuire”, a despeito da administração e do controle exercido pelo “Posto Indígena Vanuíre”, do crescimento e aproximação das cidades, o retorno de grande parte dos índios que tentam a aventura da cidade, e a tendência a viver de outra maneira, à margem dos padrões capitalistas, sugerem limites às estratégias do Rondon militar, do positivismo e do próprio governo.

Na Aldeia, a resistência dos pequenos grupos indígenas assume formas diferentes da que ocorria nas florestas quando dos “chamamentos” dos bugreiros. No entanto, é ainda caracterizada pela violência do autoritarismo, do controle e da injustiça. Querelas internas às sociedades indígenas e divergências políticas entre eles parecem ter sido comuns na história dos Kaingang.

As divisões internas entre eles deram origem a Vanuíre. Nas memórias de Darcy S. Bandeira de Mello, bem como nos registros do Inspetor do SPILTN, Luís Bueno Horta Barbosa, registra-se a origem de Vanuíre, enquanto desmembramento de Icatú, como decorrente de divergências havidas entre os Kaingang, que há poucos meses haviam mudado da “Vila Kaingang” para Icatu. Para controlar os dissidentes, foi chamado de volta à Aldeia Kaingang, Manoel Silvino Bandeira de Mello, o encarregado do SPILTN, que soube decifrar os códigos Kaingang e “pacificá-los”, vamos dizer, e com quem os Kaingang se entendiam. Parte dos índios que estavam em Icatú dirigiu-se então para Vanuíre, criada pelo SPILTN para abrigar um dos dois grupos que se formou da divisão.

A existência de Kaingang e Guarani no interior paulista até os dias de hoje, mantendo-se diferenciados em meio a um centro já bastante capitalizado, como é a região do município de Tupã e Bauru, demonstra resistência e disposição para negociar - ao contrário dos grupos, também indígenas, Otí, extintos antes da criação do SPILTN. Os Guarani que, através dos subgrupos Apapocúva, Oguauíva, Tañigua e Kayguá dominavam grande parte do Oeste e do Noroeste do Estado, foram se reduzindo, devido às doenças do contato e às más condições que foram se criando em seus domínios – as bordas dos domínios Kaingang, principalmente. Através do encarregado Curt Nimuendaju, o SPILTN conseguiu paulatinamente reunir no Avaí – Povoação Indígena do Araribá – os Guarani remanescentes das longas e itinerantes caminhadas.

Os Kaingang, nas suas táticas e estratégias, assemelham-se mais aos outros grupos Jê, aos Xavante por exemplo, do que com os Guarani ou Otí. Eles mantiveram certa distância dos povoados de civilizados, mesmo depois de consumadas relações de amizade entre ambos. Ainda hoje, procuram conservar suas Aldeias “independentes” dos civilizados, quando é possível. Pode-se observar características semelhantes entre os indígenas da nação Krenak que vivem em Vanuíre desde 1940. Eles se empenham na conservação das tradições indígenas, da língua e se consideram diferenciados da sociedade nacional.

Na legislação indigenista brasileira, os pressupostos filosóficos e práticos que orientam as ações do SPILTN, a “proteção e administração dos indígenas”, proposta principal do Serviço, aparece como uma novidade, só tendo paralelo nos *Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*, aprovado pela Constituinte de 1823, mas que não foi colocado em prática. No entanto,

semelhante às leis coloniais que protegiam os direitos dos senhores à escravização dos indígenas, abrindo exceção para escravizar aqueles aprisionados em “guerras justas”, o perfil do Serviço (SPILTN) estava também ligado à proteção dos interesses dos latifundiários e, portanto, apresenta a mesma característica ambígua. Para o Serviço, “proteger” é também destruir. Sob este “protetorado”, os índios foram submetidos a um violento processo “civilizatório”, forçando a sua integração à sociedade Oeste paulista. Nesse sentido, pacificar e proteger o indígena do Oeste paulista significava controlar seus movimentos e intervir na sua cultura e sociedade, de forma a adaptá-los aos propósitos da própria sociedade invasora. Os trabalhos praticados pelos indígenas sob o gerenciamento do SPILTN representavam simbolicamente atos humanitários dos agentes militares, mas, conforme veremos, apresentam-se como forma de exploração do indígena.

Observa-se com a criação do SPILTN que o antigo problema de assegurar aos índios formas diferentes de posse das terras ancestrais e garantir a preservação de sua identidade e cultura permanece e agrava-se. A partir do momento em que o índio se integrasse à sociedade nacional sob o protetorado do SPILTN, tornar-se-ia parte da grande nação e deixaria de ser indígena, passando a integrar o mundo genérico dos “trabalhadores nacionais”, dividindo com esses suas posses ancestrais¹⁷¹. Assim norteada, a trajetória do SPILTN foi bastante polêmica. Na década de 1960, pouco antes de sua extinção, tornou-se público o seu envolvimento em vendas ilegais de terras e de reservas florestais indígenas a particulares e a colaboração no extermínio dos próprios índios¹⁷².

O SPILTN foi instituído durante a Primeira República e, com a mudança para SPI, teve 57 anos de duração.

No início do século, segmentos independentes da sociedade civil e os positivistas iniciaram um movimento de defesa do indígena. Na época, vários interesses, distintos em outros assuntos, concordavam na necessidade de urgente providências para resolver o conflito violento entre indígenas e bugreiros. No caso de São Paulo, a criação do SPILTN veio favorecer inclusive os interesses de alguns grileiros que, “de olho” nas terras indígenas, percebiam as vantagens futuras que eles

¹⁷¹ Cf. Decreto n. 5.484 – De 27 de junho de 1928 – Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. IN: **Collectanea Indígena**. Rio de Janeiro: Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1929.

¹⁷² RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1986 p. 5, 6

também poderiam daí auferir em seu próprio benefício, caso o SPILTIN realmente “apaziguasse o sertão”.

No entanto, eram contrários à criação do Serviço alguns paulistas, diretamente interessados nas terras Kaingang e que já viviam próximos delas. Para esses a melhor solução era o índio desaparecer de vez. Foram grileiros, posseiros, criadores de gado. Apesar de concordarem que o Estado deveria intervir na questão indígena, na prática achavam que era deles o monopólio da “catequização”. Nesse mesmo caso também se encontravam os padres, pois queriam retomar para si a mediação entre índios e civilizados. A Igreja se justificava pela sua experiência secular no assunto, desde o elogiado tempo dos Jesuítas. Ela culpava o governo e a ausência de auxílio financeiro pelo resultado decadente nas missões religiosas ainda remanescentes¹⁷³. Um terceiro grupo era formado pelos imigrantes, que chegavam aos milhares no porto de Santos, esperançosos de possuir um torrão do qual pudessem sobreviver ¹⁷⁴. Esses tinham duas opções: a submissão aos fazendeiros ou a tentativa de um negócio próprio disputando com os indígenas uma fração da terra.

Após o Brasil ter sido denunciado, internacionalmente, como massacrador de índios, a sociedade civil, principalmente os centros, institutos e academias, indignados, tentavam reverter esse quadro e resolver o conflito, recuperando a imagem do país através das tarefas de civilizar os índios e construir a nação brasileira - ambas tarefas ostentadas pelo SPILTIN.

Era conveniente não perder os investimentos estrangeiros que estavam sendo feitos no país. A Inglaterra, por exemplo, fazia naquele momento grandes investimentos na construção das ferrovias, algumas delas cortando de ponta a ponta os territórios tribais. A Alemanha tinha, no Sul do Brasil, várias colônias, a maioria em terras Kaingang ou Xocling¹⁷⁵.

A preocupação com a imagem do Brasil no exterior, principalmente na Europa, origem dos imigrantes, é patente ao se consultar os jornais da época. A importância para o Brasil da aprovação internacional vinculava-se ao caráter dependente do progresso e do desenvolvimento econômico brasileiro.

¹⁷³ RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis, Vozes, 1986 p. 132

¹⁷⁴ Cf. **Relatórios dos Presidentes de Província**. CEDAP, microfilmes, UNESP/Assis

¹⁷⁵ Sobre os contatos dos Xokling com os colonos no Sul do Brasil ver: SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokling**. Florianópolis: Edeme, 1973

Internamente, nos anos de 1906 a 1910, formou-se uma opinião pública que questionava na imprensa o tipo de progresso que se estava propondo e exigia medidas que impedissem o desaparecimento dos indígenas.

O jornal “Notícia”, de 19 de julho de 1912, publicou na íntegra e comentou durante vários dias um telegrama recebido do correspondente em Londres. O telegrama comunicou que o jornal inglês “Daily News” aplaudia o Brasil pelo tratamento humanitário dado aos índios com a criação do SPI. O telegrama diz o seguinte:

“Londres, 18 - O “Daily News”, tratando em artigo editorial, da questão dos índios do Perú, salienta o contraste entre a maneira humanitária com que o Brasil procura civilizar os índios do seu paiz com as atrocidades praticadas pela República do Perú. Cita trechos do relatório do commissário Roger Casement, os quais rendem homenagem aos sentimentos de humanidade dos brasileiros e lembra a conveniencia do Brazil intervir no sentido de melhorar as condições dos infelizes selvícolas do Perú.

O mesmo jornal aconselha os governos da Inglaterra e dos Estados Unidos a obterem a cooperação do Brazil na tarefa de protecção aos indios peruanos, estando certo de que o governo brasileiro a isso não se recusará, auxiliando uma obra de civilização, para a qual a sua cooperação seria inestimável.”¹⁷⁶

O jornal brasileiro aproveitou este fato para criticar aqueles que ainda se opunham ao SPILTN. Para ele, o SPILTN vinha atuando muito bem, recebendo elogios pelo trabalho. Neste trecho do jornal “O Paiz”, percebe-se com clareza a dupla função do SPILTN, então elogiada, de promover o progresso técnico e o povoamento das áreas indígenas e “assistência” os seus antigos habitantes desapossados. Mas, percebe-se também as críticas lançadas às missões religiosas, que ainda tentavam reservar para si a responsabilidade pela mediação entre índios e não-índios, às quais eram especialmente dirigidas as críticas:

“amparar os miseros povoadores das selvas e, ao mesmo tempo, abrir os sertões aos tentames da indústria (...) hoje os nossos índios preferem abrigar-se às tendas dos ingleses na

¹⁷⁶ *Apud* jornal **O Paiz**, 22/7/1912

Goyana britannica a ficarem no Rio Branco junto às missões religiosas que lá se encontram.”¹⁷⁷

Após a pacificação dos Kaingang, os Estados Unidos e Inglaterra sugeriram que o Brasil interferisse e influenciasse os outros países da América do Sul, a fim de que atuassem em relação aos indígenas daqueles países da mesma forma que o Brasil vinha atuando em relação aos seus índios. O inspetor Luís Buenos Horta Barbosa, responsável pela inspetoria de São Paulo, aproveitando a popularidade do SPILTN, com a pacificação dos “temíveis” Kaingang, fez, conforme sugestão dos EUA, várias conferências e viagens aos países vizinhos na América Latina - Argentina, Uruguai – e também para a França. Isso possibilitou maior notoriedade à instituição e ao seu significado simbólico: a formação da nação brasileira via integração dos territórios e dos povos dispersos.

A hierarquia do SPILTN era composta pela Diretoria Geral, duas subdiretoras, treze inspetorias, Centros Agrícolas e povoações indígenas ou postos indígenas. O encarregado era o elo de ligação entre os interesses do Estado e sua cristalização nos postos e centros. O inspetor tinha a tarefa de vigiar os encarregados para que estes não passassem para o lado do “inimigo”.

Os índios eram considerados, na melhor das hipóteses, como vítimas, passíveis de serem ajudados, amparados e protegidos sob o regime tutelar do SPILTN. Na prática, o que estava ocorrendo era o esbulho de suas terras. Antes da pacificação, os Kaingang demonstraram, através de suas ações, que tinham a noção deste fato. Várias foram as suas tentativas para impedir o avanço dos desmatamentos, das construções de estradas e de cidades nos seus territórios. Muitos funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB) foram trucidados e tiveram suas cabeças cortadas e os olhos arrancados pelos guerreiros Kaingang, que procuravam vingar companheiros assassinados e impedir a destruição do habitat da comunidade: as florestas e a caça. Desta forma, os “civilizados” haviam se tornado inimigos dos Kaingang caçadores. No entanto, o SPILTN, através dos seus funcionários, principalmente a família Bandeira de Mello, introduziu uma nova variável e confundiu os indígenas. Alguns deles passaram a acreditar na possibilidade de convivência pacífica entre eles e esses militares civilizados que, de certa forma, quando se considera as táticas de aproximação e a vinda da família Bandeira de Mello para viver no Posto Indígena,

¹⁷⁷ Jornal **O Paiz**, 22/07/1912

agiam quase em conformidade com os códigos de ética da tribo. Antes da intervenção do SPILTN, a imagem que melhor correspondia ao civilizado para os indígenas da região era a do bugreiro e do grileiro, matadores e mandantes - homens terríveis, estranhamente desacompanhados de mulheres e de crianças mas que nunca acabavam: quanto mais se guerreava contra eles mais deles apareciam.

Darcy S. Bandeira de Mello, filho do encarregado Bandeira de Mello, com quem conviveu e trabalhou, narra como se deu o último conflito entre os Kaingang e os funcionários da EFNB, no qual os Kaingang levaram a melhor. Liderados pelo cacique Ererim, os Kaingang trucidaram a turma de medidores de terras e bugreiros encabeçados pelo engenheiro Sengner. A turma do engenheiro era composta por dez homens. O massacre foi organizado, dirigido e, alguns anos depois, narrado pelo próprio “temível” cacique Ererim a Darcy. A narrativa se deu naturalmente quando o Kaingang, já vivendo entre civilizados na “Vila Kaingang”, viu Bandeira de Mello, o “Bandeira”, na sede do Posto Indígena, datilografando o relatório mensal para enviar à Inspeção do SPILTN, na pessoa do engenheiro Horta Barbosa, na capital paulista. O barulho da máquina de escrever e a semelhança das situações, avivaram a memória de Ererim, líder de uma das últimas comunidades de Kaingang a frequentar a “Vila Kaingang” no Rio dos Patos. Ele era amigo do rekakê Charim ¹⁷⁸, também valente guerreiro Kaingang e, ainda segundo informações da família de Bandeira de Mello, tornou-se grande amigo de Bandeira.

Segundo relato, acampados em barracas e alguns ranchos próximos à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB), o pessoal do engenheiro preparava-se para dormir, a fogueira acesa, dois sentinelas atentos e armados de carabinas e cães, que naquela hora não paravam de latir, havendo percebido os índios escondidos na mata. Os guerreiros de Ererim e Dorarim esperavam que todos dormissem, inclusive os cães, para que pudessem se aproximar. No entanto era preciso fazer alguma coisa para calar os cães:

¹⁷⁸Darcy S. BANDEIRA DE MELLO descreveu o rekakê Charim da seguinte forma: “Charim era de estampa impressionante; tinha quase 1,90m de altura, corpo atlético corado por espessa cabeleira negra, comprida e ondulada. Era conhecido e temido como um dos maiores ‘cortadores de cabeça’ de toda a região. Com ele o chefe Vauvin (o da Vila Sofia) não se dava; inimigos irreconciliáveis há muito tempo. Em tal emergência Papai socorreu-se da habilidade diplomática de Clenclá, amigo de ambos aqueles chefes. A todo custo era preciso evitar conflito e luta entre ambos e sua gente.” Cf. BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Entre Índios e Revoluções**. São Paulo: Ed. Soma Ltda, 1982 p.57

“ (...) Os cães não parando de latir, investindo para o lado da mata, os sentinelas desconfiados disparavam tiros naquela direção. Mas, nada acontecendo em seguida, os vigilantes foram trocados normalmente. Os próprios cães acomodaram-se junto ao fogo, adormecendo em consequência de haverem aspirado o pó narcotizante que os índios espargiram”¹⁷⁹.

Para livrarem-se dos cães e dos sentinelas, os indígenas utilizaram-se de seus conhecimentos das plantas medicinais, especialmente da planta denominada “congonhe”. Ererim atraiu os cães e deixou-os aspirar o pó da erva.

Conforme registrado por Darcy Bandeira de Mello:

“(os cães) aspiraram grande quantidade de pó-verde, daí voltarem para dormir. Então, tornou-se fácil a ele, Ererim e seu companheiro Dorarim, aproximarem-se muito dos dois guardas, em cuja direção atiraram vários punhados de ‘congonhe’. Ambos a aspiraram com facilidade, pois o vento estava a seu favor. Em consequência, sentaram-se num tronco junto à fogueira, e, logo começaram também a dormir, como toda a gente do Acampamento.

Os dois índios, de rastos colocaram-se quase juntos àquele infeliz aglomerado de homens que ressonava. Mas, não resolviam dar o sinal de ataque aos companheiros que os seguiam de perto, porque - como nos dizia Ererim - ouviam barulho estranho que vinha do interior de uma das barracas, e isso os fazia intrigados e algo receosos. Mesmo assim, Ererim não queria perder a oportunidade, pois o cerco estava completo, dependendo dos mais arrojados darem início ao assalto.

Não vacilaram mais; ele e Dorarim, subitamente caíram sobre os sentinelas, abatendo-os a bordoadas, sem que pudessem dar um grito, sequer. Incontinentemente, os demais guerreiros agiram da mesma forma, confrontando-se, em grande maioria, com os demais trabalhadores.

Ererim, logo a seguir, encaminhou-se à barraca de onde partia aquele estranho rumor e lá deparou, trabalhando sentado à sua mesa de campanha, iluminada com pequeno lampeão a carbureto, o Engenheiro-Chefe, Dr. Sengner, escrevendo à máquina. Ao notar a entrada intempestiva de alguém, voltara-se, recebendo violenta bordoada que lhe abriu o crânio.

¹⁷⁹ Segundo informação fornecida pelo cacique Ererim e registrada por Darcy B. de Mello: “Esse pó (...) era obtido pela maceração das folhas da congonha-brava (variedade de erva-mate do sertão) super ressecadas e reduzidas a pó muito fino, após socadas em pilão. Os Kaingangue, quando queriam ter bons sonhos, costumavam aspirar essa espécie de rapé, que, por coincidência eles chamavam de ‘congonhe’ - e nós, ‘congonha’.” **Op. Cit.** p.66.

*Tempos depois Ererim reconstituiu essa cena cruel, e o fazia, ao ver Papai batendo máquina em seu escritório, comentando então, que o Engenheiro era calvo ('crim-gatôro') e Papai, cabeludo."*¹⁸⁰

O massacre descrito ocorreu em 1911, quando Bandeira de Mello já se encontrava no acampamento do Ribeirão dos Patos dirigindo a turma do SPILTN encarregada da "atração" e "pacificação". Ao ser comunicado do ocorrido, Bandeira enviou dois auxiliares seus até o local, distante 13 km do acampamento, para sepultar as vítimas. Um dos encarregados da tarefa, Augusto, segundo Darcy Bandeira de Mello, tornou-se, por anos, grande amigo dos índios, após eles visitarem o acampamento do Rio dos Patos e deste ter se transformado na "Vila Kaingang".

Note-se que dos contatos e alianças que vão se formando entre os Kaingang e o SPILTN, a mediação da família Bandeira de Mello e dos auxiliares são sempre descritas e enfatizados por relações de amizade, de troca.

Durante sua existência, o SPILTN tanto produziu como procurou evoluir suas estratégias e táticas de atração dos indígenas. Conforme veremos adiante, a relação entre encarregado e indígena estava sempre sob a mira do vigilante inspetor. A inspetoria tinha sobre o encarregado o poder de transferi-lo ou dispensá-lo sem dar-lhe nenhuma justificativa. Este fato evidencia uma relação hierarquizada entre seus membros e o poder limitado e controlado dos encarregados.

Em 1911, para montar as estratégias da pacificação, o SPILTN, em primeiro lugar, classificou os grupos indígenas. Dividiu-os em três grandes grupos, "seguindo as características gerais de cada um desses grupos" ¹⁸¹. No terceiro grupo foi feita uma subdivisão.

O primeiro grande grupo era formado pelas sociedades que já estavam em contato, isto é, "em promiscuidade com os civilizados". Trabalhavam com os civilizados, falavam português mas "ainda conservavam os laços da antiga existência tribal". Usavam dois nomes, um indígena e outro escolhido dentre os nomes mais comuns dentre os nacionais. Este "nome de branco" era o nome freqüentemente utilizado no relacionamento com os brancos. Nesse grupo as crianças aprendiam o

¹⁸⁰ BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Entre Índios e Revoluções (Pelos sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941)**. São Paulo: Soma, 1982, p. 66, 67.

¹⁸¹ BARBOSA, L. B. Horta. **O Problema Indígena do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 p.21

português bem tarde e, as mulheres quase nunca o aprendiam¹⁸². Desde o início foram lesados e humilhados pelos brancos através da desorganização de sua família, do alcoolismo, doenças contagiosas ou decorrentes de alterações no comportamento, racismo, preconceito e as injustiças sociais.

Segundo o SPILTN, para os grupos que necessitavam de "auxílio e assistência" do governo, através do próprio SPILTN e do trabalho leigo, o Serviço deveria demarcar um território para que estes índios pudessem plantar, morar e modificar suas condições materiais de vida¹⁸³.

Classificados no segundo grande grupo estavam as sociedades indígenas de contatos esporádicos com os brancos. Vivendo em terras distantes, eles possuíam forte organização social e falavam a língua nativa. Nesse caso, ao SPILTN cabia assegurar-lhes a propriedade das terras e "desenvolver, intensificar e tornar plenamente profícuas as relações entre as duas populações", isto é, índios e brancos¹⁸⁴.

No terceiro grupo estavam inseridos os Kaingang. Nesse grupo os indígenas eram classificados como "inteiramente selvagens". O grupo dos "inteiramente selvagens" subdividia-se em dois casos: os indígenas sem nenhum contato com os brancos e aqueles grupos nos quais o contato ocorreu de forma abrupta e inevitável devido à presença da frente pioneira.

Os Kaingang foram classificados nesse subgrupo, isto é, como pertencentes ao segundo caso do terceiro grupo: o grupo indígena contactado de forma abrupta e inevitável, por isso "diagnosticado" pelo Serviço como sendo "um caso difícil". A situação na região era de guerra. A pacificação dos Kaingang foi bastante divulgada na grande imprensa da época e segundo Anna Izabel Bandeira de Mello, foi grande o número de visitantes brasileiros e estrangeiros que se deslocaram até a "Vila Kaingang" para ver "de perto" os "ferozes selvagens".

Os Kaingang do Oeste de São Paulo, juntamente com os Botocudos de Minas Gerais, Xocleng de Santa Catarina e os Parintintin do rio Madeira, constituíram-se nas primeiras experiências de pacificação gerenciadas pelo SPILTN, através das quais será montado um tipo de "guia", já na década de 1940, para orientar os funcionários do Serviço na "atração" e "pacificação" dos diferentes grupos indígenas do Brasil.

¹⁸² **Idem, Ibidem** p. 21. Cf. também o Decreto no 8.072 de 20/06/1910 que criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

¹⁸³ **Idem, Ibidem** p. 22.

¹⁸⁴ **Idem, Ibidem** p. 22.

Num primeiro momento, o projeto do Governo articulado pelo SPILTN consistia em investir na mediação do Serviço para trazer esse povo indígena para uma situação de possível controle sobre eles. A necessidade dessa ação decorria do agravamento da violência nas frentes de expansão e possível inviabilização de outros projetos do governo, tais como o de localização dos imigrantes europeus e a continuidade da abertura de estradas.

A violência no Oeste paulista estava sendo denunciada na imprensa nacional e internacional. Trabalhadores nacionais e engenheiros estrangeiros estavam temerosos de continuarem com os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que cortava o território Kaingang de Leste para Oeste, conforme pode-se observar no mapa “Oeste Indígena”, página 133.

Por todos esses motivos, o caso dos Kaingang ficou bastante conhecido na imprensa. A divulgação e popularidade da questão tem uma data marcante. Pode-se dizer que teve início no dia 14 de setembro de 1908. Naquela manhã, durante uma das sessões do Congresso dos Americanistas em Viena, o jovem Albert Vojtech Fric, denunciou os bárbaros massacres de indígenas que estavam ocorrendo no Brasil, principalmente no Sul, em Santa Catarina, pelos colonos alemães e no Oeste paulista pelos bugreiros. Em decorrência, o assunto foi polemizado no Brasil e se notabilizou com a resposta dada a Albert V. Fric pelo Diretor do Museu Paulista e etnólogo alemão Hermann Von Ihering, que defendia a integração do índio à sociedade civilizada ou seu inevitável extermínio frente ao avanço da "civilização do progresso". Observe-se que este era um pensamento bastante corrente na época também entre a população brasileira em geral, principalmente ao segmento das regiões do Oeste paulista, região de bugreiros. No entanto, em outubro de 1908, os positivistas, iniciando uma campanha de oposição à violência física contra os indígenas que motivasse a intervenção do Estado na questão, direcionaram as acusações à figura do cientista alemão Von Ihering, a quem fora imputado todos os reveses. A polêmica cresceu rapidamente. Vários outros segmentos sociais aliaram-se aos positivistas, conservados no topo das acusações. Dentre eles destacaram-se Silvio de Almeida, pelo jornal “O Estado de São Paulo”, Luís Bueno Horta Barbosa pelo Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e R. Teixeira Mendes, líder dos positivistas, à qual filosofia todos os três comungavam. Junto dos positivistas estava a igreja, que só divergia do restante do grupo na questão de saber à quem recairiam as

responsabilidades pelo contato. É claro que a igreja defendia a continuidade do seu monopólio na questão¹⁸⁵.

Paralelo à esse debate, no Oeste indígena a guerra pela posse dos territórios tribais continuava. No início do século 20, havia ainda muita terra sob o domínio dos indígenas, principalmente dos Kaingang. Os meios até então utilizados nessa guerra haviam sido os mais cruéis e bárbaros, daí que era consenso a todos os debatedores da “questão indígena” a necessidade de se tomar alguma providência real e prática. Era preciso “civilizar” as estratégias de apropriação e controle do espaço indígena, talvez mesmo, dividir com eles, em sensível inferioridade é claro, parte dos despojos da conquista. Talvez seja este o significado do fato de que, após a pacificação, as terras que passaram a se constituir nas Aldeia indígenas foram “generosas doações ao SPILTN” feitas pelas companhias de colonização.

No Oeste indígena, antes mesmo do estapafúrdio conchavo entre militares, políticos, latifundiários e opinião pública que massacrrou Ihering e criou o SPILTN, um grupo indígena já havia sido extinto, conforme já dito, os Oti ou Ofaié-Xavante, sociáveis e pacíficos, que desapareceram da região, exterminados pelos bugreiros e fazendeiros locais¹⁸⁶. Teriam eles, conforme aponta o SPI, sido preservados se o SPI houvesse intervindo antes na região? Em quais condições? Os Guarani, que estavam espalhados em várias aldeias, foram diminuindo gradativamente e seus remanescentes foram concentrados pelo SPILTN na Povoação Indígena do Araribá e no Litoral¹⁸⁷. Hoje, no Araribá, minoria em relação aos Terena, eles são vítimas de inumeráveis problemas e necessidades básicas¹⁸⁸. No entanto, outra questão deve ser colocada sobre o problema da presença ou ausência dos indígenas no Oeste paulista, em relação aos Kaingang, Guarani e ainda também aos Otí, questão que considere a dinâmica do grupo. Qual a parcela representada pelas suas próprias linhas de força que impediram

¹⁸⁵ Sobre uma análise detalhada das forças em jogo, principalmente durante os anos de 1906 a 1910, que deram na criação do SPILTN conferir STAUFFER, David Hall. **The origin and establishment of Brazil Indian Service: 1889-1910**. Ph. D. Dissertation. Austin Texas: University of Texas, 1955 especialmente p. 50-76

¹⁸⁶ Cf. NIMUENDAJU Unkel, Curt. “O fim da tribo Otí (1910)”. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982 p.33-40; Recentemente, foi registrado pelo jornalista Luiz Carlos LOPES, do Jornal **O Estado de S.Paulo**, a presença de um grupo Ofaié no Mato Grosso do Sul. Sobre esses indígenas vêr LOPES, Luiz Carlos. “Índios Lutam contra a Extinção” . **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: 13/03/1988 e DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **Ofaié - Morte e vida de um povo**. Campo Grande: IHeG de MS, 1996

¹⁸⁷ Cf. NIMUENDAJU Unkel, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/USP, 1987.

¹⁸⁸ Cf. PINHEIRO, N.S. Relatório de Atividades Preparatórias do 1º Encontro de Educação Indígena no Oeste Paulista. **Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ)**, São Paulo, 31/08/1998.

ou favoreceram o seu desaparecimento? Como os índios encaravam ameaças e mudanças nas estruturas social e cosmológica? Segundo Monteiro, esta é uma questão que “Precisamos, enfim, lançar (ainda que seja difícil de sustentar respostas) para conseguir ultrapassar uma história do contato que não leve em consideração a visão indígena.”¹⁸⁹

Os Kaingang, sofrendo as mais terríveis perseguições e emboscadas para que desaparecessem, resistiam bravamente. Assaltavam acampamentos, ameaçavam e amedrontavam os desmatadores, construtores de estradas e bugreiros contratados para exterminá-los através de sofisticadas técnicas de cerco e pressão. Várias expedições científicas e militares que penetraram suas terras sofreram represálias. Em algum revide Kaingang mais radical, como o ocorrido com a turma do engenheiro Sengner, os expedicionários tinham as cabeças cortadas ou os corpos empalados e pendurados por estacas ao longo dos caminhos abertos pelos civilizados. Houve momentos de paralisação da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB) mesmo tendo esta companhia à sua disposição o apoio do Estado e dos bugreiros.

É interessante observar que, enquanto os colonos eram os “caipiras do sertão”¹⁹⁰, pescadores, caçadores e moradores dispersos, o “sertão” era compartilhado sem problemas entre eles e os indígenas. Eram os posseiros esparsos, ribeirinhos, pequenos criadores e plantadores vivendo com suas famílias. Nesse período não se verifica registrado graves conflitos entre eles e os indígenas. Esporadicamente, os indígenas roubavam uma cabeça de gado ou um utensílio de ferro dos vizinhos¹⁹¹. Entretanto, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB), foi facilitada e intensificada a colonização, bem como as investidas dos bugreiros. A caça e as reservas florestais diminuíram rapidamente. A pressão sobre os grupos tribais

¹⁸⁹ Anotação do Professor Dr. John M. Monteiro durante o curso “Étnohistoria Indígena: América Latina Colonial”, Centro de Estudos Latino-Americanos da UNESP. Assis, 1989.

¹⁹⁰ Esses primeiros colonos “caipiras” pouco influenciam nas transformações das formas de vida e na espacialidade já existente antes deles. Eles foram caracterizados pelos viajantes e exploradores da região no início do século como “preguiçosos” e “vadios”. Tal qual para os indígenas, para eles também era proposta uma intervenção estatal para “localizarem-se”, alguns autores sugerindo a “civilização” do “sertão”. Cf. o relatório de viagem de Cornélio SCHMIDT encomendado por Carlos Botelho, secretário da Agricultura de São Paulo. SCHMIDT, Cornélio. “Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: 1961 p. 337-449 e SAMPAIO, Theodoro. “Considerações Geographicas e Economicas”. **Boletim**. Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo: v.IV, 1890, p.87-156.

¹⁹¹ Cf. PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo, 1850-1912**. Dissertação de Mestrado, Assis, Unesp, 1992 ; O mesmo tipo de contato entre índios de floresta e civilizados, tendo como primeiros agentes os moradores esparsos despertando nos índios a curiosidade e posteriormente os violentos bugreiros disputando-lhes o espaço, pode ser observado em

aumentou. Nesse contexto de violência, os Kaingang e os bugreiros foram se tornando mais agressivos no relacionamento. Dia a dia mais avançaram os tiradores de dormentes, desmatadores, abridores de estradas, construtores de estradas de ferro, aumentaram as cidades recém criadas e a velocidade de seu crescimento.

Segundo análise do SPILTN, a violência foi decorrente da rapidez com que foram sendo invadidos os territórios indígenas:

"...tão más condições resultam do fato de já se haver pronunciado o movimento de invasão das terras dessas tribos por elementos da nossa civilização"¹⁹².

Percebe-se, pela exposição que o SPILTN fez dos fatos do contato, a necessidade de tornar pública, angariando créditos da opinião pública, a diferença tática do que vinha se processando nas regiões de conflito com os indígenas antes da sua criação. Nos pronunciamentos públicos e artigos divulgados, afirma-se que, se o contato dos Kaingang tivesse ocorrido através do Serviço ao invés de tê-lo sido pela invasão dos bugreiros não teria havido violência. Nessa perspectiva, nota-se que o Serviço procurava veicular uma imagem própria, de intermediário neutro ou ligada à “proteção” dos índios no conflito entre os invasores e os índios. O SPI não “invadia” as terras indígenas – “invadir” sugere violência física, algo que os positivistas queriam deixar fora de suas atribuições e representações ideológicas. Quem invadia eram os “elementos da nossa civilização”. O SPILTN “pacifica”, “protege”, vincula populações dispersas, tudo isso através da “brandura”, da “perseverança e disciplina de seus heróis anônimos”. Esta é a imagem que o SPILTN procurava formular de si mesmo: a ruptura com a violência. Mas como isso é possível em um ambiente tão carregado, tão repleto de poderes locais, corrupção, relações de clientelismo, coronelismo, paternalismo e privilégios tão profundamente estruturados? Como e de que forma poderiam os militares, células de uma instituição criada para localizar, atrair, dominar e controlar populações livres através de estratégias e táticas do exército exercer a proteção dos indígenas? Administrar e auxiliar o governo a governar nessas paragens inóspitas significava, naquela conjuntura, a efetiva prática do controle - controle sobre um território e seus habitantes que se encontravam até

CLASTRES, Pierre. **Crônica dos Índios Guayaki. O que sabem os Aché , caçadores nômades do Paraguai.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

¹⁹² BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** 1947, p. 23.

então, à margem da civilidade européia, mas que ainda se constituíam em um povo, com origem pré-colombiana.

Na imprensa, uma outra versão dos fatos também foi veiculada. Esta consistia na interpretação dos conflitos e da violência no Oeste indígena como decorrente unicamente da "insociabilidade" dos Kaingang. Através dessa perspectiva etnocêntrica, a hostilidade dos índios à civilização era atribuída à sua própria natureza, que era definida como selvagem e belicosa. Essa posição ganhou maior fôlego na imprensa paulistana depois do assassinato do Padre Claro e dos Guarani pelos Kaingang. Também nessa versão, a solução do “problema indígena” passava pela “civilização dos selvagens”.

Nos diferentes momentos através dos quais os civilizados e os Kaingang tomaram conhecimento da presença um do outro ou refletiram e se manifestaram sobre as presenças recíprocas através de signos e símbolos (como as flechas de guerra fincadas nas barrancas do rio do Peixe pelos Kaingang bem à vista da expedição da Comissão Geográfica e Geológica que descia o rio, ou, quando em retribuição aos “presentes” possivelmente envenenados e infectados que lhes eram oferecidos por bugreiros, colocavam flechas de guerra), as ações não eram espontâneas mas parte de planos pré estabelecidos. Um avanço e recuo das frentes de expansão e dos indígenas, organizados com antecedência, tendo em vista propósitos particulares às facções em jogo¹⁹³.

Em que consistiam os planos, projeto e o programa do Serviço?

O plano de atração e pacificação dos Kaingang foi previamente estabelecido por Rondon, então, presidente do SPI. Neste plano, conforme vimos, os Kaingang foram classificados como "tribos inteiramente selvagens" mas de contato inevitável devido à proximidade dos estabelecimentos dos brancos¹⁹⁴.

Executado, o plano foi considerado, por seus autores e outros interessados, um sucesso. Segundo os seus criadores ele havia de fato posto fim aos conflitos. Para Luís Bueno Horta Barbosa, inspetor do SPI em São Paulo, a principal característica do sucesso era o fim da guerra aberta e a liberação de terras para a colonização:

"aplacava o ímpeto do incêndio que lavrava pôr toda a vastidão ... ao longo da via férrea, numa frente de 300 km,

¹⁹³Cf. sobre essa discussão RIBEIRO, Darcy. **Op.Cit.** 159,184,185; BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Op. Cit.** p.52.

¹⁹⁴ BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** 1947, p. 23

*mas também muito distante dali, para os lados do Paranapanema, na zona que só mais tarde seria cortada pela linha que hoje liga Salto Grande a Pôrto Tibiriçá."*¹⁹⁵

Conforme pode-se observar no mapa "Oeste Indígena", aquele território era habitado pelos indígenas Kaingang, Oti e Guarani. Foi cortado pela Estrada de Ferro e reduzido pelo avanço da conquista. Apareceram muitos conflitos com colonos. A região próxima a Bauru já havia sido há duas décadas "liberada" dos Kaingang pelos bugreiros. Portanto, a zona de conflito não seguia os 300 km mencionados. Conflitos ou evidências da presença de Kaingang eram comuns na região da Serra dos Agudos, Lençóis Paulista, Bauru, Promissão e Lins, "repleta de índios". Entretanto, nos trechos percorridos pela Estrada de Ferro onde foram encontrados Kaingang, ou sinais deles, o que era bem mais comum, era entre as estações de Albuquerque Lins, Km 151, e muitos quilômetros antes de Araçatuba, Km 270. A estação Araçatuba era no Km 437. Portanto, na época da pacificação, estavam sujeitos à presença Kaingang, cortando o território onde eles haviam se refugiado, 119 Km da Estrada de Ferro¹⁹⁶.

Observe-se nos quatro mapas ao lado o "Oeste Indígena" (NIMUENDAJU, 1987, p.5), o "Oeste Paulista" e o espaço designado "terrenos desconhecidos", a planta da Aldeia Vanuíre e a localização da cidade de Promissão onde era "Vila Kaingang".

¹⁹⁵ **Idem, ibidem** p. 26.

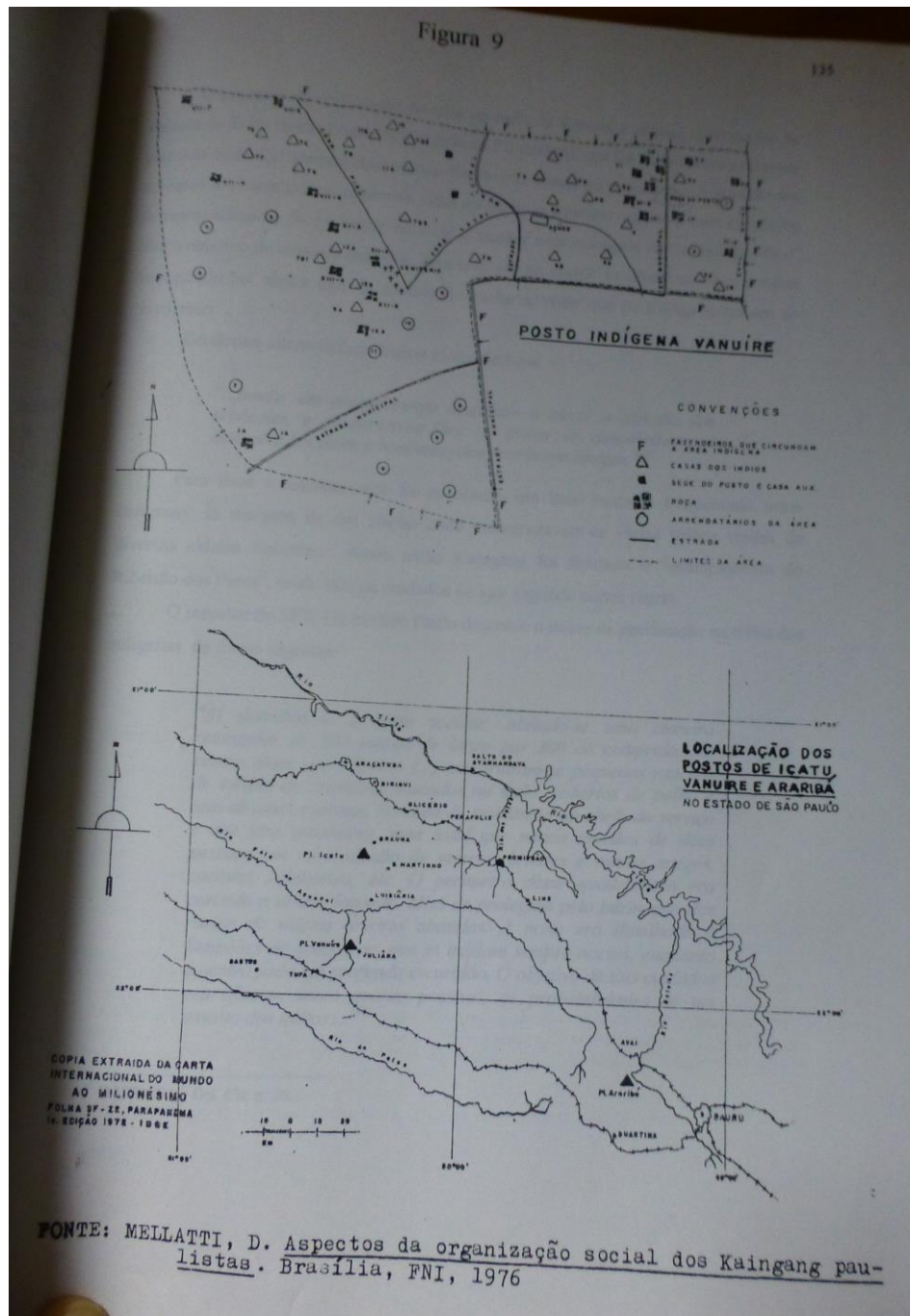
¹⁹⁶ PINHEIRO, Niminon S. **Op. Cit.** p. 231 e 251.

Figura 8 – O Oeste Paulista

Fonte: SCHIMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo interior de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo: n.15, 1961. “São Paulo em 1904”



Figura 9 – Posto Indígena Vanuíre e Posto Indígena Icatú



O processo da pacificação ocorreu no meio da floresta a poucos quilômetros da Estação de Trem Heitor Legru (hoje cidade de Promissão), que foi montada com recursos particulares do Cel Manuel Bento Cruz. Foram oito meses de preparação. A atuação dos militares foi inicialmente, conforme visto no capítulo anterior, organizar uma expedição de reconhecimento do problema no local e montar uma estratégia de “ataque pacífico” com o objetivo de atrair os indígenas. Para isso, era necessário escolher um lugar bastante freqüentado por eles e agir no sentido de mudar a visão que os Kaingang tinham do “civilizado”.

Conforme afirmava Luís Bueno Horta Barbosa:

*"...fundar um acampamento destinado a atrair a atenção dos selvícolas e proporcionar-lhes os meios de descobrirem as intenções pacíficas e benévolas dos seus novos amigos."*¹⁹⁷

Para fixar o acampamento foi escolhido, um local bastante freqüentado pelos indígenas, às margens de um riacho onde entrecruzavam-se várias trilhas vindas de diversas aldeias distantes. Nessa trilha Kaingang foi fundado o “acampamento do Ribeirão dos Patos”, tendo tido os cuidados de agir segundo certas regras.

O inspetor do SPILTN em São Paulo descreve o início da pacificação na trilha dos indígenas da forma seguinte:

"Aí derrubou-se a mata secular, abrindo-se uma clareira retangular de 200 metros de largo por 300 de comprido. No centro desse quadrilátero (...) construíram-se pequenos ranchos de estipes de coqueiros lascados ao meio, cobertos de palha e sem divisões internas. Serviam de residência ao chefe do serviço e aos seus auxiliares, num total que nunca excedeu de doze pessoas; de arrecadação de víveres, brindes e outros artigos, cozinha, refeitórios, etc. O perímetro desse quadrilátero era cercado a arame farpado, além de protegido pelo intrincado dos ramos de muitas árvores abatidas. A noite era iluminado a lanterna de querosene, que se traziam sempre acesos, enquanto o centro jazia em profunda escuridão. O objetivo de tais cuidados era afastar, tanto quanto possível, as probabilidades de um assalto dos índios
...¹⁹⁸

¹⁹⁷ BARBOSA, Op. Cit. p. 26.

¹⁹⁸ Idem, Ibidem

As relações até então mantidas entre os Kaingang e os civilizados haviam sido tão violentas, devido às "batidas" e todas as atrocidades decorrentes¹⁹⁹, que a proposta, aparentemente simples, mencionada por Barbosa, era na verdade extremamente difícil de se realizar na prática, sem grande esforço e determinação do encarregado. Daí a necessidade de homens de grande "força moral" como, segundo o SPILTN, eram caracterizados os "voluntários" do exército para esta tarefa ²⁰⁰. A pressão psicológica exercida pelos Kaingang para livrar seu território dos invasores, o SPILTN inclusive, era muito forte. Tanto que, segundo o próprio inspetor, em diversos momentos eles sentiram-se amedrontados e temerosos.

*"Eles (os Kaingang) traziam o acampamento sob estreita e incessante vigilância, espionando noite e dia, com paciência infundável, o momento em que um nosso descuido lhes propiciaria a desejada oportunidade de desferirem o golpe da sua infalível estratégia. A luz do dia era-lhes desfavorável: forçava-os a embrenharem-se na mata e a só de longe observarem-nos, às vezes por seus espias enrodilhados na copa de algum coqueiro. Mas a noite fazia-os ousados e empreendedores: vinham até próximo da nossa cêrca, a princípio sorrateiramente, enquanto esperavam surpreender-nos; depois ameaçadores, soltando brados enormes e fazendo troar a mata com pancadas dos seus tacapes temerosos, os formidáveis guarantãs, contra os troncos das árvores."*²⁰¹

As táticas de "espionagem" dos civilizados realizada pelos indígenas Kaingang e descritas acima bem como em outras passagens desse trabalho, foram, de forma semelhante, também observadas por Clastres entre as tribos Guayaki do Paraguai ²⁰².

Entretanto, no caso agora analisado, não mais se tratava de espionar os bugreiros mas sim os militares e seus contratados pelo Serviço para conquistar a confiança dos indígenas e criar uma favorável situação de contato, um espaço de

¹⁹⁹ PINHEIRO, N. S. **Op. Cit.** p. 189-246.

²⁰⁰ Nos relatórios do SPILTN pesquisados, nota-se que os inspetores tiveram grandes dificuldades em encontrar tais pessoas. Era frequente a corrupção dos funcionários bem como a sua exploração e obrigatoriedade de servir o exército nas condições adversas do SPILTN. Sobre o recrutamento forçado, as punições e castigos que os militares dos níveis mais baixos sofreram sob o comando de Rondon na construção de caminhos e linhas telegráficas ver MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1997; STAUFFER também menciona o caráter autoritário e obrigatório do recrutamento e disciplinas que permeava o SPILTN. Cf. STAUFFER, David H. *The Origin and Establishment of Brazil Indian Service: 1889-1910*. Ph. D. Dissertation. Austin, Texas: 1955.

²⁰¹ BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** p. 26, 27.

²⁰² Cf. CLASTRES, Pierre. **Crônica dos Índios Guayaki**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

negociação, de intermediação no qual o SPILTN pudesse agir. O encarregado e seus ajudantes procuravam demonstrar exatamente o inverso do que sentiam, isto é, que nada do que os indígenas pudessem fazer abalaria a confiança e segurança que demonstravam:

*"(os Kaingang)... nos encontravam sempre vigilantes e atentos: ao menos era essa a impressão que lhes causavam as vozes, os cantos, as músicas que incessantemente ouviam sair do centro escuro do acampamento. O que certamente os pasmava, era que nós nem descontinuávamos a nossa vigilância, nem deixávamos transparecer a menor sombra de medo, mesmo nas ocasiões das mais impetuosas ameaças."*²⁰³

A aparente despreocupação demonstrada pelos agentes do SPILTN era calculada e planejada desde o início. O lugar, a forma e o comportamento foram previstos e estudados. Os mediadores indígenas, falantes de mesma língua, o gramofone, a iluminação e a ausência de iluminação e o apoio do governo facilitavam o processo de representação do poder e controle da situação. Tudo isso era parte de um “saber” que vinha se acumulando através dos contatos com os indígenas desde a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA), em 1900²⁰⁴.

Segundo Horta Barbosa, para dar a impressão de despreocupação, eles utilizaram recursos técnicos modernos, instigando a curiosidade dos Kaingang. Mas, acreditava-se que estes recursos eram úteis também para demonstrar a “superioridade” da civilização e suas intenções pacíficas:

*"... era só um de nós que ficava a fazer funcionar o gramofone, no qual se sucediam chapas adrede escolhidas para darem a impressão de haver muita gente acordada, rindo e folgando despreocupadamente."*²⁰⁵

Para completar o sucesso do método utilizado pelo SPI no contato com os Kaingang de São Paulo, era necessário que eles aceitassem os presentes e a comida que lhes eram oferecidos. Barbosa relata da seguinte forma o oferecimento dos presentes e da comida, assunto bastante delicado entre Kaingang e civilizado então:

²⁰³ BARBOSA, LBH. **Op. Cit.** p.26

²⁰⁴ Cf. MACIEL, Laura A. **Op. Cit.** e LIMA, Antonio C. de S. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

²⁰⁵ BARBOSA, LBH. **Op. Cit.** p. 26

*"Ao bom efeito que sobre eles causava o fato de não nos amedrontarmos e de não repelirmos a tiros as suas ameaças, juntávamos os presentes que íamos de dia pôr ao alcance de suas mãos, no interior da floresta. Para êsse fim seguíamos por um dos caminhos até encontrarmos lugares em que não lhes fôsse possível suspeitarem alguma cilada ou má intenção de nossa parte. Nesses lugares fazíamos alguma construção ligeira, um girau, ou uma pequena cobertura de fôlhas de coqueiro, e nela colocávamos os presentes, arranjando tudo de tal forma que arraigasse em todo e qualquer entendimento humano a compreensão de se tratar de brindes voluntariamente oferecidos, e não de objetos deixados por acaso ou esquecimento. Tais brindes constavam de machados, facões, tecidos, contas e outras quinquilharias. Entre êles, porém, não devia figurar nenhuma substância alimentícia, porque o selvícola não se serviria dela, mas ficaria suspeito de que o queríamos envenenar."*²⁰⁶

Nota-se pela leitura do texto acima que a política e a sociabilidade dos Kaingang, no que concerne ao relacionamento com os funcionários do SPILTN, estavam estreitamente vinculadas às relações que o grupo mantivera até então com os bugreiros. Os bugreiros armaram emboscadas, executaram os massacres nas aldeias, envenenaram os alimentos, as aguadas e infectaram propositadamente com os vírus do sarampo e da gripe as roupas que haviam sido deixadas como presente. Desta forma, a primeira barreira encontrada pelos agentes do SPILTN, no contato com os Kaingang devia sua existência a um agente específico de conquista: o bugreiro. Modificar esta imagem do civilizado criada pela violência das “batidas” e portanto, fixada com sangue e dor no imaginário do Kaingang paulista e daí, quem sabe, mudar também o seu comportamento em relação aos civilizados e, no caso, aos funcionários do SPILTN era o primeiro grande desafio dos militares. Havia que se reordenar na memória indígena as figurações do “civilizado”, instaurar aí uma lógica alternativa, na qual fosse possível o entendimento desses estranhos seres civilizados. Isto acabou sendo produzido no imaginário indígena, e suas conseqüências ainda hoje são utilizadas pelos indígenas para caracterizar o civilizado. Nas narrativas indígenas do contato há sempre a presença do “branco bom” e do “branco ruim”²⁰⁷.

²⁰⁶ BARBOSA, LBH. **Op. Cit.** p. 26, 27.

²⁰⁷ Observamos esta dicotomia utilizada em sentido caracterizador e explicativo em diferentes situações nas Aldeias do Oeste paulista e também do Norte do Paraná. Clastres também observou esse processo de entendimento do civilizado entre o povo Guayaki: “A três ou quatro léguas de San Juan Nepomuceno, vivia um camponês cujas plantações margeavam a floresta. Ex-caçador de Guayaki, ele

Percebendo a situação de miséria e de medo dos indígenas, decorrente das perseguições dos bugreiros e das fugas infundáveis, o encarregado procura estrategicamente um meio de fornecer alimentos para os índios, fazendo-o de forma amigável, isto é, sem despertar suspeitas de envenenamento.

Assim, baseando-se nos relatórios do encarregado do Acampamento dos Patos, relata o inspetor em São Paulo:

"...No entanto não podíamos descurar de meio tão eficaz de captar a boa vontade dessas populações como é êsse de lhes proporcionar alimentos fáceis e abundantes. A dificuldade estava em descobrirmos o meio de fazer-lhes oferta de tal natureza dando-lhes ao mesmo tempo a segurança de que a nenhum risco se expunham aceitando-a. Foi o que conseguimos alargando mais a nossa derrubada para na terra assim desbravada plantarmos milho e abóboras, dispostas as coisas de tal arte que fôsse fácil aos índios compreenderem a nossa benévola intenção. Em fins de janeiro de 1912 já essas plantações começavam a produzir os seus frutos mais preciosos, porque de tôda a parte afluíam os moradores das aldeias atraídos pela tentação de aproveitarem aquela imprevista vantagem de abastecerem-se à vontade de milho verde, alimento que lhes é familiar..."²⁰⁸

Como resultado, o SPILTN teve um saldo positivo no seu relacionamento com os Kaingang. Muitas famílias vieram viver próximas das plantações para facilitar a colheita, diminuindo desta forma o receio e o medo dos ataques desses “civilizados”, bem como facilitando o trabalho do exército. No entanto, de acordo com o relatório do inspetor, os Kaingang ainda não acreditavam nas intenções de amizade do SPILTN e continuaram testando veementemente, ainda por alguns meses, a resistência pacífica do grupo:

"...não cessava a espionagem em torno do acampamento, nem as movimentadas vigílias noturnas. A nossa coragem e a

havia conservado, butim de uma expedição abterior, dois prisioneiros adultos, um já de certa idade. Esse paraguaio rude e satuto (não imaginava ele apropriar-se algum dia dos tesouros confiados à guarda dos Aché!) soube não se mostrar jamais violento com os índios, fazendo-os trabalhar, mas sem excesso, em seus campos, nutrindo-os sempre convenientemente. Ele conseguiu oferecer-lhes a imagem incrível de um beeru (branco) não “tawy”, de um branco não selvagem, que fazia mesmo o esforço de aprender um pouco de sua linguagem. Assim se apaziguaram o medo e a desconfiança dos dois Aché e se fortificou neles a certeza de que Arroio Morotí (Riacho Branco, era o nome desse lugar) representava a salvação da tribo, o ponto calmo onde existia o único beeru (branco) protetor dos Aché”

Op. Cit. p.48

²⁰⁸ **Idem, Ibidem** p. 26, 27.

firmeza da nossa resolução de nunca usarmos da violência, de não cedermos às ameaças, mas também de não revidarmos a elas, eram constantemente postas à prova, com tanta pertinácia e ímpeto que nem todos nossos companheiros de acampamento conseguiam dominar-se."²⁰⁹

Não descuidavam a vigilância recíproca. Mas, às vezes, o SPI criava certos ardis para convencer os Kaingang exatamente do contrário. Isto é, de que eles estavam totalmente despreocupados com o cerco e a constante vigilância dos indígenas. Ainda segundo Horta Barbosa, era por isso que, utilizavam o gramofone, por exemplo:

"Era então que o gramofone nos prestava os mais assinalados serviços, enchendo os ares de sons de ruidosas gargalhadas e de cantos alegres que, ouvidos de longe por pessoas ignorantes do artifício, valiam como evidentes atestados do desprezo que a tantos perigos votavam os que se achavam cercados."²¹⁰

Era uma tranquilidade aparente, calculada para impressionar, aquela dos militares. No decorrer da narrativa do inspetor, percebe-se a ênfase dada ao auto controle e disciplina dos funcionários do SPILTN a fim de dispersar o terror e o medo que a vigilância constante e “as gritarias” dos Kaingang provocavam. Nessa relação, tanto os índios como os civilizados mostravam-se disciplinados e incansáveis.

A tática utilizada pelos Kaingang e que apavorava o inimigo civilizado durante um cerco, consistia na divisão dos guerreiros em dois grupos, bem distintos nas suas funções. O primeiro grupo, em maior número, era incumbido de provocar o terror psíquico no adversário e estimular os companheiros no ataque: batiam com porretes de quase dois metros de comprimento no chão e nas árvores e gritavam enfurecidos. Comumente, só este procedimento já surtia o efeito desejado e o inimigo fugia apavorado. Mas, quando necessário, havia ainda o segundo grupo espreitando e aguardando o momento de agir no mais absoluto silêncio e, se necessário, dizimar o adversário a porretadas e flechadas ²¹¹.

²⁰⁹ **Idem, ibidem**

²¹⁰ **Idem, ibidem**

²¹¹ PINHEIRO, N. S. **Op. Cit.** p. 236-237; SCHIMIDT, Cornélio. “Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: v.15, 1961, p.337-433; PIZA, Marcelo. “Notas sobre os Caingangs”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. XXXV, São Paulo: 1938, p. 199-209.

O terror já não vinha mais, diretamente dos Kaingang ali, ocultos nas matas, mas da própria situação criada pelo medo e pelos antecedentes ocorridos, que tornavam os Kaingang ocultos nas matas e a própria mata incógnitas. A hesitação demonstrada pelos Kaingang em aproximarem-se do acampamento era bastante razoável tendo em vista toda a sorte de violência por eles sofrida em consequência das perseguições que, há décadas, lhes eram infringidas. Tomando como suas as experiências e anotações de Bandeira de Mello e dos auxiliares e camaradas no “Acampamento do Ribeirão dos Patos”, Horta Barbosa procura expressar esse temor da forma que segue:

*"As matas levantam-se diante de nossos olhos como grandes e impenetráveis muralhas atrás das quais o mistério nos espreita. A nossa imaginação excita-nos e povoa de fantasmas e de pavores a região que a nossa vista não pode devassar. Os enormes troncos sombrios parecem comparsas silenciosos, inflexíveis, do frio drama em que nos sentimos envolvidos e que prestes nos vai aniquilar."*²¹²

Entretanto, no momento de maior dúvida, medo e incerteza, para os militares, entre os indígenas acirrava-se o debate sobre as possibilidades de se contatar esses civilizados, os “foks”. Havia entre eles duas opiniões em relação ao contato. Aquela que defendia a aproximação com os militares confiando em suas atuais demonstrações de amizade e uma outra posição que defendia o distanciamento, a desconfiança, lembrando as armadilhas que lhes foram preparadas pelos civilizados em outras e diversas ocasiões.

Retomando o clima da situação de contato no “Acampamento” dos militares, nos reportamos mais uma vez as palavras do inspetor do SPILTN Luís Bueno H. Barbosa:

"...tudo em torno de nós parecia respirar ódio e concentrar-se na sede de vingança, não podíamos suspeitar que distância enorme separava o que víamos do que na realidade se passava entre os índios. É que também lá se haviam, por fim, formado dois partidos: um que aceitava as nossas manifestações de amizade e interpretava-as como promessas em que todos se podiam fiar, de terem boa e fraternal acolhida de nossa parte; outro que entendia serem

²¹² BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** 1947, p. 28-29.

enganadoras as nossas atitudes e não visarem outro fim senão o total e impiedoso extermínio da tribo. Os homens deste último partido nada mais almejavam do que um ato nosso que lhes desse razão, e para que o praticássemos redobravam as provocações. Os do outro, queriam confirmar-se no seu pensamento, e punham a prova a nossa paciência e a firmeza de nossa resolução."²¹³

Mas o desfecho do drama, isto é, a vitória da proposta de aproximação, da primeira facção indígena, dá-se, para os militares, inesperadamente. Segundo relato do SPILTN feito após a “pacificação”, os indígenas haviam decidido aproximarem-se dos civilizados quando, através de um conselho realizado entre eles e com a participação de uma velha sonhadora, os guerreiros decidiram pela aproximação.

A velha índia, após ter tido um sonho no qual sua gente era muito bem recebida pelos civilizados e recebiam muitos presentes, dentre os quais colares de contas brancas, aconselhou-os a fazer uma aproximação. Só então, os homens, “diplomaticamente”, foram se aproximando dos militares arranchados:

*"Havia, felizmente, do lado deste partido **uma velha** muito acatada pelo alto valor profético que todos reconheciam existir nos **seus sonhos**. E essa boa velhinha sonhou que os seus irmãos vinham ao nosso acampamento, eram recebidos como amigos, entre festas e alegrias, e retiravam-se carregados de coisas preciosas: machados a cujos golpes qualquer árvore tombava sem custo; contas de tôdas as côres, mas sobretudo brancas, muito brancas, que em colares de infinitas voltas realçavam a beleza das mulheres e davam às moças graças infinitas. Não era necessário mais, talvez mesmo nem tanto, para dar à questão o golpe que a tinha de resolver definitivamente"*²¹⁴

Foi então que os índios, encorajados, em número de nove e totalmente desarmados, se aproximaram do acampamento. Prudentes, não aceitaram imediatamente o arroz, feijão e mandioca oferecidos à eles. Esperaram que um dos civilizados provasse antes. Aceitaram os objetos desconhecidos com os quais foram presenteados. Por alguns desses objetos eles eram atraídos de forma especial. Encantaram-se com os fósforos e deram a esse objeto destacado cuidado.

²¹³ BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** 1947, p. 28-29

²¹⁴ **Idem Ibidem**, 1947, p. 26-29.

"... mostraram-se deslumbrados. Estendiam as mãos calosas, espalmadas, para que víssemos os vestígios que nelas havia do enorme trabalho que para eles era tirar uma incerta e fugitiva centelha do atrito reiterado, sôbre uma peça de madeira, da ponta de uma varêta que fazem rolar entre as duas palmas, em incessante e rápido movimento de vai-vem... Quando, mais tarde, conheceram o dano que lhes causavam (aos fósforos) a umidade, deram para envolver as caixinhas em fôlhas secas e fibras vegetais com tão apurado cuidado que mesmo caindo na água ficavam os palitos intactos e enxutos"²¹⁵

Nos primeiros encontros percebe-se que a incorporação de objetos até então desconhecidos já demonstrava um significado transformador, pois atuava diretamente na organização econômica, social, cultural e temporal da comunidade. Derrubar uma árvore ou fazer fogo, por exemplo, tarefas masculinas, requeriam um tempo longo e muito trabalho e esforço. Com a incorporação dos machados de ferro e dos fósforos, a contribuição masculina para o funcionamento da comunidade foi reduzida em tempo e em esforço físico. As vantagens para o conforto da vida trabalhosa que levavam foram imediatamente sentidas.

Ao presentear os Kaingang com instrumentos de ferro, miçangas e panelas, e observando a distribuição desses objetos dentre eles, os militares perceberam que entre os indígenas haviam laços bem definidos de parentesco, de nascimento e de matrimônio que definiam uma singular noção de propriedade para cada um dos objetos de uso individual ou familiar. A família, os laços de parentesco, eram bastante valorizados pelos Kaingang. Neste contexto, a mulher e a criança tinham um lugar muito especial.

No relato da pacificação dos Kaingang feito por Darcy S. Bandeira de Mello, o autor conta-nos, baseando-se nas experiências que teve como “indigenista” e filho de militar, o significado da família para os Kaingang.

“O índio, em geral, é muito ligado à família. No Acampamento, uma das primeiras indagações que fizeram ao pessoal do SPI, especialmente ao chefe Bandeira, fora: ‘dêna prôm; dêna coxíte: - (onde está sua mulher; seus filhos). Eles não concebem o homem adulto sem família.’”²¹⁶

²¹⁵ Idem Ibidem, 1947, p. 30.

Do relato mencionado acima e do que já se falou, queremos destacar a importância da velha sonhadora e de seus conselhos. O papel das mulheres no desfecho do conflito foi destacado também do lado dos militares. Foi Vanuíre que se destacou como intermediadora, e, também a "mulher sonhadora". Apesar de superficial e incompleta, essa informação é bastante relevante, em primeiro lugar, porque ela contesta vários relatos de pessoas que visitaram os Kaingang, nos quais deparamos constantemente com a afirmação de que eles não tinham religião, não acreditavam em nada e não possuíam pajés ou curandeiros ²¹⁷. A sonhadora demonstrou ser uma pessoa respeitada e, de fato, com certo poder na comunidade. Além disso, podemos lembrar que as mulheres Kaingang tinham bastante conhecimento em relação à cura de doenças e aos abortos, este último mais mencionado nos documentos. Talvez o aborto tenha sido mencionado com frequência pelos cronistas por que era utilizado pelas mulheres Kaingang já nos últimos anos de contato com os civilizados antes da pacificação, durante os períodos nos quais eles foram perseguidos por bugreiros e grilheiros. Era evitada a gravidez porque as mulheres grávidas tornavam-se lentas nas fugas, ou, poderiam perder os bebês ou mesmo vir a falecer. Em segundo lugar, a informação é relevante porque demonstra a importância e o respeito que tinham as mulheres na organização social Kaingang, que pesa bastante quando da memorização e figuração dos civilizados pelos indígenas. Talvez tenha sido o Sr. e Sra Bandeira de Mello o primeiro casal de civilizados com seus filhos com quem os Kaingang do Oeste paulista conviveram, e isto tenha contribuído para dar maior credibilidade ao militar perante os indígenas.

É interessante observar, a despeito da polêmica que precedeu a criação do SPILTN, que a ideologia sobre a indolência e improdutividade dos indígenas, predominante no século 19, persistiu por longos anos ainda nos discursos do século

²¹⁶ BANDEIRA DE MELLO, **Op. Cit.** p. 38 Esta observação foi feita também por Anna Izabel Bandeira de Mello, em entrevista. São Paulo, 24/4/97.

²¹⁷ Veja-se, por exemplo, as obras do Inspetor Geral dos Índios em São Paulo na segunda metade do século passado: 1842, 1844 e 1862 Cf. José Joaquim MACHADO DE OLIVEIRA "A celebração da Paixão de Jesus Christo entre os Guaranys: (Episódio de um Diario das campanhas do Sul). **Revista Trimensal de História e Geografia**. Tomo IV, Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, (no 15 out.1842) p.331-449; " 'Programa' sorteado na sessão de 3 de fevereiro de 1842. 'Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?' " **Op. Cit.** Tomo IV, (no 14, julho 1842), p 168-201; "'Programa' 'Se todos os Indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma méra e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da affirmativa, em que differencavam elles entre si?" **Op. Cit.** (no 22, julho 1844), p.133-155

20. Estava circunscrita à filosofia, economia e políticas desenvolvimentistas, de progresso tecnológico e prosperidade material, para as quais as populações indígenas eram transtornos e obstáculos ou inadaptadas e indolentes. No século 19, os observadores dessas comunidades reservavam-se a tarefa de provar quão diferentes, imorais, animais e antisociais eles eram, evitando mencionar qualquer fato que revelasse racionalidade, organização e sociabilidade na comunidade indígena ou mesmo alguma semelhança que eles pudessem ter com a cultura dos civilizados, pois, se assim o fizessem, os autores dessas obras estariam agindo contra as bases de sua própria racionalidade evolucionista, de seu próprio tempo e também da cultura cristã dominante entre os civilizados²¹⁸.

Discutindo o momento de início de contatos pacíficos entre Kaingang e conquistadores via militares, em documento datado de 19/11/1913, Barbosa menciona o que poderia ser definido como a função dos "índios mansos", conceito também usado pelos próprios indígenas até hoje quando referem-se àqueles que conviviam com os "civilizados" e no meio deles enquanto seus colaboradores e intermediadores em oposição aos "índios bravos"²¹⁹. Segundo o inspetor:

*"Um pouco depois do meio-dia, de 19 de março, no alto do caminho que vem do rio Feio, apresentaram-se a peito descoberto dez guerreiros caingangues, inteiramente desarmados e com a resolução evidente de travar relações com os ocupantes do acampamento dos patos. A natural excitação dos primeiros momentos só durou o tempo necessário para a admirável Vanuíre dar-se conta do que se passava; então, correndo com entusiasmo incrível, foi ela resolutamente meter-se no grupo formado pelos caingangues e induziu-os a acompanhá-la até o recinto do acampamento."*²²⁰

Assim, os Kaingang que se aproximavam dos militares nesse momento estavam dando início a um relacionamento através do qual o estado passaria a exercer papel de "protetor" e tutor dos indígenas, controlando seus movimentos, administrando o que restou de seus territórios e induzindo-os ao consumo de produtos civilizados:

²¹⁸ Ver os artigos mencionados na nota anterior.

²¹⁹ GENI, entrevista gravada em sua residência na Aldeia Apucarantina, município de Tamarana (PR), em 6 e 7/12/1995.

²²⁰ BARBOSA, L.B.H. "A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas - Hábitos, Costumes e Instituições desses Índios". São Paulo, (1913) 1947, p. 50-51.

"... foram logo vestidos e cumulados de presentes e mimos (...) Quanto às comidas e ao açúcar eles, ainda lembrados da mortandade de que haviam sido vítimas os moradores de uma aldeia do rio do Peixe, por se terem utilizado de gêneros envenenados, propositadamente levados para a floresta por um bugreiro de Campos Novos, não os aceitavam sem primeiro nós os provarmos.

Chefiava essa primeira turma o rekakê Vauhin, que por prudência havia deixado o resto do seu povo, as mulheres e crianças, reunidos além do rio Feio, com instruções para que, caso fracassasse a sua generosa iniciativa e ele morresse, todos se salvassem, embrenhando-se na mata."²²¹

Desde esse dia em diante sucedeu-se uma série de visitas recíprocas entre os Kaingang do grupo de Vauhin e os militares do SPILTN liderados por Bandeira de Mello. Mas, logo outros grupos indígenas passaram a freqüentar o Posto também. Dentre eles os grupos dos caciques Clenclá, Erimim, Iacri e Charim. Segundo as memórias de Darcy Bandeira de Mello, todos eles tornaram-se grandes amigos de "Bandeira". Clenclá destacou-se no papel de intermediador colaborando na execução do programa de Bandeira entre os indígenas.

Algumas semanas depois da pacificação, Bandeira de Mello convidou um grupo de homens, mulheres e crianças para visitar São Paulo. Hospedaram-se na sua própria casa, no Alto de Santana. Depois de muita discussão, os Kaingang decidiram que um grupo liderado por Clenclá faria a viagem no "giriti-tam-pim", o trem temeroso e barulhento. Segundo relato de Anna Izabel Bandeira de Mello, foi uma grande aventura tanto para os indígenas quanto para a família²²². Chegando em Bauru, cidade ainda com as ruas todas de areia, foram saudados pela população. Por onde passavam eram sempre saudados e presenteados. Em São Paulo não demonstraram admiração. Mostraram-se mesmo indiferentes, "com ares de superioridade"²²³.

Ficaram hospedados na casa de Bandeira. A família do encarregado já havia visitado Clenclá e os seus parentes lá no acampamento. Por vinte dias, os Kaingang visitaram várias vezes o cinema, chamando-o de "tim-tim" por causa da campainha da porta de entrada. Visitaram a cadeia, os parques, o teatro, tomaram muito sorvete, "man-cutxá" (mel-frio), e, segundo afirma a entrevistada Anna Izabel Bandeira de

²²¹ BARBOSA, **Op. Cit.** p. 50-51.

²²² Entrevista com Anna Izabel BANDEIRA DE MELLO

²²³ BANDEIRA DE MELLO, **Op. Cit.** 1982 p. 35

Mello, eles “se divertiram imensamente na capital do Estado” e, retornando à Aldeia, contavam as “aventuras” que tiveram. Mas, segundo o relato, logo sentiram saudades da Aldeia. Numa das visitas aos Clubes Esportivos das margens do Tietê, na ponte grande, sabendo que este rio desaguava no Rio Paraná, um deles pediu à Bandeira que fornecesse-lhe um barco que ele chegaria à sua Aldeia por este caminho mesmo.

Os Kaingang regressaram à “Vila Kaingang” cheios de presentes e de histórias para contar. Depois dessa visita, Bandeira de Mello mudou-se com toda a família para a “Vila”. Talvez este tenha sido mais um momento através do qual se firmava uma aliança entre Bandeira e Clenclá.

As aldeias Kaingang eram formadas por grupos em torno de cem pessoas. Segundo informações provenientes do relatório do inspetor Horta Barbosa, à época da pacificação, a população Kaingang não passaria de 500 no Estado de São Paulo.

(...) Também do nosso lado sucederam-se as expedições e visitas às aldeias de Vauhin, onde existiam então para mais de cem índios, seguidos de incursões para além de Presidente Tibiriçá e da descoberta de novos cursos d'água, tão importantes como este, aos quais se deram os nomes de rios dos Caingangues e 19 de março. Nestas expedições(...) foram reconhecidas as situações das aldeias dos outros rekakês, que eram, nesse ano, Congre-Hui, Cangrui, Rugrê e Charin. Ficou-se então sabendo que toda a população dos caingangue paulistas, a qual seguramente não excede de 500 pessoas, acha-se localizada em águas da margem esquerda do Feio e Aguapeí e que a mais oriental das aldeias é a de Vahuin, colocada aquém do Tibiriçá, e a mais ocidental é a de Charin, situada nas cabeceiras do ribeirão Itauna (...)”²²⁴.

Se somarmos cada um dos rekakês e considerarmos que cada um deles liderava em torno de 100 pessoas, podemos supor que a população Kaingang na época da “pacificação” (do cerco final, antes de serem confinados à campos similares à campos de concentração nazistas), excedia a 800.

Dos caciques mencionados pelo inspetor Horta: Vahuin (primeiro a ser contactado), Congre-Hui, Cangrui, Rugrê, Charin, somamos 500 Kaingang. Mas, ainda temos o rekakê Clenclá, amigo de Bandeira e considerado o mediador Kaingang entre civilizados e Kaingang, o afamado rekakê Ererim que, junto de seu irmão Dorarim e outros guerreiros assassinaram, em 1911, o engenheiro Sengner e sua

²²⁴ BARBOSA, **Op. Cit.** p. 50-51

turma. E, finalmente, o destemido chefe Iacri que era manco das pernas por ter despencado de cima de um coqueiro onde dormira fugindo de uma onça. Por sorte a onça já não estava mais embaixo do coqueiro, mas, Iacri teve as pernas fraturadas e posteriormente deformadas²²⁵. Desta forma seriam em torno de 800 o número de Kaingang habitando os vales dos Rios Feio-Aguapeí, do Peixe e seus afluentes, uma região, portanto, povoada.²²⁶

Para finalizar o seu relato, o inspetor Horta Barbosa, contrariando o que os exploradores (dentre eles Cornélio Schmidt e Theodoro Sampaio ²²⁷) afirmaram em relação ao despovoamento, de ser aquela uma região desértica, procura reafirmar a necessidade de amparar os povos indígenas, promovendo a integração deles à nação que se pretendia fosse aquela sugerida por Bonifácio: do caldeamento das raças:

"Se o amparo de tal assistência não se descontinuar, nem se extraviar por veredas divergentes do primitivo roteiro, puro e nítido, por êle serão essas populações trazidas afinal, sem dores nem descaídas, ao nível mental e moral em que se encontra o meio social onde se engendra a prole inteira que povoa as terras do Brasil e nesse dia estará terminada a fusão e o caldeamento das raças com que sonhou José Bonifácio ..."

²²⁸

A existência do Posto Índia Vanuíre, consequência do contato feito pelo SPILTN, não gerou "fusão e caldeamento das raças" conforme o inspetor esperava. Mas, tem sido na verdade uma espécie de refúgio onde muitos outros indígenas são pressionados a buscar uma forma de abrigo e espaço de sobrevivência relativamente longe do civilizado.

O trecho mencionado acima, publicado em 1947 mas escrito logo após a pacificação, isto é, oito décadas antes, expressa a ideologia da classe dominante, interessada em incorporar o índio à nacionalidade pela via da violência simbólica, distinguindo-os como cidadãos "relativamente incapazes" e reservando-lhes uma

²²⁵ BANDEIRA DE MELLO, **Op. Cit.** p. 56, 67 e 48

²²⁶ Darcy Ribeiro diz que os Kaingang do Oeste de São Paulo eram em torno de 1.200 à época da pacificação, em 1912. Mas, "quatro anos depois eram menos de duzentos". RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. Petrópolis: Vozes, 1986 p.276-277.

²²⁷ SCHMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904". **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: 1961 e SAMPAIO, Theodoro. "São Paulo no século XIX". **Revista do IHGSPN**. São Paulo, v.6, 1902 e "Considerações Geographicas e Economicas". **Boletim**. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo: v. 4, 1890, p.87-156.

situação inferior na escala social. A suposta possibilidade de transpor esta condição, alcançando níveis sociais superiores, é sugerida pelo contato e incorporação dos elementos da cultura do invasor.

Hoje podemos observar, na Aldeia Vanuíre, uma população indígena diferenciada entre si, mesmo que o governo tenha feito inúmeros esforços para, agrupando-os no mesmo Posto Indígena, diluir as diferenças étnicas. É uma população indígena que, mesmo depois de longo período de contato contínuo não se identificou com os seus vizinhos civilizados. O indígena reelabora os significados da "cultura civilizada", adaptando-os à sua própria cultura e, freqüentemente, é marginalizado ao tentar participar do "meio social onde se engendra a prole inteira que povoa as terras do Brasil...", nas palavras de Barbosa, que se valeu das palavras de José Bonifácio.

As festas do "Kiki" onde os Kaingang costumavam reunir toda a tribo, isto é, as várias facções que nomadizavam pelo território, amigas ou inimigas, para festejar casamentos, nomeações, colheitas, modificaram-se com a aproximação dos civilizados. Passaram a se constituir em momentos propícios para planejar as táticas e estratégias do enfrentamento com os brancos, trocar informações sobre esses estranhos seres que se auto denominavam de civilizados.

Conforme Darcy S. Bandeira de Mello,

*"Durante esse 'Kiki' é que eles realizavam planos e combinações para ataques aos 'fok', bem como desmanchavam as eventuais diferenças que houvessem separado os grupos."*²²⁹

Segundo relatos de funcionários do SPILTN, posteriores à pacificação, os Kaingang haviam tentado de várias e diferentes maneiras um relacionamento cordial com os "civilizados". Para Darcy Ribeiro, os Kaingang haviam tentado uma aproximação pacífica com os funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB). Mas, foram recebidos à bala pelos "fok coreg-tauim", branco muito ruim. Sob uma chuva de balas os homens se dispersaram e a criança, filho do rekakê Vauhin, que este trazia nos braços num gesto de amizade, foi baleada e morta imediatamente ²³⁰.

²²⁸ BARBOSA, L.B.H. "O Problema Indígena do Brasil" . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 30.

²²⁹ BANDEIRA DE MELLO, **Op. Cit.** p.52

²³⁰ RIBEIRO, D. **Op. Cit.** p.186; BARBOSA, **Op. Cit.** 1913

Assim, observa-se que, em vão, houve tentativas de aproximação pacífica de ambos os lados, constatando-se a existência de desencontro, desinformação e violência nos canais de comunicação e profunda diferença nos objetivos a serem alcançados e nos ideais que os sustentam. Este fato dá certo peso e significação especial ao fato de ter havido guerra, desconhecimento e desinteresse em relação às alteridades recíprocas. O que os Kaingang provavelmente tentavam fazer era manter um equilíbrio, até então satisfatoriamente administrado por eles, entre eles próprios e o território que estava sendo velozmente invadido pela conquista e colonização civilizada - território no sentido amplo, abrangendo a idéia de lugar onde se vive, se obtém os alimentos necessários à vida e sua continuidade e se é cultuado após a morte. Neste caso, pode-se considerar, hipoteticamente, a resistência indígena à negociação com a "civilização" uma decorrência da *ausência de canais para a comunicação entre as culturas em contato*.

Os lugares, objetos e pessoas que lhes eram comuns tinham, simbolicamente, sentidos diversos, como por exemplo, as florestas, os rios, os papéis desempenhados por homens, mulheres e crianças, os instrumentos de ferro e as estradas de ferro, dentre outros. Não se apresentava um espaço negociável, comum à ambas as culturas a não ser o da violência explícita, o da guerra pela terra, muito cobiçada pelos agentes da "civilização". Havia entre eles interesse no conhecimento e controle do espaço e no afastamento de seus habitantes. Respeito aos limites territoriais indígenas e sua cultura não se fazia possível pelo próprio desenrolar das idéias da época e da forma como se dava a "colonização" pela via da apropriação e da guerra. Porque houve negativa ao diálogo, à "soluções negociáveis" pela qual ambos os lados teriam parte nas terras? Como entender a ganância dos colonos, a desconsideração e desrespeito para com os povos indígenas locais, se não for num contexto de guerra e violência?

Neste contexto de diferença intolerável, criava-se a guerra, a dissimulação, a fuga e as alianças, que podem ser explicadas como exigências que mantêm a existência humana tal qual se nos apresenta. Assim, as ações indígenas, que sugerem contestação ou colaboração com os "civilizados", e as tentativas de dialogar com seus agentes delineiam estratégias indígenas de sobrevivência no contexto de violência. Entende-se as tentativas, ameaças e também a guerra entre os indígenas e os civilizados, nesse contexto, como indicador das particularidades de um tipo de instituição de conquista, apropriação e gerência de um território e de sua população, característicos do período histórico analisado.

Isso significava instituir um equilíbrio, sobre novas representações, entre os diferentes elementos do território habitado, baseado na centralidade do poder e sua distribuição de funções baseada na organização hierárquica de perfil militarizado, enquanto que os indígenas, fazendo parte desse novo sistema, procuravam criar, na medida em que iam se abrindo espaços dentro do controle instituído, formas próprias de manifestação, apropriação, utilização e conservação do que restou como patrimônio da comunidade indígena.

Num convívio milenar, conhecimentos são acumulados pela memória, que é informada pela experiência biológica e cultural do indivíduo e da comunidade, homem e território ligados por relações de reciprocidade e dependência conscientemente explicitada, no comportamento social indígena. Esta relação com o território divergia completamente das prioridades da frente pioneira, empenhada na conquista, em “invadir, tomar, destruir” ²³¹ para depois “construir”. Sobre florestas mortas são abertas estradas, plantados milhões de pés de café²³² e criadas cidades. Talvez fosse essa a principal preocupação dos indígenas nesse momento de conflito. Eles não estavam apenas se opondo à invasão de máquinas e pessoas preocupadas com o enriquecimento pessoal. Havia, na base desse comportamento, um universo totalmente distinto daquele valorizado pelos agentes do sistema econômico, social e cultural capitalista que necessitava ser apropriado e diluído na tentativa generalizante de criar o Estado Nacional. Da alteridade entre as exigências do sistema capitalista da virada do século 19 para o 20, de centralização e controle, e as exigências das sociedades tribais caçadoras, coletoras, agricultoras, familiares, coletivistas, de reciprocidade, decorre a impossibilidade do diálogo cultural ou da negociação pela via política que só seria instituída, sob a intervenção dos militares – o SPILTN.

O domínio e manipulação da natureza pelos civilizados pressupõe também o controle dos movimentos dos indígenas. Recordando, pode-se observar um confronto: de um lado os interesses dos conquistadores, Presidentes de Província, Governadores

²³¹ Referência ao notável estudo sobre a alteridade indígena e cristã quando da chegada dos espanhóis ao Império de Montezuma na América Central. Cf. TODOROV, T. **A Conquista da América. A questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

²³² O café tornara-se a bebida da moda : “ Era a droga ideal para o século que nascia. Ilegal até o século 16, estava agora não apenas plenamente liberada como virara coqueluxe mundial. Quente, estimulante e negro; precedido da fama de ‘provocar idéias’ e servido de forma quase ritual, o café - cada dia mais barato e acessível - se tornara um hábito irresistível para poetas em Paris, músicos em Viena, banqueiros de Berlim e, em especial, para as multidões de Nova York e os caubóis do Velho Oeste. O Brasil alimentava esse vício mundial (...)” BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. São Paulo: Publifolha/Zero Hora/RBS Jornal, 1997, p.190.

de Estado, Diretores de Índios e Inspetores do SPI, que se envergonhavam, no século 19 e início do 20, de ainda possuírem florestas e campos "incultos". Para eles era o símbolo do atraso da sociedade. De outro, conforme comenta Silvia S. Carvalho²³³, encontram-se os indígenas que respeitam a "lógica de deixar a natureza se refazer".

Segundo Darcy Ribeiro, a pacificação dos Kaingang pelo SPILTN só aconteceu porque houve a possibilidade de entendimento e negociação entre ambos:

"Após a pacificação de alguns dos grupos indígenas mais belicosos, verificou-se que eles haviam feito comoventes esforços para amansar os brancos (...) Foi o que se deu com os Kaingáng, de São Paulo (...) e vários outros grupos que, ao confraternizar com as turmas de atração do SPI, estavam certos de que as haviam apaziguado. É que, pela primeira vez, tiveram ocasião de proceder segundo as prescrições de sua própria etiqueta, sem sofrer revide."²³⁴

Darcy Ribeiro, etnólogo, funcionário do SPI, incumbido de produzir e agrupar conhecimento científico e suporte material para esse conhecimento sobre os indígenas e suas comunidades, analisa vários relatos de "pacificações" e observa que as tribos "ou estavam sedentas de paz, ou pelo menos desejavam estabelecer relações com os brancos. Só não sabiam como aproximarem-se deles". O autor ainda observa que, durante a pacificação, os índios acreditavam que foram eles que conquistaram a paz e amansaram os brancos, resultando que estes lhes deviam algo. A administração do SPILTN, através do exercício do poder tutelar, contradizia essa idéia quando impunha formas civilizadas aos indígenas mas compactuava com elas na sua impossibilidade de criar uma representação que convencesse satisfatoriamente os indígenas de que os civilizados não deviam nada a eles. Isso não foi conseguido pelo SPI. A barganha ocorrida entre índios e SPI se constituiu numa troca na qual os civilizados ficaram devendo aos indígenas e eles nunca esquecem isso.

Não apenas na guerra com bugreiros mas também na paz imposta houve leitura diferenciada do papel do outro e seu significado e expectativas relacionadas à situação.

²³³ CARVALHO, S. M. S. "O trickster como personificação de uma práxis". IN: **Perspectivas**, São Paulo: Unesp, n.8, 1985.

²³⁴ RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis, Vozes, 1986 pp.184, 185 (grifos meus)

Os Xokleng ²³⁵, segundo Darcy Ribeiro,

"... convencidos de que eles é que haviam amansado os brancos, faziam exigências descabidas, negando-se a cooperar, mediante toda sorte de ameaças ao pessoal do Posto, na derrubada das matas e no preparo dos roçados" ²³⁶.

Discursos bem intencionados, exaltando bravura, desinteresse e disponibilidade dos militares na construção da nação e no contato com grupos indígenas sem utilizar da violência - e demonstrando que podia fazê-lo - conservavam o sentido hierárquico e controlador do exército, resultando em ameaça constante e destruição da autonomia e alteridade indígena. O projeto político, econômico, social, ecológico e cultural de inspiração assimilacionista e integracionista do indigenismo oficial foram responsáveis, focos, de problemas vinculados ao desrespeito, injustiça, morosidade na demarcação das terras indígenas e a constante violação da soberania tribal e de seus direitos elementares. Esses problemas se arrastaram ao longo dos anos de SPI e também da FUNAI. Durante os quatro anos de atividade em “Vila Kaingang” notou-se com clareza o sentido acima mencionado.

²³⁵ Os Xokleng fazem parte do tronco Jê. Habitantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, durante centenas de anos, foram vizinhos dos Kaingang e descendentes do mesmo tronco linguístico que eles. Sobre eles ver COELHO DOS SANTOS, Silvio. **Índios e Brancos no Sul do Brasil - A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: UFSC/Prefeituras/Secretaria da Educação, 1973.

²³⁶ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** p. 368.

Capítulo 4

A CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DA “VILA KAINGANG”

“Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoal lá de cima, que diz que temos direitos. Nós temos direitos no papel, mas onde está a realidade?”

- Marçal Tupã-Y, Guarani. Porantim. Jan/Fev, 1983 p.9

Figura 10 – Palhoça Kaingang no Ribeirão dos Patos

“Tipo comum das palhoças dos índios caingangue, nas proximidades do acampamento Ribeirão dos Patos.” (BARBOZA) Fotografia não mencionado. In BARBOZA, LBH. O problema indígena do Brasil. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

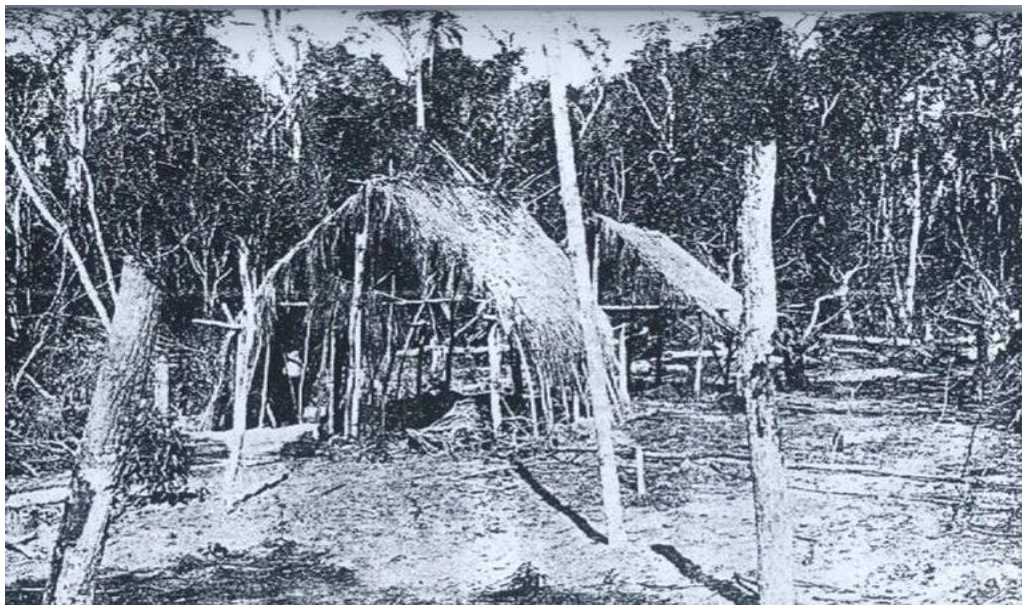


Figura 11 – Kaingang e SPI e LTN



KAINGANG E SPI

"Nesta foto o Inspetor Luiz B. H. Barboza conversa com o chefe caingangue Rerim, por intermédio da índia intérprete Vanuire que se vê sentada de costas. A direita efetua-se uma distribuição de objetos e roupas aos índios." IN: BARBOZA, O Problema Indígena do Brasil. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947. Fotografia não mencionado

Na Vila Kaingang, primeiro ponto de atração de Kaingang administrado pelo SPILTN no Oeste paulista, os indígenas mantiveram suas relações internas, segundo a tradição e incorporaram elementos adquiridos do mundo dos brancos. Quatro anos depois de iniciadas as relações de amizade entre os Kaingang e o SPILTN, através do encarregado Bandeira de Mello e dos seus ajudantes, Bandeira recebeu a incumbência de transferir os Kaingang, ainda não totalmente sob o controle do SPILTN, para terras de menor qualidade. O encarregado discordou da proposta de transferência dos indígenas. Tal desacordo não convinha à inspetoria do SPILTN pois impedia a liberação de terras para colonização e comercialização pelos grileiros. Desta forma, o encarregado foi “punido” pela inspetoria com a sua própria transferência, para o Araribá. Logo depois de sua transferência, os Kaingang também foram transferidos para Icatú e Vanuíre.

Em 1916, a mudança para Icatú sob uma epidemia mortífera de sarampo, um ano depois de ter acontecido uma outra epidemia, também fatal, de gripe, transformou as relações que vinham ocorrendo entre Kaingang e civilizados no espaço de “Vila Kaingang”, provocou um desmonte da velha relação tribal com o território e a sociedade. Isto significava também que a terra, onde residiram até então, fundamental para a continuidade social do grupo, estava definitivamente fora de seu controle. O território onde haviam se desenvolvido a língua, enterrado os mortos, produzido os alimentos e criado os laços simbólicos e os rituais que davam a lógica ao seu mundo passava para o controle de particulares. Este fato evidencia que o Serviço tinha planos e metas que ultrapassavam os interesses indígenas. Apesar da veemente discordância de Bandeira de Mello e de sua esposa, que conviveram com os Kaingang ao longo dos quatro anos, a “Vila Kaingang” foi destruída e sua população transferida. Esse era também parte dos planos dos fazendeiros e grileiros de Penápolis que se aliavam ao SPILTN no interesse de liberação das terras.

Tais questões serão debatidas ao longo desse capítulo, no qual buscamos estabelecer relações e vínculos entre os interesses do SPILTN e dos particulares, fazendeiros e grileiros, e o controle do povo que o habitava. Destacando-se nesse processo as estratégias protecionistas e paternalistas utilizadas pelo SPILTN para legitimar seu papel de mediador e justificar-se perante os indígenas e a sociedade civilizada na posição de administrador dos índios e de seu patrimônio.

Através de Bandeira de Mello e de sua família, podemos observar a criação da “Vila Kaingang” e analisar as negociações, os conflitos e as relações de aliança

elaboradas entre os indígenas e o SPILTN. A destruição da “Vila”, por outro lado, esclarece o compromisso do SPILTN com os fazendeiros locais – via inspetoria e grileiros, direcionando, em 1916, o deslocamento dos indígenas.

A “pacificação” dos Kaingang impulsionou o comércio interno de terras, bem como criou condições propícias à transformação das relações sociais nas terras recém apropriadas. A mediação das máquinas, insumos, gerenciamento e institucionalização legitimou no poder grupos agrários e capital bancário, rearticulando as relações de poder regionais e simbólicos.

Rosa M. Godoy Silveira, pensando a relação entre região e história, sugere que tal relação evidencia singularidades mas também conflitos e relações de poder. Considerando a presença de outras determinações sócio políticas, geográficas e econômicas, a autora propõe:

“(...) repensar o significado das unidades político-administrativas estaduais não como regiões, mas atravessado por regiões, o que explicaria sua diferenciação interna, a articulação de interesses de algumas de suas classes sociais com os interesses de classes sociais de outras unidades (...)”²³⁷

Vários eram os interesses que se articulavam na região dos Kaingang. No entanto, o tipo de prosperidade econômica em andamento, supostamente direcionada para um “desenvolvimento comum da sociedade”, constituiu-se em trajetória excludente. Através do SPILTN, vinculado ao Ministério da Agricultura, portanto, ao poder central da União, procurava-se inibir a coexistência da diferença nas negociações que criavam a nova sociedade.

As demandas sociais eram diferenciadas, criando as micro regiões de poder e interesses. Havia o espaço indígena, havia o espaço das Companhias de colonização e dos políticos, o espaço dos imigrantes europeus e asiáticos e o espaço do governo intermediando os interesses. O papel do SPI foi de operacionalizador e articulador desses diferentes campos de interesses em combate.

De acordo com Santilli, o processo de relacionamento entre culturas diferenciadas cria o espaço da “intermediação”, que se constitui num importante

²³⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Região e História - Questão de método**. Mimeo p. 18.

conjunto de relações necessariamente compreensíveis para entender o processo histórico.

Para o autor, a intermediação articula as linhas de forças dos processos em confronto. Definido nas suas palavras, intermediação seria:

“conceito fundamental para a compreensão de processos políticos em que se defrontam ordens culturais distintas.”²³⁸

A função intermediadora entre os Kaingang e as Companhias de Colonização, no Oeste paulista, tornou o Serviço de Proteção aos Índios uma instituição poderosa. As conexões com os interesses particulares e do governo afastaram o SPILTN dos interesses dos indígenas, facilitaram o esbulho de suas terras ancestrais e possibilitaram ao exército brasileiro a experiência de intervenção em assuntos civis, mediando e gerenciando facções em conflito.

De que forma o governo central, representado pelo SPI, mediou essas relações no interior do Estado de São Paulo? Considerando-se que resultaram, para os “civilizados”, em direito e possibilidade de explorar e capitalizar as terras Kaingang, para os indígenas, contrariamente ao que fora garantido pelo Decreto n. 9.214 de 15 de dezembro de 1911 que regulamentava o SPI e o direito dos índios de permanecerem nas terras em que habitavam, não houve alternativa que não fosse a transferência para terras de menor interesse econômico sob constante vigilância.

A análise dessa situação de contato no Oeste paulista operacionaliza, teoricamente, tanto o conceito de intermediação inerente à compreensão de processos políticos diferenciados conforme Santilli, quanto a diferenciação interna e articulação de interesses que fissuram o espaço, tal qual sugere Silveira.

A crescente restrição do território indígena e o contato com civilizado agravava os conflitos internos. A história do contato entre os Kaingang e os civilizados em Xanxerê (SC), cuidadosamente investigada por uma equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organizada e escrita por Wilmar D’Angelis, destaca a importância da colaboração dos Kaingang com os civilizados, das alianças que se firmaram entre eles mesmo que temporárias, para a conquista e colonização dos territórios tribais:

²³⁸ SANTILLI, Paulo. *As fronteiras da república*. São Paulo: USP/Fapesp, 1994. p. 106-107.

"o auxílio Kaingang prestado por alguns aos fazendeiros não ocorria sem conflito entre os próprios índios. Vitorino Condá, cacique Kaingang, juntamente com seu grupo, trabalhou como bugreiro para os colonos e assassinou vários grupos Kaingang dispersos pelo Oeste das Províncias do Sul. Ele recebia um soldo dos órgãos públicos por estes serviços prestados, distinções militares e o direito sobre os grupos Kaingang aprisionados. No final de sua vida, Condá retornou ao interior da Província em busca de refúgio, longe dos civilizados" ²³⁹

No Estado de São Paulo, a velha índia Vanuíre e o valente Vegmon que, juntamente com outros três índios Kaingang, auxiliaram Bandeira de Mello na pacificação, eram referidos nas narrativas como os Kaingang "mansos", os intermediadores. Eles já mantinham relações com os brancos desde 1845. Alguns autores afirmam serem eles provenientes de grupos Kaingang do Paraná, contactados em meados do século 19. Uma outra versão sobre eles é de que haviam sido raptados ou aprisionados pelos Caiuá-Guarani em guerra com os Kaingang. Outra versão afirma terem eles sido aprisionados numa "batida" por bugreiros, liderados pelo Cel Francisco Sanches de Figueiredo e seu genro Cel Anibal Sodré, nos territórios do Oeste indígena.

Acredita-se que alguns deles vieram do Estado do Paraná mas a maioria das informações concordam que Vanuíre, Vegmon, Futoio e Ducuten eram provenientes de São Paulo, da fazenda de Aníbal Sodré na qual trabalhavam como escravos.

Em reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", de 27/set/1945, consta terem eles sido capturados e escravizados por grileiros e bugreiros:

Há 1.200 metros da atual estação de Promissão, que se denominava Heitor Legru, instalou-se um posto de catequização. A aldeia de Valvin ficava cerca de 4 quilômetros além desse posto. Cinco caingangues mansos, escravizados por Cel Aníbal Sodré, genro do Cel Sancho de Figueiredo, passaram a trabalhar como elementos de ligação." ²⁴⁰

Especificamente sobre a índia Vanuíre, Melatti comenta em nota de rodapé:

²³⁹ PINHEIRO, N. S. **Op. Cit.** p. 192-193 baseando-se em pesquisas efetuadas por D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbanguê ou Irani. História e luta Kaingang em Santa Catarina.** Xanxerê: CIMI/SUL, 1984.

²⁴⁰ "As lutas entre brancos e caingangues em Promissão" **O Estado de S.Paulo.** São Paulo, 27/09/1945.

“... a índia Vanuíre que auxiliou na pacificação dos Káingang paulistas, era do Paraná. Mas, segundo dados colhidos em pesquisa de campo, essa Káingang, chamada Uinvire (subgrupo Pênví e Grupo A) pertencia ao pessoal do líder Charin, sendo roubada criança pelos neo-brasileiros. Casou-se com regional e após a pacificação veio residir no Posto, trazendo sua família. Faleceu em Icatú.”²⁴¹

As alianças entre indígenas e conquistadores estruturavam-se através de uma relação de servidão e dependência. Criava-se um tipo de sociedade em bases clientelísticas, dependentes e em menor grau, monetárias. Teria o SPI convencido Vanuíre da possibilidade de retirá-la da fazenda do grileiro e transferi-la para uma povoação indígena a fim de angariar o seu apoio?

Nos primeiros anos de contato com os civilizados, os Kaingang que se alojaram em “Vila Kaingang” e proximidades somavam 450 pessoas.

Darcy S. B. de Mello tal qual seu pai, também foi funcionário do SPILTN e acompanhou-o, pelos Postos Indígenas de Icatú, Vanuire, Araribá e Ilha do Bananal. Ele narra em suas memórias que seus pais intermediaram, durante anos, conflitos tribais entre os diferentes grupos da nação Kaingang do Oeste de São Paulo e também conflitos entre eles e a EFNB, tendo sido radicalmente contra a transferência dos Kaingang para outras terras que não em torno da “Vila Kaingang” onde haviam sido “pacificados”. Para Bandeira, a “Vila Kaingang”, lugar da “pacificação”, estava posicionado no encontro de vários caminhos indígenas, às margens do Ribeirão dos Patos e que, segundo as próprias regras do Serviço, reunia os requisitos de local favorável para fixar os indígenas e fundar o Posto.

Através de Bandeira de Mello, sua família, alguns auxiliares e os próprios Kaingang, principalmente na figura do Rekakê Clenclá, o lugar havia se transformado num ponto importante de irradiação da cultura civilizada entre os indígenas.

A “Vila Kaingang” constituía-se numa magnífica fazenda na qual os índios aprendiam a utilizar o leite das vacas, o forno de assar pão, usar e confeccionar roupas de algodão, ferramentas para a agricultura e outros hábitos “civilizados” todos procedimentos que ajudavam na “incorporação” dos indígenas, conforme projeto do SPILTN. Além disso, estavam sendo transmitido “de forma carinhosa” aos Kaingang pela família do encarregado, também conforme as regras da instituição.

²⁴¹ Cf. MELATTI, Delvair M. **Aspectos da Organização Social dos Káingang Paulistas**. Brasília: DGPC/FUNAI, 1976, nota 84, p.89.

Na “Vila Kaingang”, os indígenas se aproximavam do acampamento ou se retiravam para as matas sempre que queriam, conforme a sua vontade. Segundo Anna Izabel, existiam ali magníficas lagoas naturais, cachoeiras e coqueirais que os Kaingang tinham orgulho de mostrar aos visitantes ou aos civilizados recém chegados. A liberdade dos indígenas, deslocando-se conforme sua vontade, sugere que esta não era ainda uma situação ideal para os conquistadores. Bandeira de Mello também argumentava que transferindo-se os Kaingang já arranchados, significava perder dinheiro da União que fora investido na Vila Kaingang, bem como forçar o rompimento das ligações culturais da comunidade com seu meio ambiente natural.

Darcy S. Bandeira de Mello, baseando-se nos argumentos de Bandeira, que conviveu com os Kaingang desde o início da pacificação, e em sua própria experiência como funcionário do Serviço, também fez críticas à transferência:

“Evidentemente o SPI ficaria enormemente prejudicado com tal mudança. Grandes importâncias já haviam sido gradativamente gastas pela União, até aquela data, para transformar o ex-Acampamento inicial numa Fazenda. Ali, já existiam benfeitorias, casas, lavouras, pastarias, etc., a uma distância de apenas 4 quilômetros da Estação de Heitor Legru (Promissão).”²⁴²

Na época, Bandeira, como era chamado pelos Kaingang o encarregado do Posto, também manifestou sua preocupação com a rápida e vultosa invasão de turmas de engenheiros e agrimensores na área. Eles procediam na demarcação de grandes porções de terras por conta de “terceiros”, pois já não havia perigo da ofensiva dos Kaingang, graças a mediação do SPILTN. Considerando-se a proposta do SPILTN de pacificar os indígenas e liberar terras para a colonização pode-se dizer que a estratégia de Bandeira constituiu-se, em parte, no exemplo de encarregado competente. Através das cartas, ofícios e relatórios pode-se observar que sua administração, apesar de ter possibilitado a invasão, defendia a existência de limites para a invasão, que fossem respeitados os territórios então ocupados pelos indígenas e resolvidos os seus problemas e necessidades criados pelo contato - de saúde e moradia, por exemplo. Nesse ponto, Bandeira de Mello entrou em conflito com a inspetoria do SPILTN. Podendo sugerir-se que ele “passou para o inimigo”. Eis talvez a explicação para o conflito entre a inspetoria, Horta Barbosa, e o encarregado desde então.

Nas memórias de Darcy Bandeira de Mello, bem como de outros pacificadores como os irmãos Villas Boas, por exemplo, observa-se que eles próprios, no final de seu trabalho de indigenistas, duvidam da importância de seu trabalho em benefício dos indígenas, pois eles, os indígenas, perderam muito com o contato em número de pessoas, em conhecimentos antigos e em terras.

A constatação, no caso por nós analisado, da existência do rendoso negócio de repasse das terras indígenas sugere a idéia de que o SPILTN não ignorava esse negócio mas, pelo contrário, ele fazia parte, dissimuladamente, de seu “programa” de “proteção” junto aos indígenas de São Paulo. Os interesses predominantes não foram os interesses indígenas, constatação evidente em todo o trajeto de execução e resultado dos planos do Serviço.

Bandeira de Mello, pouco antes de ser transferido da “Vila Kaingang” para a Povoação Indígena Araribá, foi chamado no escritório de um político influente da cidade de Penápolis. Lembrando-lhe seus méritos por ter “conquistado a simpatia dos índios” e pacificado os Kaingang, fez-lhe a solicitação de que transferisse os Kaingang para outra área, pois aquela era uma área de terras de massape, propícia à cultura do café. Esse político não foi mencionado pelo seu nome na biografia de Bandeira escrita por seu filho Darcy Bandeira de Mello. Mas, tanto nos arquivos do SPI ²⁴³ quanto nos arquivos do Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru ²⁴⁴, verifiquei que parte das terras foram legalmente registradas como “Fazenda Goaporanga”, pertencentes ao Dr. Senador Luis de Toledo Pisa (ou Pisa em alguns documentos), que mais tarde integrou a Companhia de demarcação e venda de terras Toledo Pisa & Irmãos. Outra grande parcela de terra pertencia ao Cel Bento Manuel Cruz, latifundiário que também pode ter feito propostas nesse mesmo sentido. Bento Cruz residia em Rio Preto e era proprietário em Penápolis ²⁴⁵.

²⁴² BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Op. Cit.** p. 75, 76.

²⁴³ “Exposição do histórico da aquisição das Terras do P.I. de Vanuíre e GRILLO das mesmas ultimamente verificado”. **Serviço de Proteção aos Índios**, Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 016, 12p Inspetoria de São Paulo: abril de 1940.

²⁴⁴ Em certificado emitido, após pesquisa nos arquivos, verificou-se que a posse das terras dos Kaingang fora dada em propriedade ao casal Dr. Luis de Toledo Pisa e Almeida e de dona Julia Failles de Toledo Pisa. **Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru**. Certificado de venda de terras do casal a José Candido Teixeira, lavrado por Marcia H. F. V. Pazotti, 13/03/1998.

²⁴⁵ Bento Cruz foi localizado nestas cidade por CARVALHO, José Ribeiro de Sá. “O Desbravamento dos Sertões de Araçatuba”. **Revista do Inst. Hist. E Geog. De São Paulo**. São Paulo: Irmãos Canton, v.XLIV, 1948; afirma ser o Cel da cidade de Bauru o historiador TIDEI LIMA, João F. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação de mestrado em Ciências Humanas da USP, 1978.

Bandeira de Mello, insistindo na idéia de que o lugar ideal para o Posto Indígena era o mesmo onde se dera a “pacificação” dos Kaingang, resistiu na aceitação da transferência. Ele enviou várias cartas e relatórios à inspetoria do SPI em São Paulo, explicando quão prejudicial para os Kaingang seria a tal transferência. A “Vila Kaingang” era o local que, segundo Bandeira de Mello, pertencia ao SPI e aos índios, os “seus primeiros donos”. Foi-lhe oferecido, pelo tal político influente, um suborno: se a transferência fosse efetivada ele teria direito de escolher, à seu bel prazer, 2.500 alqueires das terras liberadas “a título de recompensa”. Segundo depoimento de sua filha, Bandeira, indignado, recusou a proposta e saiu do escritório. Alguns meses depois, no ano de 1916, Bandeira foi transferido para a “Povoação Indígena do Araribá”. A partir dessa ocorrência, as relações entre Bandeira de Mello e Horta Barbosa ficaram abaladas, sofrendo Bandeira um tipo de perseguição, termo talvez um pouco forte para a sutileza da pressão para com o antigo “amigo”, evidentes nos documentos escritos pelo inspetor posteriormente.

A relação militar hierarquizada entre os membros do SPILTN facilitava aos superiores decisões autoritárias e o exercício do poder. Horta Barbosa podia transferir os seus subalternos para os Postos Indígenas que melhor conviesse aos planos e programas “maiores” do SPILTN, sem dar explicações ou receber em retorno algum protesto ²⁴⁶. Bandeira nunca subiu de posto em sua carreira dentro do Serviço de Proteção aos Índios, ao contrário do que se verificou em muitos outros casos, por exemplo, de Érico Sampaio²⁴⁷.

Darcy B. de Mello, que havia acompanhado o pai ao escritório do latifundiário de Penápolis, comentou nas memórias:

²⁴⁶ Cf. Relatório do Inspetor L.B. Horta Barbosa ao Diretor do SPI. **Serviço de Proteção aos Índios**, Museu do Índio, Rio de Janeiro, F.380, 28/08/1915 ; Entrevista com Anna Izabel Bandeira de Mello, na residência da entrevistada, São Paulo, 24/4/97 e 22/5/97; Cartas, relatórios, ofícios e avisos mensais do encarregado Manoel Silvino Bandeira de Mello endereçados ao inspetor do SPI contidos nos filmes 007, 016 **Serviço de Proteção aos Índios**, Museu do Índio, Rio de Janeiro, de 1912 a 1942. Bandeira de Mello começou seu trabalho de indigenista com os Kaingang em “Vila Kaingang”, foi transferido para Araribá, voltou para os Kaingang em Vanuíre quando eles ameaçaram se dispersar pelas matas novamente e depois foi transferido para a Ilha do Bananal no Mato Grosso. Após Vanuíre passar por vários outros encarregados e ficar sob as responsabilidades de Érico Sampaio, que na verdade era o encarregado do Icatú, ele voltou para Vanuíre e só saiu daí para internar-se em hospital em São Paulo e logo depois falecer. Seu último documento em Vanuíre, por mim encontrado, é um “Boletim de criação, relativo ao 2º semestre de 1941”, filme 007, datado de 10/02/1942. Depois desse documento, encontrei uma carta manuscrita de sua segunda esposa, a professora Erotildes Zeferino Bandeira de Mello, comunicando ao Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, irmão de Luis B. Horta Barbosa, já então falecido, sua ida a São Paulo para ver Bandeira de Mello no hospital. Carta manuscrita de Erotildes Zeferino Bandeira de Mello à Nicolau B.H.Barbosa. **Serviço de Proteção aos Índios**, Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 016, Vanuíre, 20/04/1942.

²⁴⁷ Foi encarregado de Icatú, depois foi encarregado de Icatú e de Vanuíre e em 1951 era inspetor.

“O mais estranho, nesse episódio é que poucos meses após a recusa do ‘Bravo-Desbravador’ à recompensa prometida, à qual se seguiu a sua minuciosa argumentação junto à Superior Direção do SPI, justificando o seu VETO à proposta do ilustre ‘latifundiário’, - ele, com grande surpresa que se expandiu por toda a Vila Kaingangue, recebe comunicação de Autoridade Superior, do SPI, justificando que, por ‘conveniências-de-serviço’ - fora transferido para outro setor, onde estavam situados índios Guarani, numa ‘reserva’ de mais ou menos 750 alqueires de terras.”²⁴⁸

Segundo Darcy B. de Mello, a partida da família da Vila Kaingang foi muito triste para ambas as partes. Quebrava-se um vínculo pelo qual os Kaingang haviam pago um preço bem alto. Índios choravam e corriam ao lado do trem em movimento oferecendo, como despedida, potes de mel suspensos nas pontas de varas através das janelas.

Essa relação entre os Bandeira de Mello e os Kaingang havia progredido devido à ida dos índios a São Paulo e à mudança da família para a “Vila Kaingang”, em 1912. Ana (Anita) Küchller B. de Mello, esperando bebê, e cinco de seus sete filhos passaram a viver entre os Kaingang. Sua filha Letícia, hoje com 85 anos, nasceu entre os Kaingang. Ana Küchller teve anemia e, impossibilitada de amamentar a menina, foi socorrida por uma mãe de leite Kaingang que se afeioou muito à Letícia. Estes eventos aproximaram os dois grupos e, através das relações de amizade, fortaleceram-se também as relações políticas, criando o espaço de exercício da intermediação, da proteção e do controle dos Kaingang.

Darcy conta que após a saída da família da “Vila Kaingang” a mãe Kaingang de Letícia ficou muito doente e morreu de tristeza devido à ausência da “filha”²⁴⁹.

Conhecedor que se tornara das representações indígenas e da fragilidade do jovem “acampamento” ou “Vila Kaingang” Bandeira, em documento datado de 26 de fevereiro de 1916, voltou a afirmar que a mudança seria desastrosa e acarretaria brigas e desavenças entre os próprios índios²⁵⁰.

Segundo Darcy S. B. de Mello, quando os Kaingang souberam da transferência, dividiram-se e um grande grupo voltou para a mata:

²⁴⁸ BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Op. Cit.** p.76

²⁴⁹ **Idem, Ibidem**

²⁵⁰ **Idem, Ibidem** Cf. também **Serviço de Proteção aos Índios**. Ofícios de Bandeira de Mello à inspetoria. Rio de Janeiro: Museu do Índio: Filme 016.

“Houve lutas entre grupos, sobrevivendo até mortes. Grande parte dos que se haviam estabelecido nas imediações da Vila, embrenhou-se de novo na mata.”²⁵¹

Os Kaingang que haviam se estabelecido nas imediações, um pouco distante da “Vila Kaingang”, eram os Kaingang liderados pelo rekakê Vauvin. Ele e seu bando fundaram a “Vila Sofia” ou “Cabeça de Porco”. Eles tinham antigas rixas com um outro grupo Kaingang liderado por Charin.

Clenclá, líder de um dos grupos arranchados na “Vila Kaingang”, amigo de Bandeira e também dos outros dois rekakês, mediava as relações. Todos eles queriam estar próximos da sede para usufruir do roçado comum, das ferramentas e das novidades que os “civilizados” traziam. Ficando em “Vila Sofia” era viável o acesso ao “Posto” sem envolver-se continuamente com os “inimigos” das outras facções.

Dentre os civilizados, segundo os jornais da época, a elite da sociedade rejubilava-se com a “nova era”, principalmente, com o feito dos homens, diga-se heróis, do SPI. No jornal **Correio da Manhã**, de 9/9/1912, na coluna “Algumas impressões do nosso Far-West” em artigo denominado “A tribu dos Kaingangs está inteiramente pacificada - VEIGMON - o Ruy Barbosa das florestas”, lê-se no último parágrafo o seguinte trecho, que sintetiza os interesses, os envolvidos e os prejudicados no processo:

“O Dr. Teixeira Soares, presidente da Noroeste, escreveu ao Dr. Miranda (MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio), agradecendo-lhe os extraordinários serviços prestados à Noroeste com a pacificação dos Kaingangs, (a directoria da estrada dissolveu o corpo de batedores que consumia uma enorme verba) e, principalmente a S. Paulo, a cujo estado foi entregue por estes novos bandeirantes a quinta parte do seu território, até ahi completamente desconhecido e amaldiçoado pelos horrores que em nome da civilização (sic) os homens ali faziam diariamente.”²⁵²

Havia muito dinheiro em jogo. As terras que, em 1912, com os Kaingang vivendo sobre elas, custavam a bagatela de 10\$000 o alqueire, passaram, em 1915, a

²⁵¹ BANDEIRA DE MELLO, Darcy. **Op. Cit.** p.79.

²⁵² Jornal **Correio da Manhã**, Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 382, fotograma 014, 015 e 016, 9/9/1912.

custar 150\$000²⁵³. Tão expressiva valorização deu-se, exatamente como previra o SPILT. Concentrados os Kaingang, as terras tornaram-se viáveis para capitalização.

A transferência dos Kaingang no momento de fraqueza de sua gente, devido às epidemias, parece ter sido um procedimento repetido em vários momentos das “pacificações” feitas pelo SPILT. Foi verificado em vários ofícios, relatórios e prestações de contas mensais e anuais, que terras foram liberadas para a colonização através do ajuntamento dos sobreviventes das epidemias num mesmo Posto Indígena, mesmo sendo de etnias diferentes. É, por exemplo, o que se observa no processo de criação do Parque do Xingú.²⁵⁴

Darcy S. Bandeira de Mello descreve os novos Postos, localizados fora do mercado especulativo, da forma que segue:

“Dentro do novo plano pré-estabelecido pelo SPI, fundaram-se, então, dois novos Postos na região acima referida: - Vanuire, com 400 alqueires mais ou menos, de terras muito ruins, no geral. Dista da Estação Glicério, da Noroeste, aproximadamente dez léguas.

O outro Posto, é Icatú, com apenas 90 alqueires de terras regulares e muito pequena faixa, boa. Este fica mais próximo da citada Estação. Ambos os Postos, no conjunto, possuem casa da Administração além de vários ranchos para os poucos índios que por lá residem, bem como algumas residências de tábuas. Vem sendo cultivada, em áreas desse conjunto de 490 alqueires no total, lavoura de café e cereais, havendo também algum maquinário.”²⁵⁵

Nas condições da disciplina para o trabalho, desenvolvidas no interior do Posto Indígena, o SPILT supunha que, com o passar do tempo, os índios se transformariam em trabalhadores rurais, indistintos dos demais. Apesar do trabalho diário no trato da “fazenda”, tal suposição pode ser contestada pois os Kaingang continuam parcialmente diferenciados no conjunto do povoamento da região que habitam. Apesar dos oitenta anos de contatos com os civilizados esse fato demonstra

²⁵³ Os números foram mencionados conforme a documentação pesquisada. Cf. “Exposição do histórico da aquisição das Terras do P.I. de Vanuire e GRILLO das mesmas ultimamente verificado”. **Serviço de Proteção aos Índios**, Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 016, 12pp Inspetoria de São Paulo, abril de 1940 ; “Relatório dos trabalhos realizados pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais em São Paulo durante o ano de 1916”. **Revista do Museu Paulista** - Nova série, v. 8, 1954, p. 67.

²⁵⁴ Cf. Relatórios da Inspetoria do Mato Grosso. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 379 de 1923 a 1945.

²⁵⁵ BANDEIRA DE MELLO, Darcy. **Op. Cit.** (grifos nossos)

que existem elementos distinguidores das duas sociedades que se mantêm inalterados ao longo dos anos.

Os indígenas permaneceram enquanto tais mesmo sem garantias efetivas de posse de terras férteis e suficientes e de respeito em relação a sua identidade étnica. No entanto, confirmando a ambigüidade característica da legislação indigenista, o período se apresenta como um avanço em direção ao reconhecimento dos direitos dos índios no país.

Desde 1906, mas principalmente com a criação do SPILTN, em 1910, o governo Federal colocava-se como obstáculo à desenfreada apropriação das terras indígenas que ocorreram livremente durante os dezessete anos de vigência do Decreto n.7, parágrafo 12, de 20/11/1889. Nesse Decreto a responsabilidade pela “catequese e civilização dos índios” cabia aos governos estaduais e este havia deixado em mãos de particulares, mais precisamente, no caso do Estado de São Paulo, nas mãos dos “bugreiros”. O reconhecimento e garantia de alguns dos direitos indígenas através da criação do SPI, em 1910²⁵⁶, constituiu-se em precedente relevante para que fosse inserido na Carta Constitucional de 1934 dois artigos diretamente relacionados aos indígenas:

*“Art. 5º Compete privativamente à União:
XIX – legislar sobre:
m) incorporação dos selvícolas à comunhão nacional.”*

“Art. 129º Será respeitada a posse de terras de selvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.” ²⁵⁷

Segundo Manuela C. da Cunha, a posse e o manuseio da terra pelos indígenas é condição para sua continuidade. Analisando as Constituições de 1934 e 1946 e suas respectivas Assembléias Constituintes, a autora comenta:

²⁵⁶ Tais como os contidos no Artigo 2, parágrafos 3,4 e 12 que definem o objetivo da assistência aos indígenas: “Parágrafo 3– Pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente. Parágrafo 4 – Fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes. Parágrafo 12 – Promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados (Decreto n.8.072, de 20 de junho de 1910, e Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911)”. Cf. CUNHA, Manuela C. da. **Os Direitos do Índio**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.78 e 79; Para conferir o Decreto n. 8.072 de 20 de junho de 1910 completo Cf. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1910**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, 1913, p. 943 a 958.

²⁵⁷ **Constituição do Brasil**. São Paulo: Livraria Cristo Rei, 1944, p.67-69; CUNHA, M. C. **Op. Cit.** p. 82-86, 213.

“O ponto importante nos textos que precedem e que deve ser aqui salientado é que se trata de reconhecimento da posse imemorial dos índios, de seus títulos anteriores aos de quaisquer outros ocupantes, e não uma proteção transitória, apenas assegurada aos índios enquanto o exigisse seu estado de vulnerabilidade. Ou seja, pela facilidade com que podem ser lesados, os índios são protegidos pela tutela. Mas, seus direitos à terra independem claramente dessa tutela, na medida em que são fundamentados na sua condição de seus primeiros donos”²⁵⁸.

Observa-se no Oeste paulista que as metas através das quais se inspirou o SPILT, no seu início, tomaram rumos definidos por essa legislação mas, principalmente, pela própria situação peculiar do contexto analisado. Na prática cotidiana do Serviço, os Kaingang perderam a maior e melhor parte de seus territórios mas tiveram garantidos uma parcela desse território doada pela Companhia Toledo Piza & Irmãos. Tal qual sugere análise de Antonio Carlos de S. Lima em *Um grande cerco de paz* ²⁵⁹, o “protecionismo” do SPI era, na verdade, uma forma de representação do poder, apelo necessário à implantação da rede de controle do território que foi conquistado pela guerra.

Observando-se a conjuntura do período, percebe-se que a questão indígena se antecipou a uma série de mudanças que ocorreriam na sociedade ao longo da primeira metade deste século, mais precisamente percebidas na análise da Constituição de 1934 que faz Zélia Lopes da Silva.

Segundo a autora, analisando as Assembléias Constituintes de 1933/34, articulava-se naquele momento transformações amplas e estruturais para o conjunto da sociedade. O Estado redefinia seu papel implementando reformas racionalizantes e apoiando a iniciativa privada associada ao capital estrangeiro. Medidas estas que seriam acompanhadas por um sistema de controle e fiscalização dos órgãos executores e da população administrada pelo Estado a fim de “coibir os abusos e ‘apropriações indevidas’ do patrimônio público”²⁶⁰.

²⁵⁸ CUNHA, Manuela C. **Os direitos do índio**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.93 (grifos da autora).

²⁵⁹ Cf. LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

²⁶⁰ SILVA, Zélia I. **A República dos anos 30. A sedução do moderno. Novos Atores em Cena: Industriais e Trabalhadores na Constituinte de 1933-1934**. Londrina: Ed. da UEL, 1999, p.79 (Prelo).

Segundo a autora, examinando a fala do deputado Alexandre Siciliano Jr., foram discutidas medidas visando controlar a depredação do meio ambiente, protegendo os mananciais de águas, as florestas e criando-se a possibilidade da criação de reservas para proteger as comunidades indígenas:

“A ação do Estado (União) teria um duplo alcance: 1) de instrumento repressor 2) e também, ultrapassando esse limite, de assumir posturas marcadas de positividade, podendo, por exemplo, estabelecer reservas para proteger as comunidades indígenas, conservar a flora, a fauna, a mata virgem e os minerais.”²⁶¹.

As questões acima colocadas suscitam outras indagações: como se colocam e quais as conseqüências, no contexto da região analisada, das novas medidas instituídas? Qual o perfil do contato com os indígenas no Oeste paulista?

Preocupadas em entender os problemas que afligem as comunidades indígenas, que vivem em contato com os civilizados, tanto Cunha como Pourchet concluíram que os recursos naturais das terras indígenas protegidos e a garantia, às tribos, do seu gerenciamento, facilitariam a elas alcançar a auto-suficiência e recuperar o próprio prestígio²⁶². Entretanto, questões dessa natureza não foram efetivadas pelo projeto do SPI, pela sua própria estrutura baseada em relações paternalistas e dependentes das alianças locais, o seu sistema político de administração dos índios possibilitou, ao contrário, a exploração das reservas naturais indígenas, a venda dos produtos e o controle dos lucros.

Conforme conclui Darcy Ribeiro, funcionário do SPI, ao fazer um balanço crítico do indigenismo brasileiro,

*"Na verdade, a obra de pacificação atende mais às necessidades de expansão da sociedade nacional que aos índios."*²⁶³

²⁶¹ SILVA, Zélia I. **Op. Cit.** p. 95; Ver também da autora a “Introdução” e o Cap. “Padrão de Vida” e Disciplinarização IN: **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

²⁶²Cf. CUNHA, M. Carneiro da. **Os Direitos do Índio. Ensaio e Documentos**. São Paulo, Brasiliense, 1987; POURCHET, M. Julia. **Ensaio e Pesquisas Kaingang**. São Paulo: Ed. Ática, 1983 e CUNHA Grupo Pró-Tupã: Prefeituras das cidades de Arco-Iris e Tupã e indígenas de Vanuíre.

²⁶³ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** p. 187

Não há dúvida de que, frente à sociedade invasora, organizada para controlar e utilizar, com a ajuda da ciência e de forma capitalista, os recursos naturais, os grupos tribais sentiam-se ameaçados. O seu próprio interesse e assombro diante da tecnologia e dos instrumentos de ferro dos civilizados, a violência da exclusão e do desprezo do civilizado em relação à comunidade e à cultura indígenas, abalaram a auto-estima, a organização social e de pensamento dos grupos ²⁶⁴. Alguns grupos indígenas, nessa fase de contato, tentaram impor limites ao relacionamento com os brancos e à aquisição de artefatos civilizados.

Entre os Kaingang, desde os primeiros contatos, ainda no Ribeirão dos Patos, houve divergências a respeito de se manter ou não relacionamento com os civilizados e quais seriam os limites desse relacionamento. Conforme vimos, os grupos liderados por Clenclá, Congrue-Hui e outros Rekakês conviviam na “Vila Kaingang”, próximos à família Bandeira de Mello e aos capatazes. Clenclá e alguns outros indivíduos da “Vila Kaingang” além de conviver diariamente com os civilizados, aceitaram o convite e foram com eles, de trem, conhecer a capital. No entanto, Vauhin permaneceu a certa distância, na “Cabeça de Porco” ²⁶⁵. O motivo das desavenças entre os Kaingang era roubo de mulheres. Em relação aos civilizados talvez fosse a desconfiança permanente e justificada.

O contato permanente com os Kaingang começou com o Acampamento dos Patos. Havia, então, “uma modesta e tosca casa de táboa” a dois quilômetros da estação de trem Hector Legru. Era um rancho que o SPILTN havia construído para abrigo. Os indígenas foram se arranchando em torno do rancho do SPILTN para usufruir das plantações de milho e abóbora. Mas, conforme as divergências internas à sua própria sociedade tribal ou selvagem ²⁶⁶, divergências políticas, estratégicas e

²⁶⁴ Vários autores que estudaram os Kaingang destacaram dentre outros, o impacto “psicológico” e a sua não participação satisfatória ou assimilação na vida civilizada, não se misturando com os civilizados apesar de incorporar elementos da cultura do civilizado. Cf. BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1937 (Col. Brasileira n.101); SCHADEN, Egon. “O Problema do Índio no Brasil”. **IN: Problemas Brasileiros - Revista Mensal de Cultura**, ano XI, n. 120, agosto/1973, p.2-13; RANGEL, Lúcia H. “Vida em Reserva”. **IN: Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu/CPI, 1984, p83-122.

²⁶⁵ Sobre a fundação de “Vila Kaingang” e seu “satélite”, a “Cabeça de Porco” ver BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Op. Cit.** e CARVALHO, José de Sá. “O desbravamento dos sertões de Araçatuba.” **IN: Revista do Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo**. São Paulo: Irmãos Canton, v.XLIV, 1948, p.305.

²⁶⁶ Selvagem no sentido de Clastres, de liberdade e distanciamento das tribos Guayaki em relação ao mundo civilizado “Tal era a selvageria dos Aché: cheia de seu silêncio, signo desolador de sua última liberdade, foi-me também a mim destinado desejar privá-los dela. Pactuar com sua morte: era preciso, à força de paciência e de astúcia, a golpe de pequenas corrupções (ofertas de presentes, de comida, gestos amáveis de toda espécie, palavras sempre doces, untuosas mesmo), era preciso quebrar a resistência

matrimoniais, os Kaingang não estavam agrupados no mesmo acampamento. Tão pouco havia garantias de que os que estavam ali iriam permanecer. No entanto, através de esforços recíprocos entre os Kaingang e o SPI, o lugar estava se tornando um centro de trocas de presentes e gentilezas através de “negociações diplomáticas”. Alguns indígenas destacaram-se enquanto “cabeças” nessas negociações. Mais sociáveis, aprendiam a língua falada pelo SPI e traziam parentes e companheiros para a “sede”, tal qual Clenclá. Outros já se isolavam e procuravam permanecer nas matas ou seja, mais distantes do que foi se transformando na “Vila Kaingang”. As visitas dos grupos que ainda estavam nas matas ao acampamento eram freqüentes. Eles eram recebidos conforme os ritos tribais, aguardando na “cabeça de porco” até serem convidados e recebidos na aldeia para serem homenageados com as festas tradicionais. Permaneciam algum tempo e depois retornavam para as matas.

O rekakê Clenclá adaptou-se mais rapidamente ao civilizado. Falou-se então, e ainda hoje se fala quando os índios mais velhos contam suas histórias, de índio "manso" e índio "brabo", índio civilizado e índio do mato. Ainda hoje podemos verificar esta dualidade na lógica da fala e na memória Kaingang ²⁶⁷, lógica elaborada pelos índios para explicar, narrar e compreender a sua história, seus antepassados, depois da chegada do civilizado; sua inserção num mundo mais amplo e diferenciado, no qual, para sobreviver, se instituiu dois lugares distintos na memória: o tempo do mato e o tempo do SPI. A última geração daqueles que vivenciaram o tempo do mato em Vanuíre é representada por Nilo e Clarisse Cotuí, Cândire e Ena, Canuto Canechu e Antonia Barbosa.

Conforme vimos, divisões e divergências entre os grupos Kaingang já existiam antes da pacificação. O território era por eles classificado, dividido e demarcado, e cada grupo ou subgrupo possuía seus “domínios”²⁶⁸. Havia os domínios comuns,

passiva dos Aché, atentar contra sua liberdade e obrigá-los a falar” CLASTRES, Pierre. **Crônica dos Índios Guayaki**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 p. 62

²⁶⁷ GENI, entrevista gravada em sua residência na Aldeia Apucaraninha, município de Tamarana (PR), em 6 e 7/12/1995; várias vezes foi mencionado “índios mansos” e “índios bravos” ou “índios do mato” por indígenas na Aldeia de Vanuíre e de Icatú em conversas informais.

²⁶⁸ A tendência da comunidade é de compartilhar seus benefícios naturais. Entretanto, verifica-se que em certos casos fica clara uma “noção de propriedade”, ou melhor, de “pertencimento”, mais próximo do uso fruto que da posse. Foi observado pelo SPI, logo após a “pacificação”, entre os Kaingang paulistas, uma noção de propriedade em relação às ferramentas com as quais foram presenteados. No Sul do Brasil, Pierre F. A. Booth Mabilde, engenheiro belga, naturalizado brasileiro, foi mantido, por dois anos (1836/1838) prisioneiro entre os Kaingang no Rio Grande do Sul. Observou que quando se tratasse de objeto muito estimado e do gosto dos índios, eles marcavam seus limites em relação à apropriação pelos outros grupos da mesma Nação. Aqueles que invadissem os territórios alheios eram severamente punidos. Quando pegos em flagrante no roubo de pinhões nas matas de pinheirais

lugares especialmente bons para caça, margens alagadas onde predominavam o tipo de solo arenito no Rio do Peixe, por exemplo, e que não apenas eram utilizados por todos como também eram protegidos por eles. As terras Kaingang, chamadas pela colonização de “terrenos desconhecidos”, eram bastante familiar aos indígenas.

Dos vários funcionários do SPI que participaram da pacificação dos Kaingang, “Bandeira” e sua esposa foram os responsáveis pelo “sucesso” da fase de atração e de fixação dos indígenas, facilitando a realização do projeto do Serviço para o Oeste paulista. O casal seguiu para a “Vila Kaingang”, levando consigo cinco dos sete filhos que tinham. Os dois mais velhos ficaram em São Paulo, na casa dos Horta Barbosa, para continuarem os estudos. Anita, esposa de Bandeira teve seu oitavo filho poucos meses após chegarem na “Vila Kaingang”. A vinda deste bebê facilitou muito o relacionamento entre eles e os Kaingang. Os índios passaram a confiar mais naquele civilizado que levava consigo sua “prôm” (esposa) e seus “coxítes” (filhos). Anita K. B. de Mello passou a ser chamada pelos Kaingang de mamãe branca, a “ian-cupri”, com quem “eram extremamente carinhosos e pidões”²⁶⁹.

Para os Kaingang, permanecer na “Vila Kaingang” significava, entre outras coisas, depender das roças dos colonos, das suas vacas e de seus remédios. Sob a administração de Bandeira de Mello, o SPI procurava produzir pomares e plantações, criar animais e desenvolver uma economia de subsistência no alojamento, dependendo do centro urbano apenas para o suprimento de tecidos, remédios, sal e, às vezes, açúcar, óleo e sabão. O açúcar era ainda pouco utilizado. Em seu lugar era utilizado o mel, melaço de cana e rapadura.

Na Vila Kaingang, os primeiros indígenas a chegar foram os seguidores de Clenclá. Depois foram chegando Vauvin, Iacri, Congre-Hui, Careg, Rugrê, o “temível” Ererim, o “impressionante e valente” Charim e outros. O movimento de ida e vinda, as visitas, dos Kaingang fez do ex-acampamento um lugar marcante da história desses indígenas. Era composto pela “Vila Kaingang”, depois pela “Vila Sofia”, onde ficavam o grupo de Vauvin e o lugar das recepções e despedidas, a “Cabeça de Porco”:

demarcadas (nos troncos), pertencentes à outros grupos, os Kaingang eram obrigados a devolverem os pinhões ou retirarem outra porção de pinhões de seus pinheirais, igual àquela colhida dos pinheirais alheios, para fazer a devolução. MABILDE, Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da província do rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA/INL/FNPró-Memória, 1983, p. 126-127

*“Ali ficou sendo o sítio e ponto-de-referência, onde eram feitas as recepções ou despedidas de índios que vinham visitar a Vila Kaingang. A origem do nome deveu-se ao fato do primeiro que entrou em contacto com o ex-Acampamento do SPI, haver estacionado previamente naquelas imediações, onde abriu uma clareira na mata. Para subsistência haviam caçado algumas “queixadas”(Porco-do-mato) cujas cabeças espetaram em sólidas varas que fixaram ao solo; - daí a denominação.”*²⁷⁰

Desde que chegou no acampamento, Vauvin instalou-se na “Vila Sofia”, um pouco distante da “Vila Kaingang” porque havia muita rixa entre seu grupo e os outros. Através de Clenclá, que tornou-se um tipo imparcial, intermediador, amigo de Bandeira, procurava-se apaziguar os ânimos para evitar brigas e até mortes pois a luta entre eles dava-se com os seus enormes “ká”²⁷¹. Por último, e com toda a pompa, chegou Charin, grande e temido guerreiro e, velho inimigo de Vauvin. A “Vila Kaingang” ficou agitada e a “Vila Sofia” alerta para um possível conflito. Velhas rixas entre eles iam ser postas à prova. Enquanto aguardavam na “Cabeça de Porco”, Clenclá rapidamente foi comunicar todos da “Vila Kaingang” da chegada do grupo Charim.

Assim foi descrita por Darcy Bandeira de Mello a chegada do valente, perigoso e atlético Charim com seu grupo na “Vila Kaingang”:

“Numa bela e inesquecível tarde, lá pelas 14 horas, ouviu-se o ressoar surdo e prolongado de buzinas em vários diapasões, provindo da estrada que demandava o local não muito distante, conhecido como “Cabeça de Porco” (...) O toque de buzinas que repercutia era emitido pelos “embaixadores” Clenclá e Iricafire e significava que regressavam vitoriosos na sua missão. Tão logo puseram os pés na Vila, aproximaram-se de Papai e foram dizendo: - Bandeira, Kaingangue muito está esperando lá na “Cabeça-de-Porco”... Houve, então, grande alvoroço entre os índios da Vila, principalmente entre as moças em idade de casar; isso porque em ocasiões como essa é que os moços de fora que

²⁶⁹ BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Op. Cit.** p. 50

²⁷⁰ BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p56.

²⁷¹ Segundo Darcy S. Bandeira de Mello, “Papai e mamãe mantinham-se sempre próximos a Vauvin, insistindo por uma reconciliação possível e indispensável; ele prometia não adotar nenhuma atitude de violência, a não ser que fosse atacado. Por prudência, porém, observava-se que a sua gente, na Vila Sofia, estava se precavendo pondo em ordem os seus enormes guarantãs, única arma que a tribo utilizava e admitia para os combates entre si. Tais “ká”, como eles os chamavam, mediam 3 metros de comprimento e 0,25m de espessura; verdadeiros caibros, que manejavam com incrível habilidade tanto no ataque como na defesa.” **Entre Índios e Revoluções**. São Paulo: Soma, 1982, p57.

chegam escolhem suas “prom” (...) Ficara de pronto científico que o chefe do grupo era o valente e perigoso Charim, aliado de outro não menos temível, o Ererim. Charim era de estampa impressionante; tinha quase 1,90 m de altura, corpo atlético corado por espessa cabeleira negra, comprida e ondulada. Era conhecido e temido como um dos maiores “cortadores-de-cabeça” de toda a região. Com ele o chefe Vauvin (o da Vila Sofia) não se dava (...) Urgia estabelecer controle à turma de Vauvin, a começar pela mulherada que já havia dado início ao clássico “titi-que-mutim”- intrigas - com gritarias histéricas de provocações (...)”²⁷²

As desavenças eram antigas e possivelmente criadas pela prática do “roubo” de mulheres ²⁷³.

A visita do grupo de Charim suscitou a possibilidade de realizar alguns rituais Kaingang. Pelas análises de Darcy S. Bandeira de Mello e de Pinheiro ²⁷⁴ poder-se-ia dizer que se estava diante de uma grande festa típica dos Kaingang, tal como eles jamais haviam feito na presença dos “civilizados”, pelo menos não como convidados, pois os que haviam presenciado essa festa até então foram os bugreiros. Escondidos, amoitados e mal intencionados, eles entreviam mais do que viam. A família, os auxiliares e os camaradas estavam diante de um ritual indígena milenar, acontecendo nas terras ainda dos indígenas. Quem eram os convidados? Segundo Darcy S. Bandeira de Mello, eram os “civilizados”, e com todo o respeito que poderia haver, de ambos os lados:

“A gente do ‘bangalow’ estava espiando de longe, assim como o pessoal do SPI, o desenrolar dessa cerimônia inusitada, quando fomos surpreendidos com o gesto do chefe Charim, que, acompanhado por Clenclá, afastaram-se das danças e, dirigindo-se a Papai, convidaram-no, bem como à Mamãe para comparecerem. Isso significava que todos nós poderíamos ir, e foi o que aconteceu. Lá chegamos: a família, auxiliares e camaradas. Ofereceram-nos nas cuias usuais aquela champanha selvagem. Ninguém recusou (...) os ingredientes e a forma de preparar esse kiki, o tornam

²⁷² BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p.56-57

²⁷³ A prática do roubo de mulheres entre os grupos indígenas foi também observado por Pierre Clastres entre os Guaiaky do Paraguai. CLASTRES, P. **Op. Cit.**

²⁷⁴ Cf. especialmente sobre a Festa Kaingang e sua importância material e simbólica para o grupo vêr no Capítulo 2, no item 2.3.A cosmologia Kaingang os sub itens “2.3.2. A Festa do Veingreinyã”, p.160-165 e “2.3.3. A parentela, o ‘Veingreinyã’ e algumas mudanças sociais” p. 166-172 IN:PINHEIRO, N.S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo, 1850 a 1912.** Mestrado,Unesp,1992.

*bastante aceitável para qualquer paladar, por mais exigente que seja.”*²⁷⁵

A função social da festa do “veingreinyã” ou “festa do kiki” era bastante complexa. Durante vários dias eles dançavam, cantavam, tocavam seus instrumentos musicais, as flautas e as maracas, comiam e bebiam à vontade. Mas não era só isso. Era nesses encontros que os subgrupos da grande nação dos Kaingang se encontravam para casar seus jovens, dar nomes e filiação grupal aos pequenos e apaziguar os espíritos dos mortos, os “veincupri”, e enviá-los para longe dos seus parentes vivos, evitando assim que os vivos adoecessem. Nos tempos sombrios e de implacável perseguição de bugreiros que antecederam a festa de Charim, era na “festa do kiki” que se planejava a guerra contra os “civilizados”, realizavam-se abortos nas mulheres e trocava-se informações sobre os civilizados.

Darcy, filho do encarregado do SPI, Bandeira de Mello, então, um garoto de infância nada convencional, que os Kaingang levavam às lagoas, cachoeiras, florestas e coqueirais, guardou na sua memória de homem já maduro o dia da grande festa Kaingang. A descrição que segue é baseada em suas memórias.

Da “Cabeça-de-Porco”, o grupo seguiu pelo picadão até o terreiro da “Vila Kaingang”, que agora estava movimentadíssimo:

“(...)Quando já bem próximos, começaram a fazer soar as buzinas, assim como a emitirem gritos amistosos de regozijo, acompanhados pelo tanger de seus cadenciados maracás. O grupo de Clenclá, que residia ao redor da Vila, dirigiu-se ao encontro dos visitantes com muita cordialidade e entusiasmo. Como já era ao entardecer, fora ateado fogo à imensa armação de toras de madeira localizada ao centro da área preparada para a festa. Essa fogueira, então, começou gradativamente a aumentar a intensidade de suas chamas espetaculares e os Kaingangue, por elas fascinados, não demoraram a circundá-la ao ritmo de suas bárbaras danças tradicionais, que só interrompiam, quando se aproximavam do enorme cocho de jaracatiá, repleto de bebida típica da tribo, - o “KIKI”.

Beber muito kiki - “Kiki cronía bang”, era a disposição de todos os participantes da festa. Dançavam, uns frente a outros, batendo no chão os enormes guarantãs, ao mesmo tempo que os acorados tangiam maracás dolentemente, acompanhados por rústicos instrumentos de sopro. As

²⁷⁵ BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p.60

mulheres também participavam das danças, cantando melodias diferentes: além disso, estavam equipadas com grossos bambus, totalmente ocos, os quais batiam no chão, produzindo um som surdo.

As horas passavam e a festa prosseguia com animação crescente. Os homens completamente nus, (a não ser aquele feixe de minúsculos cordões em torno aos quadris) ostentando traços pretos e vermelhos dispostos com certa simetria nos corpos robustos. As mulheres apenas de tanga, havendo jovens bem bonitas e dotadas de plástica sedutora, principalmente o busto.”²⁷⁶

Os traços preto e vermelho eram identificadores do grupo e subgrupo ao qual o seu portador pertencia. Era hora de se arranjam os pares para os casamentos. Darcy não sabia mas os Kaingang, através dos traços faciais identificavam exatamente os casamentos permitidos e os proibidos. Caso alguma paixão arrebatadora ocorresse entre casais proibidos esses eram assassinados ou banidos do grupo. Devido à depopulação, pois de 1200 que eles eram em 1912, passaram a 50 logo após a mudança para Icatú e Vanuíre, essa regra foi amenizada: podiam se casar mas não poderiam ter filhos. Ribeiro observa que entre esses casais, quando a mulher ficava grávida e ia ter o bebê no mato, ela voltava sem o bebê. O SPI procura intervir e adaptar a situação:

“O Sr. Érico Sampaio, que dirigiu por mais de vinte anos o Posto onde vivem os remanescentes da tribo Kaingáng, conseguiu romper o impasse apresentando-se como primo de sua esposa e explicando que não havia mal em que parentes se casassem e procriassem. Só depois de convencer o velho líder Kaingáng de então, os casais começaram a voltar da mata trazendo as crianças que geravam.”²⁷⁷

A observação de Darcy Ribeiro e a narrativa de Darcy Bandeira de Melo dão-nos uma dimensão da importância da “festa do kiki”, em torno da sua fogueira ritual, para a organização social, cultural e emocional dos Kaingang, bem como da autoridade do encarregado do Posto nos assuntos internos do grupo, num momento posterior à pacificação. Retomando a “festa do kiki” na “Vila Kaingang”, juntamente com os funcionários do SPI, em 1915, relata Darcy B. de Mello:

²⁷⁶ BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p.59.

²⁷⁷ RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno.** 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1986, p.311.

“A enorme fogueira tinha os seus alimentadores que não a deixariam extinguir-se, visto que a tradição estabeleceu que a festividade deve durar até dois “sóis” (dias), ou enquanto o reservatório de kiki não se esvaziasse completamente. Para que essa eventualidade não ocorresse, não faltaram interessados ali despejando novo reforço, ao verificarem que o conteúdo estava minguando, não resistindo até o segundo dia!

(...) ao amanhecer os participantes se mostravam exaustos, sendo que muitos dormiam estirados pelo chão. Algumas mulheres tinham sido amarradas pelas velhas, a fim de evitar que rolassem até a fogueira, visto estarem embriagadas. Após o repouso, alimentavam-se de milho verde assado ou cozido; abóbora, e, sobretudo do pão - o “inhamim” da mãe-branca (Ian-Cupri). Tais gêneros eram fartamente distribuídos, sob a orientação de meus Pais.

Após essa memorável festança, o nosso “bangalow” fora literalmente invadido pelos Kaingangue visitantes, naturalmente revesando-se, sempre acompanhados pelos anfitriões (...) explicando-lhes as serventias do que eles iam notando, tais como camas, máquina de costura, gramofone, lampiões, etc.

Nessas oportunidades, Mamãe, auxiliada pelas índias já familiarizadas, vestia as mulheres e crianças; Papai e Auxiliares divertiam-se enfiando calças e camisas na homarada.

(...) No decurso desses dias extraordinários, somente nós, as crianças é que dormíamos tranquilos. Todos os adultos, sob o comando de meus pais, revesavam-se em plantões de vigília, preocupados sempre com a possibilidade de conflitos que precisavam ser evitados a todo o transe. (...) O grupo de Vauvin, inimigo ostensivo dos visitantes, mantinha-se em pé-de-guerra lá na sua aldeia de Vila Sofia.”²⁷⁸

A “Vila Kaingang” chegou a ter 300 indígenas Kaingang e a segunda Aldeia, “Vila Sofia” teve 150 moradores. ²⁷⁹

Os Kaingang mal haviam se familiarizado com os novos amigos quando esses foram obrigados “por ordens superiores” a deixar o acampamento.

Conforme vimos, após ter se recusado a aceitar os 2.500 alqueires “a título de recompensa” e de ter feito, por escrito, minuciosa argumentação que justificava o seu veto à proposta de mudança dos Kaingang da “Vila Kaingang”, Bandeira de Mello

²⁷⁸ BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p. 60 e 61.

²⁷⁹ **Idem Ibidem** ; ver também “As lutas entre brancos e caingangues em Promissão” , “O Estado de S. Paulo”, São Paulo: 27/set/1945.

“recebeu comunicação de Autoridade superior, do SPI, justificando que, por ‘conveniências-de-serviço’- fora transferido para outro setor”.

Em 1915, a família Bandeira de Mello foi chamada de volta para São Paulo e daí transferida para outra povoação indígena, a Aldeia Araribá.

Bandeira de Mello argüiu veementemente sobre a transferência dos Kaingang, mas, sobre sua própria transferência ele não o fez pois, segundo sua filha, “eram ordens superiores” e seu pai não as contrariava.

Segundo o filho, Darcy Bandeira de Mello,

“Habitado sob educação militar, Papai não discutiria absolutamente a resolução superior. Junto à família, porém, salientou a coincidência de transferirem-no, justamente após o seu VETO à mudança de VILA KAINGANGUE!”²⁸⁰

Este fato demonstra o conflito entre a política administrativa do encarregado Bandeira de Mello e as diretrizes planejadas pelo SPILTN. Na sua prática, o SPILTN revela-se aliado aos interesses dos latifundiários e opondo-se, portanto, ao próprio regulamento da instituição, favorável à fixação dos indígenas nas terras em que foram contactados.

A saída da família da “Vila Kaingang” foi muito triste, tanto para os civilizados como para os Kaingang. Darcy Bandeira de Mello, recorda os acontecimentos com emoção.

“(...) o sentimento de frustração foi predominante (...) por nos vermos constrangidos a abandonar a nossa maravilhosa Vila, a qual já estava fatalmente com os seus dias contados. Permaneceríamos lá, até ultimar os preparativos, muito tristes, do retorno à São Paulo(...) No dia estabelecido para o nosso embarque, quase a totalidade dos Kaingang da Vila estava presente à Estação (Heitor Legru), para despedidas entre abraços e prantos mútuos. O comboio, por fim, partira, distanciando-se uns dois quilômetros do ponto, quando, numa das curvas do seu leito ficamos surpreendidos com a súbita diminuição da velocidade. É que o pessoal do trem, maquinista, foguista, guardas, perceberam que grande número de índios corria ao lado dos vagões e eram saudados por nós, nas janelinhas, com acenos amistosos, correspondendo aos seus. Em seguida, a composição quase que parou, para que nós pudéssemos apanhar as vasilhas cheias de mel-silvestre que os Kaingangue haviam atado à

²⁸⁰ BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p.76.

*pontas de varas, as quais nos eram estendidas!...(...) não eram ainda decorridos muitos anos, que os valentes homens da tribo corriam aos lados e à frente do trem, mas com o desejo de feri-lo no grande olho!
As saudades dessa fase extraordinária de nossas vidas, nunca nos abandonarão.”²⁸¹*

Conforme os “planos pré estabelecidos pelo SPI” e contrários aos apelos de Bandeira de Mello, em 1916, os Kaingang foram transferidos, isto é, aqueles que não voltaram para as matas ou não sucumbiram às epidemias.

“Tudo fora em vão! A verdade crucial, era admitir-se que ‘forças ocultas’ (já existentes naquele tempo) atuaram, de sorte que a desastrosa mudança ia tornar-se realidade. Até a nova localização já era conhecida: seria lá pelas bandas de Penápolis, com acesso, também, pela zona da Alta-Paulista, cujo desbravamento e construção do ramal respectivo já se havia iniciado. É preciso que se recorde a previsão de Papai, no sentido de grandes e variados males e conflitos entre os próprios índios - com a consumação da mudança - tornou-se real. Houve lutas entre grupos, sobrevivendo até mortes. Grande parte dos que se haviam estabelecido nas imediações da Vila, embrenhou-se de novo na mata.”²⁸²

Na grande imprensa, a transferência era vista como um direito dos “proprietários” Arantes que requisitavam “suas” terras. É possível que o Dr. Lélío de Toledo Piza tenha vendido as terras à família Arantes antes disso. No jornal “O Estado de S. Paulo”, os envolvidos na transferência apareceram da forma que segue:

“Esses aldeamentos (as duas “Vilas”) situavam-se em terras da família Arantes, que em 1916 exigiu a desocupação delas. O Dr. Lélío Piza havia doado 250 alqueires para o Serviço de Proteção aos Índios, nas vizinhanças dos córregos Pirã e Vanuíre. Neles foram instalados os silvícolas, bem como do córrego Icatú, a seis léguas de Penápolis, onde o Serviço adquiriu mais 30 alqueires.”²⁸³

²⁸¹ **Idem Ibidem** p.76 e 77.

²⁸² BANDEIRA DE MELLO, D.S. **Op. Cit.** p79.

²⁸³ “As lutas entre brancos e caingangues em Promissão” **O Estado de S.Paulo**. São Paulo: 27/09/1945.

Nesse mesmo ano de 1916, surgiu uma segunda epidemia mortal entre os Kaingang da “Vila Kaingang” e “Vila Sofia”. Morreram muitos indígenas. Segundo fragmento de um relatório do Serviço, na página intitulada “sarampo”, dá para se ter uma idéia da dimensão da catástrofe:

*“Quanto ao estado sanitário da Povoação poder-se-ia dizer que foi muito bom durante 1916, não a tivesse atingido a extensíssima epidemia de sarampo que lavrou por todo o Estado de S.Paulo nos ultimos 5 mezes do anno, e mais especialmente por toda a zona da Noroeste. Os Guaranys do Araribá foram atacados por essa doença; felizmente, porém, não tivemos que lamentar devastação analoga (...) à que, desgraçadamente dizimou, como se verá mais abaixo, os Caingangues. O que se viu no Araribá é uma exceção digna de especial consideração, por que só uma muito dedicada diligência do respectivo encarregado e pharmaceutico é que poderia conseguir o resultado que se registrou de serem salvos todos os doentes, exceto dois, que sucumbiram de complicações (...)”*²⁸⁴

O encarregado e farmacêutico que dominou a epidemia de sarampo na Aldeia de Araribá era Bandeira de Mello que fora transferido de “Vila Kaingang” para Araribá no ano anterior, 1915.

Em Icatú, conversando com Maria Rita Campos, uma velha índia Kaingang, filha caçula de uma das índias que veio transferida de “Vila Kaingang” para Icatú, soube que a transferência foi muito triste. “Era só morte... morte... morte...” Na caminhada, eles andavam na mata, paralela à picada para não se encontrarem com “civilizados” e morrer. Ela se recorda de ter ido ao rio ver porque a Tia demorava com a água e vê-la caída morta.

A mudança para onde é hoje Vanuíre implicou no precedente impacto biótico, ecológico, social e econômico da “pacificação”. O período de existência da “Vila Kaingang” implicou alterações estruturais na sociedade indígena. Poucos foram os indígenas que se deslocaram de “Vila Kaingang” para Vanuíre: os remanescentes das epidemias e aqueles que sobraram do retorno para as matas. Em Vanuíre, os indígenas procuravam adaptar-se e se recompor, negociando seus interesses

²⁸⁴ Conjunto de fragmentos de relatórios do SPI que trata do “estado sanitário” em vários Postos diferentes. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 379, fotograma 0272, 1916.

específicos. No entanto, a frágil posição que passavam a ocupar como “protegidos” na guerra de conquista dificultava a implementação desses interesses.

Na conferência proferida em Montevideu, em 1 de abril de 1925 ²⁸⁵, Luís Bueno Horta Barbosa, apresentou uma análise detalhada dos procedimentos do SPI, das influências ideológicas que teve, e dos objetivos que o SPI estava alcançando. Apresentou, numa retrospectiva histórica, as tentativas vãs das políticas indigenistas brasileiras, precedentes ao SPI, para integrar os índios no mundo dos civilizados. Descreveu o fracasso dos jesuítas na catequização dos índios no Guairá, as tentativas de José Bonifácio para introduzir leis que possibilitassem a pacificação dos índios e a libertação dos negros. Na conclusão, para enfatizar a importância do SPI, o inspetor afirma que, através dele, realizar-se-ia o sonho de José Bonifácio de “fusão e o caldeamento das raças” ²⁸⁶. O objetivo desta e de muitas outras conferências proferidas pelo inspetor do SPI, em São Paulo, Horta Barbosa, era propagandear para os países latino americanos o sistema leigo de pacificação dos índios instituído pelo Brasil: isto é, a forma encontrada pelo Brasil para, através da centralização estatal, apropriar-se de territórios e “administrar o butim”, construindo uma imagem de unidade para a nação. Sua tarefa era provar que, através do SPI, seria possível promover a “modernização” e ao mesmo tempo, realizar a “verdadeira proteção dos índios”, isto é, evitar o seu extermínio pelos bugreiros integrando-os à sociedade nacional como trabalhadores rurais²⁸⁷.

Em virtude de ter sido a pacificação dos Kaingang um dos primeiros trabalhos realizado pela intervenção direta do Estado, através dos leigos e militares funcionários do SPILTN, sob pressão interna e internacional, esse caso foi bem documentado e comentado. Curt Nimuendaju Unkel, indigenista alemão adotado pelos Guarani, também relatou a pacificação dos Kaingang que havia se tornado então, um destacado fato histórico ²⁸⁸, um desafio e uma vitória para o SPILTN.

A pacificação dos Kaingang de São Paulo foi minuciosamente descrita pelo inspetor do SPI, Luís Bueno Horta Barbosa, chefe da I.R. 5 (Inspetoria Regional n. 5), à qual pertenciam as atuais Aldeias de Vanuíre, Icatú, Araribá e todo o Sul do Mato Grosso. Ele, raras vezes, foi pessoalmente até ao “Acampamento”. Ativo membro do positivismo em Campinas, escrevia sobre os Kaingang, a “pacificação” e a

²⁸⁵ BARBOSA, L. B. H. **Op. Cit.** 1947

²⁸⁶ **Idem, Ibidem** p. 31

²⁸⁷ **Idem, Ibidem** p. 20

“proteção”, baseando-se nos relatórios que recebia de seus colegas, no caso dos Kaingang, de Bandeira de Mello.

Horta Barbosa escrevia como se ele fosse um dos integrantes do Posto Indígena. Nas suas descrições ele evitava mencionar o nome de Bandeira de Mello ou de sua esposa, pessoas que indiscutivelmente foram a chave da “pacificação” dos Kaingang. A relação interna no SPI, entre os inspetores e os encarregados, demonstra que os interesses de ambos não coincidiam em tudo ou sempre.

Após o episódio do oferecimento de terras a Bandeira de Mello e a sua negativa, as relações entre Horta Barbosa e Bandeira de Mello tornaram-se formais, apesar do relacionamento próximo que tinham ambas as famílias.

Anna Izabel (83 anos), filha de Bandeira de Mello, viveu em Vanuíre com sua família quando criança. Graças à sua ótima saúde, encontra-se em completa lucidez e clareza e nos informou sobre o inspetor e sobre seu pai. Ela conviveu e foi amiga de infância da Kaingang Clarisse Cotuí (76 anos), a “Batatinha”, ainda viva mas sem o poder da fala e em cadeira de rodas.

As cartas de H. Barbosa, também revelam alguns dados a respeito desse conflito interno no SPI. Quando são dirigidas a Bandeira de Mello, as cartas muitas vezes deixam de apresentar o nome do encarregado, constando apenas “ao encarregado do Posto”. Nesses casos sabe-se que esse encarregado era Bandeira de Mello.

Horta Barbosa atribuiu todo o mérito da “pacificação” ao Tenente Manuel Rabello e à José Cândido Teixeira. No entanto, Rabello foi chamado de volta para o Rio em 1911, antes da “pacificação”, sendo então atribuído a Bandeira a direção dos trabalhos. Segundo informou Nimuendaju e os familiares de Bandeira, ele já trabalhava na equipe de Rabello e, pelo seu empenho fora escolhido como encarregado²⁸⁹. Segundo Horta Barbosa, dentre os integrantes do grupo de Rabello, o responsável pelo acampamento quando Rabello partiu para o Rio de Janeiro ficou sendo “China”. Devido ao alcoolismo, China acabou abandonando o Posto de atração juntamente com outros funcionários. Posteriormente, assumiu a direção do Posto o encarregado Bandeira de Mello de quem José Cândido Teixeira era um dos capatazes. Era um capataz protegido por Horta Barbosa e que se tornou proprietário de terras na

²⁸⁸ NIMUENDAJU, Curt. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982, p. 41-45.

²⁸⁹ Cf. NIMUENDAJU, Curt “Carta sobre a pacificação dos Coroados (1912)”. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982 p41-45

região dos Kaingang, na mesma época em que foi oferecido a Bandeira uma fazenda. Segundo Ana Izabel, Cândido Teixeira era “laranja dos Horta Barbosa”. Isto é, adquiria terras em seu nome para passá-las depois à família Horta²⁹⁰, que teve quatro irmãos trabalhando no SPI.

Anna Izabel confirmou que seu pai já fazia parte do grupo de pacificação junto com o Tenente Rabello, isto é, desde o início dos trabalhos do SPI no acampamento do Rio dos Patos, antes de sua suspensão pelo ministro da guerra.

Nos relatos de Horta Barbosa, ele procurou enfatizar, em diversas passagens, a participação de José Cândido Teixeira, citando-o diversas vezes. Bandeira de Mello não foi mencionado, apesar de ser o “encarregado” que dirigia o grupo de atração do SPI no Ribeirão dos Patos. José Cândido Teixeira era “auxiliar” ou o capataz que, juntamente com outros, auxiliavam na execução dos trabalhos.

Segundo Anna Izabel B. de Mello, o inspetor tinha uma personalidade burocrática, autoritária e agressiva. Segundo ela, Horta Barbosa cometeu várias injustiças em relação à sua família. Talvez tenha ocultado o nome de seu pai de propósito quando descreveu a pacificação dos Kaingang paulistas, e de sua mãe, quando descreveu as aulas de corte e costura e de alfabetização que foram as primeiras experiências do SPILTN nesse sentido. As contradições do inspetor Barbosa e as afirmações de Anna Izabel nos levaram a investigar a existência de registro de terra que provasse ou não o envolvimento do SPILTN e as alianças com grileiros desde o início.

A partir das informações acima, foi iniciado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Comarca de Assis e depois no Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru a busca de provas que pudessem confirmar as afirmações e suposições com respeito ao envolvimento de alguns nomes do SPI. O primeiro nome que apareceu nessas pesquisas foi o de José Cândido Teixeira que estava recebendo, por compra, 55 alqueires (segundo os cartorários acima, 20 alqueires já é considerada uma fazenda expressiva) de Luis de Toledo Piza.

Nas “condições do contrato” lavrado na escritura está escrito “que as terras são livres de divisão judicial”, significando que “se alguém entrar com ação de

²⁹⁰ Sobre José Candido Teixeira ver **Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru**. Certificado de venda de terras pelo casal Dr. Luis de Toledo Pisa e Almeida e de dona Julia Failles de Toledo Pisa a José Candido Teixeira, em 15 de setembro de 1916, lavrado por Marcia H. F. V. Pazotti, 13/03/1998; Entrevistas com **Anna Izabel Bandeira de Mello**, na residência da entrevistada, 24/4/97 e 22/5/97, São Paulo.

‘usucapião’ ela perderia porque não pode entrar como processo porque a terra não pode ser dividida”²⁹¹. O senador Toledo Piza, o Cel Bento da Cruz, Cel Francisco Sanches de Figueiredo e parentes venderam muita terra dos Kaingang.

Horta Barbosa solicitou de seus superiores no Rio de Janeiro, verba para pagar serviços oferecidos aos indígenas de Araribá: aulas de corte e costura e aulas de alfabetização. Fez grandes elogios sobre o desenvolvimento desse trabalho no Posto (PI), que engrandecia “sua” administração, porém, apesar de ter detalhado o processo, não mencionou a professora tampouco as suas condições de trabalho. Figura fundamental no relato, Ana Küchller, esposa de Bandeira de Mello, que o acompanhara na transferência para o Araribá. Desenvolvia esse trabalho por sua própria iniciativa sem auxílio do Serviço. A máquina de costura utilizada era sua particular, recebida de seus pais como presente de casamento. Segundo Anna Izabel, sua mãe nunca recebeu nenhum salário do SPI.

O exposto acima pode demonstrar duas questões: a primeira que havia desentendimentos entre o encarregado e a inspetoria; a segunda que o SPI era uma instituição desaparelhada para exercer suas funções, impondo aos seus funcionários uma situação de improvisação e de utilização de suas posses particulares na execução dos planos de trabalho.

No ofício, Horta Barbosa prestou contas de dinheiro gasto com o trabalho de pacificação dos indígenas do Araribá e fez afirmações que foram contestadas pela senhora Anna Izabel Bandeira de Mello. Tal documento provocou nela grande revolta e indignação. Ele afirmou ter gasto 4\$000 com a professora que ensinava ler, escrever e corte e costura; 250.000 réis em material escolar e 20\$000 para comprar quatro máquinas de costura²⁹². Segundo a informante, “é tudo mentira”. Nesta época, 28 de agosto de 1915, o seu pai era o responsável pelo Araribá, devido à transferência da “Vila Kaingang” mencionada anteriormente. Sua mãe, disposta a ajudar o marido no trabalho de pacificação, havia ensinado os Kaingang da “Vila Kaingang” a usar roupas de algodão feitas por ela com sua própria máquina de costurar. Sua mãe ensinara muitos outros hábitos da cultura dos civilizados para os índios e as índias na “Vila Kaingang” e no Araribá, como por exemplo, utilizar e construir fornos a lenha, fazer pães, bolos, etc. Quando transferida para a povoação indígena do Araribá, ela

²⁹¹ Informação prestada pelo Sr. Sigmar do Cartório de Registro de Imóveis de Assis.

empenhara-se em ensinar os índios a ler e escrever e também a fazer suas próprias roupas. Mas, ela nunca recebeu um centavo por esse trabalho. Era tudo parte do trabalho do marido que, aliás ficava até quatro meses sem receber o salário. Nesse tempo, o casal mantinha-se com o que os pais de Anita, que moravam no Paraná, e o tio de Bandeira, residente no Rio de Janeiro, enviavam para eles²⁹³.

Em 28 de agosto de 1915, Horta Barbosa, inspetor do SPILTN, escreve dirigindo-se ao Diretor do SPILTN:

*“Escola, propriamente dita, a Inspectoria não possui nenhuma, porque a nomeação de professores depende do Snr. Ministro da Agricultura, que nunca se pronunciou a tal respeito. Mas, para atenuar quanto possível os inconvenientes desta lacuna, a Inspectoria criou, uma aula de leitura, escripta e rudimentos de aritimetica, na Povoação Indigena do Araribá. A regencia dessa aula está confiada a uma senhora, que tambem se encarrega de ensinar as indias a costurarem, com machina e a mão.”*²⁹⁴

O inspetor não mencionou quem era a tal “senhora”. Mas, a transferência de Bandeira de Mello e as datas e referências dos documentos e as indicações apontadas por Anna Izabel confirmam que era Anita Kuchller Bandeira de Mello que assumia essas funções.

Para Anna Izabel Bandeira de Mello, o fato é que o inspetor tentava ocultar os méritos de Bandeira de Mello e de Ana Kuchller no caso dos Kaingang, bem como o fato de José Cândido Teixeira ter se apropriado de terras indígenas. Quais os motivos que o levaram a isso? Talvez fosse decorrência da negativa de Bandeira em tomar parte na divisão dos terras dos Kaingang após a “pacificação desestabilizando as alianças entre o Estado e os fazendeiros locais? Havia nesse caso, as alianças entre famílias também. Para a residência de Ana Kuchller, no Araribá desde 1915, ia a família de Horta Barbosa passar as férias escolares. A esposa do inspetor, Dona Nenê, sempre estava cansada e doente e passava as férias acamada. A história dos “civilizados” que trabalharam no SPI é ainda uma incógnita.

²⁹² As unidades monetárias estão desta forma registradas no documento. Cf. Ofício no 86 do Inspetor Horta Barbosa, Inspectoria de São Paulo, Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 28/08/1915

²⁹³ Entrevistas com Anna Izabel Bandeira de Mello, na residência da entrevistada, 24/4/97 e 22/5/97, na cidade de São Paulo.

Desta forma, verifica-se que o SPI apresenta-se não apenas desaparelhado, como também com funcionários e verbas insuficientes antes mesmo da crise de 1930. O seu vínculo ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio não lhe garante o suficiente para realizar os planos descritos no Regulamento.

Segundo Anna Izabel, filha de Bandeira de Mello, o gramofone tão utilmente utilizado na pacificação (e indicado nas “Normas para atração e pacificação” de Dorval de Magalhães) e a máquina de costura da marca Singer, utilizada na confecção de roupas para os indígenas, eram parte da herança que sua mãe havia trazido para a família quando se casou com Manuel Sylvino Bandeira de Mello. Ambos foram trazidos da Alemanha pelos pais de Anna Küchler, no final do século 19.

Anna Izabel conta que os documentos que seu pai guardava sobre a pacificação e o trabalho com os indígenas no Oeste paulista foram roubados pelo exército. Estavam todos num baú de madeira: relatórios, cartas e fotografias de campo. O baú foi roubado de sua casa no Alto de Santana, em 1932, por um grupo de soldados do exército, exatamente no horário em que Bandeira não estava em casa. Teria o SPI ligações com o desaparecimento do baú? Segundo Anna Izabel, o conteúdo do baú era composto “apenas de lembranças emocionais colecionadas nos acampamentos indígenas nos quais Bandeira de Mello havia trabalhado, principalmente em Vanuïre, de onde havia inúmeras fotos, cartas, relatórios, etc.”²⁹⁵

Enquanto o SPI fazia amigavelmente os contatos com os indígenas, o senador Lélío Piza (94.000 alqueires) e o Cel Manuel Bento Cruz (30.000 alqueires), de posse de um mapa da região estendido sobre a mesa, negociavam as terras dentro de escritórios na recém criada cidade de Penápolis, liberando a disparada dos preços e a constituição do latifúndio que já era de sua propriedade antes mesmo de os Kaingang serem transferidos para Vanuïre.

Estava, assim, “resolvido” o conflito entre Kaingang e civilizados que havia se intensificado desde 1886. A sofisticação da violência representada pela intermediação do Estado com o SPI eliminava os antigos personagens “bugreiro” e “Kaingang” e engendrava o indigenista especializado e o seu objeto: o índio. Graças à estratégia do

²⁹⁴ Ofício no 86 do Inspetor Horta Barbosa, Inspectoria de São Paulo, Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 28/08/1915

²⁹⁵ Entrevista **Anna Izabel Bandeira de Mello**, residência da entrevistada, 24/4/97 e 22/5/97, São Paulo.

governo, através do SPI, os Kaingang, de certa forma, perderam a guerra com os bugreiros e suas terras foram loteadas.

Ao analisar a colonização e os massacres de indígenas na região de Bauru, o historiador Tidei Lima comenta:

“Também os proprietários e comerciantes de terras ansiavam por uma intervenção imediata do Governo. As terras que os Caingangues teimavam em defender já estavam sendo negociadas ou renegociadas. O senador Luiz de Toledo Piza - representante político da região - adquiriu, em 1910, 94.000 alqueires de terras no vale do Feio-Aguapeí, o que representa quase ¼ de toda a bacia. O Cel Manoel Bento da Cruz, futuro vereador e prefeito em Bauru, proprietário de 30.000 alqueires na área, tinha pretensões de comercializar parte dessas terras e ensaiava um grande empreendimento colonizador. Estabelecera-se desde 1906, fundando, com os frades capuchinhos, o patrimônio de Santa Cruz de Avandava (futura Penápolis). Para apressar a valorização das terras, aí construiu, às suas próprias expensas, a estação da Noroeste, além de diligenciar por uma rápida elevação do patrimônio à categoria de distrito (o que aconteceu em 1909) e iniciar, em 1910, uma árdua luta para a sua emancipação como município. (...) ‘o desbravamento e o desdobramento do latifúndio dependiam agora da pacificação dos Caingangues’.”²⁹⁶

Esta área era de grande interesse dos produtores de café. A fertilidade dos solos, suas riquezas naturais e o interesse econômico internacional no café atraíam agentes capitalistas (derrubadores de matas, demarcadores de terras, bugreiros, plantadores de café, abridores e construtores de estradas e de vilas). Cel Bento Cruz foi descrito por Carvalho como morador de Rio Preto e Penápolis e agora confirmamos sua presença também em Bauru. O grileiro caminhava com a penetração dos fazendeiros nas terras dos Kaingang.

²⁹⁶ TIDEI LIMA, João Francisco. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação de mestrado em Ciências Humanas da USP, 1978, citando SANTOS, Corcino Medeiros. “Arrolamento de fontes históricas de Tupã. **Anais do VI Simpósio Nacional do Professor Universitário de História**, v.3, São Paulo, 1973, p.690 ; MARTINS, Orentirio p. 39,59,68 e 85 e CARVALHO, José R. Sá de. “O desbravamento dos sertões de Araçatuba” **Revista do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.44, p.303, 1948 ; Vêr também **Serviço de Proteção aos Índios**. Relatório do inspetor do SPI em São Paulo e Sul de Mato Grosso, Cel Nicolau B. Horta Barbosa que substituiu no posto o seu irmão falecido Cel Luís Bueno H. Barbosa em documento datado de abril de 1940 e que encontra-se no Museu do Índio, Rio de Janeiro, Filme 016, 12pp.

*"As áreas propícias à agricultura são avidamente conquistadas. Elas se caracterizam pela formação geológica predominantemente basáltica de coloração vermelho amarronzado (a terra roxa). Nessas áreas vão se estruturar potências regionais ..."*²⁹⁷

José Cândido Teixeira, auxiliar e “braço direito” de Bandeira de Mello, havia participado da “pacificação” e, portanto, era conhecido pelos indígenas como integrando o grupo dos “bons civilizados”. Funcionário regularmente contratado pelo SPILT, possibilitou o acesso da Companhia colonizadora às áreas ainda ocupadas pelos Kaingang. Acompanhou os medidores e demarcadores de terras da Companhia Toledo Piza & Irmãos propriedade do senador Toledo Piza, que negociou grande parte das terras Kaingang (94.000 alqueires). José Cândido Teixeira, faz a ligação entre a corretagem das terras indígenas legalizando o esbulho naquele momento. Seu papel de intermediador garantiu o sucesso dessa operação estratégica.

No cartório de registro de imóveis de Bauru, dentre os compradores das terras Kaingang através do “senador da república” encontrei, sem surpresa, pois já havia sido advertida pela filha de Bandeira, em entrevista, a posse de terras no nome de José Cândido Teixeira. O conhecimento que ele tinha dos índios e da região, adquirido pela intermediação na pacificação dos Kaingang, lhe garantiu um lugar de destaque na turma de demarcação e medição de terras para colonização. Ele foi designado como “experiente mateiro” e teve, registrado em seu nome, um lote de 55 alqueires.

Em 1917, o lote de Vanuíre foi doado aos indígenas pela Companhia Lélito Piza & Irmãos “por escritura pública lavrada em São Paulo e registrada em Baurú”. Nesta mesma época, a Companhia vendeu parte das terras vizinhas de Vanuíre ao italiano Domingos Zoner e ao funcionário do SPI, José Cândido Teixeira, outra parte, ficando este funcionário vizinho dos Zoner e dos indígenas, terras, ironicamente, “doadas” pela Companhia aos seus próprios donos imemoriais, os Kaingang.

A posse de José Cândido só se tornou conhecida por causa de uma invasão dos Zoner nas terras de Vanuíre, invasão que dura até a atualidade.

Em 2 de maio de 1941, o inspetor do SPI, Cel Nicolau Bueno Horta Barbosa, em “nota informativa”, referente ao problema que os italianos Zoner criavam para o Posto e também para a inspetoria ao invadir as terras indígenas, registra depoimentos

²⁹⁷PINHEIRO, **Op. Cit.** p. 89.

de José Cândido Teixeira a fim de confirmar as linhas divisórias das propriedades e faz a seguinte nota, quase de passagem:

*“Tem-se repugnancia de citar qualquer palavra de José Cândido Teixeira em abono do que pretende a Inspetoria na defeza das terras de Vanuíre.”*²⁹⁸

Talvez Teixeira tenha ganho como prêmio os 55 alqueires pois o valor registrado na escritura pode não ter sido pago. Se considerarmos a possibilidade de que o Senador tenha feito à Teixeira proposta semelhante àquela feita para Bandeira de Mello é possível que os 55 alqueires sejam doação.

Enfim, esse funcionário tinha também seu nome vinculado àqueles que se apropriaram de terras liberadas pela pacificação e o Cel Nicolau B. H. Barbosa, irmão de Luís Bueno Horta Barbosa, via-se numa situação de, obrigatoriamente, manifestar sua repugnância “publicamente”, mesmo que limitada a três linhas.

Nos documentos analisados, observa-se que o inspetor Cel Nicolau B. H. Barbosa não tomou nenhuma providência punitiva em relação ao funcionário. Pelo contrário, o caso nem foi discutido abertamente. Nota-se uma situação de “proteção” entre os membros da Instituição. A censura manifesta é branda e a legitimidade da posse nem é discutida.

Ainda na mesma “nota informativa”, o inspetor descreveu a participação do Serviço na apropriação das terras indígenas:

*A linha norte-sul das estruturas foi a picada aberta quando se fez a divisão judiciaria ou delimitação legal das terras Guaporanga ou Guataporanga, do Senador Toledo Piza, para a qual a Inspetoria de Índios forneceu auxilio e assistencia a fim de evitar conflitos.”*²⁹⁹

O auxílio e a assistência mencionados significou a participação de José Cândido Teixeira na equipe do tal Senador. Para este, o custo pago ao SPI foi então de 55 alqueires, até onde nossas pesquisas revelaram, pois as pistas seguem para o Cartório da cidade de Penápolis, conforme mencionado anteriormente.

²⁹⁸ **Serviço de proteção aos Índios.** “Nota Informativa” (Sobre a questão das terras de Vanuíre invadidas por Domingos Zoner). Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 016 2/5/1941 p. 1.

²⁹⁹ **Serviço de proteção aos Índios.** “Nota Informativa” (Sobre a questão das terras de Vanuíre invadidas por Domingos Zoner). Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 016 2/5/1941 p. 1, (grifos nossos).

Assim, lembramos que o prêmio em terras, fornecido pelo Governo Republicano aos intermediários nas relações com os indígenas tem sua continuidade histórica desde o Governo Provincial. Aqueles que “livrassem” os “terrenos desconhecidos” dos indígenas que os “infestavam” (os Kaingang, Guarani e Otí) levavam vantagens, em terras. No início deste trabalho, foi mencionado o “prêmio” que o Governo Provincial dava, em terras devolutas, àqueles que mais se destacassem nas “batidas”.

A polêmica sobre o traçado da linha divisória norte-sul, fronteira entre o SPI (como possuidor das terras de Vanuíre), os Zoner, que queriam mais terras para si além das já adquiridas, e Teixeira, que estava ali para confirmar as medições, revelou que todos estavam em terras doadas ou vendidas pela Companhia Lélío Toledo Piza & Irmãos. Vê-se que, apesar da grande quantidade de terras que haviam sido liberadas pela “pacificação”, a concentração delas estava em poucas mãos.

A proposta do Senador para resolver o conflito era que o SPI cedesse uma parte aos Zoner, que se retirariam de outra parte. O SPI não era obrigado a remunerar os Zoner por benfeitorias feitas mas acabou remunerando. O SPI acatou todas as sugestões com vantagens para os Zoner. Mesmo assim, estes transparecem arrogantes e ameaçadores. Em sugestão o Cel inspetor escreve:

“A Inspetoria segundo a letra das leis que regulam a materia não reconheceria nenhum direito aos proponentes por benfeitorias assentadas dentro das terras de Vanuíre, as quais legalmente reverterião para a comunidade indígena. Entretanto em atenção a boa amizade que procura manter com os visinhos, acede em pagar aos proponentes sucessores herdeiros de Domingos Zoner a importancia de R\$......pelo seguinte: cercas; moinho, compreendendo casa e máquina”³⁰⁰

Outro vizinho de Vanuíre, do lado Norte também era imigrante europeu. Era o espanhol Pedro Delvale. Segundo informações do SPI era um bom vizinho. Entende-se como bom vizinho:

³⁰⁰ **Serviço de proteção aos Índios.** “Nota Informativa” (Sobre a questão das terras de Vanuíre invadidas por Domingos Zoner). Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 016 2/5/1941 p. 03.

“morador do Saltinho, que nunca nos incomodou ... formou família português de onde saiu a boa família brasileira.”³⁰¹

Os Zoner não se contentavam com as terras já adquiridas e queriam mais. Ter ganho a causa da remuneração das benfeitorias sem ter direitos legais à ela parece ter causado efeitos contrários ao esperado pelo SPI, pois os Zoner queriam agora levar vantagens em todos os negócios com os indígenas, mediados pelo SPI.

Pela documentação, constata-se que antes de 1935 já haviam conflitos registrados entre o SPI e os Zoner. Tudo parece ter começado quando, em 1930, eles fecharam a antiga estrada de acesso a Vanuíre a fim de que o mato cobrisse e apagasse a divisa. Em 1970 vemos que os Zoner acabaram obtendo um tipo de vitória, pois eles ainda aparecem ocupando as terras dos indígenas: como arrendatários. O nome do arrendatário que assina o contrato em 1970 também é Domingos Zoner. Não deve ser o mesmo. Talvez seja um neto. O velho Domingos Zoner faleceu em 1940.

Encontrei em Bauru os contratos de “renovação do arrendamento” de Zoner e também de Mario Rui, em terras do PI da “zona de agricultura”, por prazo de um ano (renovável) e com as divisas demarcadas. O contrato de Zoner, de três páginas, em anexo, permite que se verifique alguns detalhes significativos:

“Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio, 4ª Delegacia Regional. Renovação de Contrato de Arrendamento que entre si fazem a Fundação Nacional do Índio, como arrendador, de um lado, e, de outro, como arrendatário, o Sr. Domingos Zoner. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através de seu Presidente, Gen. Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, tem justo e contratado com o Sr. Domingos Zoner de nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão agricultor, domiciliado no município de Tupã, Estado de São Paulo, arrendar-lhe uma área de terra no PI Vanuíre, situado no município de Tupã, Estado de São Paulo (...)”³⁰²

³⁰¹ **Serviço de Proteção aos Índios.** Carta/Ofício de Cel N.B.H.Barbosa ao Encarregado do PI Vanuíre. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 6/3/41.

³⁰² **Centro de Memória Regional.** Bauru, caixa Funai, 10/9/1970

A área arrendada à Zoner é de 7 alqueires de 24.200 m² cada, demarcadas, pelo tempo de um ano e valor de Cr\$ 1.260,00. Para Mário Rui foram arrendados três alqueires, nas mesmas condições, à Cr\$ 540,00.³⁰³

Note-se que quem assinou os contratos como testemunha foram parentes dos interessados. Não havia a participação de nenhum índio na elaboração do documento.

No caso dos Zoner, através deste contrato de arrendamento, aliás, de renovação do arrendamento, observa-se que nos anos 70 eles ainda ocupavam as terras, disputando-a com os Kaingang, Krenak e outros da Aldeia, agora em acordo com a FUNAI, pois o projeto de arrendamento é dela.

A questão da divisa fornece informação referente ao período da vinda dos primeiros Terena para Vanuíre e Icatú, dando início à atual sociedade multiétnica:

“A cerca (aramado) que do marco do canto dos lotes de Vanuíre e José Cândido desce ao Piram foi concertada pelos terenos creio que em 1930 ou 1939; concertada ou reformada apenas. Para o lado do Cóiói seguia também um pedaço de cerca.”³⁰⁴

Os Zoner são vizinhos de Vanuíre até hoje. Segundo documentação e conversas informais com pessoas da Aldeia, eles criaram muitos problemas para os indígenas. Nota-se que os indígenas evitam falar sobre violência de civilizados que ainda são próximos deles e que lhes causaram ou ainda causam problemas. Eles silenciam, falam pouco sobre o assunto e parecem que temem represálias ou, aguardam que ele seja casualmente punido ou com a “ajuda divina”, pois a “justiça do branco” não defende o índio, afirmam.

Em consequência dos interesses econômicos e comerciais nas terras indígenas, pouco depois da “pacificação”, o Acampamento do Patos foi extinto. Os Kaingang foram forçados a se transferirem para uma área adquirida pelo SPI, denominada Icatú, à margem da estrada de Penápolis em direção ao rio Feio Aguapeí e distante quatro (4) léguas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Realizada em junho de 1916, a mudança acarretou conflitos entre os grupos Kaingang ali acampados e entre eles e o SPI. Em 1917 foi criado outro aldeamento, nove km antes do rio Feio, o qual recebeu o nome de Posto Indígena Vanuíre e

³⁰³ **idem Ibidem**

³⁰⁴ **Serviço de Proteção aos Índios.** Carta/Ofício de Cel N.B.H.Barbosa ao Encarregado do PI Vanuíre. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 6/3/41.

agrupou alguns dos dissidentes, embora a maioria deles tenham retornado às matas³⁰⁵. As terras onde a “Inspetoria” abriu seu segundo aldeamento Kaingang, dando-lhe o nome de Vanuíre, mediam “duzentos e cinquenta alqueires, cada um de vinte e quatro mil e duzentos (24.200) metros quadrado, situadas à margem esquerda do rio Feio. Essa escritura acha-se registrada no livro 3º D. de Transcrição de Imóveis n. 4.104, pag. 199, da Comarca de Baurú”³⁰⁶.

A administração e gerenciamento dos indígenas pelo SPI em Vanuíre, após a transferência, se inicia sobre uma população minguada e abatida que permanecera, durante décadas, reduzida ao número de 25 a 50 pessoas.

A reinterpretação, reorganização e reutilização da terra que havia pertencido aos indígenas, legalizou o esbulho e separou definitivamente o mundo antigo do moderno. Constituiu-se nessas terras a propriedade capitalista e a própria idéia de propriedade, acompanhada do projeto militar de transformação dos indígenas em trabalhadores rurais. No entanto, o próprio processo histórico demonstrou que esse projeto esbarrou num outro: o precário projeto dos indígenas que negava essa incorporação nos seus termos assimilacionistas.

A concentração forçada dos Guarani no Araribá e dos Kaingang em Icatú e Vanuíre, reorganizava o espaço econômico e social no Oeste paulista, quadro este baseado no agrupamento dos povos indígenas, em pequenos territórios, sob a tutela do estado e, economicamente, numa relação latifúndio e minifúndio. A conquista e colonização das terras do Oeste de São Paulo, através das expedições militares e científicas, das máquinas e dos equipamentos técnicos e um imaginário desenvolvimentista, transformaram as condições de relacionamento entre a natureza e o homem, modificando o espaço como um todo. No entanto, mesmo que estimulado pela acumulação de capital agro exportador, através do café, e vinculando-se a uma economia internacional de hegemonia inglesa, o tipo moderno de agro-indústria levaria ainda algum tempo até se constituir em prática capitalista na região.

³⁰⁵ BANDEIRA DE MELLO, D. **Op. Cit.**

³⁰⁶ Ofício/relatório “Exposição do histórico da aquisição das Terras do P.I. de Vanuíre e GRILLO das mesmas ultimamente ferificado”. Do Inspetor em São Paulo e MT Cel Nicolau B. Hórta Barbóza ao Chefe do SPI Cel Vicente de Paulo T. da F. Vasconcélos. **Museu do Índio**, Rio de Janeiro: Filme 016, 12p, abril/1940.

Capítulo 5

OS “ENCARREGADOS” E A ADMINISTRAÇÃO DOS INDÍGENAS

"Assim cai por terra a autoridade dos chefes de família, dos chefes de aldeia, dos líderes tribais. A autoridade cabe agora a quem controla os bens, a vida econômica e mercantil e não a quem comanda na guerra, preside os ritos de passagem ou rege os cerimoniais religiosos ..."

- RIBEIRO, Darcy , *Os índios e a civilização*. 1986

Para garantir segurança às populações de colonos que iam chegando e se apossando das áreas indígenas em torno da Aldeia Kaingang criada pelo SPILT, foi desenvolvido por este órgão um plano para fixar as tribos e transformar os indígenas em trabalhadores rurais, civilizados. Concretamente, isso dependia do esforço e do sucesso dos encarregados dos Postos Indígenas (PI) junto de seus auxiliares, em apagar a antiga sabedoria tribal e impor-se pela introdução de um outro saber baseado na disciplina do trabalho, na utilização de artefatos civilizados como roupas e ferramentas, na derrubada das matas, na criação de gado, na construção de cercas, cercados e casas, na utilização dos derivados do gado como o leite, a carne, o couro, e também outras atividades agrícolas com o fim de subsistência e comércio.

Este capítulo discute a administração de Vanuíre através de seus diferentes encarregados, de forma a delinear as linhas de força do programa do SPI diante das demandas internas na Aldeia e das mudanças de encarregados e as suas correspondentes divergências táticas, os conflitos e concordâncias com a inspetoria e as crises financeiras da instituição.

O Posto de “Vila Kaingang” tinha um belo e exemplar cafezal. Bandeira de Mello promoveu também a criação de animais, mas não se descuidava dos indígenas. Nos seus relatórios era evidente a importância dos indígenas e de seu bem estar, itens que apareciam sempre em primeiro plano para o encarregado.

Vanuíre concentrou-se na lavoura do arroz, do milho, do amendoim e do algodão ao longo de sua história. Mas também destacou-se na criação de animais. Nos leilões, na cidade de Tupã, seus animais receberam prêmios nas categorias bovinos e cavalares. A administração de Érico Sampaio, na função de encarregado de Icatú e, por um período, de Vanuíre também, junto de Cel Nicolau Bueno Horta Barbosa na Inspetoria de São Paulo e Mato Grosso do Sul, enfatizou esse ramo da economia na sua administração. Os “Avisos Mensais” detalhados dos encarregados de Vanuíre e Icatú deixam transparecer essa preferência na alocação dos recursos “auxílio aos índios”³⁰⁷.

Os índios plantavam também. No caso de Vanuíre, deve-se considerar a pobreza do solo que precisava ser tratado. Era desestimulador o alto custo do seu

³⁰⁷ **Serviço de Proteção aos Índios.** “Avisos Mensais”. Década de 1940, principalmente. São relatos feitos mensalmente pelos Encarregados, além das cartas e ofícios personalizados, esses “Avisos” contém uma série de tópicos a serem respondidos ou investigados para dar uma noção do andamento da povoação no plano educacional, de saúde, de movimento demográfico, de “ocorrências”, fatos sociais,

preparo e a ausência de máquinas mantencionadas para fazer uma lavoura concorrencial. Constituíam-se um tipo de economia de natureza subsistente e dependente.

Sob a orientação, disciplina e ordem dos encarregados, eram desenvolvidos diariamente pelos índios os trabalhos que compunham um plano arquitetado para transformar a área numa fazenda modelo. No início, quando da “Vila Kaingang”, os índios participavam desse plano conforme seu desejo. Eles tinham a garantia de poder voltar às matas, caçar, pescar e de preservar os laços e a familiaridade com o ecossistema local e por isso, preservar o próprio ecossistema. Mas, a chegada de agrimensores e medidores alterou os vetores de força. Os índios tinham menos opções e mais doenças: febres, solidão e morte. Ocorria cada vez menos a troca e as festas de confraternização, o *Veingreinyã*, entre os vários grupos Kaingang ainda dispersos e aqueles alojados em torno da casa do encarregado.

Com o passar dos anos e tendo já ocorrido a transferência para Vanuíre, o trabalho disciplinado e marcado pelas transformações na paisagem foi se tornando o objetivo primordial do SPI. Isto se dava em conformidade às idéias e interesses que os grupos dominantes e poderosos política e economicamente veiculavam através do SPILTN. Acreditava-se que através da criação de animais, da transformação das florestas em pastos, do arrendamento e loteamento das terras indígenas e do trabalho, os mesmos rapidamente tornar-se-iam trabalhadores rurais nacionais - conforme o próprio nome dado ao SPI inicialmente sugere: Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Havia, para auxiliar nessa missão, os princípios morais da memória militar disciplinar e ordenadora herdada da Comissão Rondon³⁰⁸. Os indígenas seriam a partir daí tratados “mansa e brandamente” e dessa forma trazidos para o seio da sociedade civil e a ela integrados pela magia da disciplina do trabalho. Separados definitivamente de seu passado “selvagem e ignorante”, os indígenas deixariam de existir e, em seu lugar, um grupo de trabalhadores exemplares surgiria. E, para quem ficariam as terras, as cachoeiras, as lagoas e os peixes? Para os administradores, encarregados, inspetores, seus parentes e também para muitos políticos locais que, depois de terem milhares de alqueires

políticos, criminais e espirituais. Filme 007, Sobre Icatú (SP), Vanuíre (SP), Araribá (SP), Francisco Horta (MS) e Taunay (MS). **Museu do Índio**, Rio de Janeiro, várias datas.

³⁰⁸ Cf. MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. PUC/SP, 1997, Tese doutorado.

registradas em seu nome, num ato de “bondade” para com os indígenas, lhes faziam a doação.

“De fato, em 4 de Junho de 1917, no cartorio do 8º tabelião desta Capital de São Paulo, a Sociedade civil Lelio Piza e Irmãos, representada pelo socio Lelio de Toledo Piza e Almeida, fez passar escritura da venda no livro de notas no 17 fls. 45, à Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, representada pelo respectivo Inspetor em exercicio, de uma sorte de terras de duzentos e cinqüenta alqueires, cada um de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados, situada na margem esquerda do Rio Feio, aliáz Aguapeí (...) Cumpre-me ainda sientificar-vos que a gleba doada, e agora de propriedade da Inspetoria, acha-se medida e demarcada (...)”³⁰⁹

Depois da avalanche de novos proprietários na área, de estradas e indústrias, a paisagem mudou e a cachoeira famosa, que foi a referência das brigas de Bruno Zoner com o SPI, também desapareceu devido ao assoreamento do rio.

No entanto, o que ocorreu e o que ficou na memória são coisas às vezes distintas. Uma outra história, sustentada por uma memória subterrânea, do “tempo da mata”, apesar de sufocada e marginalizada, manteve-se viva. Apesar de guardada, ela irrompeu diversas vezes e de diferentes formas. Através desses “aparecimentos” ficou denunciada a resistência e a integridade das identidades indígenas que não apenas sobreviveram aos primeiros contatos como também orientaram e ainda orientam comportamentos e mentalidades. Mas, ao mesmo tempo, as dificuldades que a memória indígena enfrentou para ocupar um lugar público, romper barreiras, revelou a violência dos governos e da sociedade em relação aos indígenas. Os órgãos do governo utilizaram-se de diferentes formas de violência para “transfigurar” os indígenas; inúmeros funcionários federais comprometeram-se com a corrupção, a ambigüidade na interpretação das leis relacionadas às terras indígenas e a morosidade em resolver questões de base que solucionariam a curto prazo os problemas de auto-suficiência das Aldeias e diminuiriam a miséria e o sofrimento da população indígena. No entanto, estas medidas foram proteladas.

Ao longo do tempo de duração do SPI, as prioridades de fato registradas concerniram à demarcação das fronteiras nacionais externas e internas, à exploração e

utilização das riquezas naturais do solo e subsolo, ao controle dos indígenas e à necessidade de manter o emprego dos funcionários públicos e dos parentes destes funcionários³¹⁰. Apesar disso, os indígenas sobrevivem a todos esses percalços. O fortalecimento dos laços comunitários e a lembrança de histórias que nunca foram escritas permaneceram através das fugas, migrações, alienações e associações políticas. Memórias ressurgem do silêncio e esquecimento aparentes.

Segundo Michael Pollak, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada aguarda os momentos propícios para atuar publicamente.

*“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.”*³¹¹

Esta constitui-se numa interpretação diferente daquela que faz Rondon, os positivistas e seguidores, porta vozes da história e memória oficial, do silêncio indígena. Estes leram no silêncio dos indígenas sua assimilação à civilização e portanto também seu desaparecimento na sociedade nacional homogeneizante.

A década de 1990 e a emergência do movimento de “resgate da cultura e ensino bilingüe” nas Aldeias do Oeste paulista, demonstra que a interpretação do silêncio que faz Pollak é pertinente no caso indígena. Por outro lado, observa-se que a atuação protecionista e assimilacionista da mediação SPI entre índios e civilizados possibilitou e conservou esse tipo de silêncio sobre alguns elementos dessa memória indígena “salvos” ao longo do tempo. O objetivo do SPI era a dissolução dos indígenas na sociedade nacional, se possível, “transfigurados” em trabalhadores rurais conforme veremos claramente na administração de Bandeira de Mello, Érico Sampaio, Mário Farias Serra e Itamar Z. Simões.

³⁰⁹ **Serviço de Proteção aos Índios.** “Exposição do histórico da aquisição das Terras do P.I. de Vanuíre e GRILLO das mesmas ultimamente verificado”. Museu do Índio, Rio de Janeiro, Filme 016, Abril de 1940

³¹⁰ Uma olhada nos quadros de funcionários do SPI e Funai ao longo do tempo verifica-se que não apenas as esposas dos chefes de posto exerciam funções remuneradas, como professoras por exemplo, mas muitos irmãos, filhos, tios e sobrinhos recebiam os cargos dos parentes, adquiridos graças à influência destes. Cf. **Serviço de Proteção aos Índios.** Folhas de Pagamento dos Postos Indígenas de Vanuíre, Icatú, Francisco Horta (MS), Taunay (MS). Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filmes 016, 379 e 380.

A restrição dos gastos, iniciada em 1930, provoca, segundo os relatórios das Inspetorias Regionais do SPI, o recrudescimento dos resultados positivos até então obtidos no contato com os indígenas. Epidemias de gripe e sarampo e a morte em massa que poderiam ter sido melhor controladas com a assistência do SPI dizimavam a maioria dos contactados. Verificando-se os “Avisos Mensais” de Icatu e de Vanuíre, nota-se que a média de população, por décadas, será de 47 pessoas.³¹²

Vanuíre e Icatu pertenciam à Inspetoria Regional número 5 (IR 5) sediada em Campo Grande (MS) à qual também pertenciam outros postos como Araribá (SP) Cochoeirinha (MS) e Francisco Horta (MS). Estimulados pelo SPI e facilitados pela Administração comum, os indígenas movimentavam-se de uma aldeia para outra. Os Terena que hoje são maioria em Icatu e administram a Aldeia e que também estão em Vanuíre, em menor número relativamente, vieram de Cachoeirinha, IR 5, na década de 1930. Pertencentes ao grupo lingüístico e cultural Aruak, os Terena eram então figurados no mundo dos brancos como uma forma de “parentes civilizadores” pois eram comunidades que praticavam uma agricultura mais elaborada e por isso “mais acomodados e menos propensos às andanças”. Andanças que, ao contrário dos Terena, são muito do gosto dos Kaingang e Krenak.

Em Vanuíre, os Terena são em número bem restrito. Dona Antonia Barbosa, esposa do último cacique Kaingang, Sr. Antonio Barbosa, é Terena. Veio de Mato Grosso na década de 50 para ajudar a mãe cozinhando para os catadores de amendoim e depois na casa de Itamar Z. Simões, então chefe do Posto Indígena. Conheceu o Sr. Antonio que era noivo de uma índia Kaingang e resolveram se casar. A mãe de D. Antonia foi contra o casamento, mas do lado do Senhor Antonio os parentes apoiaram e ficaram felizes com o casamento. Seu Antonio já era cacique entre os Kaingang. Informado pela noiva dos ritos a que deveria submeter-se para casar-se com ela, foi até a sua aldeia no Mato Grosso e pediu-a em casamento aos irmãos de sua mãe, que consentiram. Houve uma grande festa. Eles casaram-se em Cachoeirinha. Depois de realizada as cerimônias ela veio embora para Vanuíre com ele³¹³.

³¹¹ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

³¹² Cf. **Serviço de Proteção aos Índios**. “Avisos Mensais”. Museu do Índio. Rio de Janeiro, Filmes 016 e 007, década de 1930 e de 1940.

³¹³ Dona Antonia nunca mais separou-se do cacique, até o dia quando o casal foi à Tupã, junto com o pessoal da Aldeia, para receber o pagamento da mandioca que haviam plantado e vendido para a indústria de farinha “Deusa”, da cidade de Garça, e Seu Antonio foi brutalmente assassinado. No dia em que morreu, ele estava com os bolsos cheios de dinheiro e com um relógio no pulso. Ambos foram roubados e nenhum culpado foi indiciado. O povo da aldeia estava na cidade para fazer compras. No

A chegada de Dona Antonia e de outros Terena que vieram antes dela e hoje estão, na maioria, residindo no Icatú, foi uma estratégia política do próprio SPI que procurava estimular o convívio e o casamento entre as etnias apostando numa influência Terena sobre os Kaingang.

Outros fatores conjunturais propiciavam a multietnicidade em Vanuíre tais como a exploração de minérios em Minas Gerais, terras Krenak, e de madeira no Mato Grosso do Sul, terra dos Terena. Pouco a pouco as explorações econômicas foram tomando consistência e expulsando os índios de suas próprias terras ou segregando-os à menor porção dentro delas. Em consequência, houve um êxodo de populações indígenas pelo Brasil todo. A legislação garantia ao índio o usufruto da terra mas na prática era o “civilizado” que empreendia a sua exploração econômica e colonização. O argumento mais utilizado pelos invasores de terras indígenas era o trabalho, isto é, *se* o índio não explora a terra através do trabalho (trabalho nos moldes capitalistas), *alguém* deveria fazê-lo. O próprio SPI vai desenvolver inúmeros projetos de exploração das riquezas naturais nas áreas indígenas por ele administradas.

A Constituinte de 1933/34, discutindo a regulamentação da exploração dessas riquezas naturais outorga ao Estado a prioridade na exploração ou o direito de designar terceiros para fazê-lo.

Segundo Silva, analisando fala do deputado Siciliano Jr., dentre os problemas levantados estão:

- “1) a exploração econômica das minas e quedas d’água, com a salvaguarda da higiene e salubridade;*
- 2) a questão jurídica dos ‘direitos absolutos’ dos proprietários do solo sobre as respectivas quedas d’água ou minas existentes em suas terras;*
- 3) o tipo de indenização que deve ser estabelecido ao proprietário do solo, no caso das quedas d’água e aos donos*

fim do dia, retornaram para a Aldeia, mas o cacique quis ficar mais um pouco lá. Foi roubado e espancado e faleceu de fratura no crânio. O assassinato se deu na “antiga rodoviária” de Tupã, até hoje, local de encontro dos índios na cidade. Não houve nenhuma testemunha e os culpados nunca foram encontrados. Segundo D. Antonia: *“Tomaram o relógio dele. Os bolsos da calça estavam todos para fora, assim. Aí ... diz que era mais de seis horas, acho que tinha gente que viu ... que eles não quis contar, né? (...) ‘É, foi morte normal’ diz que os médicos falou, né. Aí ele (um civilizado, o genro do morto) falou ‘Não senhor, pode fazer o exame nele’. Aí fez exame ... fez exame ... Aí descobriram que foi o crânio. Separou o crânio.”*

do sub-solo, no caso das minas, na ocasião da outorga de concessões, de exploração pela União a terceiros;

4) a questão da preferência nas concessões de exploração das quedas d'água e mineração, quando o pretendente for a União e, por último, o

5) ponto que considera importantíssimo e que trata da 'nacionalização progressiva' das minas e quedas d'água."³¹⁴

O governo procura regularizar a marcha para o Oeste nos termos da exploração econômica dos territórios e riquezas nacionais sob controle e vigilância da União.

Em relação ao SPI, órgão do governo e que se identifica com ele, o item quarto, “preferência nas concessões de exploração quando o pretendente for a União”, cria condições de vencer as concorrências e justificar-se enquanto explorador preferencial. Além disso, através dele, era possível a “outorga de concessões, de exploração pela União a terceiros” possibilitando privilégios e corrupção.

Desde o ano de 1930, uma crise geral, decorrente de corte de verbas destinadas pelo governo ao SPI, se abateu sobre todos os 13 Postos Indígenas, o Sanatório General Rondon (no Rio Branco) e a Fazenda Nacional de S. Marcos também no Rio Branco - todos estabelecimentos supostamente criados para “proteger e assistir” os indígenas pelo SPI.

No ano de 1930, já com vinte anos de atuação, várias Postos de Atração atuando e uma experiência de contato com os indígenas de importância, o SPI foi obrigado a reduzir sua área de intervenção. A drástica redução da verba destinada aos PIs e à seus funcionários modificou o seu poder de intervenção nos próximos anos seguintes. Para os indígenas, os resultados desta redução foram dramáticos. Muitos Postos foram extintos e os indígenas expostos à violência dos invasores.

Em relatório geral da situação no Brasil, inspirado nos relatórios das inspetorias regionais de 1932, o Diretor Geral do SPI, Mário de Moraes Paiva expõe a situação:

³¹⁴ Cf. SILVA, Zélia L. **A República dos Anos 30. A Sedução do Moderno. (Novos Atores em Cena: Industriais e Trabalhadores na Constituinte de 1933-1934)**. Londrina: Ed. da UEL, 1999 (Prelo) p.93.

“O SPI, teve durante o ano de 1932, muito agravada a crise que o afetou desde 1930, resultante da modificação de sua antiga organização, da mudança de parte de seu pessoal e da redução da verba destinada aos seus diversos trabalhos. Essa redução que foi de 60.55% de 1930 para 1931 elevou-se a 63.21%, em 1932, comparando com a daquele ano. Por esse motivo não puderam ser mantidos todos os postos e serviços que vinham sendo desenvolvidos na organização anterior; e, nos que permaneceram pouco se pode fazer além da conservação, nem sempre possível, do que existia, como se verá dos apontamentos enviados...”³¹⁵.

As “modificações de sua antiga organização” a que se refere o documento estão vinculadas às medidas acionadas pelo Governo Provisório em 1930, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual o SPI passou a ser vinculado. Essa passagem, no entanto, reduziu seu raio de ação na medida que foi-lhe conferido uma posição de pouca importância política. O SPI ficava localizado na 4ª Seção do Departamento do Povoamento. Segundo Lima,

*“(...) o Serviço se inseriria junto às tarefas de imigração, localização de trabalhadores nacionais – ou de gestão dos sem-trabalho (...) -, colonização de modo mais geral, registro e controle de terras públicas, todas elas encontrando no antigo MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) seu local de origem.
(...) um exame mais adequado das tarefas do Ministério (MTIC) e do próprio sentido do Departamento do Povoamento em seu contexto, faz ver que os mesmos serviços oriundos do MAIC ganhariam, em seu novo nicho institucional, outros significados e funções.”³¹⁶*

Nas novas condições, o Ministério ao qual vincula-se o SPI, vai limitar e controlar a imigração, promover a regularização do trabalho no campo, recensear os desempregados e criar as inspetorias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que representaria o Ministério nos assuntos regionais. O SPI, portanto, ficava relegado a segundo plano.

Segundo Lima,

³¹⁵ **Serviço de Proteção aos Índios.** Redução de verba. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 00000231-249, 23/8/1932.

³¹⁶ Cf. LIMA, Antonio C. de Souza. **Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 254-255 (grifos do autor)

“A capacidade de ação do Serviço declinaria, significativamente ao longo do ano de 1931, com a perda da autonomia funcional, configurada na posição na hierarquia burocrática como seção de um departamento e não mais Serviço independente. Isto era tão mais grave quanto maior era a escassez de receitas, característica do MTIC.”³¹⁷

Como consequência da crise dos anos 1930 a 1934, foram perdidos canaviais e várias outras plantações e criações que estavam sendo desenvolvidas pelo SPI. Houve grande mortandade de indígenas e falta de medicamentos.

Através de relatório telegrafado, o Diretor Mário de Moraes Paiva, descreve a situação dos indígenas:

“exodo total de famílias indígenas com cerca de cinquenta pessoas já sedentadas pt buscavam evitar assim novos obtos mediante regresso floresta imensa comunica Sul Baía com Norte Minas (...)”³¹⁸

O SPI era a frente de abertura da floresta virgem para colonização. Abria estradas e fundava povoações indígenas, procurando reorganiza-las sob uma disciplina vigiada e já não tão direcionada para o trabalho. Em 1933, o interesse do governo no SPI condizia a sua função de “guarda das fronteiras”.

Ao longo dos quatro anos nos quais o SPI permanecerá sob o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, José Bezerra Cavalcanti, diretor interino e chefe de seção, através de documentos que estudam a “abrangência, estrutura, eficácia e opositores” do SPI articula as mudanças que se dariam na instituição. Um novo papel estava sendo definido para o indígena que manteria o SPI, em vias de extinção: vigilante de fronteiras. Os indígenas estariam sujeitos à incorporação e à assistência, pedagógica, inclusive. As chefias itinerantes tornar-se-iam Postos de Atração e vigilância regulares. A exploração das florestas, dos campos e outras riquezas naturais careciam de controle e vigilância. Com a criação da Aeronáutica, na década de 1940, esta função vai ser reforçada.

No imaginário indígena, o dono da floresta era quem vivia nela: animais e homens. O desconhecimento da língua, da organização e do funcionamento da sociedade civilizada e, portanto, a dificuldade em mover-se juridicamente no seu

³¹⁷ LIMA, Antonio C de S. **Op. Cit.** p.258, (Grifos do autor).

³¹⁸ **Serviço de Proteção aos Índios**. Redução de verba. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 00000231-249, 23/8/1932.

contexto, legitimava a tutela do SPI sobre os indígenas. Defesa judicial que exigisse a reintegração de posse de terras indígenas era impensável. Os indígenas, na verdade, não tinham familiaridade com o tipo de posse instaurado pelos “civilizados” dentro de seu próprio território, e a falta de familiaridade e confiança nas leis do branco dificultava a luta num tribunal.

A crise de trinta foi o início de uma sequência de perda de poder pelo SPI até 1934, quando, após reiteradas articulações de seu Diretor José Bezerra Cavalcanti, ficou subordinado ao Ministério da Guerra.

Segundo Lima, esta passagem deveu-se, em parte, ao papel articulador dos inspetores:

*“A necessidade de controle territorial – sobretudo no tocante aos limites internacionais do país – e o papel articulador exercido pelos inspetores do Serviço, com ênfase para a natureza militar de sua atuação, seriam temas das diversas avaliações de Cavalcanti durante o período de permanência no MTIC (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), funcionando como parte dos argumentos para sua transferência para o MG (Ministério da Guerra).”*³¹⁹

Em 1931, bastante reduzido pela diminuição das verbas e, portanto, de sua operacionalidade, o SPI mantinha apenas em torno de 15 a 19 dos Postos Indígenas que haviam chegado ao número de 67 anteriormente³²⁰.

Pelo Decreto no 24.700, de 12 de julho de 1934, ascenderia à condição de Departamento subordinado à Inspeção Especial de Fronteira dentro do Ministério da Guerra (MG).

Segundo análise de Lima, as mudanças nas Forças Armadas na década de 1930 são tão significativas para entender o SPI e o “governo dos índios” quanto considerar o fato de Rondon ter sido especialista em engenharia militar, portador de conhecimentos relativos à topografia do território e ao aparelhamento do Exército. Essas características possibilitaram a ascensão dos militares ao centro de decisão do Estado e facilitaram a execução dos planos de hegemonia nacional, delineando o perfil militar da sociedade brasileira.

“O período de transição do SPI para o Ministério da Guerra (1934-36) e seu lugar no organograma do Exército podem ser

³¹⁹ Cf. LIMA, Antonio C. de S. **Op. Cit.** p.257.

³²⁰ **Idem Ibidem** p. 256.

considerados parte da conjuntura que projetaria os militares no centro decisório dos poderes estatizados. Naquela quadra os fracionamentos internos ao Exército, freqüentemente denegados na literatura em torno da ação dos tenentes, viriam à tona e seriam superados no processo de formulação e implementação de um projeto hegemônico que se consolidaria com o golpe de 1937 e a derrota do levante integralista de 1938.”³²¹

Nas unidades administradas pelas Inspetorias regionais, segundo telegrama, a crise se revelava de forma dramática e dispendiosa:

“Perdido assim, enorme esforço de atração realizada com despesa centenas contos vg acrescida ressentimentos indios sempre desconfiados antigas traições (...) indios declaravam não hostilizar turma devido reconhecer amizade pessoal nossos homens porém falta lealdade mandantes destes.”³²²

Os indígenas que haviam se concentrado em terras do SPI, porque este órgão havia representado uma espécie de trégua em relação à guerra com os invasores, voltaram para as matas. Entretanto, as terras indígenas não haviam ainda sido demarcadas, segundo o SPI, devido aos problemas financeiros de 1930. Sem a demarcação das terras dentro dos complexos territoriais invadidos os indígenas ficavam expostos aos conquistadores, os “novos donos”. Esses “novos donos” mantinham vínculos com os poderes locais: polícia, delegados e políticos que favoreciam a corrupção e o extermínio.

Conforme telegrama:

“Demora na demarcação e doação prolonga difícil conjuntura já (...) vg invação continua terrenos já beneficiados com verba Tezouro vg por aventureiros até mesmo mandatários influencias locais municipios vizinhos.”³²³

Torna-se comum, nos relatórios, a necessidade de prestar informação sobre se ‘foram mantidos’ ou não as povoações indígenas. Este fato demonstra que estava

³²¹ F. LIMA, Antonio C. de S. **Um grande cerco de paz**. Petrópolis: Vozes, 1995 p.269

³²² **Serviço de Proteção aos Índios**. Redução de verba. Museu do Indio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 00000231-249, 23/8/1932.

³²³ **Serviço de Proteção aos Índios**. Redução de verba. Museu do Indio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 00000231-249, 23/8/1932.

sendo freqüente a extinção de PIs nessa conjuntura. Referente a São Paulo observa-se a seguinte análise:

“situação muito precária (...) Foram mantidas a povoação Indígena do Araria, que, como todas as outras apesar dessa classificação nunca teve, por economia, o pessoal do seu quadro regulamentar”³²⁴

Em relação aos Estados do Sul, Paraná e Santa Catarina, vê-se que a invasão de terras por políticos e poderosos locais foi denunciada claramente, como foi visto também para a região dos Krenak no Norte de Minas e dos Kaingang no Oeste paulista.

“há ... urgente necessidade de salvar terras secularmente pertencentes aos índios e que estão sendo apossadas por pessoas poderosas.”³²⁵

Terras indígenas versus pessoas poderosas - a questão da terra aparece frequentemente nos relatórios.

Em Mato Grosso, os trabalhos de lavoura, construção e manutenção de estradas, sob a direção do SPI, estavam paralisados. Havia sido perdidos 120 Km de estradas e isso era grande preocupação da diretoria do Serviço.

O SPI era uma iniciativa do governo inédita no setor, não apenas no Brasil mas na América Latina como um todo, mas tornou-se apenas uma “fachada” de auxílio aos índios, uma representação simbólica. As consequências foram desastrosas para os indígenas: mortes, miséria, prostituição e epidemias. No SPI, acelerou-se a corrupção, roubo, negociação de influências, descaso das autoridades policiais ou mesmo o seu comprometimento com os furtos, invasões e com os fazendeiros locais:

“Não podendo manter-se com pequenos recursos que Inspetoria podia dar da minguada dotação orçamentaria 1932 vg foi extinto Utiaity pt Índios ali nucleados vg maioria mocinha vh todas prostituíram-se a falta quem delas tomasse conta como vinha fazendo Serviço Índios pt Dos homens

³²⁴ **Idem Ibidem.**

³²⁵ **Idem Ibidem** (grifos nossos).

conseguimos recolher cinco ao Posto Fraternidade Indígena o restante voltou a vida primitiva das selvas pt”³²⁶

Agentes do governo saqueavam Postos Indígenas protegidos pelo descaso da polícia e dos delegados nos casos que se referiam aos índios e pela falta de funcionários “honestos” do SPI, naquela conjuntura:

*“Durante periodo ultima revolução um grupo chefiado por individuo conhecido por João Revoltoso que andava a serviço Governo requisitou verbalmente e a mão armada do Encarregado Perigara dez cavalos vg dez arreios completos vg uma vaca vg um capote vg um chapéu Cuyabano e um par de botinas pt Os cavalos soltos para descanso voltaram todos campos do Posto pt Do restante Encarregado (...) Levado fato conhecimento polícia até hoje não consta tenha sido tomada menor providencia ...”*³²⁷

Parte das responsabilidades do SPI em relação à “proteção” aos indígenas, tão polemicamente conquistadas das mãos dos religiosos quando de sua criação, passaram, em 1930, para elas novamente:

*“Da ordem do Sr. Ministro transmitto-vos, para os fins de direito, duas copias authenticadas das ‘Instrucções’ para a cessão, a titulo precario, do posto Indigena Santa Isabel, na Ilha do Bananal, Estado de Goyas, à Missão da Conceição do Araguaya (...) Instrucções: (...) i) envidar esforços para que as condições de vida dos servicolos (sic) sejam melhoradas, despertando-lhes a atenção para os meios de modificar a construção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes, officios e os generos de producção agricola e industrial para os quaes revelarem aptidões;”*³²⁸

Percebe-se que esse período marcou a trajetória do SPI e dos indígenas. Logo após o início da crise e a fragilidade do SPI, apareceu o conflito com os Zoner em Vanuïre, e, no “Krenak”, iniciou-se a exploração de mica à qual pode ser atribuída a

³²⁶ **Serviço de Proteção aos Índios.** Redução de verba. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 00000231-249, 23/8/1932.

³²⁷ **Idem Ibidem**

³²⁸ **Serviço de Proteção aos Índios.** Ofício/carta. Transferência de responsabilidade, educação e civilização dos índios. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, 23/8/1932. (grifos nossos)

expulsão dos indígenas da área e sua vinda para Vanuíre, dividindo com os Kaingang as terras da Aldeia³²⁹.

Segundo “relatório/telegrama” enviado ao Diretor Geral do SPI contendo pequenos relatórios das Inspetorias regionais, a redução das verbas acarretou consequências terríveis para a continuidade dos projetos que vinham sendo desenvolvidos pelas inspetorias regionais e os encarregados. Alguns casos foram de proporções irremediáveis.

*“O Serviço de Proteção aos Índios, teve, durante o ano de 1932, muito agravada a crise que o afetou desde 1930, resultante da modificação de sua antiga organização, da mudança de parte de seu pessoal e da redução da verba destinada aos seus diversos trabalhos.”*³³⁰

A redução, segundo o relatório, foi de 60.55% de 1930 para 1931. Em 1932 elevou-se para 63.21%. Segundo relatório:

*“Por esse motivo não puderam ser mantidos todos os postos e serviços que vinham sendo desenvolvidos na organização anterior; e, nos que permaneceram pouco se pode fazer além da conservação (...)”*³³¹

Os argumentos das inspetorias para justificar a solicitação de verbas são alarmantes: famílias indígenas e aldeias inteiras morrendo de doenças e de falta de alimentos e de atendimento médico uma vez que logo após terem sido contactadas, foram infectadas. Os que sobreviveram voltaram para as matas em desespero. Aumentaram os conflitos com os fazendeiros que já estavam se apropriando das matas liberadas.

No sul da Bahia com norte de Minas, em torno de “cinquenta pessoas já sedentadas” retornaram às florestas em consequência da falta de medicamentos e alimentos.

³²⁹ Sobre o caso da exploração de mica nas terras dos Krenak no Vale do Rio Doce Cf. **Serviço de proteção aos Índios**. De Vicente de Paulo Teixeira da F. Vasconcelos Cel Diretor do SPI . Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, fotog. 250, 14/2/1940 ; **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, data confusa ; **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, Filme 381, 12/9/1940

³³⁰ **Serviço de Proteção aos Índios**. “Relatório Geral das Inspetorias - Redução de Verba. Situação difícil de várias povoações indígenas e postos, com a diminuição das verbas - 1932”. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 379, 23/08/1932 .

³³¹ **Idem ibidem**

Segundo “relatório/telegrama”, enviado à Diretoria do SPI no Rio de Janeiro, e, incluído no Relatório Geral,

“Resultou daí vg mesma ocasião minha chegada vg exodo total famílias indígenas com cerca cinqüenta pessoas já sedentadas pt Buscavam evitar assim novos obitos mediante regresso floresta imensa (...) Permanecendo porém no Posto até agora tres adolescentes e duas crianças orfans. Perdido assim enorme esforço atração realizada com despesa centenas de contos vg acrescida resentimento indios sempre desconfiados antigas traições” ³³².

Segundo documento, apesar de não hostilizarem a turma do Posto, eles haviam reclamado da “falta de lealdade dos mandantes do pessoal”. Os índios fugidos foram “amistosamente” perseguidos por até 200 Km nas florestas distantes do Posto Paraguassú. No entanto, observamos que, provavelmente, esses indígenas não costumavam ser perseguidos amigavelmente, já que haviam se protegido, contra a perseguição, colocando estrepes e armadilhas na retaguarda do caminho durante a fuga e abandono do PI falido. O pessoal do SPI retrocedeu e procurou conservar e reparar a lavoura já não abundante como nos anos 30 e limpar a invernada criada em clareiras “abertas dentro floresta outrora impenetrável”. Havia ainda no Posto um moinho de farinha e dois engenhos de moagem de cana, pois os índios apreciavam a rapadura. Segundo documento, os canaviais estavam agora perdidos pela miséria.

A demora na demarcação de terras indígenas também foi lamentada no relatório, acarretando aumento do número de “índios errantes”. Uma das propostas era demarcar terras para eles. Provavelmente aí já se concentravam índios de etnias diferentes, isolados e desterritorializados, sobreviventes de epidemias e invasões:

“Pende ainda solução Interventor nossa proposta divizão terrenos conforme projeto Governo Góes Calmon isto é vg metade para Horto Florestal Natural Bahiano vg metade para concentração indios errantes” ³³³.

As conseqüências em Vanuíre e Icatú, segundo relatório, estavam sendo controladas até que explodiu a revolta paulista de 1932, na qual tomaram parte muitos

³³² Idem ibidem

³³³ Idem Ibidem.

dos funcionários do SPI, inclusive o Cel Nicolau Bueno Horta Barbosa, irmão de Luís Bueno Horta Barbosa e toda a família do encarregado de Vanuíre, Bandeira de Mello.

A questão da terra modificou também o universo cultural e social dos indígenas e, em 1940, a situação estava bastante modificada em relação à “Vila Kaingang”.

Excluindo-se os anos que passou no Araribá, enviado para lá após ter recusado transferir os Kaingang de Vila Kaingang para Icatú e Vanuíre, Bandeira de Mello voltou para viver entre os Kaingang. De Vanuíre seguiu para outros Postos no Sul do Mato Grosso que pertenciam a mesma inspetoria mas logo retornou a Vanuíre. Depois disso, partiu apenas no início do ano de 1942 devido a problemas de saúde. Em 10 de fevereiro de 1942, o Boletim de Criação relativo ao 2º semestre de 1941, através do qual a inspetoria controlava os nascimentos e as mortes dos animais do Posto foi ainda assinado por ele³³⁴. Depois desse documento, os seguintes foram assinados por Érico Sampaio e Mário Farias Serra, encarregados de Vanuíre. Houve outros responsáveis nesse ínterim, mas ficaram pouco tempo no cargo.

Em 18 de fevereiro de 1942, oito dias depois da data do “Boletim de Criação” escrito pelo encarregado de Vanuíre Bandeira de Mello, o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da IR 5, enviou ofício ao encarregado de Icatú, solicitando-lhe que tomasse as providências devidas à continuidade ou não dos trabalhos iniciados por Bandeira de Mello mas que lhe enviasse um outro “Boletim de Criação” com uma nova contagem dos animais e recibo no valor de 13:456\$000. Esse valor foi recebido pelo encarregado Bandeira de Mello, em 5/10/1941, do Banco do Brasil, a fim de construir casas para os índios. Estas já estavam em andamento, constando nos relatórios de Bandeira de Mello trabalhos de carpintaria e retirada de madeira para as construções, quando Bandeira de Mello teve que se afastar do cargo.

Érico Sampaio dirigiu Icatú e Vanuíre até o ano de 1947. As casas foram entregues aos índios por Érico Sampaio, conforme provaram as fotografias que ele enviou para a inspetoria de São Paulo e de outras regionais confirmando o resultado de seu trabalho. Érico Sampaio foi bastante elogiado pelos seus superiores e pares.

Os encarregados eram obrigados a, constantemente, prestar conta de seu trabalho às inspetorias. Segundo Lima, essa foi a forma encontrada pela direção do Serviço a fim de vigiar seus agentes.

³³⁴ “Boletim de Criação relativo ao 2º semestre de 1941”. Ministério da Agricultura, SPI, Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, s/n fot., 10/02/1942.

“Aí estão os sinais de alguns dos problemas sempre enfrentados pelo Serviço: a necessidade de controle dos agentes ligados ao trabalho de ação direta junto aos nativos, e a intensa atividade de divulgação de seus feitos sempre promovida pelo SPI frente a outros aparelhos de poder, com destaque para o valor das fotografias enquanto prova de seus trabalhos.”³³⁵

Em 1941, meses antes de Bandeira deixar o cargo de encarregado em Vanuíre, encontramos documentos provenientes de Vanuíre assinados por Francisco Ibiapina da Fonseca, provavelmente substituindo momentaneamente Bandeira adoentado. O encarregado Ibiapina da Fonseca solicitava do Ministério da Agricultura ao qual o SPI voltara a fazer parte desde 1939, que despachasse através do Inspetor Regional Carlos Olympio Paes, sucessor de Nicolau Bueno Horta Barbosa, 1 moinho de vento, 1 carreta, uma bomba manual, umas cadeiras, armário, mesa e recursos para fechamento com cerca da área do cemitério (40x40 metros) ³³⁶.

Vanuíre tinha, em abril de 1943, uma população muito pequena mas que, segundo o relatório, vinha aumentando satisfatoriamente. Foram mencionadas no relatório a população de “42 almas”, dentre os quais nove homens, onze mulheres, duas “mocinhas”, doze meninos, seis meninas e dois civilizados casados com índia ³³⁷.

No relatório consta a construção de quatro casas para os índios Francisco Paraná, Lactri, Encrri, e Doti.

Foram enviados os negativos fotográficos para que a IR 5 e a direção do SPI a fim de que se divulgasse o trabalho efetuado em Vanuíre.

Também foram construídos 126 metros de cerca em torno da casa sede, para seu “abrigo”, e 156 metros de cerca para proteger 100 pés de laranjas que foram plantados visando a formação de um pomar. Apenas cinco mudas não vingaram e foram substituídas por abacateiros. As 95 restantes cresciam em boas condições.

Outros trabalhos foram efetuados no período. Citando o próprio relatório, foi construída,

³³⁵ LIMA, Antonio C. de S. **Op. Cit.** p.290 (grifos do autor).

³³⁶ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, fotogramas 398 e 399 de 29/9 e 19/10 de 1947.

³³⁷ **Serviço de Proteção aos Índios.** Ofício-Relatório do encarregado à IR 5. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, s/nfot., 1943.

*“uma cozinha de taboas, coberta de telhas, piso de ladrilhos, medindo 4m x 3,5 e 2 de pé direito; um Galpão coberto de capim sapé, medindo 7,5m x 6 2,5 de pé direito; um curral de 30m x 18, com posteação de peroba e enchimento de madeira roliça.”*³³⁸

Outros serviços foram mencionados como dois roçados de 10 alqueires na área de frente à sede e o transporte de madeira, 7.100 tijolos e 6.500 telhas para a construção das casas dos índios. Foram derrubados, com ajuda do pessoal de Icatú, 7 alqueires de mata para o plantio de arroz. Foi preparada roça, com os serviços de queima, descoivamento, semeadura e duas carpas. Na roça foram reservados 4 alqueires aos indígenas:

*“As lavouras particulares dos índios, compõem-se de 4 alq. Onde foram semeados, arroz, milho, abobora, moranga, batata-doce etc.”*³³⁹

A última colheita da lavoura dos índios no ano de 1943, foi de 100 sacas de arroz, 16 carros de milho e abundante quantidade de morangas e abóboras. O arroz do Posto no mesmo período foi de 400 sacas. Durante os trabalhos na roça de arroz foram carneadas duas vacas “velhas e imprestáveis para a produção”. Excluindo-as, o total de gado vacuum então registrado era de 35 reses, ovinos 18, caprinos 14 e dois cavalos de sela.

Foram construídos 1200 metros de cerca de quatro fios. Mas, segundo o encarregado afirma, foi necessário a construção de novos aramados. Pensou-se em plantar trigo mas a prefeitura não forneceu as sementes.³⁴⁰

As atividades acima mencionadas demonstram que a transferência do SPI para o Ministério da Agricultura, através do Decreto – lei n. 1736 de 3/11/1939, orientou suas funções vinculando-as ao cultivo do solo e criação de animais, portanto, ainda fortemente ligadas à gestão dos espaços e a colonização.³⁴¹

³³⁸ **Idem Ibidem.**

³³⁹ **Idem Ibidem.**

³⁴⁰ **Idem Ibidem**

³⁴¹ Pesquisando a atuação do SPI no período de 1940 a 1967, Lima faz a indagação “Mudanças ou permanências?” e continua “O Decreto-lei n. 1736, de 3/11/1939, subordinaria o SPI ao Ministério da Agricultura acentuando ... que o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão de colonização, pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas (Decreto-lei n.1736/1939. Lima, 1992: anexo n.1). Cf. LIMA, **OP. Cit.** p.286.

Segundo diários do chefe de Posto Itamar Z. Simões, referentes aos anos de 1948 a 1953, pode-se ter uma idéia da rotina diária do trabalho na Aldeia Vanuíre no período. De manhã os dias na Aldeia sempre começavam com o serviço de terreiro, limpeza do mesmo e de outras dependências do Posto. Em seguida, conferia-se as necessidades no trato das plantações de milho, feijão, amendoim; transportava-se água; era cortada, arrastada e medida a madeira, feita a troca de fubá no moinho, provido de sal o gado, recolhido o gado, concertada a cerca para o gado não fugir, feitas as queimadas e, ainda, separado o gado para venda, etc. Os índios cuidavam de tudo sob o comando do chefe do posto e dos seus agregados civilizados. Alguns indígenas recebiam salários. Outros, sem remuneração, estavam sob o regime de cumprimento de “pena correcional” e, eram também denominados por “internados”.³⁴²

No item “ocurrencias” do relatório mensal, mencionou-se o conflito de um “auxiliar” do Posto com o fazendeiro Bruno Zoner, filho do antigo invasor das terras de Vanuíre Domingos Zoner.

*“Dia 21 de março, foi o aux. Francisco Barbosa Lima preso pela Policia de Herculanía por ter segundo queixas apresentadas pelo Sr. Bruno Zoner, envadido sua residencia em completo estado de embriaguês, e armado de uma faca, tentou matal-o, sendo evitado tal gesto por pessoas presentes que foram arroladas como testemunhas do fato.”*³⁴³

O auxiliar era índio. A prática de contratar indígenas como auxiliar tornava-se freqüente nos Postos administrados pelo SPI. As testemunhas arroladas eram amigos ou parentes de Zoner. Apesar de não ter sido explicitado esse detalhe no relatório que incriminava o índio. Bruno Zoner, por outro lado, era um fazendeiro problemático e várias vezes foi mencionado nos diários do encarregado Itamar Z. Simões: por reclamar sobre animais das áreas indígenas que invadiam “suas” propriedades ou por ter ele próprio invadido porções de terras pertencentes à Aldeia dos indígenas.

Quando Vanuíre ficou sem encarregado por causa da saída de Bandeira de Mello e da morosidade do SPI em designar outro encarregado, Érico Sampaio,

³⁴² Cf. Itamar Z. SIMÕES. **Diários**. Vanuíre, Arquivo da Aldeia, quatro livros diário manuscritos, 1948, 1949, 1951 e 1953.

³⁴³ **Serviço de Proteção aos Índios**. Ofício-Relatório do Encarregado à IR 5, SPI, Ministério da Agricultura. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, s/nfot.

encarregado do Posto Indígena de Icatú, tomava conta também de Vanuíre, com a ajuda de Messias.

Em 25 de agosto de 1943, Benedito Messias, o responsável por Vanuíre, adoeceu. Ele era “civilizado”, casado com a índia Kaingang Maria Augusta, a Marica, e morava na Aldeia desde 31 de janeiro de 1940 quando então havia recebido permissão do encarregado de Vanuíre e de Icatú para não apenas morar na Aldeia mas também possuir um lote para casa e lavoura³⁴⁴. Por isso, ele já vivia na Aldeia. Estava como substituto do encarregado até que um outro fosse para lá enviado pela inspetoria. No entanto, antes que isso acontecesse, ele adoeceu e o encarregado de Icatú assim procedeu diante do ocorrido:

*“Devido ao precario estado de saúde do Messias que sofre orrivelmente de asma e também a falta de força moral sobre o pessoal, não tive outro jeito senão mandar aguardar ali até a nomeação de um novo Enc., o Maquinista Benedito Junqueira que até hoje tem cumprido fielmente as obrigações, mesmo porque está sob rigorosa fiscalização.”*³⁴⁵

Em 1 de outubro, 36 dias depois, o Cel inspetor escreveu a sua resposta em relação à solicitação de Érico Sampaio para que, na ausência do tal Messias, fosse colocado o maquinista Sr. Benedito Junqueira como encarregado de Vanuíre:

*“De forma alguma poderia concordar com a ida do Sr. Benedito Junqueira em lugar do Messias, aliáz também insuficiente; mas é que aquele tem defeito piór ainda sendo como o lobo entre ovelhas, pelo menos naquele Posto; em outro qualquer poderia remediando como simples feitor de turma vigiado de perto pelo Encarregado conforme devia estar no Icatú. Em Vanuíre onde êle tem a família da mulher ligada aos Zoner, é o mesmo que entregar os índios aos seus inimigos naturais.”*³⁴⁶

³⁴⁴ Cf. Ofício de Benedito Messias solicitando ao inspetor do SPI Cel Nicolau Bueno Hosta Barbosa permissão para morar na Aldeia e terras para casa e lavoura. **Serviço de Proteção ao Índio**. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 016 , 31/01/1940; Documento favorável ao pedido assinado por Bruno Rochel, encarregado do Sub-Posto Indígena de Vanuíre e Érico Sampaio, Encarregado do PI de Icatú. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 016, s/d

³⁴⁵ **Serviço de Proteção aos Índios**. Érico Sampaio a Nicolau B. H. Barbosa. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 25/08/43.

³⁴⁶ **Serviço de Proteção aos Índios**. Nicolau B.H.Barbosa a Érico Sampaio. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 1/10/1943. (grifos nossos)

Desde a saída de Bandeira Vanuíre ficara sem encarregado oficialmente designado para esta função. Aqueles que exerceram esta função estavam submetidos à Érico Sampaio, encarregado de Icatú. Foram nomeadas para a função funcionários provisórios, desqualificados e com interesses, muitas vezes, contrários aos interesses indígenas. A inadequação de Benedito Junqueira foi também justificada para o cargo por outros motivos, além de seu parentesco com o vizinho “invasor” das terras da Aldeia: Domingos Zoner. Segundo o próprio chefe da IR 5, que esteve com o tal Benedito Junqueira, este era inadequado para o cargo pelo seu próprio caráter:

*“Quando o levei para Itatins, gastando nisso tempo e dinheiro ele nos enganou miseravelmente, revelando-se covarde, preguiçoso e tão alheio aos índios quanto um velhaco que aproveita o mel e enxóta a abelha. De certo que a volta dos grileiros ao canto da olaria ou da Lagôa foi devido à ideia de que se achava ao abandono, desde que o Sr. B. Junqueira ficou como caseiro.”*³⁴⁷

O prolongamento e demora para designar encarregado que substituisse Bandeira agravou a situação dos índios, pois, conforme o Código Civil (Lei n. 3725, de 15/01/1919), qualquer civilizado poderia reivindicar o cargo de “protetor” dos índios, ou seu “tutor”, até sua adaptação à sociedade. Apesar desta “tutela orfanológica” ter sido abolida pelo Decreto n. 5.484, de 27/7/1928, a ideia de incapacidade e infantilidade dos indígenas continuava, permitindo a suposição de que ser civilizado bastasse para administrar os indígenas.

A crise financeira e as mudanças políticas, iniciadas em 1930, favoreciam a situação mencionada.

Os problemas relativos a política indigenista, no entanto, já apareciam na década anterior. Em 27 de dezembro de 1922, o diário do Congresso registrou a fala de um deputado do Distrito Federal defendendo a diminuição dos gastos com o SPI. Segundo o deputado, citado por Alípio Bandeira no artigo deste intitulado “Em defesa do Índio”, o SPI gastava demais com os indígenas que, segundo o deputado, deveriam ser deixados aos seus “próprios destinos”.

Transcrevendo a fala do deputado:

³⁴⁷ **Serviço de Proteção aos Índios.** Nicolau B.H. Barbosa a Érico Sampaio. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 1/10/1943 (grifo do autor). As causas da ausência de Bandeira de Melo de Vanuíre após o ano de 1941 foram ligadas a doença. Ele já era viúvo de Ana Küchller e casado novamente com Erotildes Zeferino Bandeira de Mello, professora que conheceu, já viúvo, trabalhando no Mato Grosso.

“(...) Esse serviço conta com verbas tão faustosas que chegam a causar-nos irritação nessa época de verdadeira penúria.

Não tenhamos, por espírito de nacionalismo piégas e incompreensível a velleidade de explicar á nação que é preciso proteger o selvagem porque elle é útil á nossa cultura e necessario ás conveniências nacionaes.

A historia brasileira não apresenta, desde que resolvemos despir os indios das falsas vestes que os poetas lhes hajam emprestado, um exemplo sequer de selvicola que houvesse contribuido para o nosso progresso.

Os anthropologistas nos mostram que povos avessos á civilisação, ao em vez de serem soccorridos pelos poderes publicos, devem ser calculada e friamente deixados aos seus proprios destinos. No entanto, Sr. Presidente (...) vota-se na Camara um orçamento de mais de mil contos para serviços ficticios ...

Parece-me incrível apenas que nenhuma voz verdadeiramente bem intencionada jámais se fizesse ouvir para mostrar ao paiz que esse serviço de protecção aos indios não passa de escandaloso bluff.” ³⁴⁸

Alípio Bandeira, indignado com o pronunciamento do Deputado, defendeu o SPI:

“(...) contesto que seja sumptuaria a verba destinada ao serviço de Protecção aos Indios. Essa verba varia de 900 a 1000 contos e já tem sido de 500 e 600. A deste anno é de 1.060:550\$000.

Quem poderá em bôa fé achar sumptuosidade num serviço que gasta apenas 1065 contos para manter quatro povoações indigenas, 31 postos de protecção com as suas obras de abertura de estradas, e medicamentos, e material de expediente, e todo seu pessoal, necessariamente numeroso?

Que arrojado blasphemador dirá que a nação dá com generosidade, sumptuariamente, dando 1065 contos para proteger uma população de 500 mil almas, que a tanto montam os nossos indios?” ³⁴⁹

Dando continuidade, ele faz um paralelo entre o que o governo gastou com o índio por ano com o que o mesmo gastou com a “etapa” de um soldado na margem do Taquary.

³⁴⁸ Citado por BANDEIRA, Alípio. “Em defesa do índio”. IN: BARBOZA, LBH. **Pelo Índio e pela sua protecção official**. Rio de Janeiro: 1923, p. 65-71.

“Um ligeiro calculo arithmetico logo nos mostra que essa população sai a 2.130 réis per capita e por anno; 246 réis menos do que a etapa (só a etapa) de um soldado aqui na margem do Taquary, onde ella não é grande cousa, tanto assim que os homens desarranchados custam a se accomodar com a comida que por esse preço conseguem!

*Assim, o pobre indio gasta por anno muito menos do que o soldado por dia, pois o soldado além da etapa, tem a roupa, o calçado e o soldo.”*³⁵⁰

Sem questionar o valor apontado acima, sabe-se que havia também os lucros possibilitados pelo tipo de área indígena de que se tratasse e da possibilidade de exploração que a intervenção do SPI significava. O texto de Alípio Bandeira é citado por Luís Bueno Horta Barbosa, junto com o seu próprio, no qual solicita e justifica ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio maior verba para o setor. Horta Barbosa cita uma lista dos “insignes serviços prestados à pacificação de vastas regiões do paiz pela Protecção aos Indios”, do qual reproduzimos uma parte.

*“Pertence a esse numero a intervenção pela qual ficaram definitivamente suprimidos, desde 1911 até hoje, os conflictos que dantes existiam entre Aymorés e uma colonia italiana de S. Matheus, no Estado do Amazonas, à navegação e consequente aproveitamento economico de suas riquezas naturaes, o que era vedado pela tribu guerreira que povoa as suas mattas; a possibilidade que se creou de explorar as mattas de poaya, entre os rios Sepotuba e Paraguay, em Matto Grosso, pela aquietação das correrias guerreiras da tribu dos Barbados, que nellas habita, (...)”*³⁵¹

Além disso, havia os lucros das colheitas que ficavam com os chefes de Posto, ou eram enviados para outros Postos. Algumas áreas ofereciam a exploração de jazidas, madeira ou outros recursos naturais da própria terra. Quando existiam essas possibilidades, os encarregados do Posto, funcionários federais, não deixavam de explorá-las por “pertencerem aos índios”, mas, exploravam-nas justamente por isso. Eles reivindicavam o direito de promoverem a exploração já que eram os legítimos representantes dos indígenas e do governo. E, caso os indígenas estivessem dificultando o andamento do projeto de exploração, eram transferidos da área, muitas

³⁴⁹ **Idem Ibidem**, p.66.

³⁵⁰ **Idem Ibidem**, p.66-67.

³⁵¹ BARBOSA, L.B.H. **Pelo Indio e pela sua protecção official**. Exposição apresentada ao Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: 1923, p.10

vezes como “indisciplinados”, para “correção disciplinar”. Foi o que ocorreu com os Krenak do Vale do Rio Doce quando iniciou-se a exploração de mica e pedras coradas nos seus territórios.

Em 1940, chegou na “colônia correccional de Icatu”, João Umbelino, o primeiro Krenak. A exploração do mineral iniciou-se pouco antes desta data. Após disputa jurídica entre o SPI e um explorador particular pela concessão do direito de exploração, o SPI venceu a disputa e através do encarregado do Posto Guido Marlière implementou a ação econômica e exploratória.

No entanto, não foi uma simples concessão. Sua história, além de indicar interesses econômicos que existiam ligados à expulsão dos indígenas da área, caracteriza procedimentos criados pelo próprio governo a fim de viabilizar tal exploração em terras indígenas, a priori considerada ilegal.

Em 14 de fevereiro de 1940, no norte do Estado de Minas Gerais, iniciou-se um período de conflito entre o SPI e um morador vizinho do Posto “Guido Marlière” (MG), pertencente aos indígenas Krenak, para decidir quem iria explorar 500 hectares, inicialmente, do mineral mica.

O Diretor do SPI, Cel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, tomando para si a defesa do encarregado do Posto Guido Marlière, Sr. Telesforo Martins Fontes, que já havia iniciado a exploração. Ele criticou o Departamento Nacional de Produção Mineral e o seu fiscal, Sr. Alberto Dias, pela interdição das explorações que estavam sendo feitas pelo SPI.

A primeira solicitação que fez o Cel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, diretor do SPI, foi bastante confiante. Na verdade, em tom autoritário e arrogante, ele “ordenou” que o Departamento Nacional de Produção Mineral fornecesse-lhe a autorização, um técnico e a garantia de não haver outros interessados na exploração:

*“(...) ser facultado ao referido encarregado Telesforo Martins Fontes continuar a extrair o referido minerio no territorio do aludido Posto Indígena. (...) que preste ao dito encarregado a assistência tecnica que se fizer necessaria para a mais proveitosa extração do referido minerio; e também, por parte desse Departamento não seja concedida nenhuma autorização de pesquisa desse minerio no mencionado territorio indígena.”*³⁵²

³⁵² Dossiê Jazida de mica. Museu do Indio. Rio de Janeiro: Filme 381, fot 250 14/02/1940.

Depois de um ano, dois meses, quatro dias, e muitas cartas e relatórios trocados entre os interessados na exploração, o SPI e o fazendeiro Júlio Gregório Soares, vizinho das terras Krenak; o Cel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos recebeu o seguinte comunicado:

“Solicito vossas providências no sentido de ser depositada nesta Repartição a importância de 23:730\$000 para pagamento de sêlos relativos a 5 decretos de autorização de pesquisa de mica e pedras coradas em proveito dêsse Serviço, assim como de publicação dos mesmos no Diário Oficial.” ³⁵³

A corrupção aparece já no início do negócio de exploração, pois, os decretos eram em número de cinco, justamente, porque não era legalmente permitida a exploração de jazidas e minérios em área superior a 500 hectares ³⁵⁴. No sentido acima, a exploração deu-se em 2.500 hectares.

Em carta da Divisão de Fomento da Produção Mineral datada de 24/03/1941, pouco antes da autorização oficial, foi assim descrita a exigência de cinco decretos e também registrado o interesse dos vizinhos da área:

“A área em que o requerente pretende realizar a pesquisa em aprêço e está descrita no requerimento 1457 (...) não pode ser objeto de uma só autorização; necessário se torna fracioná-la em partes não superiores a 500 hectares, máximo a que pode atingir cada autorização. - Importa notar que o pedido em aprêço foi protocolado em 7 de outubro do ano próximo passado e que em 23 de dezembro do mesmo ano deu entrada neste Departamento um requerimento do Sr. Júlio Gregório Soares (DGPM 6444-40) pedindo autorização para pesquisar o mesmo minério no mesmo local (...)” ³⁵⁵

A concessão foi dada, em privilégio, ao SPI por estar a instituição vinculada, teoricamente, à proteção dos indígenas locais.

Nota-se, no entanto, que foi a partir desta data que os Krenak foram expulsos de suas terras e esse Posto indígena acabou, na prática, sendo inviabilizado como

³⁵³ **Idem Ibidem**, fotograma n. 261 de 18 de abril de 1941 (grifos nossos)

³⁵⁴“O campo de pesquisa, cuja autorização ora é pedida, ficará adstrita à área máxima de quinhentos (500) hectares, estatuida pelo art. 18 do Código de Minas para os minerios da classe VI” **Idem Ibidem**, fot 254, 1/10/1940.

³⁵⁵ **Idem ibidem**, fot.259.

território indígena. Eles migraram, em diáspora, por todo o Brasil. Foram presos na “Fazenda Guarani”.

Em Icatú, João Umbelino ficara como “internado” por indisciplina. Casou-se com Cotú, índia Kaingang, e tiveram vários filhos, dando início ao convívio entre as duas nações guerreiras que existe até a atualidade na Aldeia de Vanuíre. Segundo seus sobrinhos de Vanuíre e sua filha, que mora em Kopenoti (Avaí/SP), ele foi transferido porque não aceitava ser expulso pelos civilizados das terras dos antepassados.

Em 2 de agosto de 1955, chegaram em Vanuíre, para morar, vindos do Posto Guido Marlière, o Sr. Antonio Jorge e sua esposa e, vindos do Icatú, a Senhora Cotú (Kaingang) e seus três filhos (Kaingang/Krenak). Antonio Jorge e sua esposa tiveram vários filhos e todos estão na Aldeia até hoje. Um deles, Carlos Jorge, é Presidente da Associação Comunitária Índia Vanuíre (ACIV).

No ano de 1959, chegaram mais onze pessoas, de origem Krenak e provenientes do Posto Guido Marlière, terras denominadas por eles de “Krenak”, para residir na Aldeia de Icatú e depois Vanuíre.

Em documento datado de 12 de janeiro de 1959, Nelson Peres Teixeira, Diretor Substituto do SPI, escrevia para a IR 5:

“Deverá chegar ao Pôsto Icatu, 11 índios procedentes de P.I. ‘Engenheiro Mariano de Oliveira’, anteriormente residentes no P.I. “Guido Marlière”. Ditos índios não encontraram condições de vida suficientes neste último pôsto, razão pela qual são enviados ao P.I. “Icatu”. Esta chefia deverá tomar as providências que se fizerem necessárias para que os referidos índios, permaneçam nesta unidade com condições suficientes para fixarem-se.” ³⁵⁶

De Icatú para Vanuíre, o fluxo de pessoas era constante. Os parentes estavam espalhados nas duas localidades. Hoje, os Krenak se concentram no Vanuíre³⁵⁷ e os Terena no Icatú.

³⁵⁶ **Serviço de Proteção aos Índios.** Ministério da Agricultura. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, s/n fot. 12/01/1959.

³⁵⁷ Segundo o Dossiê Jazida de Mica, a área de mica está inteira nas terras do P.I. “Guido Marlière”. Veja-se: “A referida área está inteiramente compreendida nas terras do citado patrimônio indígena, que tem as confrontações seguintes: ao Norte, com Antonio de Souza, Avelino Paulo, João Florencio, Joaquim Florencio e terras devolutas; a Nordêste, com Manuel Almeida Costa, José Furtado e Raimundo Matias; a Êste, com Antonio Aguiar, Sebastião Ferreira e Antonio Alves; a Suêste, com João Noz, Avelino Vaz e Manuel Macedo; ao Sul, com João Daniel, Antonio Felipe e o Rio Doce; a Sudoêste, com o rio Doce; a Oêste, com Manuel Almeida Costa, José Abreu e Adolfo; a Noroêste, com Franciso Felix, Mario José Moira, Sebastião Ribeiro e Manuel Ribeiro”. **Op. Cit.** fotograma 254-255.

Estudando três diários do Chefe do Posto Indígena Vanuíre, Sr. Itamar Z. Simões, escritos nos anos de 1948 e 1949, 1951 e 1953, tem-se a idéia de que se tratava de uma fazenda na qual os índios eram os empregados ou, no caso dos “internados”, um tipo de “escravo”. Os que prestando serviços como cumprimento da “pena correcional”³⁵⁸ não recebiam salários.

Na Aldeia Vanuíre, desde a administração de Érico Sampaio, a economia concentrara-se na criação de gado bovino, agora passava a empregar largamente o trabalho dos indígenas.

Em 1948, 1949, 1951 e 1953 foi registrado nos diários a criação de gado bovino para consumo e, principalmente, para a venda. Boiadas inteiras eram criadas na Aldeia e vendidas pelo SPI. Também criava-se carneiros, porcos e galinhas. Plantava-se milho e algodão. Tanto os animais quanto as plantas necessitavam de cuidados constates dos indígenas e do encarregado: alimentos, vacinas, pulverização do algodão com rodatox, e outros trabalhos diários que eram feitos pelos índios. O dia a dia começava sempre com a limpeza do terreiro e seguia para a troca de fubá, conserto de cerca, retirada de madeira e cuidados com os animais.

Apesar da aparente fartura demonstrada pelas boiadas saudáveis e pelas vendas desses animais, segundo os livros da enfermaria e os relatórios mensais, os casos de anemia e de morte de adultos e, principalmente, de crianças na Aldeia eram freqüentes. Percebe-se uma preocupação muito grande, por parte dos funcionários do Serviço, na transformação da Aldeia em centro de produção e criação voltado para o comércio. Nas “notas” referentes às mortes dos animais do Posto, observa-se um verdadeiro lamento do Chefe. Mais evidente quando comparado com a morte de indígena, apenas registrada. Percebe-se na documentação analisada, como era importante o caráter, os gostos e estilos particulares dos encarregados, aliado às conjunturas políticas econômicas do momento, na direção que seguia a alocação dos recursos da Aldeia e a atenção do administrador. Na administração Bandeira de Mello, verificou-se prioridades ligadas ao bem estar dos indígenas. O encarregado pessoalmente visitava os índios e, caso necessitassem, medicava-os ou levava-os ao hospital de Tupã. Nas suas correspondências foram relatados vários casos que ocorreram no dia a dia dos indígenas. Os nascimentos dos bebês, bem como o seu desenvolvimento, foram descritos com satisfação e mesmo em detalhes. As festas e os

³⁵⁸ Cf. Itamar Z. SIMÕES. **Diários**. Vanuíre, Arquivo da Aldeia, quatro livros diário manuscritos, 1948, 1949, 1951 e 1953

encontros entre os indígenas eram comemorados também pelo chefe do Posto. Os índios foram sempre mencionados, ocupavam a maior parte das cartas, ofícios e relatórios da administração de Bandeira de Mello e eram acompanhados de palavras carinhosas e elogiosas.

Sob a administração de Bandeira de Mello, vigorou a crise da instituição mas, foram plantados pomares, diversificadas árvores frutíferas, hortas, vários animais foram criados e casas construídas.

Em 1943, quando Vanuíre passou para a responsabilidade de Érico Sampaio foram ainda colhidos frutos desta administração através das colheitas de arroz, milho, abóboras, morangas e da construção de casas para os indígenas.

Na administração de Érico Sampaio, período de retomada da prosperidade do SPI, houve plantio de árvores e construção de moradias, algumas delas relativas ao momento de sua administração imediatamente posterior à saída de Bandeira de Mello. Érico Sampaio finalizou trabalhos iniciados pelo seu antecessor. No entanto, as informações que foram mais freqüentemente observadas durante a administração de Érico Sampaio, e que deram um perfil particular à ela, concentravam-se na criação e venda de gado, conservação de pastos e problemas relacionados a este setor da economia da Aldeia³⁵⁹.

Em 25/02/1943, compare-se, por exemplo, como foram comunicados à inspetoria do SPI, pelo encarregado Érico Sampaio, o trágico fim do “Reprodutor Gir” e a, aparentemente rotineira, morte de uma criança. A carta que narra a morte do boi e do garotinho indígena Arlindo inicia da seguinte forma:

“Snr. Cel. Nicolau

Saudações.

*Esta tem por fim especial, vos comunicar, infelizmente e com verdadeiro aborrecimento, a morte do ‘Reprodutor Gir’, ocorrida anteontem, dia 25.*³⁶⁰

³⁵⁹ Cf. **Serviço de Proteção aos Índios**. Manuel Silvino BANDEIRA DE MELLO. Cartas e Ofícios e Relatórios. Museu do Índio. Rio de Janeiro: Filmes 016, 007, anos de 1912 a fev/1942 ; Érico SAMPAIO. Cartas, Ofícios e Relatórios. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filmes 016, 007, 008, anos de 1934 a 1955.

³⁶⁰ **Serviço de Proteção aos Índios**. Érico SAMPAIO. Ofício. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 25/02/1943 (grifos nossos).

O objetivo declarado era comunicar a morte do boi. No entanto, seria através desta correspondência também comunicada, não com tanta ênfase conforme veremos, a morte do menino indígena Arlindo, atacado por meningite.

Continuando, na sua seqüência lógica, Érico Sampaio, expõe, minuciosamente, a evolução do quadro clínico do boi:

“Como o inchaço das pernas e o cansaço aumentassem, chamei novamente, dia 20, o Veterinário, que infelizmente não apareceu devido chover diariamente. A umbigueira segundo os tratados veterinários, é uma espécie de blenorragia; e a meu ver também existe o cancro, porque incha o forro do penis e abre uma ferida em volta do propucio; sendo muito rebelde ao tratamento, tende sempre a aumentar a ponto de fechar completamente o canal, e, o animal ter muita dificuldade de urinar. Mas, no caso do nosso, ainda não havia chegado a esse ponto. Estabelizou a ferida e começou inchar a perna e apareceu um pequeno cansaço.”³⁶¹

Nesse momento, o veterinário, que já havia sido chamado diversas vezes, segundo registro, foi novamente solicitado. Ao diagnosticar o animal, o veterinário constatou alguma melhora e em decorrência concluindo positivamente. Mas, mesmo assim, o boi morreu, causando grandes consternações no encarregado.

“Chegando o Veterinário, depois de bem examiná-lo, disse não haver perigo algum e o inchaço e pouco apetite, que estavam notando, ser falta de movimentação a vontade. Fiquei radiante com a notícia, e mais descansado; porque pesando a responsabilidade, desde que o animal adoeceu não dormia direito. Infelizmente o descanso foi de poucos dias, porque o animal continuou sempre piorando, apesar de todos os nossos esforços até sucumbir.”³⁶²

Os animais de criação na Aldeia, possuíam várias fichas para registro de sua evolução. Aqueles que morressem eram registrados num documento intitulado “termo de morte”. Assim segue a correspondência do encarregado à inspetoria onde, então, já no final da carta ele informou sobre a morte do garoto Arlindo, no mesmo parágrafo onde também falou das casas novas que estavam sendo construídas na Aldeia.

³⁶¹ **Idem Ibidem.**

“Peço-vos informar se devo remeter o termo de morte, para dar baixa no Ministério, ou o senhor concorda, com o produto da nossa colheita de arroz, que espero ser boa, por outro no lugar. Tambem temos outro caso a lastimar, o falecimento do menino Arlindo, filho dos indios Caingangues Languí e Chica, atacado de Menigite. Foi medicado pelo farmaceutico Anaz Machado do Patrimonio São Martinho, visto estar ausente o Dr. Jorge Xavier. Estou preparando as fotografias das casas de Vanuíre e as construções do ano passado de Icatú, e também dos novos bezerros do Plantel.”³⁶³

O parágrafo inicia-se com a questão da morte do boi e termina com a construção das casas. No meio foi inserida pequena nota informando o falecimento da criança.

Nos diários da enfermaria por nós analisados, nos quais foram registrados todos os atendimentos diários do ano de 1974 à 1979³⁶⁴ e nos diários do encarregado Itamar Simões referentes aos anos de 1948, 1949, 1951 e 1953, constatamos que os recém nascidos morriam com muita frequência, muitos deles por anemia.

No final da correspondência, Érico Sampaio fez uma intrigante menção da visita do Benedito Junqueira, parente de Zoner e, segundo pareceres anteriores do SPI, pessoa “inimiga” dos indígenas e não qualificada para encarregar-se da Aldeia. Ele misteriosamente não diz os motivos da tal visita. Mas, ele destaca o nome do B. Junqueira com letras maiúsculas e grifadas, subentendendo-se que o Inspetor Nicolau Bueno Horta Barbosa já deveria saber do assunto e detalhes, provavelmente, tratados pelo visitante. Assim termina a correspondência:

*“BENEDITO JUNQUEIRA: Esteve no Posto de 12 de Junho à 17 de Setembro.
Aguardando vossa resposta, quanto ao termo de morte do touro, peço recomendar-me a Exma. Família.
Do aux. E amigo Érico Sampaio”³⁶⁵*

³⁶² **Serviço de Proteção aos Índios.** Érico SAMPAIO. Ofício. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 25/02/1943.

³⁶³ **Idem Ibidem.**

³⁶⁴ Analisamos cada dia e cada mês nos anos referidos, a fim de montar um quadro, que indicasse as doenças mais comuns registradas entre os indígenas durante os seis anos para os quais encontramos material de pesquisa. Para cada ano foi feito um quadro e seu resultado inserido em um outro quadro anexo à esta pesquisa, e que resume os resultados parciais. Apesar de referir-se à década de 1970, esta pesquisa revela que o problema maior ainda estava concentrado nas doenças relacionadas à gripe, tosse, anemia, diarreia e febre.

³⁶⁵ **Serviço de Proteção aos Índios.** Érico SAMPAIO. Ofício. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 25/02/1943.

Os encarregados posteriores à administração de Érico Sampaio tenderam para o mesmo tipo de sua administração: Mário Ferraz Serra (1943) e Itamar Z. Simões (1948). Este último procurou utilizar mais intensivamente a mão de obra indígena.

Ainda sobre a carta de Sampaio, observe-se que o encarregado cita dois outros assuntos de interesse para compreender como relacionavam os eventos na Aldeia e nas instâncias superiores. As casas que ele ia fotografar foram iniciadas no fim da administração de Bandeira de Mello, mas, conforme mencionamos atrás contribuiriam para a divulgação de seus feitos perante as inspetorias. A questão foi a menção do nome de Benedito Junqueira. Ele era o tal que, segundo constatação do próprio SPI, não poderia ser contratado como encarregado de Vanuíre porque estava comprometido com a família dos Zoner. No entanto, notei também em outros ofícios e cartas a menção de visitas de Benedito Junqueira feitas à Érico Sampaio, sem explicar os motivos ou consequências das mesmas. Pudemos observar a sua incidência em várias cartas e sempre apenas mencionando que ele esteve lá e quanto tempo ficou.

Em 26/02/1943, um dia após a carta anteriormente citada, num ofício do Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa à Érico Sampaio, o Cel reclamou que nos documentos a ele enviados,

*“(...) faltou a assinatura do encarregado Sr. Benedito Junqueira, correspondente ao atestado de não haver o diarista trabalhado mais de 25 dias cada mês”*³⁶⁶

Este ofício e as “consultas” que Benedito Junqueira fazia à Érico Sampaio, em Icatú, demonstram que ele havia se tornado não apenas um dos encarregados de Vanuíre, como também agia em acordo com o encarregado Érico Sampaio e o inspetor Nicolau Bueno Horta Barbosa.

Os projetos e programas do SPI para a Aldeia representavam a administração dos índios, das terras e das florestas dos índios. Sua execução, na maioria das vezes, era do interesse apenas dos administradores.

É importante lembrar que a administração de Érico Sampaio teve sempre o apoio de seus superiores. Nas décadas de 1950 e 1960, ele exerceu a função de inspetor da IR 5.

³⁶⁶ **Serviço de Proteção aos Índios.** Nicolau Bueno Horta BARBOSA. Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, Icatú, 1943 (grifos nossos).

No trabalho cotidiano dos indígenas na Aldeia, acidentes eram registrados com regularidade. Os incêndios, na época da seca, eram acontecimentos comuns, ocorrendo mesmo o falecimento de pessoas ou a perda de animais quando o fogo se alastrava e ficava difícil ou impossível controlá-lo. O Sr. Francisco Paraná faleceu desta maneira, deixando quatro filhos e a esposa Rosa. Ele era Kaingang vindo do Paraná e vivia em Vanuíre. Um de seus filhos, Sr. Antonio, está hoje com, mais ou menos, 48 anos e vive na Aldeia. Ele fala a “língua” e é solteiro. Trabalhando como “bóia-fria” nas fazendas vizinhas, ele ajuda a “prima” (Kaingang igual a ele) Fátima a criar seus quatro filhos. Dizia-se que a índia Rosa, mãe do Tio Jabá, como é chamado o Sr. Antonio, não permitia que seus filhos namorassem “civilizadas” para não perder a “língua”.

A índia Paraná foi com os seus dois filhos apanhar ingá e caiu da árvore quebrando a clavícula e sendo internada em Tupã. Três dias depois estava a cirurgia registrada no diário, ao lado do registro da morte de uma vaca. Oito dias depois morreu o índio Gorducho³⁶⁷.

O mais grave, no entanto, continuava sendo as epidemias e doenças contagiosas. No início do contato foi o sarampo e a gripe, depois de alguns anos, a gripe continuava matando muitos indígenas.

A análise dos livros de registro da enfermaria, mencionados acima, nos quais o encarregado, ou o enfermeiro, registrava todos os atendimentos do dia, bem como a medicação prescrita, nota-se, que depois de 67 anos da “pacificação”, a gripe ainda era o maior inimigo dos indígenas. Foram tratados 1.016 casos em seis anos. Acompanhando a gripe, outros sintomas foram tratados que estavam vinculados a ela: tosse, infecção, dores, febre. Além dessas, a anemia foi observada como uma das doenças que mais causaram a morte das crianças. Também observamos muitos casos de vermes, “vitamina”, micose e diarreia.³⁶⁸

No mês de fevereiro de 1951, foram registrados no diário de Itamar, dezenas de casos de gripe, todos tratados com antigripal e penicilina. Dentre eles: Ludovino, Messias, Osório, Mulata, José, Antonio, Geni, Maura, Mazira, Ena, Isabel, Goiovê, Jesuino, Jandira, Cutú e o próprio encarregado Itamar.

³⁶⁷ Itamar Z. SIMÕES. **Diário**. Vanuíre: Arquivo da Aldeia. 1949.

³⁶⁸ **“Livros diário da enfermaria”**. Vanuíre: Arquivo da Aldeia, 1974 a 1979, 4 volumes.

No mesmo mês em que se constatou um surto de gripe na comunidade, o destaque do relatório mensal feito pelo encarregado era a compra de 80 reses e a morte do touro, Mimoso.

O Sr. Nilo Cutuí foi o funcionário mais mencionado durante os trabalhos realizados nos anos analisados através dos “Diários” e dos “Livros de Conta” de Itamar. Ele destacou-se em todos os serviços realizados na Aldeia: trabalhos de terreiro, com a criação de gado, na cerca, no moinho, nas matas tirando madeira ou construindo casas e ranchos.

O salário pago aos índios era irrisório. Compare-se com o preço da creolina que era de 22,00 a unidade enquanto que a diária paga ao Sr. Nilo era de 25,00. Observe-se ainda que o Sr. Nilo era o mais bem pago dos indígenas registrados no livro de contas do Posto Indígena ³⁶⁹.

Para saber se os trabalhos dos “internados” eram pagos, acompanhei o trajeto de alguns deles e comparei com as folhas de pagamento mensais. Em 5/5/1949 entrou em Vanuíre, transferido de outro Posto, não mencionado³⁷⁰, o índio Euclides:

“Veio transferido para este Posto afim de continuar a cumprir pena correcional o índio Euclides”³⁷¹

Procurou-se investigar se a pena correcional daria direito ao salário. Consultou-se os livros caixa de 1948, 50, 51, nada constando do pagamento a Euclides, apesar de nos diários ele aparecer executando serviços ao lado de Nilo Cutuí. Esse último apareceu nos livros caixa como assalariado.

A fim de comparar preços, veja-se que em fevereiro de 1949 foi pago ao índio Domingo por um dia de trabalho 20,00; a Messias Cardoso por três dias de trabalho 75,00 e a Nilo por cinco dias 125,00. Em 8/1/1953 gastou-se com a menina Áurea, quando levada ao médico, a importância de 271,00. Esse total foi assim distribuído: viagem: 50,00; hotel: 60,00; jardineira: 11,00; hospital: 150,00 ³⁷².

Sobre os arrendamentos de terras da Aldeia, observou-se que em 25 de agosto de 1943, Érico Sampaio, encarregado de Vanuíre e Icatú, solicitou da IR 5 o parecer

³⁶⁹ Cf. Itamar Z. SIMÕES. **Livro de Contas**. Vanuíre, Arquivo da Aldeia, 1949. Não consta a unidade monetária no registro.

³⁷⁰ Segundo os Krenak de Vanuíre, Euclides era Krenak.

³⁷¹ Itamar Z. SIMÕES. **Diário do Chefe do Posto Indígena Vanuíre**. Vanuíre: Arquivo da Aldeia, 1949.

³⁷² **Idem Ibidem.**

sobre o arrendamento de terras na Aldeia. Este assunto é até hoje polêmico porque os arrendatários eram, às vezes, um tipo de grileiro que, não saindo das terras indígenas, procurava-se legalizar a sua situação através do arrendamento que ia se prorrogando por tempo indeterminado. Eles iam ficando, e quando os índios precisavam das terras não podiam tê-las de volta. Quando conseguiam-nas de volta a terra estava desmatada, cansada e empobrecida.

Érico Sampaio argumentava sobre a proposta de arrendamento:

“Já há muito, venho recebendo proposta para arrendamento de terras, mas como eram feitas por japoneses, não levava em consideração, porem agora recebi uma boa proposta de um brasileiro, e tratando-se de pessoa bastante conhecida e séria, resolvi vos escrever. Deseja arrendar uns 8 alqueires de aspezeiro para plantação de algodão, pagando 20% sobre a colheita; ou desfrutar as terras, deixando em pagamento, plantadas de capim.”³⁷³

A resposta do chefe da Inspetoria, sediada em Mato Grosso, veio rápida e clara na forma de negativa:

“Não convem. Provou péssimamente em Araribá. Não sei que no Norte haja esse regime, ai não como transição; devia tratar-se de intrusos que ficaram como arrendatários, quando não se podia botá-los fôra de uma vês. Convem explorar com os mesmos índios e com eles continuar a formação da pastagem, como é de nosso programa.”³⁷⁴

Em 1948, a direção da inspetoria de São Paulo havia mudado. Era agora o Sr. Joaquim Fausto Prado quem assumia essa função e posição hierárquica, que logo seria ocupada por Érico Sampaio, depois dela ter permanecido por quase quarenta anos nas mãos da família Horta Barbosa na pessoa dos irmãos Luís Bueno Horta Barbosa e Nicolau Bueno Horta Barbosa, respectivamente.

Naquele mesmo ano, em ofício do chefe da IR 5, então o Sr. Joaquim Fausto Prado, ao encarregado Érico Sampaio, os arrendamentos já eram uma realidade, apesar de ainda contestados.

³⁷³ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Filme 007, fot s/n, 25 de agosto de 1943.

³⁷⁴ **Idem Ibidem.** Filme 007, 01/10/1943 (grifos nossos)

“1-Anexos ao presente vos transmito os contratos de extração de madeira e arrendamento de pastagens no P.I. Vanuïre, visto que não sei ao certo se no Posto existe cópia dos mesmos. 2.Inclusa também ao presente passo às vossas mãos cópia da circular n. 514, do Sr. Diretor, afim de que possais agir com desembaraço e eficientemente quanto à anulação dos contratos referidos no item 1, do que dareis ciência a esta chefia, tão logo sejam feitas.”³⁷⁵

No ano de 1953, ao mesmo tempo em que animais de civilizados entravam nos pastos alugados de Vanuïre³⁷⁶, Érico Sampaio ascendia na hierarquia do SPI passando a responder pelo cargo de inspetor na Inspetoria Regional número 5 (IR 5).

Os pastos alugados haviam sido preparados em administrações anteriores, como pode-se notar pela correspondência de Cel Nicolau B. H. Barbosa a Érico Sampaio de dez anos atrás.

“Si pudermos estender o campo de jaraguá até o Goiói e fazer mais algumas cercas, dito Posto muito poderá servir ao de Icatú como dependencia para criação de gado.”³⁷⁷

A pressão exercida sobre os indígenas, as exigências de trabalho árduo e constante tornara-se intensa. Como já foi mencionado, os acidentes, a anemia e as mortes eram constantes. Alguns dos indígenas foram internados em manicômios e sanatórios. Contam os Krenak que muitos deles morreram de tristeza. Os Kaingang embriagavam-se. Outros ainda revidavam como foi o caso do índio Francisco Barbosa Lima, que entrou na casa de Bruno Zoner, e tentou matá-lo.

Em 6 de junho de 1950, a inspetoria regional enviou dinheiro para o inspetor Érico Sampaio para cobrir as despesas que teve com índios “Guajajáras” (C\$256,00) e as que teria com o acompanhamento e a internação da índia Tereza Maria no sanatório de Santa Rita do Passa Quatro (C\$604,00).³⁷⁸

Os índios Guajajáras possivelmente estavam de passagem pelo Posto a fim de cumprir pena correcional. Os ofícios e cartas trocados entre as Diretorias e inspetorias

³⁷⁵ **Idem Ibidem.** Filme 007, 16/06/1948.

³⁷⁶ Itamar Z. SIMÕES. **Diários.** Vanuïre: Arquivo da Aldeia, 1953. No dia 25/01/1953 encontrei registrado nesse diário a chegada à Aldeia vindo do Icatú, “o Dr. Darcy Ribeiro para iniciar seus trabalhos” que fizera parte da seção de estudos do Serviço nesse período.

³⁷⁷ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Rio de Janeiro: Filme 007, Campo Grande, 26/02/1943.

³⁷⁸ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Rio de Janeiro: Filme 007, 6/6/1950.

nesse período são na sua maioria relativos à prisão de índios, às faltas cometidas e às formas de punição.

Segundo o artigo 9º do Regimento do SPI, a S.AO (sic), compete:

“e)propor ao Diretor, mediante requisição do chefe de inspetoria competente, o recolhimento a colônia disciplinar ou, na sua falta ao Posto Indígena designado pelo Diretor, e pelo que este determinar, nunca excedente a 5 anos, de índio que, por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, for considerado prejudicial à comunidade indígena a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas.” ³⁷⁹

Houve inúmeros casos de índios transitando de uma Aldeia para outra durante esses anos das décadas de 40, 50 e 60.

No “Aviso Mensal” do PI Icatú, referente ao mês de abril de 1948, encontrou-se uma listagem da “População Indígena” da Aldeia na qual pode-se observar o trânsito ao qual nos referimos:

	Homens	Mulheres	Meninos	Meninas
Cainguangue	06	14	12	02
Caiua	04	01		
Aimores	02			
Tereno	01			
Quiniquinau	01			
Cadiueus	01			
Borôros	01			
Tucanos	01 ³⁸⁰			

Os motivos das penas que aparecem nas cartas e ofícios analisados eram: “insubordinação” ou “vingança” (tentativa de vingar a morte do pai que foi assassinado). Mais comumente não expressavam claramente o motivo, dizendo somente “cumprirá penalidade imposta”.

³⁷⁹ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Rio de Janeiro: F 007, Agosto de 1950.

As penas eram impostas pelo inspetor regional do Serviço, sem julgamento público do acusado, através do qual ele pudesse ser ouvido ou se defender. Nesse último caso, é elucidativo o seguinte ofício, que, aliás é bastante curto:

“Senhor Chefe:

*Encaminhamos, nesta data, o índio Luiz Franco, Kaingangue, do PI Paulino de Almeida 7ª IR, ao Posto Indígena Icatú dessa Regional. O referido índio cumprirá, naquele Posto, penalidade imposta pela Chefia da 7ª Inspetoria Regional. Voltaremos, em tempo oportuno, ao assunto.”*³⁸¹

No caso do índio Abel, Carajá, vivendo em Icatú, foi um dos únicos que ficou claro os motivos do seu “internamento”. Ele manifestou interesse em vingar a morte do pai que havia sido assassinado por “civilizado”. Foi-lhe atribuída uma pena de seis meses de internamento e observação a ser cumprida no PI Icatú.³⁸²

As penas obrigavam os índios a trabalharem gratuitamente nas lavouras, construção de casas, construção e conservação de cercas, tratarem dos animais e fazerem todo serviço que lhes fosse solicitado. Eles estavam comumente sós, sem a família ou parentes, não compreendendo a língua do Posto e longe de suas terras originais. Desta forma era facilitado o controle do Serviço sobre eles. Alguns fugiram, como foi o caso do Pedro Henrique.

Um outro tipo de violência constatado nas Aldeias administradas pelo SPI nas décadas de 40 e 50, que se verificou, foi o internamento em hospícios. Em outubro e novembro de 1941, no Posto de Araribá, uma índia foi enviada para o Juquerí porque cantava alto à noite, rasgava as vestes e saía para as matas. Ela fumava muito, era analfabeta e tinha 22 anos. Nos documentos não há referência à sua etnia mas, sabe-se, que era proveniente do Rio de Janeiro. Do Araribá, a jovem índia seguiu direto para o Juqueri.

Segundo ofício do Cel. Inspetor Nicolau B.H. Barbosa,

“Ciente do comportamento da índia ou suposta índia mestiça mandada do Rio pela Diretoria para esse Posto, a fim de ter assistência devido ao apelo feito pela mesma ao General Rondon, autoriso-vos interná-la no H. do Juquerí ou qualquer

³⁸⁰ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Rio de Janeiro: F 007, “Aviso Mensal”, 10/05/1948.

³⁸¹ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio. Rio de Janeiro: F007, 5/7/1960.

³⁸² **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio, Rio de Janeiro: F007, agosto de 1950.

*outro hospital apropriado, ao mesmo tempo que vos aviso de que em caso de fuga reincidente não deveis vos empenhar em recolhê-la de novo a esse Posto, limitando-vos a recebê-la uma outra vês caso alguma autoridade a faça reconduzir com ofício e aliás si não estiver louca; porque esse estabelecimento não se destina nem se encontra preparado para receber tais doentes.”*³⁸³

O caso é exemplar para observar-se os limites da “civilização” imposta aos indígenas no espaço delimitado do PI. Esboça as faces da violência gerada pela implementação do projeto do SPI. A “proteção” prevista no projeto evidencia-se numa estrutura de ação autoritária. O controle e modelamento da conduta e imposição de comportamentos e de elementos externos, alheios às convicções e à memória da comunidade tribal, destroi seus próprios referenciais: simbólicos e autônomos.

No caso analisado, o contexto social no qual o indígena foi inserido pelo SPI é negativo. O isolamento do indígena, transferido de uma aldeia para outra, estratégia do Serviço, fazia com que o indivíduo rompesse com suas tradições, história, cultura e memória. Desta forma, a resistência manifestou-se de forma negativa também: alcoolismo, roubo, suicídio e “insanidade mental”.

Enfim, é evidente, pela documentação analisada, que a administração dos indígenas através do SPI constituiu-se num período de grande sofrimento para os indígenas neste século. A identidade étnica dos indígenas e, portanto, as diferenças em relação à sociedade nacional e em relação a eles próprios não foram respeitadas, como também não foram consideradas no seu projeto como possibilidade diferenciada de convívio. As terras indígenas foram invadidas e exploradas - solo e subsolo - através de modos de produção capitalista, sua cultura danificada e a pessoa indígena humilhada juridicamente e explorada economicamente.

Dona Jovelina, índia de Vanuïre, veio do “Krenak”. Está com 65 anos. Vivenciou o período acima e traz consigo graves seqüelas. Ela é alcoólatra e, às vezes bebe tanto que cai em qualquer lugar da Aldeia. Felizmente tive o prazer de vê-la sóbria e constatar nela uma velhinha muito frágil, carinhosa e risonha (mesmo de ressaca). Ela dizia aos filhos, quando estes manifestaram o desejo de resgatar a cultura e a língua de seu povo:

³⁸³ **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio, Rio de Janeiro: Filme 007, 11/12/1941 de Campo Grande para Araribá. (Grifos nossos).

*“não meus filhos, vocês não podem fazer isso, eles vão perseguir ocêis, eles vão bater e prender ocês até ocês não abri mais a boca”.*³⁸⁴

³⁸⁴ Aldeia Vanuíre, entrevista com João, genro de Dona Jovelina, Lia e Mário, seus filhos, na residência de Lia e João em 20/08/1996 e em conversa informal com a própria Dona Jovelina na residência de Lia em janeiro de 1997.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Nós somos como o capinzinho que
amarelou de tanto ficar debaixo da pedra
e agora se levanta.”*

- *Narrativa da história dos Krenak
contada em Vanuíre*

Na década de 1960, final da gestão do SPI os indígenas tinham praticamente desaparecido do Oeste paulista. Não eram mais registrados conflitos com índios na região e os brasileiros e imigrantes construíam sua civilização no Oeste paulista.

A gestão das instituições governamentais, mediadoras no relacionamento entre índios e não-índios, promoveu na região um processo etnocidário, que tem sido analisado por dois ângulos um positivo e outro negativo.

Conforme interpretação iniciada com Ribeiro, a mediação do SPI teve sentido positivo ao impedir o desaparecimento completo de grupos indígenas já afetados pelas epidemias, pelos massacres e pela desterritorialização. Em sentido negativo, observa-se que, paulatinamente, ocorreu o etnocídio, total ou parcial, dos grupos indígenas já contatados há algum tempo por esses agentes que, no final, sempre favoreceram a viabilização do projeto da sociedade civilizada.

A atuação do SPI na Aldeia Vanuíre apresentou ambos os aspectos. Influenciou muito no quase desaparecimento da língua e da cultura indígena. Sua aliança com projetos particulares restringiu as terras disponíveis aos indígenas, no caso de Vanuíre, a uma pequena gleba, ilha de território indígena, de constituição arenosa e pedregosa cercada por fazendas. Entretanto, os indígenas estão presentes até hoje na região e em número crescente.

Em 1967, o número de habitantes na Aldeia Vanuíre era de 115. Em 1971, esse número havia crescido para 155³⁸⁵. Em 1997, a FUNAI registrou 169 pessoas. Segundo os moradores da Aldeia, hoje eles estão em torno de 175 pessoas.

Quando criada a Aldeia, o SPI almejava agrupar o povo Kaingang que vivia por todo o vale do rio Feio Aguapeí e do rio do Peixe. Entretanto, ainda no início do contato, grande parte deles faleceu devido às doenças do contato (gripe, sarampo, coqueluche) e outra parte voltou para as matas. Os sobreviventes das contingências iniciais e, posteriormente, das estratégias e táticas do SPI para incorporá-los à sociedade nacional e facilitar a exploração econômica de seus territórios, passaram a compartilhar a Aldeia com indígenas de diferentes etnias. Este fato relaciona-se às migrações e transferências dos indígenas de outras etnias para Vanuíre, através da inspetoria de São Paulo que abrangia também o Sul do Mato Grosso. Vieram grupos de Terena do PI Cachoeirinha (MS), transportados pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a partir da década de 30 e, na década de 40 em diante, vieram os Krenak de

³⁸⁵ Cf. MELATTI, **Op. Cit.** p. 19 e 21

Resplendor (MG). Hoje, a mistura entre os grupos criou laços de parentesco entre todos eles, de forma que um indivíduo pode afirmar-se Kaingang, Krenak ou Terena de acordo com o perfil do grupo que mais se identifique. Os quatro filhos de Fátima são netos de Sr. Antônio (Kaingang) e Dona Antonia (Terena). A Fátima, filha deste casal, casou-se com Krenak. Duas de suas filhas responderam que são Krenak, a mais velha identifica-se mais com os Kaingang. Na Aldeia, atualmente, há cerca de trinta crianças, filhos de pai e mãe Kaingang.

Nesse caso, o conceito de índio genérico funciona nas relações externas, entre os indígenas e os civilizados. Nos relacionamentos observados entre eles próprios, no interior do grupo, nota-se a existência de elementos que orientam os comportamentos e os reagrupamentos internos. A identificação com uma ou outra etnia funciona, então, como um dos critérios utilizados por eles para justificar a aproximação a um ou outro grupo.

Atualmente, nota-se que as transformações pelas quais a sociedade indígena passou sob a direção das agências indigenistas (SPI e FUNAI) causaram perdas irreversíveis para a cultura tradicional. Observa-se que houve “integrações parciais”, digamos assim, adaptações resistentes com o propósito de sobreviver sob as novas demandas. Percebe-se certa instabilidade na Aldeia, caracterizada externamente pelos preconceitos, injustiças, desconforto e miséria dos indígenas na relação com os civilizados e, internamente, de forma positiva quando se busca os antigos valores, as “formas indígenas” de expressão e, de forma negativa, pelo alcoolismo.

Pudemos perceber pelo desenrolar da pesquisa que a colaboração e mediação de indígenas e agentes do SPI viabilizaram a consecução parcial do projeto do SPI.

Mais recentemente, Delvair Melatti, através de minuciosa pesquisa nas Aldeias do Oeste paulista, analisando diferentes aspectos organizatórios dos Kaingang, destaca a importância da mediação da FUNAI no processo de “assimilação” do indígena pela sociedade envolvente promovendo ou dificultando, através de sua ambigüidade e projetos, a tendência à autogerência dos indígenas:

“Tanto nos fatores divergentes e convergentes a ação dos funcionários da FUNAI se faz presente, com um caráter ambíguo. E esta situação é agravada pela falta de normas e diretrizes que orientem adequadamente os chefes de Postos no processo de assimilação. A diversificação dos métodos administrativos limita toda a iniciativa empreendida pelos

índios, no sentido de assumir sua própria responsabilidade de sobrevivência."³⁸⁶

Esperamos que nossa pesquisa tenha demonstrado que a autogerência acima mencionada foi inviável e inexistente enquanto projeto mediado por agências indigenistas com o perfil do SPI, prenhe de ambiguidades e interesses classistas. Por outro lado, acredita-se uma mediação eficiente e comprometida com os interesses dos indígenas pode viabilizar projetos que favoreçam a melhoria das condições de vida, trabalho e pensamento atualmente existentes na Aldeia.

Através do SPI a sociedade indígena tradicional deteriorou-se. Os Kaingang não puderam conservar plenamente sua língua e cultura. No final da gestão do SPI eles não sabiam ou se preocupavam em saber à qual grupo ou subgrupo pertencia. Alguns jovens preferiam ser considerados "civilizados" ³⁸⁷.

Segundo a memória da velha Kaingang Candire, a divisão em grupos e subgrupos regulava o casamento entre eles ³⁸⁸. As divisões e subdivisões constituíam-se no controle tribal da proporcionalidade numérico e sexual do grupo que era conferido a intervalos regulares através das danças nas festas do "Veingreinyã" ³⁸⁹.

O casamento ideal entre os Kaingang era o endogâmico, dentro do mesmo grupo mas de diferente subgrupo. Havia o prometimento da moça ao noivo com antecedência, as festas, fogueiras, danças, brincadeiras, bebedeiras e choro ritual das avós do casal. Entre pessoas de grupos diferentes o casamento era tolerado mas, do mesmo subgrupo, além de condenado, era severamente punido.

Durante a administração de Érico Sampaio foi proibida a festa do "Veingreinyã". Segundo o encarregado, esta era uma medida necessária para evitar contágios e epidemias.

Em 1970, alguns homens tentaram trocar de esposas, por elas os terem "traído". Mas esbarraram na interferência direta do encarregado do Posto, agora mais comumente chamado de "chefe do Posto", que firmemente impediu-os de fazê-lo, aconselhando-os a se acomodarem. Embora a interferência do "chefe do Posto" fosse respeitada, Melatti observou que "as aventuras extra-maritais" e "escapadelas" dos solteiros, ocorriam com frequência na Aldeia, "causando choques entre os cônjuges e

³⁸⁶ Cf. MELATTI, Delvair Montagner. **Aspectos da Organização Social dos Kaingáng Paulistas**. Brasília: Departamento Geral de Planejamento Comunitário/FUNAI, 1976, p.160.

³⁸⁷MELATTI, D. **Op. Cit.** p.35.

³⁸⁸ **Idem Ibidem** p.31.

³⁸⁹PINHEIRO, N.S. **Op. Cit.** p. 166-172.

a pessoa envolvida". A tendência era os homens não darem ouvidos às fofocas que faziam em relação às suas mulheres. O fofoqueiro era considerado mentiroso³⁹⁰.

O casamento com civilizado, quando não aprovado pelo chefe do Posto era evitado porque os índios tinham receio de contrariá-lo. Entretanto, quando apoiado por ele, o casamento ocorria normalmente. A tendência era manter os casamentos entre índios a fim de conservar a posse da terra ³⁹¹.

Em 1988, em visita ao Posto Indígena Índia Vanuíre, especificamente à família do cacique Kaingang Sr. Antonio Barbosa, encontrei morando na casa a filha dele, Fátima, com três filhas pequenas. Segundo Fátima, ela havia deixado o marido porque ele bebia muito. Observa-se que este motivo é comum em muitas das separações observadas.

Hoje, em relação ao matrimônio, a tendência observada é a mestiçagem entre Kaingang e civilizado ou outras etnias indígenas. No caso da mestiçagem entre Kaingang e civilizados, é mais comum ocorrer entre mulher Kaingang e homem branco, raramente ocorrendo o inverso ³⁹². Nesse caso, a mulher Kaingang deve deixar a Aldeia.

Antigamente, quando uma Kaingang enviuvava de civilizado seus filhos eram mortos. Houve ocasiões nas quais, para evitar a morte do filho, a mãe fugiu com ele para outra aldeia. Se a viúva fosse civilizada e o falecido Kaingang o filho era preservado ³⁹³.

Era comum a fuga do casal apaixonado, antes de viverem juntos, e parece que este costume mantém-se ainda e foi transmitido para a sociedade civilizada, principalmente nas cidades pequenas e no meio rural. Os motivos apresentados foram vários: evitar festa, os pais não concordavam, consangüinidade, o marido seria preguiçoso ou, os pais desejavam uma Terena como nora. Era comum a distinção entre "casar" e "juntar". No primeiro havia "cartório, religioso e festa". No "juntar" não ocorria nada disso. O casal recebia do Posto, assim que se casava, uma casa. Vivia nela com seus filhos e os "agregados", isto é, mãe viúva, filhos de um dos cônjuges, filhas separadas.

³⁹⁰**Idem Ibidem** p. 38-40.

³⁹¹Entrevista **Antonia de Paula Barbosa** Vanuíre, 10/01/96 e MELATTI, D. **Op. Cit.** p. 46-49.

³⁹²Melatti observou a mesma tendência em 1971. Cf. MELATTI, D. **Op. Cit.** p. 33-36.

³⁹³**Idem Ibidem** p. 41.

Em relação ao parentesco, os casamentos eram proibidos entre primos, pois eram tidos como irmãos, e entre tio e sobrinha (filha do irmão do pai). Mas, eram permitidos e considerados "bons" entre um homem e a filha de sua irmã.

Em 1971, ainda havia resquícios das divisões em grupos e subgrupos. Conforme foi observado pela pesquisadora Delvair Melatti, as uniões entre casais eram as seguintes:

Casamentos:

- 16 casamentos entre primos paralelos patrilineares,
- 04 casamentos entre primos paralelos matrilineares,
- 03 casamentos entre primos cruzados.

O total das uniões estáveis ou esporádicas registradas nas genealogias era de 64 distribuídas da seguinte forma:

- 29 no mesmo Grupo,
- 15 em Grupos diferentes,
- 08 no mesmo subgrupo,
- 12 não estabelecida afiliação de um dos cônjuges ³⁹⁴.

O desaparecimento das afiliações a grupos e subgrupos é um aspecto importantíssimo do processo de entrelaçamento de culturas, de adaptação às situações criadas a partir da "pacificação". Para os Kaingang, deixava de ter importância as afiliações na medida em que sofriam rápida e acentuada depopulação, acompanhada da introdução de novos elementos culturais provenientes dos "civilizados", mas, também dos Terena e dos Krenak, que até então também foram estranhos à cultura dos Kaingang.

Observou-se que houve bastante preconceito nos casamentos interétnicos mas não proibições. Para a geração de descendentes de casamentos mistos as afiliações vão deixando de ter significado social relevante.

Considerando-se todas essas perdas, procuraremos traçar um perfil do projeto atual dos índios de Vanuíre. O projeto é denominado pelos índios de “resgate da cultura”. Tem como estratégia a valorização da auto imagem, das tradições, da língua indígena, de sua história e a melhoria das condições econômicas, de saúde e educação. As táticas criadas para levar adiante a sua execução e alcançar seus objetivos são várias, mas destacamos a luta pela melhoria das condições econômicas, vinculada à

³⁹⁴ **Idem Ibidem** p. 43-46.

recuperação de elementos fortalecedores da cultura indígena, como o reflorestamento e a construção da represa e a educação escolar diferenciada.

Nesse contexto, notamos que a atual instituição mediadora, a FUNAI, está à reboque das necessidades da comunidade. A busca de soluções para problemas relacionados à fome, falta de recursos para manter a luz elétrica, água potável e educação diferenciada, tem ocorrido também fora do âmbito da FUNAI.

A FUNAI, com sede e administração em Bauru, pouco tem contribuído para melhorar a vida dos indígenas de Vanuíre.

Em vista da omissão da FUNAI em vários casos, pode-se pensar numa autonomia da comunidade como sendo necessária para a própria sobrevivência. Hoje, a Universidade, os órgãos e instituições independentes ou regionais, como é o grupo Pró-Tupã, e a equipe técnica e o prefeito de Arco-Iris estão com mais força para resolver problemas da Aldeia do que a FUNAI, que surge com um discurso vazio, monótono e “profissional” para burocratizar as iniciativas dos outros segmentos sociais. Ainda é necessário um burocrático aval da FUNAI para que a comunidade desenvolva qualquer projeto na área.

A luta pela construção da represa, pelo reflorestamento na área e pelo fim do arrendamento das terras da Aldeia a particulares, bem como pela educação diferenciada, tem três conotações. A primeira destas, econômica, visa suprir a comunidade de alimentos advindos da piscicultura e de terras com reservas de matas naturais. A Segunda é a manutenção da etnicidade pela prática da cultura tradicional e de formas de economia e cultura indígenas. A terceira poderia ser classificada de religiosa e política, pois implica numa negociação com a sociedade civilizada e também com as unidades sociais que formam a comunidade, com o fim de preservar a terra, as matas, os animais e os espíritos que a habitam através dos ritos antigos.

O açude forneceria à comunidade cinco toneladas de peixes por ano. O argumento para a construção do açude vai além da necessidade de comercializar com o branco. A idéia surgiu basicamente da união de dois interesses, ou seja, a urgência em criar uma fonte de recursos financeiros para a Aldeia e a necessidade de peixes frescos para cozinhar os pratos típicos da cozinha indígena local. Os indígenas lamentam não terem condições de ensinar às crianças este aspecto fundamental da "cultura": o gosto da cozinha tradicional.

A origem do movimento de "Resgate da Cultura" está referenciada ao processo histórico nacional. Como uma consequência da história passada, os

massacres, perseguições, repressões e prisões ocorridos, existem poucos elementos da cultura tradicional. Desta forma apresenta-se a necessidade do resgate de algo que os antigos, os sobreviventes, temem falar sobre ou praticar publicamente.

O pessoal mais antigo, ao ser procurado pelos jovens que queriam aprender os cantos, danças e a língua, aconselhou-os a desistirem desta idéia “muito perigosa”.

Maria Helena (Lia), de Vanuíre, conta-nos como os mais velhos e os próprios jovens reagiram no início:

"...quando foi falar com ela para ela ensinar nós, ela falou: Pra quê? Você vai sofrer! Você vai sofrer muito! Os branco têm preconceito do índio. Vocês vai cantá, oéis vai dançar, falá o idioma docéis. Nossa ... os branco vai dar risada docéis, vai tirar sarro da cara docéis ... Não! Mai nós quer assim mesmo. Deixa eles tirar sarro, deixa eles fazer o que quer mas nós não quer deixar não. A única lembrança boa que eu tenho é essa que eu tenho." ³⁹⁵

O “resgate da cultura” pode-se dizer que nasceu com a vinda do casal Lia e João para visitar Vanuíre. A Aldeia Vanuíre já abrigava várias famílias de Krenak. Em 1991, veio da Aldeia de Resplendor (MG), visitar os parentes, João Burun Batista de Oliveira e Maria Helena Numiak Cecílio Damaceno (Lia), com os seus seis filhos. João já havia saído de Resplendor várias vezes, devido às pressões dos fazendeiros e da própria FUNAI na época. Era “Dia do Índio” em Vanuíre e os Kaingang faziam um churrasco entre eles e os convidados e recebiam o bolo que a prefeitura de Tupã mandava entregar na Aldeia. Eles não dançavam e não faziam artesanato. Os “turistas” que queriam ver os indígenas no “Dia do Índio” procuravam as Aldeias como de Araribá, onde os Terena apresentavam danças e cantos e faziam uma grande festa com churrasco e bebidas.

João conta como ele via Vanuíre na época:

“Eles,... ninguém alembrava mais, né? Quer dizer, os Kaingang tinha perdido. (...) Mas também não sabia fazer artesanato. Aí foi... quando eu vim aqui passear com ela, aí eles... Eu falei que fazia artesanato, né? Curioso... (...) Aí eles... foi um dia de... de... domingo, né? Fiz o artesanato. Veio bastante gente. Levei no Museu e eles compraram tudo. Daí não quiseram mais que eu fosse embora...” ³⁹⁶

³⁹⁵DAMACENO, Helena (Lia) Cecilio. Entrevista, residência na Aldeia Vanuíre em 20/08/1996.

³⁹⁶OLIVEIRA, João Burun. Entrevista, na residência do entrevistado na Aldeia Vanuíre em 20/08/1996.

Quando João chegou na Aldeia, os outros índios já haviam há muito deixado de fazer artesanato. A velha Kaingang Candire, que hoje está com mais de 100 anos, e sua filha Ena, foram as últimas a produzirem cerâmicas conforme os antepassados.

João fez o maior sucesso no Dia do Índio. Vendeu todos os seus arcos, flechas, leques, lanças, maracas, assobios, flautas, cestinhos, colares e cocares. Todos gostaram.

Hoje, o casal, juntamente com outros moradores da Aldeia, fazem parte de um grupo importante na transição pela qual a Aldeia vem passando: da estagnação, falta de esperança, tristeza e miséria das décadas anteriores para um tipo de confiança em seus próprios meios, buscando diversificar as fontes de auxílio externo e tornar-se menos indigente ou clientelista - como eles foram obrigados a aprender a ser sob a administração das agências indigenistas (SPI e FUNAI).

A família Krenak do João e da Lia e o irmão desta, Mário, mantêm um tipo de escola indígena para as crianças da Aldeia. Eles se reúnem às segundas e quintas-feiras às 20hs. Aí as crianças ouvem a história da origem dos indígenas, da terra, do sol, da lua, das chuvas. Elas aprendem danças e cantos. Aprendem a se pintarem para as festas e a confeccionar instrumentos e roupas especiais. Aí tudo é criado a partir de fibras vegetais, plantas e raízes, por eles colhidas na Aldeia mesmo ou em reservas florestais das fazendas da região ou longe dali. É, por exemplo, o caso do cipó imbé, que é colhido longe da Aldeia atual, em uma reserva de mata de fazenda particular.

Eles construíram cinco Kiemes, casas de madeira e sapé. Numa delas, retangular, foi construído o "museuzinho". Ali é guardado o artesanato, em permanente exposição, o material para a confecção de novos objetos e os instrumentos de música. Duas Kiemes estão inacabadas e uma outra é dedicada à dança. Esta é aberta nas bordas e redonda. Uma outra Kieme, também redonda, porém totalmente fechada, excetuando-se uma abertura por onde o adulto entra agachado, é denominada de "casa da religião". Ali eles preparam-se para as danças, pintam-se, fumam o cachimbo com a casca da raiz de uma planta conhecida como "mamica de cadela" e tocam a flauta de taquara, e a maraca, ao lado do Deus Jonkyon que, segundo os indígenas, foi roubado na década de 1930 pelos brancos.

O Jonkyon de Vanuíre é um tipo de homem esculpido num tronco de mais ou menos um metro de altura por trinta centímetros de diâmetro. Em anexo está uma cópia do desenho do Jonkyon roubado. O atual é bastante semelhante.

Os Krenak Borun, também conhecidos na historiografia por Botocudos, vieram da Aldeia de Resplendor (MG). Vieram aos poucos, transferidos ou fugidos, para o Posto Indígena Icatú e daí para Vanuíre, a partir da década de 1940. O maior número deles chegou em Vanuíre nos anos 60 e 70, período no qual estivemos sob o governo de militares e do “milagre econômico”. Antes da transferência para Vanuíre, os Krenak haviam sofrido na Aldeia de Resplendor percalços semelhantes aos dos Kaingang em São Paulo³⁹⁷. Um dos Krenak de Vanuíre, João Borun de Oliveira, conta que havia fugido de presídio onde estavam detidos “uns oitenta indígenas”, em Minas Gerais, após ter passado vários anos lá. As terras do PI Guido Marlière, Vale do Rio Doce, onde ficava a Aldeia, eram ricas em mica e, conforme vimos no capítulo 5, na década de 40, foi iniciada a sua exploração ³⁹⁸. O Krenak João Umbelino casou-se com a Kaingang Cotú, filha de Clenclá, o cacique que intermediara o grupo contactado pelo SPI na “Vila Kaingang”³⁹⁹.

É curioso lembrar que a frase “ajudar o índio” é ainda muito utilizada no discurso de algumas pessoas de destaque na Aldeia, como por exemplo, Carlos Jorge, presidente da Associação Comunitária Índia Vanuíre (ACIV). “Os indígenas sempre estão em busca de ajuda”. O movimento de Resgate da Cultura dá um tom diferente, dá um sentido de troca, cobrança de direitos, direitos à terra, à vida decente. Esta nuance diminui a dependência inerente à ideia de “ajudar o índio”. Há certo orgulho de ser índio, mostrar sua música, seu artesanato, ser admirado e exigir direitos.

A postura assumida pelos três parentes João, Lia e Mário contagiou, devagarinho e de forma positiva, toda a comunidade, apesar de ainda vir só deles o artesanato comercial. Tudo que acontece na Aldeia passa informalmente pela apreciação dos três. Os visitantes que procuram a Aldeia são encaminhados à eles. Os projetos da Aldeia partem deles.

O movimento “resgate da cultura” constitui-se em projeto no qual estão inserido moradores da Aldeia de Vanuíre e também de Icatú e Araribá. É a tentativa de retomar regras, receitas e instruções já utilizadas pelos indígenas antes do contato

³⁹⁷ Cf. RIBEIRO, Darcy. “Últimos bolsões indígenas do leste” e “Os Kaingáng e a expansão dos cafezais” IN: **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 93-100 e 100-106.

³⁹⁸ “Dossiê Exploração da jazida de mica PI Guido Marlière”. **Museu do Índio**. Rio de Janeiro: Filme 381, Fot. 250-262, 1940 e 1941.

³⁹⁹ Clenclá faleceu em Icatú no dia 24/10/1945. Conforme item “Falecimento de Índios”, “Em consequência de cardiopatia, faleceu dia 24 o índio Cap. Quenclá (...) e na noite do dia 31 faleceu de ataque o menino Caiu que estava atacado de coqueluche”. Cf. **Serviço de Proteção aos Índios**. “Aviso Mensal”, filme 007, Icatú,

com os civilizados. Utilizando-se da educação e outros meios gerados na relação de contato com os civilizados, os indígenas procurariam quebrar as formas de controle exercidas sobre eles pelos civilizados, retomando suas próprias formas de controle.

Nesse sentido, pode-se retomar duas noções utilizadas pelo antropólogo Clifford Geertz a fim de caracterizar a transformação cultural a qual nos referimos.

"A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento - costumes, usos, tradições, feixes de hábitos -, como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instruções (...) para governar o comportamento. A segunda idéia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, (...) de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento." ⁴⁰⁰.

O movimento de “resgate da cultura”, traz consigo regras, planos, instruções e receitas viáveis para recriar e reordenar comportamentos sob orientações culturais diferentes daquelas impostas pelo SPI, e que podem facilitar a sobrevivência da comunidade.

Além dos planos de criação do açude, já mencionados, há também a luta pela criação da escola com educação diferenciada e professor indígena.

Tentar recuperar parte de suas terras ou exigir indenização pelas perdas não seria uma idéia tão extravagante. Entretanto, isto ainda não foi cogitado por eles nos meios jurídicos mas começa a se formar um tipo de discussão extra oficial sobre a questão entre o povo de Vanuíre e os seus vizinhos da Aldeia de Icatú.

O “resgate da cultura” pode demonstrar a resistência e a força dos interesses intrinsecamente dos indígenas. É uma tentativa, um renascer das cinzas, pois são poucas as pessoas que recordam ou que queiram recordar-se dos cantos e das danças antigas. Estão em torno de 35 os participantes das danças atualmente.

O movimento “resgate da cultura” tende a fortalecer os laços que vinculam os indígenas entre si em oposição aos de fora, aos civilizados - laços que são bem nítidos quando há conflito entre indígenas e civilizados. Nessas ocasiões as diferenças étnicas entre indígenas têm peso mínimo. O que importa é o limite e a fronteira com o

4/11/45. Recentemente contactou-se parentes de Clenclá nas Aldeias de Vanuíre, Kopenoti, Nimuendaju e Icatú.

civilizado, a certeza de se estar dentro de um espaço indígena, mesmo que, a priori, este espaço tenha sido delimitado pelos civilizados.

Quando foi ameaçado de espancamento pelos colegas na escola agrícola, Carlos Jorge, que não ia para casa aos fins de semana tal qual seus colegas, pois era muito longe, começou a receber visitas e visitar o Posto Indígena Araribá. Esta era, então, a povoação indígena mais próxima de sua escola agrícola, na cidade de Garça. Segundo ele, estes encontros reconfortava-o e dava-lhe forças para resistir às pressões dos colegas e finalmente "tirar o diploma". Filho de Kaingang com Krenak, nascido em Vanuíre, Carlos Jorge era o único que tinha escolaridade a nível de 2º grau. No meio da entrevista ele, pensativo e preocupado repetia:

"Lá fora acontece tanta coisa ... tanta coisa que ... que você também ... menos que você pensa está acontecendo, né?"⁴⁰¹

Carlos Jorge mostrou-se bastante preocupado com a comunidade, principalmente no que se refere a criar formas de "produzir dinheiro", autosuficiência.

Há atualmente no Posto outros gastos, como gás e eletricidade, que são inevitáveis e que eles têm que pagar periodicamente. No entanto, eles não possuem salários, estão ilhados no meio de fazendas e pertencem a uma cultura que, durante milênios, estruturou-se nos hábitos da caça, coleta, pequena agricultura e nas formas sociais coletivas. A transformação da relação entre eles e a terra não conseguiu introduzi-los e envolvê-los no mundo capitalista, competitivo. O comportamento da comunidade Vanuie parece tímido e não muito confiante frente aos sistemas produtor, consumidor e burocrático das cidades e de suas instituições. Carlos Jorge preocupa-se com a integração dos indígenas no "mundo dos negócios", para a sobrevivência da comunidade. Quando acaba o dinheiro recebido por prestações de serviços às fazendas da região, são os aposentados, com salários mínimos, que "seguram estas barras" ⁴⁰².

Para Carlos Jorge, o "Projeto da Aldeia", isto é como ele chama o projeto de construção do açude, é a continuação da "nossa cultura". "Os rios devagarzinho estão morrendo". É preciso fazer alguma coisa urgente - reflorestar as nascentes, preservar

⁴⁰⁰ GEERTZ, C. **Op. Cit.** p.56.

⁴⁰¹ JORGE, Carlos. Entrevista no escritório da Aldeia Vanuíre, 09/01/1996.

⁴⁰² **Idem Ibidem .**

as matas. Para ele é importante ter indígenas em postos de interesse da comunidade, como os da saúde, agrícola e educação.

Inicialmente, os líderes do projeto tiveram pouco apoio da comunidade. Alguns dos moradores, quando solicitados a participar da luta pela represa e pelo reflorestamento de parte da Aldeia, comentaram, irônicos, que “não precisavam mais do mato”, querendo com isso acentuar a sua identificação com o civilizado.

A ACIV é responsável pela direção das plantações com fins comerciais e pela negociação do produto com os compradores brancos. Eles têm plantado mandioca e vendido para a fábrica de farinha “Deusa” localizada no município de Garça.

Os Kaingang dividem com os Krenak os postos e funções de destaque na aldeia.

Em Vanuíre, atualmente, existe um cargo para chefe do Posto, dois para cacique e para a diretoria da ACIV - presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. O de chefe do Posto é o único cargo remunerado (em torno de R\$1200,00) e está sendo ocupado pelo Sr. João Cotrim, civilizado e funcionário da FUNAI.

A história de Vanuíre tem seus aspectos singulares mas tem também muitas afinidades com a história dos povos indígenas de outras partes do Brasil.

Comparando-se com a Aldeia do Apucarantina (PR), nota-se que o processo histórico de ambas as comunidades é emoldurado por perseguições, resistências, lutas e adaptações às diversas situações, tanto no contexto interno como no externo. Sobretudo, pode-se pensar que as comunidades ainda estão vivenciando processos de transformação e de adaptação muito complexos como consequência do relacionamento que vêm mantendo com os civilizados e entre eles próprios.

Os anos de convívio com os civilizados, contextualizado pelo controle e pela opressão protecionista, levou-os à releitura das tradições e da memória social, reelaborando seus significados. Esta releitura do passado e utilização da memória são claramente percebidas nos projetos de “resgate da cultura” de Vanuíre e na educação diferenciada e produção de jornais e cartilhas na língua Kaingang na Aldeia Apucarana. Com projetos diferentes nas duas aldeias, eles têm em comum, entretanto, a utilização crescente da memória como um importante instrumento de recuperação e preservação do saber e da identidade de suas sociedades, mas, também (e isso é inédito no processo do contexto por nós estudado) como instrumento de barganha com a sociedade envolvente.

Conforme Manuela C. da Cunha, ao analisar o futuro da questão indígena e a contribuição dessas populações para a humanidade, as sociedades indígenas representam uma riqueza em sócio-diversidade e, para que isso não se perca, há que se fazer parcerias, através das quais os direitos dos índios coincidam com interesses locais, regionais ou nacionais ⁴⁰³.

A própria identidade, o reconhecimento e valorização de suas tradições, é um grande bem de que os indígenas dispõem, tanto para eles mesmos como para o mundo que os cercam.

⁴⁰³ CUNHA, M. C. da . “O futuro da questão indígena”. 1993 IN: SILVA e GRUPIONI (Org.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: Unesco/ Mari/ Mec, 1995, p.139.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) DEPOIMENTOS ORAIS

Anna Izabel Bandeira de Mello - Entrevista realizada na residência dela em São Paulo à Rua Minas Gerais, 408 5º andar, Ap. 51 no dia 24 de abril de 1997. A depoente tinha então 82 anos. É filha caçula do casal Bandeira de Mello. Sua irmã Nenê, que também estava presente à entrevista tinha 84 anos e foi aquela que nasceu entre os Kaingang da “Vila Kaingang”. Anna Izabel faz aniversário no dia da abolição dos escravos.

Entrevistada em: 24/04/1997

Indígenas de Vanuíre

Antonia Barbosa - Nascida no Posto Indígena de Cachoeirinha, no Mato Grosso do Sul, Dona Antonia é índia Terena. Ela veio para Vanuíre para ajudar a mãe na cozinha do Posto quando o Chefe Itamar foi até Cachoeirinha buscar uma turma para colher amendoim. Casou-se com o então cacique Kaingang Antonio Barbosa e tiveram seis filhos.

Entrevistada em: 10/01/96 e 24/08/1998

Sr. Canuto Canechu - Tem 78 anos, nasceu em 1918 no Posto Indígena Vanuíre, segundo ele. É Kaingang “legítimo” casado com “branca” que veio de Pernambuco para trabalhar de doméstica para o Chefe do posto Itamar. Ele era bom caçador de anta quando tinha muito mato por aqui. Entrevista realizada na residência dele.

Entrevistado em: 10/01/96

Carlos Jorge - Nascido em Vanuíre e filho de Kaingang com Krenak. Ele era o Presidente da Associação Comunitária Índia Vanuíre (ACIV) quando foi realizada a entrevista em 9/01/96. Tem vinte e cinco anos. É o único que tem o curso colegial

técnico completo no período da entrevista. Ele fez colégio agrícola em Garça e sofreu muita perseguição e preconceito por ser índio.

Entrevistado em: 09/01/1996

João Borun Batista Oliveira - Nascido em Resplendor (MG) em 23/06/52, filho de Teófilo Paulino e de Ozelina Batista de Oliveira, pertencente à nação indígena Krenak. Ele mudou-se para Vanuíre na década de 1980. Veio para visitar a Aldeia e acabou ficando para ensinar artesanato aos moradores de Vanuíre que já não produziam nada além de algumas cerâmidas de Dona Ena. João é casado com Lia (Maria Helena) e tem nove filhos “no Krenak” - terras Krenak localizadas no Vale do Rio Doce - que estão com sua primeira esposa. Tornou-se pai de mais sete crianças, os filhos de Lia de casamento anterior. Ele possui identidade indígena, 004, 2ª via, emitida em 8/01/88 pela FUNAI de Governador Valadares, assinada por E. de Toledo Adm. Reg. Substituto.

Entrevistado em: 20/08/1996 e 24/08/1998

Maria Helena Numiak Cecílio Damaceno - Lia é filha de Euclides Damaceno e Jovelina Cecílio Damaceno. Nasceu em 12/6/59 na Aldeia Krenak, em Resplendor (MG). Ela tem identidade indígena, s/n, emitida pela FUNAI de Governador Valadares em 10/10/89 e assinada por Umberto Gomes Serafim, Adm reg. Substituto da 11ª Delegacia Regional. Lia tem sete filhos e mora em Vanuíre com eles e João. O casal, juntamente com Mário, é responsável pela produção de artesanato da Aldeia, por receber as visitas e pelo movimento de “resgate da cultura”.

Entrevistada em: 17/04/1996, 20/08/1996 e 24/08/1998

Mário Tepó Cecílio Damaceno - Mário é irmão de Lia. Ele também veio de Resplendor. Veio quando ainda era bebê de poucos meses no colo da mãe dona Jovelina. Mário, juntamente com Lia e João, é líder do movimento de “regate da

cultura” em Vanuíre. Ele é casado com Maria Aparecida, Kaingang, e teve duas filhas.

Entrevistado em: 20/08/1996 e 24/08/1998

Gerson Cecílio Damaceno - Irmão de Mário e Lia e o Cacique da Aldeia de Vanuíre. Nasceu em Valadares (MG). Foi casado mas está separado e cuida dos cinco filhos que a ex-esposa deixou na Aldeia pois ela foi viver com um homem “civilizado”. Todos os irmãos, Mário, Lia e Gerson são sobrinhos do Sr. João Umbelino, primeiro Krenak presente na Aldeia.

Entrevistado em: 24/08/1998

Indígenas de Apucarantina (PR)

Geni Grantokó Porfírio Juvêncio – Aluna nas aulas de alfabetização para adultos da Escola Rural Luis Pin-ky Pereira ministradas pelo Professor Cláudio Norej Marcolino Gaudino e supervisionadas pela autora deste trabalho no ano de 1995. Dona Geni foi uma ótima entrevistada, contou-me longas histórias sobre a vida dos antigos e do amansamento dos “brabos” pelos “mansos” e brancos. Nos tornamos grandes amigas. Ela gostava muito de por meus óculos e ríamos muito juntas.

Entrevistada em: 6 e 7/12/1995

B) FONTES IMPRESSAS

BARBOSA, Luís Bueno Horta.

- “A Pacificação Dos Índios Caingangue Paulistas. Hábitos, Costumes, e Instituições desses Índios”. Conferência realizada no salão da Biblioteca Nacional em 19/11/1913 pelo inspetor do Serviço de Proteção aos Índios em S. Paulo.

- “O Problema Indígena Do Brasil”. Conferência realizada no Atheneu de Montevideo em 01/04/1925. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.
- Pelo Índio e Pela sua Protecção Official. Exposição apresentada ao SR Miguel Calmon du Pin e Almeida. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: 1923.
- “Nota Sobre a Catechese em S. Paulo”. IN: História da Colonização do Brazil. Rio de Janeiro: Serviço de Protecção aos Índios, 1919.

RELATÓRIOS DE EXPLORAÇÃO DOS RIOS. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo.

- Relatório de Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná). São Paulo: Typ.Brazil de Rothschild & Cia
- Relatório de Exploração do Rio Paraná. 2ª edição I - (Barra do Rio Tieté ao Rio Paranahyba) II - (Barra do Rio Tieté ao Rio Parapanema). São Paulo Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1911 (1ª edição em 1906)
- Relatório de Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (extremo sertão do Estado). 2ª edição. São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1910
- Relatório de Exploração do Rio do Peixe. 2ª edição, São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1913
- Relatório de Exploração do rio Grande e de seus afluentes - São José dos Dourados - Publicado no período presidencial do Conselheiro F. de Paula Rodrigues Alves. Sendo secretário da Agricultura Paulo de Moraes Barros. Typ. Brazil de Rothschild & Cia , 1913
- Relatório de Exploração da Região compreendida pelas folhas topographicas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco, Itararé, Pilar e Sarapuhy. Publicado no período presidencial do

Exmo. Dr. Antonio D. da Costa Bueno sendo secretário da agricultura o Exmo. Snr Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos.

Decreto n. 8.072 de 20 de junho de 1910. IN: Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1910. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, 1913, p. 943 a 958

EXPOSIÇÃO - sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio relativo ao anno de 1911. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Imprensa Nacional, 1913, p. 47.

**DECRETO N. 5.484 – De 27 de Junho de 1928 –
Regula a situação dos índios nascidos no território
nacional. IN: Collectanea Indígena. Rio de Janeiro,
Republica dos Estados do Brazil, 1929**

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL - 1824, Ato Adicional, 1891, Reforma de 1926, 1934, 1937, Leis Constitucionais Posteriores. São Paulo: Livraria Cristo-Rei, 1944, 292p.

CONSTITUIÇÃO República Federativa do Brasil 1988. Brasília: Ministério da Educação, 1988, 176p.

TODAS AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. São Paulo: Atlas, 1971, 659p.

C) FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS

Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio, Centro de Documentação Etnológica, Rio de Janeiro.

- Sobre Icatu, Ofícios diversos, relatórios semestrais, microfilmes 007, 008, 305, 322;

- Sobre Vanuíre, Ofícios diversos, relatórios, notas informativas, microfilmes 016, 341, 305, 380.
- Relatório da IR 5, 1925, 1929; microfilme 379;
- PI Guido Marlière, Dossiê Exploração Jazida de Mica, 1940, microfilme 381;
- Jornais do início do século, Promissão, Rio de Janeiro, microfilme 322;
- Cartas, Ofícios, Relatórios da IR 5 e do Insp.L.B.H.Barbosa, microfilmes 305, 016, 007, 008, 379, 380.

Posto Indígena Vanuíre – Aldeia Vanuíre – Município de Arco-Íris (SP)

- Livros diários do encarregado Itamar Z. Simões;
- Listas de atendimento na farmácia, vários livros referentes a década de 1970;
- Livros despesas dos Índios com alimentos e produtos de mercearia;
- Livros de pagamento de salários;
- Cartas e Ofícios diversos;
- Livros escolares;

Observação: Todos os documentos foram produzidos pela administração local da Aldeia Vanuíre no período de 1940 até 1980, estão em desordem, faltam muitos documentos que foram queimados e os que existem estão em mau estado de conservação.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína e M. de Moraes Ferreira (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- AMARAL, Claro M. do. "Memória sobre usos e costumes de Índios Guaranys, Caiuás e Botocudos". *Rev. Trim. do Inst. Hist. e G. Brasileiro*. LXIII, Rio de Janeiro: 1902.
- ARIAS NETO, José Miguel. "O pioneirismo: discurso político e identidade regional.". IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, no 28, 1994. p.194-208.
- ANDRADE, Edgard. *Sertões da Noroeste, 1850-1945*. São Paulo: s/p, 1945.
- BALAN, Jorge. (org). *Las historias de vida en las Ciencias Sociales. Teoría y Técnica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- BALDUS, Herbert. "A necessidade do trabalho indianista no Brasil". *Revista Arquivo Municipal*. São Paulo: LVII, 1939.
- , *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Brasiliana, v.101, 1937.
- , "Entre índios norte-americanos". *Anhembi*. São Paulo: I, n 2, s/d, p.224-241.
- , "Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil". In: *Homem, Cultura e sociedade no Brasil*. Coletânea, Petrópolis: Vozes, 1972, p.209-230.
- BARREIRO, José Carlos. "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n.14, 1987.
- BARROS, F.R.de. "Um ciclo pastoril nos campos de Avanhandava". *Anais do IX Cong. Bras. de Geog. (1940)*. Rio de Janeiro: 1944.

-----, Padre Claro Monteiro do Amaral (Trucidado pelos índios ‘caingangs’ nos sertões do Rio Feio). São Paulo: 1950.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, s/d. 330p

BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. New York: The Free Press, s/d.

BORBA, T.M. *Atualidade Indígena*. Curitiba: Typ. E Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908.

BARBOSA, L.H. *A pacificação dos Caingangues Paulistas. Hábitos, costumes e instituições desses índios*. Rio de Janeiro: 1913.

-----, *O Problema Indígena do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BORELLI, Sílvia H. S. *Os Kaingang no estado de São Paulo, transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia*. Dissert. de Mestrado, PUC/SP, 1983.

BORELLI, Silvia; MONTEIRO, John. Et Alli. *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*. São Paulo: Yankatu/Pró-Índio, 1984.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difusão, 1989.

BRONOWSKI, *The Acent of Man*. London: BBC Books, 1990 (série BBC Classics).

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal, 1997, 320p.

BURKE, Peter (org). *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CARVALHO, Antonio C. Duarte de. *Curandeirismo e Medicina: Práticas Populares e Políticas Estatais de Saúde em São Paulo nas décadas de 30,40 e 50*. Dissertação de mestrado, Unesp/Assis, 1995, 220p

CARVALHO, E. de Assis. *As Alternativas dos Vencidos-Índios Terena no Est. de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, J. R. Sá. "O Desbravamento dos Sertões de Araçatuba". *Rev. Inst. Hist.e G. de São Paulo*. São Paulo: 1948.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger de. "O Trickster como personificação de uma práxis". In: *Perspectivas*, São Paulo: Ed. Unesp, n 8, 1985 p.177-187.

CASTRO, Eduardo B.V. de e SEEGER, Antony. "Terras e Territórios Indígenas no Brasil". IN: SILVEIRA, Ênio. Et. all.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (Col. Encontros com a Civilização Brasileira; v.12)

CENCILLO, Luís. *Mito. Semántica y Realidad*. Madrid: Ed. Católica, S.A., 1970.

CHAIM, Marivone Matos. *Os Aldeamentos Indígenas na capitania de Goiás. Sua importância na política de povoamento (1749-1811)*. São Paulo, Nobel/Pró Memória/INL, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

----- *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

------. *Crônica dos Índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: O profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COBRA, Amador N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Hennessey, 1923.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema: 1920-1930*. Assis, ILHP/UNESP, 1988, 359 p. Tese de Livre-Docência.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Cia das Letras, 1992, 611p

CUNHA, Manuela C. da. "Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio". IN: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986 pp165-173.

------. "O futuro da questão indígena". IN: SILVA, A. e GRUPIONI, *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus*. Brasília: Mec/Mari/Unesco, 1995.

------. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

------. *Os Direitos dos Índios*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue. História e luta kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê (SC): CIMI-Reg.Sul, 1984.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, 484p.

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno. Arquétipos e repetições*. Lisboa: Ed.70.

----- . *Aspectos do Mito*. Lisboa: Ed.70, 1986.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia Social*. Lisboa: Ed. 70, 1985.

FRAZER, Sir James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

FREITAS, Afonso de. ‘Os Caingangues de São Paulo’. *Rev. Inst. Hist. e G. de São Paulo*. São Paulo: v.XIII, s/d.

FERREIRA, M e AMADO, J(Org). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: J.Olímp, 1973.

GAGLIARDI, J. Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/USP, 1989. 310p.

GAMBINI, Roberto. *O Espelho Índio*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GALVÃO, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais - Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 281p

GIRARD, René. *A Violência do Sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1990, 392p

GRUPIONI, Luís D. B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Mec, 1994.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Memória coletiva e história científica”. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, no 28, 1994. p.180-193.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. *Comissão do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. São Paulo: Cultrix, 1971, 431p.

GUIMARÃES. Manoel Luís S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos I Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: n.1,1988, p. 5-27.

HELM, Cecília. *O índio camponês assalariado em Londrina. Relação de trabalho e identidade étnica*. Mimiografado, 1977.

HEMMING, John. *Red Gold -The Conquest of the Brazilian Indians*. London: Papermac, 1995.

HILL, Jonathan (org). *Rethinking history and mith. Indigenous South American Perspectives on the Past*. Chicago: University of Illinois, 1988.

IHERING, H. von. “A Antropologia do Estado de São Paulo”. *Rev. do Museu Paulista*. São Paulo: TVII, 1905.

----- . “Os Guayanás e Caingangs de São Paulo”. *Rev. do Museu Paulista*. São Paulo: TVI, 1905.

JUNQUEIRA, C. “Trabalho indígena, trab. volante e estrutura agrária no Est. de São Paulo”. *Caderno do Centro de Est. Rurais e Urbanos*. São Paulo: n. 11, 1978.

KRUG, E. “Os Índios das margens do Paranapanema”. *Rev. Inst. Hist. e G. de São Paulo*. São Paulo: 1924.

LANE, F. "Arcos e flechas dos índios kaingang do Estado de São Paulo". *Rev. do Museu Paulista*. São Paulo: 1959.

LARAIA, R. e MATTA, R. da. *Índios e Catanheiros. A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.

LE GOFF, Jacques. "Memória". IN: *Enciclopédia Einaudi - Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.11-50.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Martins Fontes/Portugal Ed.,1955.

LIMA, Antonio Carlos de S. *Um Grande Cerco de Paz. Pode tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: PUC, 1997, Tese de Doutorado.

MALINOWSKI, Bronislaw. "Culture". Trad. Benedito Miguel Gil. IN: *Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Mac Millan, v.4, 1948, p 621-646.

----- . *Magia, Ciencia y Religion*. Barcelona: Ariel, 1974.

----- . *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Ed.Abril, 1976 (Col. Os Pensadores).

MARTINS, Silvia H. Zanirato. *Artífices do Ócio: Mendigos e Vadios em São Paulo (1933-1942)*. História, Unesp/Assis, 1996, 409 p. Tese de Doutorado.

MATHIAS, Suzeley K. "O projeto militar de distensão". IN: : *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: GEES/UFPA, n.4 e 5, 1995. p. 149-160.

MATTA, Roberto da. *Um mundo dividido. A Estrutura Social dos Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MAYBURY-LEWIS, David. *O Selvagem e o Inocente*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MELATTI, D. M. *Aspectos da Organização social dos Kaingang paulistas*. Brasília: FNI, 1976.

MELATTI, J.C. et alli. *Mito e Linguagem Social*. Rio de Janeiro: T.Brasileiro, 1970.

MELIÁ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 2d ed. Asunción: Universidade Católica, 1988.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, John M. "Os Guarani e a história do Brasil meridional: século XVI-XVII". In: CUNHA, Manuela C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das L./ FAPESP, 1992.

----- *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTENEGRO, A.Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

MOREIRA NETO, Carlos Araujo. *A Política Indigenista Brasileira Durante o Século XIX*. Rio Claro: FFCL de Rio Claro, 1971, Tese de Doutorado.

MORSE, Richard M. *A evolução das cidades latino-americanas*. São Paulo: Brasiliense, 1975, 45 p (Cadernos CEBRAP, 22)

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MOTTA, Lúcio. *A Guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná*. Maringá: Eduem, 1994.

NIMUENDAJU, C. *As lendas de criação e destruição do mundo*. São Paulo: USP/Hucitec, 1987.

----- *Textos Indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982.

OLIVA DE COLL, Josefina. *A Resistência Indígena*. Porto Alegre: LPM, 1986.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “ ‘O nosso governo’ Os Ticuna e o Regime Tutelar”. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986, Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Roberto C de. “Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil”. *América Latina*, ano 5, n.3, 1962.

PINHEIRO, Niminon S. *Os Nômades. Etnohistória Kaingáng e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. Assis, Unesp, 1992, Dissertação de Mestrado.

PIZA, Marcelo. "Notas Sobre os Caingangs". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: XXXV, 1938.

PASSERINI, L. “Mitobiografia em história oral”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.10, dez/93.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos 3 Memória*. Rio de Janeiro: v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, A. “Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.10, dez/93.

----- “What Makes Oral History Different”. IN: *The Death of Luigi Trastulli and other Stories*. Albany: State University of New York Press, 1991.

- POURCHET, M. Julia. *Ensaio e Pesquisas Kaingang*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo: v.39, n.3, março/1987, p272-286.
- RANGEL, Lucia H. “Vida em Reserva”. IN: *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*. São Paulo: Yankatu/Pró-Índio, 1984
- RIBEIRO, Berta. *O Índio na História do Brasil*. São Paulo: Global Ed, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 476p.
- RIBEIRO, Rodrigo B. *Uso do álcool nas sociedades tribais: do prazer à dor*. Marília: UNESP, 1997, Dissertação de Bacharelado em Ciências Sociais.
- ROCHA, Luiz Carlos da. “Há algo de degenerado no reino da sociedade industrial moderna”. IN: MERISSE, Antonio(et.al). *Lugares da Infância - Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte&Ciência, 1997, p. 11-24.
- SAHLINS, Marshall D. *Sociedades Tribais*. 3ª Ed. , Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- SANCHES, A. e SALES, Geraldo F. *Geografia do Brasil*. 2º Grau IBEP, s\data.
- SANTILLI, Paulo. *As fronteiras da república*. São Paulo: USP/Fapesp, 1994.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, S. Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina.* Florianópolis: FSC, s/d.

SARETTA, Fausto. "A política econômica brasileira (1946/1950)". IN: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: GEES/UFPA, n.4 e 5, 1995, p. 113-130.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da religião Guarani*. São Paulo:Edusp, 1974.

_____. "A origem do homem, o dilúvio e outros mitos Kaingang". *Rev. de Antropologia*. São Paulo: v.1, n. 2, 1953.

_____. "O problema do índio no Brasil". *Problemas Brasileiros. Revista Mensal de Cultura*. Ano XI, n.120, Ag. 1973, p.2-13.

SCHMIDT, Cornélio."Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo realizada em 1904". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: v.15, 1961, p. 337-438.

SEBE BOM MEIHY, José C. *Canto de Morte Kaiowá. História Oral de Vida*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

_____. *O Arcaico e o Moderno na Constituinte de 1933/1934*. História, USP, São Paulo: 1991, Tese de Doutorado

_____. *A República dos anos 30. A sedução do moderno. Novos Atores em Cena: Industriais e Trabalhadores na Constituinte de 1933-1934*. Londrina: Ed. da UEL, 1999, p.79 (Prelo)..

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu - Os Índios do Rio Doce*. Contagem: CEDEFES, 1992.

STAUFFER, David Hall. *The Origin and Establishment of Brazil Indian Service: 1889-1910*. Austin, Texas: August, 1955, Tese de Doutorado.

TANNO, Janete Leiko. *Repressão e Controle Social no Governo Vargas (1930-1945)*. História, Unesp/Assis: 1995, Dissertação de Mestrado.

TELLES, Norma. "A Imagem do Índio no Livro Didático: Equivocada, Enganadora". IN: SILVA, Aracy L. da. *A questão indígena na sala de aula*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, T. *A Conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: 1988.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. Antropologia, USP, São Paulo: 1995, Tese de Doutorado.

TURNER, Frederick W. *O Espírito Ocidental contra a Natureza. Mito, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VEIGA, Juracilda. *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional*. UNICAMP, Campinas: 1994, Dissertação de Mestrado.

VELHO, Gilberto. "Memórias, identidade e projeto". IN: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: out/dez, 1988.

VILANOVA, Mercedes (Org.) *Historia y Fuente Oral*. Barcelona: Univ.de Barcelona, n.01, 1989.

_____. *Historia y Fuente Oral*. Barcelona: Univ. de Barcelona, nº14, 1995.

VILLAS BOAS, Cláudio e Orlando. *História de Índios e Sertanejos*. Kuarp, 1992.

WACHTEL, Nathan. *Los Vencidos. Los indios del Peru frente a la conquista Espanhola 1530-1570*. Madrid: Alianza Editorial, 1976

ARQUIVOS CONSULTADOS

- **Arquivo da Aldeia Vanuire - Vanuíre**

Livros diários da enfermaria

Livros diários do chefe Itamar - 1948, 1949, 1951 e 1953

Ofícios, notas fiscais, frequência escolar, salário e outros

- **Cedap - Centro de Apoio a Pesquisa - Unesp/Assis**

Leitura dos microfilmes do Arquivo do Museu do Índio

Relatórios dos Presidentes de Província de São Paulo

- **Centro de Memória Regional de Bauru - Bauru**

Arrendamento de terras da Aldeia Vanuíre - contratos

Registro de acidentes na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

- **Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - São Paulo**

Relatórios mencionados acima

- **Museu do Índio - Rio de Janeiro**

Microfilmes mencionados acima

- **Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru - Bauru**

Checagem de apropriação de terras

ANEXO 1

Levantamento e listagem das doenças tratadas, diariamente, no ambulatório da Aldeia de 02 de maio 1974 a 31 de dezembro de 1979.

Doença/ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	totais
alergia	02			01	01	01	05
anemia	01	16	18	57	50	32	174
angus/nervo/ansied	05	13		01			19
Anticonvulsivo			01				01
asia		02	02				04
barriga (dor, cólica)	05	11	02		18	21	57
bronquite	12	04	11	03		02	32
cabeça (dor)	21	50	32	06	10	25	144
coceira	02	03	02	06	23	18	54
conjuntivite	06	14	15	18	28	09	90
corpo (dor)		11	03		06	11	31
curativo/ferimento	08	16	02	01	08	14	49
dente	02	11			14	08	35
desidratação	21	11	03	01		01	37
diarréia		39	25	24	33	39	160
distúrbios/epilep			02	01			03
dores	09	35	27	43	67	30	211
estômago (dor)	02	05	28	07	12	04	58
febre	11	26	15	17	44	45	158
ferida/frieira/micose	21	58	17	58	43	60	257
fraquesa / gravidez	15	30	24	28	31	17	145
garganta	03	10	14	17	39	56	139
gripe	222	248	192	101	134	119	1016
hemorragia			01			01	02
hipertensão		01	01	01	08	04	15
infecção	15	10	72	51	67	58	273
náusea/vômito	05	01	16	19	27	11	79
nefrite		04					04
ouvido (dor)		01		06	02	08	17
peito (dor)	07	03	01		02	02	15
perna (dor)		11	02		01		14
reumatismo/artrite	04	11	04	09		07	35
tosse	34	52	115	102	83	58	444
tremor			01				01
vermes	07	04	28	06	77	46	168
vitamina / cálcio	02	08	08	14	67	69	168
total de casos	442	719	684	598	895	776	4114

Fonte: Diários da enfermagem de Vanuíre, em Vanuíre.

OBSERVAÇÕES SOBRE AS TABELAS

No ítem gripe foi colocado outro sintoma ligado a gripe mas que aparece com muito menos insidência: nariz entupido.

No ítem dor no corpo foi incluído também: dor no braço, dor no rim, dor no pescoço, dor na operação.

O ítem curativo/ferimento contém, além de curativos e ferimentos, cortes, queimaduras e fraturas (os dois últimos menos incidentes).

No ítem feridas incluiu-se também, mas, com bem menos incidência do que feridas, tumores, frieiras e micoses.

No quadro referente ao ano de 1975 aparece um paciente com nefrite, Denilson Campos. Algumas vezes apareceu infecção nos rins. Como este tipo de infecção foi especificada raramente, incluí-o em “infecções” .

OBSERVAÇÕES SOBRE A FONTE

A fonte destas tabelas é o Arquivo do Posto Indígena Vanuíre. São dois livros velhos utilizados como diários de enfermaria nos quais foram registrados os atendimentos feitos na enfermaria da Aldeia.

Livro 1: de 1974 a 1979. Com a seguinte abertura “Termo de Abertura - Contém este livro 50 folhas com a rubrica N.Barboza e destina-se ao registro de serviços executados neste Posto. Posto Vanuíre de Janeiro de 1942. Encarregado.” Os registros iniciam na página 11 (as outras foram arrancadas) e terminam na 45. Restando cinco páginas em branco.

Livro 2 : de 1975 a 1980. Sem abertura. No início consta uma anotação tipo diário, assinada pelo encarregado do Posto de Icatú, na época, em visita ao Posto Vanuíre, para inspeção, Sr. Érico Sampaio, datada de 1 de maio de 1943. As anotações iniciam na página 41 e terminam na página 100. Nenhuma em branco.

Ambos os livros estão em péssimo estado de conservação, roídos por ratos nos cantos e no dorso.

1974

Doenças/meses	jan	fev	mar	Abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
alergia					01	01							02
anemia										01			01
angust/nervos/ansiedade						01	01					03	05
Anticonvulsivo													
asia													
barriga (dor, cólica)										02	02	01	05
bronquite					01	03				05	02	01	12
cabeça (dor)					03		01	01	03	02	06	05	21
coceira							01				01		02
conjuntivite					01	01	02			02			06
corpo (dor)													
curativos/ferimentos					02	02					01	03	08
dente							01				01		02
desidratação						01	01	01	03	03	01	11	21
diarréia													
dores					01	01	02		01	02	02		09
estômago (dor)								02					02
febre								06		03		02	11
ferida/frieira/micose						04	02	01	02	04	04	04	21
fraquesa/gravidez					01	01	01	02	02	04	02	02	15
garganta						01		01			01		03
gripe					16	23	30	71	28	24	09	21	222
hemorragia													
hipertensão													
infecção					02	05	01	01	04			02	15
náusea/vômito								01		01	01	02	05
ouvido (dor)													
peito (dor)											04	03	07
perna (dor)													
reumatismo											03	01	04
tosse					03	06	01	11	01	04	03	05	34
tremor													
vermes									06	01			07
vitamina/cálcio						01	01						02
totais					31	51	45	98	50	58	43	66	442 / 442

1975__

Doenças/meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
Alergia													
Anemia	01	02	01					08		01	01	02	16
angust/nervos/ansie d.		01	02				02	07	01				13
Asia	01								01				02
barriga (dor, cólica)		04	02							01	03	01	11
Bronquite			01	03									04
cabeça (dor)	05	05	02	02	03	04	04	01	13	01	04	06	50
coceiras, escabiose			01		01					01			03
Conjuntivite	01							02	03	02	02	04	14
corpo (dor)							04	04		01	01	01	11
curativo/ferimen.	03				01	07	03		01			01	16
Dente	02			04		02	02					01	11
Desidratação							01	01	04	02	01	02	11
Diarreia	02	02	02	04	03	01	01	02	07	03	06	06	39
dores/dóidoi	03		02	03		02	03	13	04	03	02		35
estômago (dor)							02	02	01				05
Febre	02	01	03	06				04	01	02	06	01	26
ferida/frieira/micose	05	01	03	10	04	23	06			03		03	58
Fraquesa	03	02	02			02		17	03			01	30
Garganta	01		01				02	01	02	03			10
Gripe	10	09	59	58	16	23	10	26	18	08	07	04	248
Hipertensão											01		01
Infecção				04	01		11	06	09	07	05	10	53
náusea/vômito	03	01	01			01		06	03	04		01	20
Nefrite			04										04
ouvido (dor)	01												01
peito (dor)		01	01								01		03
perna (dor)						11							11
reumatismo/artrite	04	02	01	01								03	11
Tosse	01	03	04	05	04	03	10	11	08	02	01		52
Vermes	01	01						01	01				04

vitamina/cálcio	01							05	02				08
Total	50	35	92		33	79		117	82	44	41	47	781 / 781
			100				61						

Observação: Nefrite: Denilson Campos, mas, apareceram outros casos que registrei como infecção.

1976__

Doenças/meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
Alergia													
Anemia	01	01		01	01	04		03	01	02	03	01	18
angust/nervos/ansied													
Anticonvulsivo								01					01
Asia	02												02
barriga (dor, cólica)				01								01	02
bronquite								04	04	01	02		11
cabeça (dor)	02	02		05			01	03	05	06	06	02	32
coceiras, escabiose			01		01								02
conjuntivite, dordói	01		03		02	03	01		03	01	01		15
corpo (dor)	02		01										03
curativos/ferimentos	01								01				02
Dente													
desidratação				03									03
Diarreia	03	01		05	01	03	02	02	02		03	03	25
distúrbios/epilep										01		01	02
Dores		01	01	02	02	02	02	02	05	04	05	01	27
estômago (dor)		02		02	02				08	02	09	03	28
Febre	03	02						01	04	02	03		15
ferida/frieira/micose	01	01	01	03	04	01			01	03		02	17
fraquesa, gravidez	04	04	01	03	02	01	01		03	02	02	01	24
Garganta		03	02		03				01			05	14
gripe	03	28	08	15	18	05	08	27	30	19	28	03	192
hemorragia										01			01
hipertensão	01												01
infecção	08	05	11	02	10	13	07		05	03	05	03	72
náusea/vômito	01	01	01	02	02	02	01		02	01	02	01	16
ouvido (dor)													
peito (dor)	01												01
perna (dor)		02											02
reumatismo							01			01	01	01	04
tosse	07	06	06	08	07	10	07	13	15	17	13	06	115
tremor								01					01
vermes	02	01			06	05	04		03	03	04		28
vitamina				01	01				01	02	02	01	08
total	43	60	36	53	62	49	35	57	94	71	89	35	684 / 684

1977

Doenças/meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
alergia	01												01
anemia	04	03	02	06	05	06	04	04	03	10	02	08	57
angust/nervos/ansiedade			01										01
bronquite	01		01	01									03
cabeça (dor)	01		01			01		01		01	01		06
coceiras, escabiose	01					03				01		01	06
conjuntivite (dordói)		04	01		01	02		01	02	02	03	02	18
curativos/ferimentos						01							01
desidratação									01				01
diarréia	02	01	01	01	01	05			06	02	02	03	24
distúrbios/epilepsia			01										01
dores	07	09	02		02	07	01	02	03	03	04	03	43
estômago (dor)		01				01		01		01	02	01	07
febre	02	02	01	05				01	01		03	02	17
ferida	02	05		09	05	18		02	06	03	03	05	58
fraquesa	03		02	05	04	01	01	02	03		01	06	28
garganta	05					05	01	02	01		01	02	17
gripe	24	10	28	01	04	02	01	04	01	03	13	10	101
hipertensão												01	01
infecção	13	02	02	02	02	06		04	02	03	08	07	51
náusea/vômito	03			01		06		02	03	02		02	19
ouvido (dor)				02	01	01						02	06
reumatismo	03	02	03	01									09
tosse	16	04	18	07	18	10	01	05	03	04	02	14	102
vermes		01										05	06
vitamina				02		01		03			01	07	14
total	88	44	64	43	43	76	09	34	35	35	46	81	598 / 598

Observações: 1. Roseli Rodrigues que vinha tendo “distúrbios” desde outubro de 1976 depois de submeter-se a tratamento com gardenal/dienpax passou a apresentar um quadro, registrado em março de 1977, como “epilepsia”.

2. Em outubro 10 vidros de rubratil (anemia) para a escola.

3. Em julho foram registrados apenas os dias 05 e 26. Agosto iniciou registro dia 13.

Novembro iniciou registro dia 08 e terminou dia 26.

1978

Doenças/meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
alergia				01									01
anemia	02	04	01	01	03	01		01	05	16	12	04	50
barriga (dor, cólica)			03					01		07	07		18
cabeça (dor)				01	01	02	01			04	01		10
coceira	04		02	06		02	01	02	02		02	04	23
conjuntivite, dordói				04	03	01	04	01	03	04	01	07	28
corpo (dor)			01				02			03			06
curativo/ferimen/fra t				01						01	02	04	08
dente	01	06	01		02		01			01	01		14
diarréia	02	01	01		05	02	02	04	02	03	04	07	33
dores	03	05	05	08	05	06	08	01	05	04	04	13	67
estômago (dor)	01			01	05	03				02			12
febre	01	05	04	04	03	04	03	02	05	02	09	02	44
ferida/frieira/micose	02		01	04	12	01	04	03	04	06	04	02	43
fraquesa, gravidez	02		04	01		03		07	05	03	03	03	31
garganta			05	05	06	06	06	03	04	03	01		39
gripe	05	03		13	14	12	12	16	24	08	13	14	134
hipertensão									01	01	01	05	08
infecção	03		06	06	08	04	06	03	05	02	16	08	67
náusea/vômito	03	06	04		02	01	06	01	01	02		01	27
ouvido (dor)						01			01				02
peito (dor)								02					02
perna (dor)										01			01
tosse	04	02		05	11	13	09	07	12	06	11	03	83
vermes	04	11	03	05		01		01	18	07	18	09	77
vitamina/cálcio	05	05	03	03	04	05	02		13	01	15	11	67
total	42	48	43	69	84	68	67	55	110	87	125	97	895 / 895

1979

Doenças/meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	totais
alergia												01	01
anemia	04	03	01	01	10	04		06	02	01			32
barriga (dor, cólica)	04	03	01	02	02			01	02	01	01	04	21
bronquite		01	01										02
cabeça (dor)	01		04					04	04	05	05	02	25
coceira, escabiose	01	01	03	02	04	03			02	01		01	18
conjuntivite			01						01	04	02	01	09
corpo (dor)						02			02		04	03	11
curativos/ferimentos	03	02	01		03			03				02	14
dente		01			03			01		02	01		08
desidratação				01									01
diarréia		04	08	03	04	01		03	05	03	07	01	39
dores	05	06	13	03		03							30
estômago (dor)			02			01		01					04
febre	03	02	14	02	04	01		05	08	02	01	03	45
ferida	05	08	01	01	12	03	02	03	04	10	09	02	60
fraquesa	02					02			08		04	01	17
garganta		01	03	04	03		01	16	05	10	04	09	56
gripe	15	04	03	05	17	22	02	10	13	05		23	119
hemorragia			01										01
hipertensão			02			02							04
infecção/inflamação		01	09	10	14	11	03	03	07				58
náusea/vômito		03	01	02	01			01		02	01		11
ouvido (dor)									02	04	02		08
peito (dor)			01						01				02
reumatismo					02	01		04					07
tosse	04	02	03	11	10	11		03	06			08	58
vermes	04	12	04	07	08	07		01	01	01	01		46
vitamina	09	08	05	17	10	09		07		01		03	69
Total	60	62	82	71	107	83	08	72	73	52	42	64	776 / 776

Observação: No mês de julho só foram registrados os atendimentos dos dias 1,2 e 30.

MEDICAMENTOS UTILIZADOS

alergia - vidro de benadril líquido

anemia - vidro de lio-liner, vidro de rubratil

angustia/nervos/ansied. - diempax, psicossedim comprimidos,

asia - leite de magnésia

barriga (dor, cólica) - leite de magnésia, elixir paregórico, entero
vioformico, solfa diasimo,

bronquite - felinasma xarope

cabeça (dor) - melhoral, aas, metapirona,

coceira, escabiose - escabiol, canesten

conjuntivite - clornfenicol colírio , argirol colírio,

corpo (dor) - elixir paregórico

curativo/ferimento - mercurio cromo, atadura, ipoglós, anaseptil pomada,
mertiolate.

dente - comel, comprimidos ponstam, metapirona

desidratação - reidratante

diarréia - suspensão vernaco, furazolidona venaco, h.sal, searle lomotil,

distúrbios/epilep - gardenal comprimidos

dores - elixir paregórico, lisador, ponstam, doloxene, bálsamo bengué,
cetacil,

estômago (dor) - leite de magnésia, hidroxigel, elixir paregórico

febre - novalgina, quemicetina,

ferida/frieira/micose - terramicina pomada, iodo, mertiolate, benzetacil
400, atadura, tetracilina, violeta genciana.

fraquesa / gravidez - encebrin, cedozielim complexo, rubratil, polivitamínico, multivitam, glicose 25%, lanactosidro c.

garganta - pantamicina suspensão, keflex capsula ou liquido, ilosone, suspensão eritromicina,

gripe - bezetacil, ozonil, terramicina, aspirina, coristina, novalgina, binotol, cloranfenicol,

hemorragia - metil ergonozina,

hipertensão - furosemide 40 mg,

infecção - despacilina, quemicitina, ilosone liquido

náusea/vômito - novatropina, nauseum,

nefrite - benzetacil despacilina,

ouvido (dor) - benzatina, eritromicina

peito (dor) - quemicitina, lisador injetável,

perna (dor) - acromicina, bacteram,

reumatismo - ketacil,

tosse - m.m. expectorante, iodeto de potásio, tussifin,

tremor - diempax

vermes - tetramizol, tetracloroetileno, mebendazol

vitamina / cálcio - complexo vitamínico, cálcio ad. Gel.

ANEXO 2

QUADRO A - GASTOS DO GOVERNO PROVINCIAL APRESENTADOS NO SEU RELATÓRIO DE 02/02/1870.

Datas	Objetos ou Serviços	Valor
1869 out.	12 Expediente da Repartição de Obras Públicas	27\$760
1869 out.	25 Cx d'água	52\$118
1869 out.	26 Idem	21\$000
1869 out.	27 Estradas de Bethlem	20:000\$000
1869 nov.	04 Cx d'água	2:000\$000
1869 nov.	15 Encanamento do jardim	500\$000
1869 nov.	16 Estrada de Campinas a Limeira	5:930\$760
1869 nov.	16 Estrada de Pirassununga às Araras	5:060\$000
1869 nov.	18 Expediente da Repartição de O. P.	400\$000
1869 nov.	20 Cx d'água	1:884\$745
1869 nov.	22 Ponte do Tietê em Parahyba	637\$888
1869 nov.	27 Encanamento do jardim e outros	857\$853
1869 dez.	14 Ponte do Ferrão	1:868\$905
1869 dez.	16 Estrada de Jundiahy	1:000\$000
1869 dez.	24 Vencimento de Engenheiros	12:000\$000
1869 dez.	28 Estrada de Santos	2:000\$000
1870 jan.	03 Estrada do Rio Grande	4:000\$000
1870 jan.	04 Estrada de Jundiahy	800\$000
1870 jan.	05 Encanamento do jardim	549\$512
1870 jan.	08 Estrada da capital a Sorocaba	3:000\$000
1870 jan.	08 Estrada da capital a Nazareth	698\$420
1870 jan.	11 Estrada de Campinas a Limeira	2:000\$000
1870 jan.	15 Instrumentos para engenheiros	1:300\$000
1870 jan.	27 Estrada da capital a Itu	2:200\$000
1870 fev.	01 Expediente da Secret. Do Gov.	1:500\$000
	Total	70:288\$646

Fonte: PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo: 1850-1912.** Dissertação Mestrado. Unesp, Assis, 1992, p.285

Observe-se que a despesa com a abertura e conservação de estradas é muito maior do que com os outros itens.

QUADRO C - DESPESAS AUTORIZADAS DURANTE O ANO DE 1875 COM

OBRAS DA PROVÍNCIA, EXCLUINDO-SE AS DA CAPITAL

Com Cadêas	46:711\$100
Com Matrizes	31:532\$982
Com Hospitaes	36:952\$310
Com Chafarizes	4:000\$000
Com Estradas	186:956\$460
Com Pontes	131:863\$941
Diversas	43:108\$460
Total	481:125\$253

Fonte: PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo: 1850-1912.** Dissertação Mestrado. Unesp, Assis, 1992, p.286

Observe-se que o montante empregado na construção de estradas e de pontes é o mais significativo.

QUADRO D - JUROS PAGOS ÀS CIAS. CONSTRUTORAS DE ESTRADAS PELA

PROVÍNCIA (Relat. Do Presidente da Província de São Paulo, n. 15, 1877)

Cia Ituana	567:454\$563
Cia Mogiana	283:128\$218
Cia Paulista	340:634\$884
Cia Sorocabana	990:388\$331
Cia SP e RJ	182:612\$862
Total	2.364:218\$858

Fonte: PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto. São Paulo: 1850 - 1912.** Dissertação Mestrado, Unesp, Assis, 1992, p.286.

ANEXO 3

Algumas palavras Kaingang e seus significados. As informações foram fornecidas por Anna Isabel B. de Mello e pelo Sr. Antonio Paraná da Silva (índio Kaingang de Vanuíre)

Cangare - muito doente

canga - cançado

cangra rê - muito cançado

cocre - podre, ruim

coiabang - comer muito

coiôro - onça

coititi - criança

corég - mau

corég tauín kepete - péssimo, horrível

crincuchon - cabeça vermelha, soldados de crepe vermelho (inimigos dos índios)

crincoreg - cabeça ruim

cucron - panela

cupri - branco

curi - vai, vai

curicantim - venha cá

curicanti - venha cá

curucuchá - manta

cuchon - vermelho

fog - branco

giriri tampim - trem

imbré - também, junto

inhamin - pão

inhengro - grãos

iogui (iog) - pai

kamé - muito

manquea - converçar, informar

monque - macaco

nhenqué ranhe bang - fazer muito cocô

nomé - medo
nomerê - pânico
penfú - paçoca
pepléia - diarreia, dôr de barriga

rangra piri - irmão mais velho

tititi quemoti - intriga, briga, agitação
tchimuin (lindo) kamé (muito) - bonito, muito lindo

vepere vea - espere e verá

Personagens e nomes na língua Kaingang mencionados por Anna Izabel

Quenclá - cacique da tribo Kaingang amigo de Bandeira de Melo e mediador entre este e os outros caciques Kaingang.

Filhos de Quenclá:

Lerencui
Rengá
Recafire

Filhas de Quenclá:

Caveric
Oropoti
Nengori Cuia
Cutú

Outros nomes e frases:

Querretti
Vanuíre, índia Kaingang, auxiliar de Bandeira de Melo falava, de cima da árvore mirante, frequentemente a seguinte frase:
“Curicanti rangrê imbré. Mometom. (venham, não tenham medo)”

ANEXO 4

DOCUMENTOS



MARIA INÊS GALDINO VICENTE

BEL. WASHINGTON J. BAPTISTA
Oficial Interino

MARCIA HELOISA FERRAZ VILLELA PAZOTTI
Escriventes Autorizados

BEL. VÂNIA APARECIDA DELLASTA

O Bel. WASHINGTON J. BAPTISTA, Oficial Interino do 1º Serviço Registral (com anexos de Registro de Títulos e Documentos, Registro de Pessoas Jurídicas, Protesto de Letras e Títulos) da Primeira Circunscrição desta comarca de Bauru, do Estado de São Paulo.

CERTIFICA, que revendo os livros de registro de imóveis neste Cartório, dos mesmos verifiquei que por escritura pública de venda e compra, lavrada aos 15 de setembro de 1.916, em notas do Escrivão de Paz de Penápolis, devidamente registrada em data de 21 de Fevereiro de 1.917, às folhas 79, do Livro de Transcrição dos Imóveis, 3-D, sob nº de ordem 3.693, JOSÉ CANDIDO TEIXEIRA, lavrador, residente no distrito de Penápolis, adquiriu pelo preço de Rs 1:650:000 ao Dr. LUIS DE TOLEDO PISA ALMEIDA e sua mulher D. JULIA FAILES DE TOLEDO PISA, proprietários, residentes na capital de São Paulo, Cincoenta e cinco alqueires de terras na Fazenda Goaporanga, dentro das seguintes divisas: Começa no marco cravado no espigão divisor dos Ribeirões 14 de Julho e Grande, na divisa de Derval de Moraes Aguiar, dali segue com rumo S42E a distância de 400,00 metros, dividindo com o mesmo senhor até encontrar o marco, e dali com o rumo de S2320 a distância de 1.735 metros, até encontrar o marco cravado na margem esquerda do córrego da marca e dali por este acima até sua cabeceira dividindo com Manoel Gameia e outros; dali pela sua baixada até encontrar dois marcos de peroba, dali com o rumo N442 a distância de 590,00 metros até encontrar o velho cravado no espigão divisor das Aguas dos Ribeirões 14 de julho e Grande, onde ele é cortado pela estrada do Rio Feio e dali pelo mesmo a direita até encontrar o marco onde teve início esta divisa. Certifico mais que na coluna "CONDIÇÕES DO CONTRATO" consta o seguinte: Que as terras são livres de divisão judicial. Certifico mais que o imóvel descrito não pertence mais a essa Circunscrição. O referido é verdade e dou fé. Bauru, 13 de Março de 1.998. Eu, [assinatura] Escrevente Habilitado, dei busca, digitei e conferi. Eu, Marcia Ferraz Villela Pazotti, Escrevente Autorizada do Primeiro Serviço Registral de Imóveis e Anexos de Bauru, subscrevi e assino. A Escrevente Autorizada.-.

PRIMEIRO SERVIÇO REGISTRAL
E ANEXO DE BAURU
MARCIA HELOISA F. V. PAZOTTI
ESCREVENTE AUTORIZADA
Rua Marcondes Salgado, 2-45
Fone 222-5300 BAURU - Est. S. Paulo

Marcia Ferraz Villela Pazotti

Selos de Enrolamentos
na Serventia da Justiça
pagos por verba.

NORMAS PARA ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO

(Serviço de Proteção aos Índios - 5/02/1943)

1a. INSPECTORIA REGIONAL DO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE

NORMA PARA ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO -

- Por: Dorval de Magalhães, Insp. Esp. do S.P.I. -

- 1 - "MORRER, SI PRECISO PÔR; MATAR, NUNCA"; (Divisa do S.P.I. - Letra g do art. 15 do Regulamento que baixou o Dec. nº 736, de 6 de Abril de 1936)
- 2 - Ter um ou vários interpretes na turma de atração e pacificação; ("O SELVAGEM" de Couto de Magalhães, pgs. 6/13; "Rondon", Glóvis de Gusmão, pag. 71)
- 3 - Explicar a todos da turma, em palestras periódicas, os hábitos e costumes dos índios, cuja ignorância possa prejudicar o Serviço; (Saudeação dos Parecis - "Rondon", Glóvis de Gusmão, pag. 48; O caso dos Javaca com o Bispo Duarte da Silva - "Impressões da Comissão Rondon", Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães pg. 356/357; Cerimônia pidirobia dos Apairandês ou Casahíbes - Boletim do Inspetor Bento Lemos, 1926)
- 4 - O número de homens de um PIA deve ser elevado para doze; ("Rondon", Glóvis de Gusmão, pag. 66/7)
- 5 - Proibir caçar e pescar em terras reservadas aos índios, mesmo em se tratando de serventurários do Serviço; (Referente à 1a. parte, veja-se Boletim nº 7, de 30/6/42)
- 6 - Não consentir invasão das terras reservadas aos selvícolas, embora em exploração temporária de produtos naturais; (Letra L do artigo 16 do Regulamento que baixou com o Dec. 736, de 6 de Abril de 1936)
- 7 - Abrir clareiras de 400X300 metros, mais ou menos, para localização do Posto; (Pacificação dos Coroados pelo Cal. Manoel Rabelo - "Rondon", Glóvis de Gusmão, pag. 126)
- 8 - A casa do Posto deve ser à prova de flecha, construída de taipa ou alvenaria, coberta de zinco, telha de barro ou cavaco (taco de madeira); (Quanto à segurança, veja-se Boletim nº 2, de 1/12/41 - Instruções ao Inspetor Acioly, item 11)

- 9 - O PIA deve ser localizado a mais de duas léguas da aldeia dos índios a pacificar; (Item 2, das instruções ao Inspetor Acioly - Boletim nº 2, de 1/12/41)
- 10 - "O local em que for instalado o Posto de Atracção deve oferecer garantia à permanência dos serventuários do S.P.I., a coberto de qualquer surpresa dos índios e saudável quanto possível"; (Item 11 das instruções ao Inspetor Acioly - Boletim nº 2, de 1/12/41)
- 11 - O local em que já se verificou algum ataque deve ser abandonado, procurando-se localizar o Posto em outro mais conveniente; (Itens 3 e 10 das instruções ao Inspetor Acioly - Bol. nº 2, de 1/12/41)
- 12 - "Todos os trabalhos efetuados exigirão o maior cuidado devendo, ser ocupada parte do pessoal acompanhado de cães e colocado em posições convenientes, no serviço de vigilância, enquanto os demais trabalharem"; (Item 16 das instruções ao Inspetor Acioly - Boletim nº 2, de 1/12/41)
- 13 - "Somente a pessoa de absoluta confiança deve ser confiado o porte de arma de fogo; (Item 18 das instruções ao Inspetor Acioly - Bol. nº 2, de 1/12/41)
- 14 - "Deve-se ter bem sortido depósito de gêneros alimentícios" e de brindes diversos; (Item 24 das instruções ao Inspetor Acioly - Bol. nº 2, de 1/12/41)
- 15 - Manter vigilância enquanto houver perigo de agressão. Há perigo de agressão por parte dos índios:-
 - a) - Enquanto não aceitarem os brindes que lhes forem destinados;
 - b) - Enquanto não comerem os alimentos que lhes forem dados;
 - c) - Enquanto não trouxerem mulheres e crianças ao Posto;
 - d) - Enquanto não fecharem veredas ou varadouros abertos por civilizados;
 - e) - Enquanto rasgarem, deteriorarem, deixando onde encontraram, todos os brindes que lhes forem destinados;
 - f) - Enquanto deixarem flechas, bordunas ou outros quaisquer instrumentos de guerra em sinal de afronta;
 - g) - Enquanto demonstrarem receio em morar junto ao Posto;
 - h) - Enquanto perdurarem as suas contendas com tribus já assistidas pelo PIA;
 - i) - Enquanto, afinal, não compreenderem a verdadeira finalidade do nosso Serviço;
- 16 - Não manter na turma de pacificação pessoas que hajam convivido na região em que está localizado o PIA; (Ataque dos Botocudos ao Encarregado Fioravante Esperança do Posto Rincão do Tigre - Bol. nº 9, de 31/8/42)
- 17 - Não consentir que indivíduos estranhos ao serviço permaneçam no PIA e aí pernoitem ou tenham refeições, salvo em se tratando de pessoas de reconhecida idoneidade moral; (Ataque dos Botocudos ao Encarregado Fioravante Esperança do Posto Rincão do Tigre - Bol. nº 9, de 31/8/42)
- 18 - O chefe da pacificação deve organizar excursões ao interior da floresta ou ao longo dos cursos d'água, onde os selvícolas costumam aparecer, com o fim especial de lhes fornecer brindes que ficarão em lugar acessível e a salvo d'água das chuvas.
- 19 - As excursões de que trata o item anterior devem ser feitas periodicamente, e tão constantes quanto o serviço exigir.
- 20 - Quando, nessas excursões, houver perigo de ataque, conven fazer imediata retirada, após deixar brindes no local em que se deveria efetuar a agressão.
- 21 - Se não houver tempo para uma retirada rápida, então, tanto abrigados quanto possível, esperem-se os atacantes e, mesmo que as flechas já cruzem o espaço, não é hora de afugentar os agressores, entretanto devem-se elevar os canos das armas para cima afim de os atacantes notarem que, apesar de armados não lhes queremos fazer mal. Havendo poucos atacantes notarem que, apesar de armados, porém de ligeiro tratamento, também ainda quando ferimentos produzidos por flechas, podem de ligeiro tratamento, também ainda não é tempo para se saltarem facetas, bombas ou dar tiros para o ar.

tes podem julgar que erramos o alvo e então recrudescem a ofensiva. (O Inspetor Meireles não deu tiros nem soltou bombas, mas os índios ficaram feridos, quando atacados pelos Pacahã Nôvas - Bol. nº 7, de 30/6/42) Todavia se se tratam de graves ferimentos, a exigir imediato tratamento, chegou o momento de afogentá-las pelas mãos acobardadas, reservando-se tiros para o ar caso último recurso. Após isso, há necessidade de muita cautela na retirada e como prova de nossos bons intentos, deixamos, junto aos panos tintos de sangue, os brindes que mais lhes convierem.

Nas excursões como no Posto os serventuários podem fazer-se acompanhar de cachorros; (Item 16 das instruções ao Inspetor Acioly para pacificação dos Chavantes - Bol. nº 2, de 1/12/41; "Rondon", Clóvis de Gusmão, pg. 68)

Conven ter bombas cor-de-rosa para serem usadas em caso de cerco desastroso.

À noite deve-se tocar vitrola, o que os selvícolas muito apreciam; ("Rondon", Clóvis de Gusmão, pag. 127 - Pacificação dos Coroados pelo Tte. Manoel Rabelo, hoje Gal. de Divisão e Membro do Conselho)

O arame farpado contornando o acampamento será permitido enquanto o Posto não oferecer garantia; (O arame foi usado pelo Tte. Manoel Rabelo na pacificação dos Coroados - "Rondon", de Clóvis de Gusmão, pag. 126)

Aos primeiros contatos com os índios não se deve procurar tomar conhecimento dos motivos que os levaram a fazer este ou aquele ataque, visto como podem tomar essa atitude como uma sindicância para uma futura vingança por nossa parte.

Na distribuição de brinde deve-se ter cuidado de entregá-los sempre aos índios e não às mulheres ou filhas, pois há selvícolas muito ciumentos; (Os Guatóes - "O Selvagem", de Couto de Magalhães, pag. 148/9)

Deve-se procurar compreender qual o brinde mais útil e que mais agrada ao aborígene; (Item 12 das instruções ao Inspetor Acioly - Bol. nº 2, de 1/12/41)

Nunca se deve levar doentes, principalmente de gripe, às malocas, pois os índios tem verdadeiro terror dessa doença. obs: - Mas porque matam índios?

Nas visitas às malocas cujos residentes estejam ausentes, conven ter o cuidado de não penetrar em seu interior, preferindo deixar os brindes para ali destinados fora das casas e, mesmo que lhes fiquem presentes, tudo que possuem deve ficar em seu lugar.

Desde que a casa do Posto não ofereça garantia, podem-se manter lampêões acesos durante as noites escuras, para melhor vigilância; (Pacificação dos Coroados pelo Tte. Manoel Rabelo - "Rondon", Clóvis de Gusmão, pag. 126)

Ter na turma um ou vários índios já pacificados, para guias nas excursões; (Visita aos Pacahã Nôvas pelo Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles)

No caso de haver alguma tribo já pacificada, com o seu auxílio procure-se ter contacto com a tribo arredia, indo em sua própria maloca distribuir brindes e mostrar-lhes os nossos intentos pacíficos; (Visita aos Pacahã Nôvas pelo Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles - Carta ao chefe de Inspetoria, Dr. Alberto Pizarro Jacobina)

Deve-se criar e plantar para manutenção do pessoal do Posto e dos índios que futuramente ali residirão; (Item 14 das instruções ao Inspetor Acioly para pacificação dos Chavantes - Bol. nº 2, de 1/12/41)

Quando, em caso de ataque, algum serventuário do Serviço tentar reagir à mão armada, então o chefe, desta mesma forma, evitará tal procedimento; (Atitude assumida pelo Tte. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, hoje Gal. Director do S. P. I)

- 36 - Devem-se ter sempre à mão remédios para ferimentos, inclusive solda cosinha, o conhecido antídoto do curare (veneno que os índios utilizam nas flechas): ("O Império dos Incas" - Jaguaribo, pag. 10)
- 37 - O respeito à família indígena deve estar implícito, direta e obrigatoriamente com-
preendido nas atribuições funcionais de todos os servidores do S.P.I. e a transgressão
desse princípio, que aliás não encontra fundamento nas leis sociológicas, e é siste-
maticamente vedada pelo Regulamento que baixou com o Dec. nº 736, de 6 de Abril de
1936, deve ser considerada como uma das maiores irregularidades praticadas contra os
mais verdadeiros filhos do Brasil.

Referentemente aos índios assistidos pelo P.I.H., poderemos nos guiar pelas
seguintes NORMAS SOCIOLÓGICAS PARA O APROVEITAMENTO DO ÍNDIO, organizadas pelo Cel.
Candido Mariano da Silva Rondon:-

- 1)- Não afastar do índio de seu "habitat", pois conhecemos a afeto desastroso desse afastamento.
- 2)- Não forçá-lo a trabalhos e respeitar a sua organização tribal.
- 3)- Criar-lhe, pelo exemplo e pelo fornecimento de coisas úteis, novas necessidades.
- 4)- Induzi-lo, por meios suaves, aos trabalhos mais de seu agrado: que lhe forne-
ça recursos para a compra de artigos correspondentes às suas novas necessidades.
- 5)- Revelar-lhe, pelo ensino livre e adequado, novos horizontes de vida, solucionando
os mais capazes para guia do povo.
- 6)- Ter em vista, quanto aos trabalhos, o regime gregário da atividade indígena, não
so na execução, mas também e sobretudo, na distribuição dos produtos, o que im-
pedirá toda a tentativa de loteamento".

Para evitar erros em que incorremos ao tempo da Monarquia, deveremos pro-
ceder da seguinte forma, determinada ainda o General:-

- a)- Demarcar, de acordo com o artigo 154 da Constituição, as terras que os índios têm
como suas;
- b)- Destina-las aos seus trabalhos, nas condições dos incisos enumerados; eles irão na-
turalmente aumentando na produção dos ensinamentos, dos auxílios em ferramentas
e das necessidades crescentes dos índios: roupas, armas, enfeites e vestidos para
mulheres, etc.
- c)- Facultar-lhes as trocas, de começo mesmo com prejuízo nosso, tendo depois, cada
vez mais, para o comércio comum, mas fiscalizado, para evitar o álcool e as fran-
das dos civilizados;
- d)- Si, na terra dos índios, houver campo de criação, então o problema estará, pela
organização de sua pecuária, por metade resolvido, pois a pecuária é uma atividade
civilizada a que o selvícola se adapta com dificuldades. É magnífica transição
para as demais atividades de civilização.

"Só assim e aos poucos os índios virão a nós.
"Os centros agrícolas deverão ser fundados nas terras que não pertencem aos índios,
para os trabalhadores nacionais que, pelo sertão, andam abandonados. Ai poderão
ser recebidos os índios já emancipados e de atividade individualizada que o de-
sejarem.

"E, dentro de cada reserva de tribus, à proporção que os índios se forem indivi-
dualizando, poderá ser separada e demarcada, para uso exclusivo de cada família,
gleba correspondente a um sítio, mantendo-se porem, enquanto o restante permanecer
na tribu, as restrições do dispositivo constitucional."

"Rondon" - Uma Relíquia da Pátria", Cel. Amílcar A. Botelho de
Magalhães, pags. 179/80.

Manaus, 5 de Fevereiro de 1943

Cláusula 7.^a - O pagamento, total ou parcial, do arrendamento poderá, a critério da Fundação Nacional do Índio, ser efetuado em frutos ou produtos, ao preço corrente, à época da liquidação, no mercado local.

- M I
centes, F. U. A. I
Departamento Geral
do Patrimônio
Indígena
Nacional do

g - abster-se do exercício de atividades de garimpagem, fiscoção ou cata, de pesquisa, lavra, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis existentes na superfície ou no interior das terras e nas águas do patrimônio indígena;

II - especialmente, a observar as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos competentes; as recomendações da Fundação Nacional do Índio ou outro órgão competente quanto à criação de animais e à escolha da respectiva espécie; os métodos de prevenção ou erradicação de pragas e doenças que afetem a vegetação florestal, as plantações ou os animais, com imediata comunicação das mesmas ao Encarregado do Posto Indígena; e a legislação tributária e trabalhista, suportando os respectivos ônus.

Cláusula 17.^a - Depende de prévia autorização escrita do Chefe do Posto Indígena o represamento ou outra modalidade de aproveitamento de águas bem assim a extração de lenha e a derrubada e queima de capoeiras para fins de plantação ou criação, devendo, ainda, o arrendatário comunicar com a antecedência de 3/ dias a queimada de capoeira, campo ou resto de plantação ao Chefe do Posto Indígena, que poderá proibi-la ou limitar-lhe a área.

Cláusula 18.^a - Reserva-se o arrendador o direito de, diretamente ou por terceiros devidamente autorizados, extrair toros, palanques, madeiras, etc., da área arrendada ou dela aproveitar as jazidas de substâncias minerais de emprêgo imediato na construção civil.

Cláusula 19.^a - O inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais ou legais importará na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando a parte culpada ao pagamento da multa de Cr\$ 100,00 (Cem. cruzeiros xxxxxx) (Cruzeiros), das custas processuais e dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa.

Cláusula 20.^a - Os direitos e obrigações do presente contrato, em caso de falecimento do arrendatário, transmitir-se-ão os respectivos cônjuge e herdeiros.

Cláusula 21.^a - As partes contratantes elegem o fôro da comarca da Capital do Estado do Paraná para qualquer demanda judicial oriunda do presente contrato.

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento em 4 vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena, Vanuire, Tupã-SP, em de setembro de 1970

[Signature]
Fundação Nacional do Índio

[Signature]
Arrendatário



Testemunhas:

[Signature]
[Signature]
Mario Ruy



PROJETO DE BARRAGEM DE TERRA

290

PROPRIEDADE - Posto Indígena Vanuire
MUNICIPIO - Tupã (Arco Iris)
PROPRIETARIO - FUNAI
ASSUNTO - Memorial descritivo do barramento

Projeto nº -
Folha - Única
Data - outubro/95
Escala -
Engo Resp. - Mario João Wolf
CREA - 0600 19760 2
Assinatura -

FINALIDADE - Piscicultura (produção de 22.000 kg de peixe/ano)
MANANCIAL: Denominação - sem denom. afluente da margem dir. do cór. Pir.
Região Hidrológica - "S" Parâmetro C- 0,80 (zona Y)
Área da Bacia Hidrográfica = 2,0 km²
Vazão Máxima - Q max = 11,0 m³/s
Vazão Média Plurianual - Q = 15,2 l/s
Vazão Mínima Anual - Q 7.10 = 4,4 l/s

BARRAGEM: Cota da Crista - 404,80 Cota da Base - 399,10
Referência de Nível (RN) - Estacas no eixo
Coordenadas - (UTM) (75)89,600 km N (5)64,025 km E
Comprimento - 153,27 m Largura da Crista - 5,00 m
Altura - 6,20 m Largura da Base - 36,00 m Borda Livre - 1,50 m
Taludes: Montante - 3:1 Jusante - 2:1
Volume de Terra - 10.591 m³

RESERVATORIO: Cota do Nível da Água - 403,30 Área Inundada - 22.100 m²
Volume Armazenado - 61.900 m³
Comprimento Máximo - 94,00 m Largura Máxima - 150,00 m

EXTRAVASOR PERMANENTE: Localização - margem esquerda do córrego
Tipo - monge, construído em concreto e alvenaria de tijolo comum
Cota da Soleira - 403,30 Cota de Máxima Enchente - 404,50
Largura - 0,80 Altura - 4,60 Vazão - 0,157 m³/s

EXTRAVASOR DE EMERGENCIA: Localização - ombreira direita
Tipo - canal de seção trapezoidal, vegetado
Cota da Soleira - 403,80 Cota de Máxima Enchente - 404,50
Largura - 16,00 m Altura - 1,00 m Vazão - 11,0 m³/s

TUBULAÇÃO DE DESCARGA: Tipo - Tubos de concreto armado, de ponta e bolsa, assentados sobre berço de concreto armado
Diâmetro - 0,40 m Comprimento - 31,60 m Vazão - 0,157 m³/s
Cota do Berço - 399,20

COMPORTA: Tipo - ver detalhe A da descarga de fundo
Dimensões - 12 tubos PVC Ø 15 cm, comprimento 45 cm

EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO,
HORAS NECESSARIAS E TARIFAS:

EQUIPAMENTO/IMPLEMENTO	Nº HORAS	TARIFAS (R\$)
Retroescavadeira	30	38,58
Trator Esteiras (70 kW)	170	37,80
Trator Esteiras (120 kW)		
Pá Carregadeira		33,30
Caminhão Basculante	170	5,40
Trator Pneus (120 kW)	170	2,36
Raspadeira (Scraper)	50	
Rolo Pé-de-Carneiro		